TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO **1**
STP - Pautas 1
CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 1
CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA 1
CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL 2
CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 2
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI 2
STP - Atas 2
STP - Acórdãos 2
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA **3**
1ªSECAM - Pautas 3
CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA 3
CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL 4
CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 5
CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO 6
CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 6
CONSELHEIRA SUBSTITUTA MURYEL HEY 6
CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO 7
1ªSECAM - Atas 7
1ªSECAM - Acórdãos 8
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA **8**
2ªSECAM - Pautas 8
CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 8
CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO 9
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI 9
CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA 10
CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA 11
CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO 12
2ªSECAM - Atas 15
2ªSECAM - Acórdãos 16
ATOS DE RELATORIA **16**
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 16
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 18
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 27
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 28
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 35
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 35
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 36
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 40
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 40
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 40
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 40
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 40
Conselheira Substituta MURYEL HEY 41
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 42
CORREGEDORIA-GERAL **43**
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 43
OUVIDORIA DE CONTAS **43**
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS **43**
ATOS DIVERSOS **44**
Resenhas de Distribuição 44
Editais 45
Despachos 45
Informações 46
Atos de Alerta Municipais 46
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO **46**
ATOS NORMATIVOS **46**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA **47**
GP - Despachos 47
GP - Termo de Ajuste de Gestão 48
GP - Portarias 48
LICITAÇÕES E CONTRATOS **49**
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026 ..... **50**
Tribunal Pleno 50
Primeira Câmara 50
Segunda Câmara 50
Corregedoria-Geral 50
Ministério Público de Contas 50
Conselheiros – Diretores de Gabinete 50
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 50
Inspetorias de Controle Externo 50
Administrativo 50

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

TRIBUNAL PLENO
SESSÃO ORDINÁRIA (POR VIDEOCONFERÊNCIA) Nº 26
EM 23 DE JULHO DE 2025

CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

RECURSO DE REVISTA

Processo: 481463/23 Vista Presidente para voto de desempate desde 09/07/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
Interessado: AMAURI CEZAR JOHNSSON (Procurador(es): NAIAN MERI JOHNSSON), ANTONIO JULIO BONTORIN (Procurador(es): NAIAN MERI JOHNSSON), CARLA MARIA BRANDT, CARLOS RIBEIRO DE LARA, CINTIA CRISTINA DE SOUZA PEREIRA (Procurador(es): ANTONIO EDMILSON TELLES DE PAULA, SIDNEY CORADASSI), ELONIR GEFFER MATIAS, EMERSON ALVES DE FARIA (Procurador(es): EVANDER MYKE DE OLIVEIRA NUNES, JOSE ARI NUNES), EMERSON SANTO STRESSER, EUGENIO JOSÉ WOLLER JUNIOR, FABIANA APARECIDA VAZ, FLORESVAL MENDES WOLLER (Procurador(es): NAIAN MERI JOHNSSON), JORGE SANTANA DE OLIVEIRA (Procurador(es): NAIAN MERI JOHNSSON), JOSÉ ADIR MACHADO, JOZIANE DE CACIA ALBUQUERQUE DE SOUZA, LUCIANO HAENISCH, MÁRCIO FRANCISCO BRANDÃO LESSA (Procurador(es): NAIAN MERI JOHNSSON), MARCO AURÉLIO GOMES DA SILVA, MAURÍCIO JOSÉ DOS SANTOS VAZ (Procurador(es): JOSE ARI NUNES), MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, NILSON JESUS DE SOUZA, NILZA MARIA MATIAS, PAULO JOSÉ BREDA BELICH

CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 23329/25 Vista desde 09/07/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Entidade: MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
Interessado: MARCELO JOSE BERNARDELI PALHARES (Procurador(es): PEDRO GONZAGA ALVES), MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

CONSULTA

Processo: 825600/23 Adiado por devolução pós-vista desde 16/07/2025
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 653349/24 Vista Presidente para voto de desempate desde 02/07/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE VERÊ
Interessado: ADEMILSO ROSIN, MUNICÍPIO DE VERÊ, PAULO ROBERTO WEISSHEIMER

CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

PREJULGADO

Processo: 488100/24 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 16/07/2025
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA, LUCIANO BORGES DOS SANTOS, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 260561/25
Entidade: FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA - FUNPAR (Procurador(es): LUCIANE DE OLIVEIRA TESSARO, FABRICIO JOSE BABY, TATIANY ZANATTA SALVADOR FOGAÇA, CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT, DEBORA ASSUR DA SILVA, MIECIO AVILA TEZELLI)
Interessado: CLAUDIO STABILE, FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA - FUNPAR (Procurador(es): LUCIANE DE OLIVEIRA TESSARO, FABRICIO JOSE BABY, TATIANY ZANATTA SALVADOR FOGAÇA, CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT, DEBORA ASSUR DA SILVA, MIECIO AVILA TEZELLI), HERALDO ALVES DAS NEVES, VINICIUS JOSE ROCHA

CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

RECURSO DE AGRAVO

Processo: 140582/25 Vista desde 09/07/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
Interessado: ALTAMIR SANSON, DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA (Procurador(es): FERNANDA MARY DE OLIVEIRA LOUREIRO, VICTORIA DE SOUZA BATISTA, FELIPE HENRIQUE BRAZ GUILHERME, PEDRO AUGUSTO SCHELBAUER DE OLIVEIRA, RAFAEL VERAS DE FREITAS, LEONARDO COELHO RIBEIRO), MUNICÍPIO DE PALMEIRA, SERGIO LUIS BELICH

REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Processo: 88811/25 Vista desde 09/07/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
Interessado: ADRIANO PAZIN LEITE (Procurador(es): ADRIANO PAZIN LEITE), ANTONIO KACHUKI, CLADEMAR JOAO MARASKIN, JOAO PEDRO NOAL, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Processo: 241915/25 Vista desde 09/07/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
Interessado: FABIELI MANFREDI, JFL TERRAPLANAGENS LTDA (Procurador(es): ADRIANE PIZATTO DALL PONTE, SERGIO VINICIUS MOREIRA, LIA HELENA DARON CAVEJON), M CARNEIRO SERVICOS DE INFRAESTRUTURA LTDA, MARCIO CARNEIRO, MUNICÍPIO DE RENASCENÇA

PREJULGADO

Processo: 722273/19 Vista desde 02/07/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: LETICIA FERREIRA DA SILVA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 198490/22 Vista desde 09/07/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, LIDIA MATIKO MAEJIMA, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

CONSULTA

Processo: 4479/25 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 25/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
Interessado: CLADEMAR JOAO MARASKIN, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

REPRESENTAÇÃO

Processo: 464534/23 Vista desde 09/07/2025 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (Procurador(es): ADRIANA DE PAULA BARATTO, HELIO EDUARDO RICHTER, ROBERLEI ALDO QUEIROZ, RONALDO JOSÉ E SILVA, MICHELE SUCKOW LOSS, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, WALTER GUANDALINI JUNIOR, TALITA COSTA REBELLO BARBOSA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, FABIOLA MARTINI SIBUT, BRUNO FELIPE LECK, EVERTON LUIZ SZYCHTA), ESTADO DO PARANÁ
Interessado: 4ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, ANA CAROLINA MOURA MELO DARTORA (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), ANA JULIA PIRES RIBEIRO (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), ANTENOR GOMES DE LIMA (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), ANTONIO TADEU VENERI (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), ARILSON MAROLDI CHIORATO (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, CLAUDIO BEHLING, COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS, COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (Procurador(es): ADRIANA DE PAULA BARATTO, HELIO EDUARDO RICHTER, ROBERLEI ALDO QUEIROZ, RONALDO JOSÉ E SILVA, MICHELE SUCKOW LOSS, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, WALTER GUANDALINI JUNIOR, TALITA COSTA REBELLO BARBOSA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, FABIOLA MARTINI SIBUT, BRUNO FELIPE LECK, EVERTON LUIZ SZYCHTA), DANIEL PIMENTEL SLAVIERO, ELTON CARLOS WELTER (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), GLEISI HELENA HOFFMANN (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN, ANDREA JAMUR PACHECO GODOY), GOVERNO DO PARANA - CASA CIVIL, JOÃO CARLOS ORTEGA, JORGE GOMES DE OLIVEIRA BRAND (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), JOSE CARLOS BECKER DE OLIVEIRA E SILVA (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), JOSE RODRIGUES LEMOS (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN), LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN, RENATO DE ALMEIDA FREITAS JR (Procurador(es): EDSON VIEIRA ABDALA, DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR, ROBSON LUIZ ROSSETIN)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 245953/25 Adiado por ausência do(a) relator(a) à sessão desde 16/07/2025
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ (Procurador(es): JOSE RENATO DE MELLO)
Interessado: FABIO HERNANDES, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ (Procurador(es): JOSE RENATO DE MELLO)

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

Sem publicações



TCEPR

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

PRIMEIRA CÂMARA
SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 12
DE 21 DE JULHO DE 2025 ATÉ 24 DE JULHO DE 2025

CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA

Processo: 580473/12 Vista desde 12/05/2025 Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (Procurador(es): CYBELE DE FATIMA OLIVEIRA, PRISCILA FERREIRA BLANC, ALEXANDRE JOAO BARBUR NETO, PETRUSKA LAGINSKI, DAIANE ANTUNES SALGADO, ALESSANDRO ALVES LEMES, LEONARDO RODRIGUES SOARES, DINO ATHOS SCHRUT, FABRICIO SANTOS MUZEL DE MOURA, POLIANA DE SOUZA CARDOSO)
Interessado: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (Procurador(es): CYBELE DE FATIMA OLIVEIRA, PRISCILA FERREIRA BLANC, ALEXANDRE JOAO BARBUR NETO, PETRUSKA LAGINSKI, DAIANE ANTUNES SALGADO, ALESSANDRO ALVES LEMES, LEONARDO RODRIGUES SOARES, DINO ATHOS SCHRUT, FABRICIO SANTOS MUZEL DE MOURA, POLIANA DE SOUZA CARDOSO), COOPERATIVA DE HABITACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FRANCISCO BELTRAO (Procurador(es): MARISTELA SCHMAEDECKE, LUIS FELIPE VINA, MAIARA MERCEDES DE OLIVEIRA BRAZ, MARIA LOIVA DE ANDRADE), JANDIR JOSE SELZLER, JORGE LUIZ LANGE, LIANE VITALI KOTHE (Procurador(es): MARISTELA SCHMAEDECKE, LUIS FELIPE VINA, MAIARA MERCEDES DE OLIVEIRA BRAZ, MARIA LOIVA DE ANDRADE), MOUNIR CHAOWICHE (Procurador(es): LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA), RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 430110/24
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: ACYR SANTIAGO LINO, ADRIANO DE OLIVEIRA DEL CANALE, AGNALDO ALVES DE SOUZA, ALEX PAVEZI, ALEXANDRE WILLIAN DE PAULA, ALISSON ANDRE GIL DACZKOWSKI, Altair JOsé da Costa, AMANDA CAMILLA ALENCAR DE SA, ANA CLAUDIA DE GODOIS BRUST, ANDERSON GONCALVES DA SILVA, ANDREA PINHEIRO FLORA, ANDREI MOREIRA, ANDREIA GARALUZ PEREIRA DE OLIVEIRA, ANDREIA LETHICIA DE OLIVEIRA LIMA, ANDRESSA PILATTI, ANGELO GUILHERME LIMA MACEDO DA ROCHA, ANTONIA CASTRO MIRANDA, APARECIDA PAULA DE CARVALHO DA SILVA, ARNALDO DE OLIVEIRA SOBRINHO, BARBARA LOUISE COSTA FERREIRA, BRIGIDA ARAUJO, BRUNA CRISTHINE SECOLO, BRUNA PEREIRA DE OLIVEIRA, BRUNO CACCAO VILLA, BRUNO LUIS DOS SANTOS, CAMILA DA COSTA GUIMARAES CHOPTIAN, CARINA DE SOUZA BRITO, CARINE LETICIA MACHRY, CARYNE ANE CANEPPELE DE SOUZA, CHAYENNE MALU CAMARGO FERNANDES, CLAUDIA DE PAULA BATISTA, CLAUDIA TELES LIMA, CLEIDE MARA DE LIMA, CLEITON CESAR DE GOIS, CLEONICE CALDAS DE OLIVEIRA RIBEIRO, CRISTIANE DOS SANTOS KOVALSKI, CRISTIANE FELIX, CRISTINA BRIGA, CRISTINA GUERRERO LOPES, DANIELE APARECIDA DE OLIVEIRA CANDIDO, DANIELLE APARECIDA TEIXEIRA, DANIELLE CRISTINA MUSIAL, DAYANE MOARA COUTINHO, DEBORA ANDERCAO GOMES FELISBERTO, DEBORA MARCONDES WAISMANN, DEBORA VANESSA VICENTE DOMINGUES, DENISE MAYARA SANTOS DE FREITAS, DULCE PEREIRA FRANCISCO ZULIN, EDINEIA FATIMA BONFIM MACHADO, EDNEIA RODRIGUES DA SILVA, EDUARDO BERBET DE ALCANTARA, EDUARDO MATEUS GUIMARAES ROSSI, ELAINE GOMES CHAGAS, ELAINE WOLOSCKI, ELIANE DE PAULA SOBRINHO, ELIANE TEIXEIRA MENDES PEQUITO, ELIESER SANTINI, ELISEU GASPAR, ELIZETE FERREIRA DE OLIVEIRA, ELOISA CANDIDA COSTA, FABIANA DE LARA, FABIO BARBOSA DOS SANTOS, FATIMA REGINA BELUCI BARBOSA WOICIK, FERNANDA SOARES SANTOS, FLAVIO KUREK, FRANCIELE DE JESUS FRANCO SIMOES, FRANCISLAINE FERNANDA DOS SANTOS DE MORAES, GILBERTO DOS SANTOS, GILIARDE EDER PEREIRA, GISELE APARECIDA GAIO, GISLAINE MATTOS DA CUNHA, GISLAINE SIMAO RUPPENTHAL, GIULIANNA RUFATTO, GLAUCIA DE OLIVEIRA LIMA, GLEICE DE OLIVEIRA, GRACIELE ELISA BATISTA, GREICIANE FARIAS DA SILVA, HELIO FERREIRA, ILISANE AMARAL DA SILVA, INDIAMARA CRISTINA TAVARES, IOLANDA MELO DA SILVA, IRENE APARECIDA BONETE, IZABEL APARECIDA FERMIANO DE JESUS MONTOR, JACQUELINE OLIVEIRA, JAMES MATSUMOTO BUENO, JAMILLE CAROLINA ORTIZ CARDOSO, JANAYNA MUNHOZ DE OLIVEIRA, JANE DE SOUZA NECO DA SILVA FERREIRA, JAQUELINE BIANCO PEREIRA, JAQUELINE DOS SANTOS, JAQUELINE TEREZA GOUVEIA, JEAN FERNANDO PECANHA, JEFFERSON BUENO DE CAMARGO, JENIFFER MIRANDA, JESSICA AMARAL DOS SANTOS, JESSICA PONCIANO DE OLIVEIRA, JHONATAN VACILIKIO MIRANDA, JOÃO DOUGLAS FABRÍCIO, JOELMA ALVES DE SOUSA, JOSE VITALINO DE PAULA, JOSIANE CUSTODIO DE SOUZA, JOSIANE DE OLIVEIRA DE MIRANDA CAVALARI, JOSIANE FATIMA DA SILVA SENGER, JOSIANE LEAL DE SOUZA, JOSYANE EMI KOBAYASHI MOLITOR, JULIANA APARECIDA TORIBIO CALEGHER, KARLA KATIELE VEIGA DA SILVA, KATIA LUCIA MARTELLI, KENNAN DYOGO DOS SANTOS LIMA, LAIS MAYKIELEN DE CARVALHO LUIZ, LARISSA KARLA FERREIRA, LEANDRO CLAUDIO DE SOUZA, LEOMAR RAMPINELLI, LEONARDO CARVALHO DE SOUZA, LEONARDO CUSTODIO DA ROSA, LETICIA COUTINHO, LIDIANE PAULUK, LIEGIE MARQUES GARCIA, LOHANA DOS SANTOS MORMUL, LOURDES DE FRANCA, LUCELIA APARECIDA FELTRIN VICTOR, LUCIELLE FANTIN ORTIZ, LUCILENE APARECIDA BRETAS, LUCILENE APARECIDA PESSUTI SOARES, LUCIMARA DE SOUZA, LUCINEIA OLIVEIRA DA SILVA, Luis Fernando de Oliveira Lima, LUIZ AUGUSTO SANTANA DE OLIVEIRA, MAIARA BRENDA DOS SANTOS, MAIARA CAVALCANTE BONIOL, MAIRA RIBEIRO BARROSO, MARCELA LOUISE LABRE, MARCIA CRISTINA DE SOUZA, MARCIA LINO DA SILVA, MARCIA TOCHIO, MARI REGIANE MARTINHAKI LUERSEN, MARIA ALICE BATISTA GULANOSKI, MARIA CAROLINA VEIGA DE PAIVA, MARIA DE FATIMA PEREIRA DO VALE, MARIA DE FATIMA ZAMORA, MARIA GOMES FERREIRA, MARIANA KUMATA KOMAY, MARIANA RAMOS BEHRENDREN, MARIELE ELOISA PINZAN, MARIZA FORMENTINI BUENO, MARLETE VENCESLAU, MARTA SOUZA FERREIRA, MATEUS AUGUSTO DA SILVA, MAYARA BARBOSA DE SOUZA, MILENE DOS SANTOS FIRBIDA, MIRIAM CRISTINA NISHIYAMA, MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, NAGELA JULIANA FOREGATI, NATALIA CRISTINA CAIRES TADIOTO, NELCI MATILDE ALVES, NELSON DE SOUZA JUNIOR, NEZIA DOS SANTOS, ORLANDO CICERO DA COSTA, OSCAR APARECIDO PINHEIRO DA HORA, OTAVIO AUGUSTO RAMOS MEDICE, PATRICIA APARECIDA NUNES DO CARMO, PAULA VIDAL DOS SANTOS, POLIANA SOUZA DA SILVA JANGUAS, PRISCILLA BEATRIZ CARNEIRO, RAFAEL FONSECA DE SOUZA, RAONI STEFANO DE LIMA CECI, RICARDO CAVALCANTE, ROBSON MACHARETH DE CAMPOS, RODRIGO THOME LUCENA, ROGERIO ROCHA DE OLIVEIRA, RONISE CLEIA GALDINO, ROSANE CABRAL, ROSANI CRISTINA CORDEIRO SILVESTRE, ROSELI DE LARA, ROSELY NAVES FERNANDES, ROSENI DA CRUZ OUVERNEY, ROSIMAR LUCA DO NASCIMENTO, ROSIMERI MOLITOR, ROSINEY CRUZ FARIA MICHELS, SANDRA DOS SANTOS ALVES, SANDRA MARA CARVALHO, SILAS PIRES DE CAMARGO, SILVIA CRISTINA DE LARA, SILVIA EVANGELISTA GOMES, SIMONY PEREIRA COSTA DA SILVA, SONIA APARECIDA PINTO PONTES, SONIA REGINA ZAMORA, SUELEN RITA ANDRADE MACHADO, TAILINY MACHRY DOS SANTOS, TAMARA NAITE LEAL HORT, TANIA DA SILVA, TASSIA CRISTINA COSTA DE SOUZA, TATIANA PRADO EUGENIO, TAUILLO TEZELLI, THAISA VOICIKOSKI CARVALHO, THIAGO ALVES QUEIROZ, VALDILENE DA COSTA FABRICIO, VALDIRENE OLIVEIRA SANTOS, VALERIA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS, VALERIA VIEIRA, VANESSA ALEIXO, VERENICE APARECIDA SENGER DA SILVA, VERIDIANY SENGER DA SILVA, VINICIUS ORTIZ DIAS, WANDERSON ROGERIO ULIANI VELOSO

CERTIDÃO LIBERATÓRIA

Processo: 294172/25 Vista desde 26/05/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL
Interessado: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, PAULO ROBERTO PEDRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 85502/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PIEN
Interessado: ALMIR PEDRO MIELKE, CÂMARA MUNICIPAL DE PIEN, GIOMAR DA ROSA

Processo: 128400/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO, EZEQUIEL JUNGLES DE CAMARGO, ZENO KAZIUK

Processo: 137395/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA
Interessado: AFONSO MOACIR PONTAROLO, CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA, NATAN PONTAROLO, THIAGO MIZEL

Processo: 170139/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SABÁUDIA
Interessado: ANDRE LUIZ DA SILVA, APARECIDO JOSÉ BRITO, CÂMARA MUNICIPAL DE SABÁUDIA

Processo: 175564/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTI
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTI, FERNANDO DA SILVA BATISTA, LUIS HENRIQUE MORE DE FREITAS SILVA, PALOMA DANIELA DOS SANTOS

Processo: 177729/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ, CELSO HENRIQUE DA CRUZ, REGINALDO APARECIDO ALVES

Processo: 178059/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE AMPÉRE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE AMPÉRE, IRIO BARBIERI, LUIZ CARLOS CARDOSO DE SIQUEIRA

Processo: 178849/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL, PEDRO ALBERTO ARRIGO, SABRINA YAMAJI ARRUDA

Processo: 181475/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA, JUCELIA LEAL FERREIRA, NELIO JOSE CHIQUITO

Processo: 182013/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO, LUCAS DA SILVA BESSA, MARCELO HENRIQUE DE OLIVEIRA VERGANI

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 143618/24 Vista desde 28/04/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
Interessado: DECIO JARDIM, MUNICÍPIO DE XAMBRÊ

Processo: 180149/24 Adiado para análise de voto divergente desde 07/07/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
Interessado: JOSE ROBERTO MENDES, MAURICIO APARECIDO DA SILVA, MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

Processo: 213942/24 Vista desde 28/04/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICIPIO DE TERRA BOA
Interessado: EDMILSON PEDRO DE MOURA, MUNICIPIO DE TERRA BOA, VALTER PERES

CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 514830/22
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: ABNER BONFIM DE ATAIDE, ADRIANA DA COSTA ROSA, ADRIANA DO ROCIO DE OLIVEIRA, ADRIANO SOARES, ADRIELY ELOYNA SANTOS CUMIM, ALEBRIGIDA DE OLIVEIRA, ALEK HIDEYUKI HORIMI, ALEXANDRA GASPARIN DE OLIVEIRA MARTINS, ALEXSANDRO NANNINI DE SOUZA, ALINE CASTANHO E SILVA FERREIRA DA CRUZ, ALINE SUELLEN GONCALVES, ALINI BERNARDI, ALISSON FERNANDO BARBISAN, AMANDA LUIZA DA SILVA SOARES, ANA ISABELE BREGESKI, ANA LAURA DE OLIVEIRA SILVA, ANA LUIZA DE MIRANDA, ANA PAULA DE LIMA, ANA PAULA DE OLIVEIRA, ANA PAULA DE OLIVEIRA DA SILVA, ANA PAULA NUNES DOS SANTOS, ANA PAULA SANTOS DE LIMA, ANA PAULA SOTOSKI, ANDERSON JOSE RIBEIRO, ANDRE FELIPE PEDROSO MAIA, ANDRE WESLLEN DE OLIVEIRA SCHOLOCHASKI, ANDREIA APARECIDA VAZ, ANGELA APARECIDA DOMINGUES, ANGELA CRISTINA VICENTE MENEZES, ARIANE FELIX DE ALMEIDA, ARIELLY DALAZUANA, ARISSA CRISTINA FURTADO DA PENHA, BRUNA JULIANE MATOS DIAS DE OLIVEIRA, CAMILA DE FARIAS DE ALMEIDA, CAMILA EDUARDA BURATO, CAMILA SELINA DE OLIVEIRA, CAMILO DANIEL LOVATO, CARLOS AUGUSTO INCHACZEVSKI, CARLOS EDUARDO KNOFF, CARLOS ESTEVAM FERREIRA FARIAS, CAROLINE SANDRA GONCALVES DE SOUZA, CLAUDEMIR ANGELO BUZATTO, CLAUDEMIR GONCALVES, CLAUDETE CORDEIRO, CLAUDIA NORBERTO CARVALHO, CLEIDINEIA LOURENCO DA SILVA, CLEITON ALVES FERNANDES, CLEITON PEREIRA DOS SANTOS, CLEONICE FARIA GUILHEN, CLEUSA FERREIRA LIEL, CRISTIANE DE SUSS, CRISTIANE MARIA MOZER, CRISTIANO FONTOURA CAMARGO, CRISTINA MACHADO DOS SANTOS LESINIAKOWSKI, DAIANA CORDEIRO DE PAULA, DAIANE DE FATIMA SILA, DAIANE FRANCIELE SANTOS DA SILVA, DAIANE SANTIAGO FERREIRA, DAIANE SUELEN ANDRADE DE LIMA, DALTRON FERNANDES, DANIELE DOS SANTOS, DAVILA LAUREEN VIEIRA DE ALMEIDA, DAYANI LINS, DEBORA CANDIDA RODRIGUES, DEBORA CRISTINA PEREIRA BARROS DA COSTA, DEBORA DE PAULA MOREIRA, DEISE RAIMUNDO FERREIRA LOVATO, DENILDA DA APARECIDA DOS SANTOS CORDEIRO, DENISE COSTA DA CRUZ, DEYSI ARAUJO SILVA, DILCINEA DE MATOS SOUZA, DIOGO ABNER MARTINS, DIOVANA GOVASKI, DIRLEI APARECIDO DE JESUS, EDER GOINSKI, EDGAR DOLINSKI BATISTA, EDIANE BARBOSA MACHADO, EDIMARA DOMINGUES DOS SANTOS, EDSON PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR, ELEANDRO DOS SANTOS MEDEIROS, ELENI TEREZINHA MACIEL DE OLIVEIRA, ELENICE APARECIDA DOS SANTOS, ELIANE DE FATIMA KLEINA, ELIANE DE FATIMA SIQUEIRA, ELIANE DO NASCIMENTO RIBEIRO DOS SANTOS, ELIANE PEREIRA FERREIRA, ELIETE LOPES DOS SANTOS, ELISANGELA MAUSS, ELIZ RIBEIRO DE MATOS, ELIZIANA FLORINDO PEREIRA SPOSITO, ELZA ORTIZ DE MATOS, ESTEVAN ARNAS CASTANHEIRA DE ALMEIDA, EVANISE MARIA GUSSO, EVELLYN ELIZA FRAGATI LEMOS, EVERSON PEREIRA DA SILVA, EVERTON FELICIO MARTINS, EVERTON FELIPE DOBLER, EWERTON MARCELO DE FARIAS, EZIEL RIBEIRO DE MATOS, FABIANE LETICIA FARIA, FABIANO RAFAEL SISTA, FERNANDA MOREIRA RIBEIRO, FERNANDA PRISCILA DA SILVA, FERNANDO BORGES DA SILVA, FERNANDO EREDIA PEREIRA, FLAVIA BEATRIZ BROTTO, FLORISBELA DA SILVA, GABRIELA LUPE DA SILVA, GABRIELLY MORENO PERCICOTTI, GENECI ALVES MAIA KLEINA, GERSON DENILSON COLODEL, GILMARA CRISTIANE CORREA DE BRITO, GILSON JOSE DA SILVA FILHO, GINIVALDO PEREIRA DA SILVA, GIOVANNA APARECIDA DE FARIA, GISLAINE VALOMIN SANTOS, GRUTINEZ NOVAIS, GUILHERME JOSE PARNANGUARA, GUILHERME MATEUS KESTERING FERRAZ, GUILHERME UEDA, HEBER BESLER TEIXEIRA, HERNIK DE ALMEIDA SANTOS COSTA, ILMA DE OLIVEIRA SILVA, ILTON GUILHERME STRESSER, INGRID PEPLOW, IRINEIDE DE MEIRA, ISABELE DE SANTA, IVAN DA ROCHA GUIMARAES, IVANI MARIA DA SILVA, IVONE APARECIDA RODRIGUES, IZABEL CRISTINA SOARES, JACI DE JESUS PIRES, JADE DE FATIMA DOS SANTOS QUINTANA, JANAINA DA SILVA, JANETE RODRIGUES DE FREITAS, JEAN DA SILVA NUNES, JENIFER SANTANA DOS SANTOS, JENIFFER NATALIA RAMOS PIMENTEL, JENNIFER SAMANTA PINHEIRO, JESSICA DE LUCENA AMARAL, JOAO MARCIO MACHADO DO PILAR PIENTOSA, JOAO VITOR MORAES DOS SANTOS, JOCIANE BONFIM DOS SANTOS, JONATAS FELIPE DE SOUZA, JORGE LUIS GOMES CAMINHA, JOSE ADAO TEIXEIRA DE REZENDE, JOSE ANTONIO SETTI BARBOSA, JOSE IURY CELESTINO DOMICIANO, JOSE RICARDO DE LIMA, JOSE ROBERTO CAXIADO FILHO, JULIANA ALVES DE FARIA, JULIANE CRISTINE BRONCZEK KETNER, JULIO CESAR DE LARA CAMARGO, JULIO CEZAR DA CONCEICAO, JUREMA LOPES DE MACEDO TOKARS, KAIQUE GEVIESKI RAMOS, KARINA DA SILVA ANTONIO, KARINE CRISTIANE DE OLIVEIRA, KAROLINE SUELLEN PEREIRA FINAU, KATIA REGINA CISCOTO GLODZINSKI, KAUANNE DOS SANTOS, LARISSA DOS SANTOS ZUSE, LAURICE BRAZ VIVEIROS, LAURIETE CANDIDO DA SILVA, LEANDRO SIMAO DE SOUZA, LEILA PATRICIA BENTO DE GOES, LETICIA DOS SANTOS ALVES BONFIM, LETICIA RODRIGUES KLEINA, LHAIS TACIANE FONTINELI, LIDIANE GONCALVES DA SILVA, LILIAN ALVES DE ALMEIDA, LORENA RODRIGUES ORTIZ, LUCIANA DA SILVA, LUCIANA MONIKE ALVES PEREIRA, LUCIANE LOPES MARTINS, LUCIANO JEFFERSON MAGALHAES, LUIS GUSTAVO DA SILVA PILOTTO, LUIZ ARCELIO DA CRUZ, LUIZ FERNANDO BUZZATTO, MAICON LEONARDO DE FARIA, MAICON PEREIRA DOS SANTOS, MARCELO APARECIDO SARAIVA, MARCIA CZELUSNIAK, MARCIA DE OLIVEIRA CAMARGO, MARCIA LOPES DE ARAUJO, MARCOS AURELIO DIAS, MARCOS ROBERTO PEDROSO SANTOS, MARCUS ADRIANO DA SILVA SOARES, MARIA ADRIANA SALES PEREIRA, MARIA CAROLINA DOS SANTOS ANTUNES, MARIA DA CONCEICAO FELICIO MARTINS, MARIANE BEATRIZ DE MATOS CESARIO, MARILENE FLORENCIO MOZER, MARINA DE RAMOS PEREIRA, MARINALVA MARIA DA SILVA, MARLI DA LUZ CLAUDIO, MARLI RIBEIRO CAMARGO, MARLY RIBEIRO DE MATOS, MARY DOS SANTOS CARDOSO, MATHEUS MATIAS RAMOS, MAURA DE FATIMA CANCIO DO AMARAL, MAYNARA ELEM ANTUNES, MICHAEL LIMANSKI DA ROSA, MICHEL GABARDO, MILDRINS PERPETUA ALVES, MILENA CECILIA COLODEL, MILENA RAFAELA GALVAN, MONICA SONIE DE JESUS SANTIAGO, MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, MURILO LINS JORDAO, NEIDE PATRICIA DOS SANTOS, NEUSA RODRIGUES DE ALMEIDA, NEUZELY CUSTODIO TEIXEIRA, NIVA MACHADO ALVES DA SILVA, ODENIR ALCEU BUZZATTO, OLIVIR SILVA DOS SANTOS, PATRICIA ANTUNES MACIEL DA SILVA, PAULO CESAR DE OLIVEIRA, PEDRO HENRIQUE PEPLOW SANTOS, RAFAEL DA SILVA, RAFAEL LARA TONHOLI DE LIMA, RAFAEL SIECHELINSKE, REGINALDO FERREIRA LEITE, ROBERTA FERNANDA DOS SANTOS ARAUJO GUEDES, ROBSON LUIS MAFRA, ROBSON TEIXEIRA DE LARA, RODRIGO DOS SANTOS, RODRIGO RODRIGUES DA COSTA, ROSANA SOUZA DOS SANTOS LECHENACOSKI, ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS KESTERING, ROSELI DO ROCIO DOS SANTOS, ROSILDA BISPO DOS SANTOS, ROSILENE BARONI, ROSSILEIA MACHADO LOPEZ, RUAN HENRIQUE DIAS LEIRIA, SAMARIS CRISTINA OLIVEIRA DE MELO, SANDRA MARA MARQUES MENEGASSO, SANDRIELLY STREIDENBERGER, SANDRO FERNANDES ALBOIT, SHEIDER CRISTINE VANDERVELDE, SHEILA MEDEIROS, SILVIA APARECIDA MARTINS, SIMONE VALDIR, SIRLEI DA SILVA, SOLAINE CRISTINI DIAS, SUELEN CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS, SUELEN CRISTINE OLIVEIRA, TALITA MEIRIELI ARRUDA DOS SANTOS, TATIANA SOUZA SANTOS, TATIANE ZACARIAS DOS SANTOS, TATIELI DO ROCIO DIAS PINTO FARIAS, THAILA SILVA SOARES, THALIZE WENCESLAU DOS SANTOS, THALYSSA PAULA APARECIDO, THAYLYNE FREIRE, THAYNA ALBUQUERQUE DUTRA, THAYS APARECIDA CAVALHEIRO DOS SANTOS, THAYSE NAZARIO BUENO FRANCO, THIAGO AMERICO MOZER, VAGNER RIBEIRO, VALDILEI APARECIDO ROCHA, VALDIRENE DE OLIVEIRA FRANCA GEFER, VALERIO FERNANDO LOPES, VANESSA SANTOS CARNEIRO, VANESSA TEIXEIRA, VANIA RIBEIRO LEITE, VIVIANE MACHADO, VIVIANE TEREZINHA VAZ, WILLIAN GUILHERME DE LIMA SILVA, WILLIAN MARCELINO DOMINGOS, ZAQUEU EUGENIO DOS SANTOS

Processo: 616741/23
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA
Interessado: ADILSON DOMINGOS DE RAMOS, ADILSON FAGANELLO, ADRIANA SOARES MENDONCA, ADRIANA XAVIER DE LIMA BATISTA, AGATHA ALEXANDRA DE SOUZA, ALEXIA FERNANDA MACIEL MARTELLO, ALINE CASSERES RODRIGUES DE MELO, ALINE DOMINGOS DE ALMEIDA, ALINE SOUZA SANTOS, AMANDA NOGAROLLI LUSTOSA ALENCAR, ANA JULIA DIAS XAVIER, ANDRESSA OLIVEIRA DA SILVA, ANTONIO BORGES BESERRA, CAMILA PRISCILA PATRICIA TALASKA ALVES, CAMILA SOARES, CRISLAINE APARECIDA CANDIDO DA SILVA, DAIANE BORGES DOS SANTOS, DAIANE JULIAO, ELISANGELA DA SILVA LIMA, ERIKA RESENDE DE SOUZA, EUGENIA MOREIRA DOS SANTOS BASSO, EVILAINE SILVA ALONSO, FERNANDA TORGAN, GABRIELA ARNEIRO GALVANI LAURENTINO, GABRIELA LIMA DE

SOUZA, GABRIELA MONTEIRO SILVA, GEOVANA CARVALHO DOS SANTOS PINHEL, GESICA RODRIGUES ROSA, HELLEN CRISTINA BORGES PEREIRA LOPES GARCIA, HEMILY FERNANDA APARECIDA JORDAO, HERIKA APARECIDA GOMES DA SILVA, HIGOR GABRIEL FERREIRA SANTOS, ISADORA CARDOSO DE SOUZA, JESSICA EMANUELI DOS SANTOS LIMA COLLET, JOAO VITOR PEREIRA DA SILVA, JOSE WAGNER FIORENTINO MILLER COSTA, JULIANA DUTRA SULCZINSKI KNOPF, JULIO CESAR BEZERRA DA SILVA, KAREN JOSIANE DOS SANTOS SILVA, KARINA RAIENE SILVA DE PAULA, KAROLINE FELISBERTO DE OLIVEIRA, LEANDRO LUIZ TORRES DE OLIVEIRA, LETICIA CAVALCANTE PISCITELI TAVARES, LUCIVANE ALVES GAMA DA SILVA, LUIZ GUSTAVO MAIOR BONNO, LUIZ HENRIQUE ALVES, LUIZ LOPES DE LIMA, LUZIA DA SILVA, MARCIA CRISTINA PIVA, MARCIA LEAL DA ROCHA, MARIA CELI DA SILVA, MARIA EDUARDA DE SOUZA, MARIA IZABEL DOS SANTOS, MARIA VITORIA BALBINO DA SILVA, MARINA DA SILVA SOUZA, MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, NEUSA MARIA HEMKEMEIER JULIAO, NEWTON LUIS TORRES OLIVEIRA, OTÁVIO HENRIQUE GRENDENE BONO, PATRICIA APARECIDA DE BRITO, PATRICIA FERNANDA DO PRADO ZORZE, PAULO BORGES BESERRA, RENATA APARECIDA GLORIA ZOWTYI, ROBERTA SOUZA DOS SANTOS MELO, ROSANGELA SANCHES DIAS, SAMIA FABIANA MAZZOTTI VIEIRA, SILVANIA DE MELLO PIERGENTILE GIACOBBO, SOLANGE DE FATIMA RAMOS DE FREITAS, STHEFANY MARIA AMBROSIO BILIERI, THAIS RODRIGUES MIELI, THAIS SIQUEIRA DA SILVA FRITZ, THAIS TOME DE SA, VAGNER PEREIRA DE SOUZA, VALERIA XAVIER DE OLIVEIRA, VINICIUS FERNANDES DOS SANTOS MATIAS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 140370/25 Vista desde 14/04/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA
Interessado: ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA, ALINE DE LIMA CASTRO, ALINE NUNES DANTAS, ALMERINDO GALVAO DE QUEIROZ, ANA PAULA CAVALCANTE DE LIMA, ANDREIA DA SILVA, BRUNA ANDRIELI QUINTILIANO QUEIROZ, CICERO DUARTE DE ALENCAR, CLEANE SOUZA DA SILVA SOARES, CLEUZA SABINO DA SILVA, DANIELLE DA SILVA SOARES, DEBORA XAVIER DE SOUZA, EDUARDO MONARI RAMIRO, ERIKLYS DI STEFANO CRUZ, EVANDRO ALAN GONCALVES DA SILVA, FABIO CONSOLI DE LIMA, FERNANDA LARAINNE MARIM DA SILVA, HUGO FELIPE GOIS, JAIME CANET MARQUES DE SALES, JANAINA APARECIDA PEREIRA BARBOSA, JOSELMA ARAUJO FEITOSA SILVA FERREIRA, KARINA LOPES BRITO, LAIS SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, LARISSA CAVALCANTI REIS, LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, LUCAS GONCALVES OLIANO, LUCINEIDE DE SOUZA SOARES, LUIZ CLÁUDIO ÚBIDA DE SOUZA, LUIZA VICENCIA DE OLIVEIRA, MARCOS FERNANDES DA SILVA, MARCOS HARUO ENDO JUNIOR, MARCOS ROBERTO ITO, MARIA APARECIDA DA SILVA, MARIA ISADORA MEREDA DOS SANTOS, MARIANA ALVES DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, NATALIA ALINE MASSUIA DA SILVA, NATALICIO MARCELO DE BRITO, ORLANDO APARECIDO DE SOUZA, RAFAEL PEREIRA DE ARRUDA, RAYENE IBANES DOS ANJOS, RENATA CRISTINA BERTON CEZAR, ROBSON DA MATA, RODRIGO MIGUEL MARCELINO LIMA, ROSANA SILVA PANULO, SIDNEI FRAZATTO, SIMONE MARQUES ANTUNES, SIRLENE VIANA DA SILVA GUIMARAES, TALITA FERNANDES BRAZ SOARES, TATIANE OLIVEIRA DA SILVA, TIAGO ALVES DE LIMA, WELKER FERNANDO CARDOSO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 166344/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, CARLOS ALBERTO GORTE, INES APARECIDA FERREIRA ROBES

Processo: 169076/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA
Interessado: ANTONIO SIDERLEI SIQUEIRA, CÂMARA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA, HAMILTON APARECIDO MACHADO

Processo: 175653/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE
Interessado: ANTONIO APARECIDO VIEIRA DA SILVA, CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE, SERGIO ALVES MADEIRA

Processo: 180940/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, GENIVALDO ROBERTO ANTONIO

Processo: 188658/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL, MARILENE SCHMIDT, MIGUEL MUNIZ DA SILVA

Processo: 195409/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA, OVIDIO ALVES TEIXEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 198820/24
Entidade: MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES
Interessado: LUIZ ANTONIO VOLPATO, MUNICÍPIO DE MOREIRA SALES, RAFAEL BRITO DO PRADO

Processo: 213241/24
Entidade: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Interessado: MUNICÍPIO DE PÉROLA, VALDETE CARLOS DE OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA

Processo: 212180/24 Vista desde 26/05/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 724032/21 Vista desde 26/05/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: ANA CAROLINA MORO RIBAS DE ALMEIDA, BRASÍLIO VICENTE DE CASTRO FILHO (Procurador(es): ROGERIA FAGUNDES DOTTI, JULIO CESAR BROTTO, FRANCISCO AUGUSTO ZARDO GUEDES, ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ, PEDRO HENRIQUE GALLOTTI KENICKE), CARLOS ALBERTO GOMES DE FIGUEIREDO (Procurador(es): BÁRBARA DE LUCCA OCAMPOS DA ROSA), DENISE CRISTINA TORRENS, ELIANE DO ROCIO LENKIU (Procurador(es): SANDRA KEIKO IKOMA), FLAVIA LIMA GERMANO, HYGEA GESTAO & SAUDE LTDA (Procurador(es): RODRIGO PUPPI BASTOS, CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO, PAULO VIRGILIO DE CARVALHO CANTERGIANI, THIAGO WIGGERS BITENCOURT, LEANDRO PEREIRA DA COSTA), IRVANDO LUIZ CARULA (Procurador(es): RENATO CARDOSO DE ALMEIDA ANDRADE, FELIPE KLEIN GUSSOLI, LUZARDO FARIA), IVAN RODRIGUES (Procurador(es): BÁRBARA DE LUCCA OCAMPOS DA ROSA), JOAO PEDRO TORRENS FERREIRA, LUIZ CARLOS SETIM (Procurador(es): NARA ELAINE XAVIER DA SILVA, JOSE AUGUSTO PEDROSO), LUIZ HENRIQUE TORRENS FERREIRA, LUIZ HORTENCIO FERREIRA, MARGARIDA MARIA SINGER, MED-CALL SUL SERVICOS MEDICOS LTDA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, NELSON GONCALVES, PATRICIA GALANTE STRADIOTTO VIEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA

Processo: 359151/16 Adiado para análise de voto divergente desde 07/07/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE LONDRINA
Interessado: ALEXANDRE LOPES KIREEFF (Procurador(es): PAULO ARCOVERDE NASCIMENTO), ASSOCIAÇÃO DO PROJETO PÃO DA VIDA, AURELIO CAETANO DA SILVA, GERSON MORAES DE ARAUJO, HELCIO DOS SANTOS, HOMERO BARBOSA NETO (Procurador(es): BRUNA LUANA BUENO, EDSON ALVES DA CRUZ, ALEX SANDRO BRITO DOS SANTOS), IZABEL MARIA DE JESUS PEREIRA, JOÃO CARLOS BARBOSA PEREZ, JOSÉ JOAQUIM MARTINS RIBEIRO (Procurador(es): PAULO AFONSO MAGALHÃES NOLASCO), JOSE TIAGO CAMARGO DO AMARAL, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCELO CORNELIO, MUNICÍPIO DE LONDRINA, SILVIA HELENA BONONI (Procurador(es): CLAUDETE CARVALHO CANEZIN, DOUGLAS BONALDI MARANHAO, MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE, RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA ALENCAR SILVA, RENATA MAYUMI SANOMYA, MARIA APARECIDA PIVETA CARRATO, ELIZABETH NADALIM, MARCIA TESHIMA, CLAUDIA MARIA TAGATA, ROSSANA HELENA KARATZIOS, MARCIO BARBOSA ZERNERI, LUCIANA DO CARMO NEVES, RENATO LIMA BARBOSA, ADAUTO DE ALMEIDA TOMASZEWSKI, JULIANA KIYOSEN NAKAYAMA, HENRIQUE AFONSO PIPOLO, FABIO MARTINS PEREIRA)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 131486/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, CARLOS EDSON MARCOS CASAROTTO (Procurador(es): MIRIAM CRISTINA BREDA CAMPOS CORREA, MOACIR FRANCISCO VOZNIAK, MARIZA APARECIDA HIRT VOZNIAK), INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO

Processo: 200267/25
Entidade: MUNICIPIO DE COLOMBO
Interessado: AGNALDO APARECIDO ALVES DOS SANTOS (Procurador(es): REGIANE APARECIDA ANTUNES), ALCIONE LUIZ GIARETTON, AZIOLÊ MARIA CAVALLARI PAVIN, CLAUDIO HECK, DEBORA CRISTINA BARRETO, HASTE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI, HELDER LUIZ LAZAROTTO, ILIAS DALPRA, ITALO PERINI NETO, IZABETE CRISTINA PAVIN, JDS PAVIMENTACAO LTDA (Procurador(es): REGIANE APARECIDA ANTUNES), JESSICA KUSEK MARTINS CASTILHO (Procurador(es): ANNA LIA FERREIRA MOSCALESKI, DANIEL PESSOA MADER, GABRIEL DA SILVA RIBAS, JOÃO CARLOS FARRACHA DE CASTRO), LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ VALLE, MARIA JAQUELINE DE OLIVEIRA PRESTES (Procurador(es): REGIANE APARECIDA ANTUNES), MUNICIPIO DE COLOMBO, VAGNER LUIZ ANTUNES (Procurador(es): REGIANE APARECIDA ANTUNES), WILLIANS LESSNAU (Procurador(es): ANDERSON HENRY KWAN, DANIEL WUNDER HACHEM, FELIPE KLEIN GUSSOLI, LUZARDO FARIA)

Processo: 239503/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, PEDRO GEREMIAS SIMONARIO, WALTER PARCIANELLO

Processo: 300431/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, ARNALDO DA CONCEICAO, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 137824/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Interessado: ANTONIO CARLOS DINATO, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, RENATO DE VICENTE

Processo: 170902/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SENGÉS
Interessado: ANARIO ALVES FILHO, CÂMARA MUNICIPAL DE SENGÉS, HILLEBRAND DE BOER

Processo: 186396/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANEJA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANEJA, JOAO PAULO DA SILVA LOPES, THALES GERDULLI SERAFIM TAVARES

Processo: 193830/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
Interessado: ANDERSON NUNES LAZZERIS, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, JULIANE CONTI DANDOLINI

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 265810/21
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA (Procurador(es): OSNI ANTUNES MONTEIRO), MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Processo: 211613/24
Entidade: MUNICÍPIO DE PINHÃO
Interessado: JOSÉ VITORINO PRÉSTES, MUNICÍPIO DE PINHÃO, VALDECIR BIASEBETTI

CONSELHEIRO SUBSTITUTO THIAGO BARBOSA CORDEIRO

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 330990/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 09/06/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA INÊS
Interessado: ADENILSON PACHECO, ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, BRUNO VIEIRA LUVISOTTO, MUNICÍPIO DE SANTA INÊS, TDB/VIA CONTROLADORIA MUNICIPAL LTDA

Processo: 579530/24 Vista desde 12/05/2025 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Interessado: ANGELA PADOAN, GERI NATALINO DUTRA, MUNICIPIO DE PATO BRANCO, ROBSON CANTU

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 968185/14 Adiado por devolução pós-vista desde 09/06/2025
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARCIO PINTO, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, YARA MARIA MIRANDA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, GISELLE PASCUAL PONCE BEVERVANSO, SUZANE MARIE ZAWADZKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, JEFFERSON RENATO ROSOLEM ZANETI, VIVIAN PIOVEZAN SCHOLZ TOHME, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS)
Interessado: ADEMAR LUIZ TRAIANO, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LUCIMARA BITTENCOURT TORTATO (Procurador(es): SAMUEL RICARDO RANGEL SILVEIRA, RONALDO PORTUGAL BACELLAR FILHO, NAIA PAULA YOLANDA BITTENCOURT TORTATO), PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, YARA MARIA MIRANDA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, FABIANO JORGE STAINZACK, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS), SUELY HASS, VALDIR LUIZ ROSSONI

Processo: 120544/21 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 09/06/2025
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: AILTON APARECIDO MAISTRO, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, SUELI WOEHL CARDOSO

Processo: 409092/22 Vista desde 26/05/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: ARY CARNEIRO JUNIOR, BACHIR ABBAS, CELIO WILSON CHEIKA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 306126/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 09/06/2025
Entidade: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: ALESSANDRO XIMENES PINTO (Procurador(es): WELINGTON EDUARDO LUDKE, KHALID WALID OMAIRI), ANDRE RICARDO CORIO DI BURIASCO (Procurador(es): JOSE LUIZ NUNES DA SILVA, MICHELLA ROBERTA SCARAMAL MENDES, ANA CAROLINE RODRIGUES REZENDE), ELIZANE MARIA GALLI DE SOUZA MAIA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, IELITA SANTOS DA SILVA

CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 811064/23
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: ADELAR SOARES DE OLIVEIRA, ANTONIO JUNIOR GIBOSKI, ELISANDRO PIRES FRIGO, EVERTON JOSE FAUSTINO, FLAVIO HENRIQUE BARBIERI, LUIZ GOULARTE ALVES, MARTA CRISTINA GUIZELINI, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

Processo: 728209/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA
Interessado: ANA MARIA AGUIRRE, CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA, SAMUEL OLIVEIRA DE LIMA, VALDIR JOAO ROSINSKI

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 133373/25
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARILUZ
Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MARILUZ, GLEICELY FEITOSA DE LIMA DE SOUZA

Processo: 161130/25
Entidade: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAPURÁ
Interessado: ROBERTO VALENTIM DE OLIVEIRA, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAPURÁ

Processo: 187880/25
Entidade: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS
Interessado: FLAVIO MARCELINO FANTIN, SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MURYEL HEY

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 561505/23 Vista desde 14/04/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE MARUMBI
Interessado: ADHEMAR FRANCISCO REJANI, ADRIANO LEAL DA SILVA, ANA ADELAIDE TORA, ANGELITA BERBEL GUTIERRE, Diego Scacabarrozzi, ELAINE MARIA FERREIRA COSTA, GABRIEL FERREIRA DA SILVA, GABRIELA NOGUEIRA BATISTA DE BARROS, GEOVANA COSTA ARAUJO LOURENCINI, GISELI CRISTINA DA SILVA, JAQUELINE BIZ DE NES, LAURA GONCALVES LEONARSKI, LUCAS MATHEUS MACHADO DANNAS, MARCELO APARECIDO JACINTO, MAURO APARECIDO DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE MARUMBI, PAULO

LAWRENCE DA SILVA OLIVEIRA, RAFAEL HENRIQUE CUSTODIO NUNES, ROSELI DE FATIMA INACIO, SIDNEI VALENTE, VENEIR DA SILVA LOPES, WILLIAM MICALLI CARVALHO DA SILVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 302724/24 Vista desde 28/04/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: CODEP - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: CODEP - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, LUIZ PEREIRA KEPPEN, MARGARIDA MARIA SINGER

CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 723300/20 Vista desde 07/07/2025 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA
Interessado: ELUIZA MESSIANO BETTEGA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA, LUIZ FRANCISCONI NETO, MARIA LUZIA MIOTTO POLI

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 444448/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO, ISABELLI DE SOUZA BONACHE, MOISES DA SILVA ALVES, VALDICEIA DA SILVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 214159/24
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE GODOY MOREIRA
Interessado: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE GODOY MOREIRA, LETICIA APARECIDA GONÇALVES

Processo: 308510/24
Entidade: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PIÊN (Procurador(es): CLAUDIO TAVARES TESSEROLI)
Interessado: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PIÊN (Procurador(es): CLAUDIO TAVARES TESSEROLI), MARCOS AURELIO MELENEK, MARINA ROSITA PASIERPSKI MARINHO

Processo: 309664/24
Entidade: ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ
Interessado: ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ, ELIO BOLZON JUNIOR, NEIMAR GRANOSKI

Processo: 150960/25
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE INDIANÓPOLIS
Interessado: ALADIR MARIA DE SOUZA, CARMELITA HOBOLD, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE INDIANÓPOLIS

Processo: 165747/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA LAPA
Interessado: ALTAIR EUKO, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA LAPA

Processo: 175882/25
Entidade: CAIXA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE
Interessado: ALESSANDRO DA SILVA PARIZ, CAIXA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE

1ªSECAM - Atas

PRIMEIRA CÂMARA
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 10,
REALIZADA NO PERÍODO ENTRE 23 E 26 DE JUNHO DE 2025

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (23/06/2025), com início ao meio-dia (12:00hs), realizou-se a Décima Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, com a presença do Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL, bem como dos Conselheiros Substitutos LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, MURYEL HEY e JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO. Participou, como representante do Ministério Público de Contas, a Procuradora JULIANA STERNADT REINER. A Secretaria da Sessão foi exercida pela Secretária da Primeira Câmara, Mariana Amaral Porto. Ausente o Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, em razão de férias, ficando convocado o Conselheiro Substituto LÍVIO FABIANO SOTERO COSTA para composição do quórum, de acordo com a Portaria nº 642/25. Ausente o Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO, em razão de férias. O Senhor Presidente, Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, submeteu à homologação do Plenário Virtual a Ata de nº 9, referente a Sessão Virtual da Primeira Câmara, realizada entre os dias 9 e 12 de junho de 2025, a qual foi homologada. O Senhor Presidente concedeu a oportunidade para as Comunicações previstas no inciso II do art. 436 e para inclusão em pauta dos processos de que tratam o art. 429, § 4º, ambos do Regimento Interno, bem como, no artigo 10 da Resolução 77/2020, as quais foram registradas ciência, por unanimidade. Foi devolvido o Processo nº: 212926/23, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, pelo Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral. Foi comunicado o sobrestamento do Processo nº 289337/24 - Revisão de Pensão, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, da relatoria do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto. Foram comunicadas as prorrogações de sobrestamento dos Processos nºs: 553340/23 – Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 856/2025 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 694807/23 – Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 857/25 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 694971/23 – Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 858/25 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, 694904/23 – Revisão de Proventos, conforme Despacho nº 859/25 - GCILB, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, da relatoria do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 553383/23 – Revisão de Proventos – conforme Despacho nº 677/25 - GCDA, na Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP, da relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral. Foram julgados os Processos nºs: 300228/22 (Regularidade das contas com ressalvas), 270075/24 (Regularidade das contas com ressalvas), 365404/23 (Regular com ressalvas com recomendações), 151080/23 (Registro com recomendações), 359436/25 (Indeferimento), 204285/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 145347/25 (Regular), 151339/25 (Regular), 152300/25 (Regular), 153285/25 (Regular), 154869/25 (Regular), 159194/25 (Regular), 173502/25 (Regular), 174100/25 (Regular), 197177/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 589089/21 (Registro com recomendações), 351148/24 (Registro com recomendações), 261599/25 (Deferimento), 203246/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 210714/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 211532/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 154354/25 (Regular), 154796/25 (Regular), 163329/25 (Regular), 176951/25 (Regular), 184563/25 (Regular com recomendações), 189719/25 (Regular), 191918/25 (Regular), 199692/25 (Regular com recomendações), da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 35808/23 (Registro com determinações), 139510/23 (Registro com determinações), 757434/23 (Registro com recomendações e determinações), 840536/23 (Registro), 189227/24 (Regular com determinações), 141139/25 (Regular), 167278/25 (Regular com determinações), 188488/25 (Regular), 197827/25 (Regular com recomendações), 200674/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa; 211737/24 (Irregularidade das contas com aplicação de multa), 118439/25 (Regular), 146840/25 (Regular), 164880/25 (Regular), 169408/25 (Regular), 178318/25 (Regular), 200119/25 (Regular), da pauta da Conselheira Substituta Muryel Hey; 624481/22 (Registro com recomendações e determinações), 260530/23 (Registro com determinações), 266730/25 (Conhecimento e provimento), da pauta do Conselheiro Substituto Jose Mauricio de Andrade Neto. Nos processos nºs: 153285/25, 163329/25, 184563/25, 199692/25, 146840/25, 178318/25, 200119/25, o Ministério Público de Contas apresentou manifestação no seguinte sentido ‘‘Historicamente tem-se que as Instruções Normativas publicadas de 2007 a 2023, responsáveis pela conformação do escopo de análise e pela indicação dos documentos exigidos nas prestações de contas, em convergência com o disposto no artigo 74, inciso IV, da Constituição Federal, davam especial importância ao Relatório de Controle Interno. Verifica-se, no entanto, que a partir da Instrução Normativa n.º 189/2024, houve uma significativa mudança no escopo de análise da Prestação de Contas Anual das entidades municipais do Estado do Paraná, visto que foi a primeira Instrução Normativa a deixar de exigir o encaminhamento do Relatório do Controle Interno, limitando-se à requisição de encaminhamento da declaração de ciência do Gestor quanto ao respectivo conteúdo. Ocorre que, por se tratar de documento essencial à análise das contas, que traduz o acompanhamento concomitante e in loco da legalidade, eficiência, imparcialidade economicidade da execução dos gastos e implementação das políticas públicas, compreende-se que o Relatório de Controle Interno Anual deveria constar do Portal da Transparência de todas as entidades, em respeito à efetividade do princípio constitucional da transparência, previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e consubstanciado na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Nesse sentido, importa salientar que, seguindo o padrão dos exercícios anteriores, este Parquet segue procurando localizar o Relatório em referência no site dos Entes para aferir o resultado da atuação do Controle Interno - imprescindível para o exercício do Controle Externo a cargo deste E. TCE - uma vez que, conforme informações fornecidas pela então Coordenadoria de Gestão Municipal, este Tribunal não mais possui, em suas bases de dados cópia do aludido documento. Na situação em comento, após consulta ao Portal de Transparência do ente, não foi possível localizar o documento em análise, muito embora devesse ele estar ali disponibilizado, em atenção às diretrizes vincadas na Lei de Acesso à Informação, havendo nessa inegável omissão se fundado o pedido de expedição de determinação à entidade, que tem recebido três distintos encaminhamentos no âmbito dessa Primeira Câmara: (i) acolhimento do pleito e expedição da determinação; (ii) conversão do pedido em recomendação; e (iii) indeferimento. Esclarece-se que essa disparidade de entendimentos também tem sido identificada no acompanhamento das sessões realizadas pela Segunda Câmara, fazendo-se necessário, destarte, buscar um tratamento unívoco para a questão. Para tanto, cumpre enfatizar a recente divulgação, em 23/06/2025, no site do TCE/PR, de notícia intitulada "Relatório de Controle Interno tem que ser publicado nos portais da transparência", na qual se coloca em evidência a decisão adotada à unanimidade de votos no Acórdão n.º 1301/25 - Segunda Câmara, a cuja fundamentação, lastreada no voto do Relator, Cons. Fábio de Souza Camargo, este Ministério Público aqui se remete e oportunamente ratifica’’. Mantiveram-se com vista os Processos nºs: 143618/24, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 180149/24, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 213942/24, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 294172/25, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 580473/12, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, ao Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro; 140370/25, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 212180/24, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 724032/21, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 579530/24, da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro, ao Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 409092/22, da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro, ao

Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 561505/23, da pauta da Conselheira Substituta Muryel Hey, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 302724/24, da pauta da Conselheira Substituta Muryel Hey, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Foram adiados os Processos nºs: 212926/23 (Adiado para análise de voto divergente), 817348/23 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 157523/25 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 182110/25 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 189375/24 (Adiado para análise de voto divergente), 210900/24 (Adiado para análise de voto divergente), da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 211494/24 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 225029/24 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 125737/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 148869/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 153242/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 153803/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 207705/24 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 46185/21 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação) , 359151/16 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 120847/24 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 168238/24 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 191683/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 193821/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 159046/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 165615/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 166336/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 172018/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 175734/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 180894/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 181688/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), 181882/25 (Adiado por férias do relator - bloqueia votação), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 120544/21 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 306126/24 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), 330990/24 (Adiado aguardando proposta de voto do relator), da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro. Manteve-se adiado o Processo nº: 968185/14 (Adiado por devolução pós-vista), da pauta do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro. Transcorrida a fase de julgamento às quinze horas (15:00hs) do dia 26 de junho de dois mil e vinte e cinco, o Senhor Presidente encerrou a Décima Sessão Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, convocando a próxima Sessão Ordinária Virtual deste Colegiado para realização entre os dias 7 e 10 de julho de dois mil e vinte e cinco, no horário previsto na Resolução n° 77/2020. E para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária da Primeira Câmara, Mariana Amaral Porto, e pelo Presidente deste Colegiado, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA.**********

1ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações



Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

SEGUNDA CÂMARA
SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 12
DE 21 DE JULHO DE 2025 ATÉ 24 DE JULHO DE 2025

CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 216909/25 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAPOTI
Interessado: IRANI JOSE BARROS, MUNICÍPIO DE ARAPOTI

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 186912/18
Entidade: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA
Interessado: ADRIANE NASCIMENTO SILVA CUSTODIO, ELIAS BEZERRA DE ARAUJO, FERNANDA PIRES VIEIRA, MARLON RANCER MARQUES, MUNICÍPIO DE MARIA HELENA

Processo: 213720/21
Entidade: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADEILSON LUZ DE OLIVEIRA, ADLER BATISTA OLIVEIRA NOBRE, AFONSO MARINHO CATISTI DE ANDRADE, ANA MARIA CHALUB DE AQUINO, ANA MARIA ORTEGA FONSECA, ANDREI JOSE DE CAMPOS, CAROLINA BRAGA PAIVA, CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA, DAVI KASSICK FERREIRA, DEBORA NASCIMENTO SILVA FRAZAO, ERIC BORTOLETTO FONTES, FRANCIELE PEREIRA DO NASCIMENTO, GABRIEL HENRIQUE ANTONIO PAIVA LEOCADIO, GABRIELA RODRIGUES DE PAULA, GABRIELA SOUTIER FONTANELLA, GIANLUCCA DANIEL DA MATTA SILVA, GUILHERME BARROS DOMINATO, ITAMAR MAZZO SCHMITZ, JEAN RODRIGUES, JESSICA LOURENCO DE SA SANTOS, JONATHAN CASSOU DOS SANTOS, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, KAMILA PEREIRA MARTINS, LEONARDO DE SOUZA SANTOS, LEONARDO MUSSIN DE FREITAS, LETICIA VIANA BARATO, LIDIA MATIKO MAEJIMA, LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI, LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, MARCIO CARNEIRO DE MESQUITA JUNIOR, MATEUS BRAGA DE CARVALHO, MILENA KELLY DE OLIVEIRA, PEDRO ERNESTO RAMOS, PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO, PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, PHILIPPE JEUNON GOMES DA CUNHA, PRISCILA GABRIELY JORGE, TAILAN TOMIELLO COSTA, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, WILLIAM OLIVEIRA TAVEIRA

Processo: 173703/24 Vista desde 26/05/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAPURÁ
Interessado: ADRIANA CRISTINA POLIZER, EGUINALDO DOMINGOS DA SILVA, JULIANA DA SILVA ELISIARIO MEN, ORLANDO PEREZ FRAZATTO, ROBERTO VALENTIM DE OLIVEIRA, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAPURÁ

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 316249/25
Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Interessado: ADRIANO RAMOS, MARCELO ELIAS ROQUE (Procurador(es): MIRIAM CIPRIANI GOMES, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE, CLAUDIA JACOB ROCKEMBACH), MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

PROCESSO DE SERVIDOR DO TRIBUNAL

Processo: 285676/25
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ELIANE MARIA COMPARIM SANTOS, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 87912/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ
Interessado: ANGELO ANTONIO BALDISSERA, CÂMARA MUNICIPAL DE VERÊ, SUELI TERESINHA CECAGNO STANGUERLIN

Processo: 172697/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES
Interessado: ADILSON JOSE KULAKOWSKI, CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES, JOSE CARLOS CORREA LEAO

Processo: 172727/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE (Procurador(es): VILSON JOSE MALDANER)
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE (Procurador(es): VILSON JOSE MALDANER), CRISTIANO RODRIGO WEBER, NEIMAR JOSÉ KRONE

Processo: 174002/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAZINA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAZINA, EDVALDO VITO RIBEIRO, FRANCISCO ASSIS LOPES

Processo: 186400/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, TIAGO VARIZA

Processo: 196057/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO, ELIZEU DE ALMEIDA, VALDIR ALVES DE OLIVEIRA

Processo: 199285/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, JOSE CARLOS DE SOUZA

Processo: 122282/25 Vista desde 07/07/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, EDMAR VIEIRA RODRIGUES, LAERCIO BRIZOLA

Processo: 133993/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO, JOSE JOAREZ IUSVIAKI, RICARDO WISNIESKI ALVES

Processo: 137450/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE PRUDENTOPOLIS
Interessado: CAMARA MUNICIPAL DE PRUDENTOPOLIS, CLAUDIO MICHALCZUK, EDER MARLON SCHWAB, LADEMIRO BUDNIK

Processo: 158520/25 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA, SIDNEI EVARISTO FERREIRA, SUELI FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA

Processo: 171429/25 Vista desde 07/07/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, CLEBER MARCOS NOGUEIRA, LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI

Processo: 196219/25 Vista desde 07/07/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND, ELIZEU KOMINECK

Processo: 198491/25 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ, DAVID RENAN COSTA MIRANDA DOS SANTOS, RUBENS RIBEIRO DA SILVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 215139/24
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARATUBA
Interessado: MAURICIO LENSE, MUNICÍPIO DE GUARATUBA, ROBERTO CORDEIRO JUSTUS

Processo: 204168/23 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE MARUMBI
Interessado: ADHEMAR FRANCISCO REJANI, ELAINE MARIA FERREIRA COSTA, MUNICÍPIO DE MARUMBI

CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 572306/24 Adiado aguardando proposta de voto do(a) relator(a) desde 07/07/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Interessado: HÉLIO ROBERTO AZEDO FILHO, MUNICÍPIO DE PÉROLA, VALDETE CARLOS DE OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 601406/22
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: CAMILO DANIEL LOVATO, CARLOS ROBERTO ZILLI, GERSON DENILSON COLODEL, MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, WESLHEY GUSTAVO CANUTO SANTIAGO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 153293/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU, FABRICIO CESAR MARTELOZZI, MARCIO AQUARONI NAVACHI

Processo: 155067/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ
Interessado: ALISSON FELIPE BORGES, CÂMARA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ, JOSEMAR FURINI

Processo: 195158/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA
Interessado: ADEMIR GALHARDO ROMERO, CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA BOA, FABIANO MACEDO CARDOSO

Processo: 197410/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO, ELCIO JOSUE COLACO, ODAIR PEREIRA

Processo: 119176/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA (Procurador(es): JEFERSON RIBEIRO)
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA (Procurador(es): JEFERSON RIBEIRO), CELSO AUGUSTO MACIEL, RICARDO VIEIRA DA SILVA

Processo: 141163/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, MANOEL TIMÓTEO DE ALMEIDA

Processo: 174118/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, JOVENTINO DE MACEDO, MARSOL MIGUEL DOLNY

Processo: 186698/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MARUMBI
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MARUMBI, JOSE FERNANDES DA COSTA

Processo: 191080/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, JOSE PEREIRA DA CRUZ, MARLON CRUZ PREMOLI

Processo: 191829/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, CARLOS CESAR MARTINS, MICHAEL BRUSTULIN

Processo: 192493/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, FRANCISCO JESUS DA SILVA, LUIZ CARLOS TIRELLI

Processo: 195573/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE, EDUARDO BONO DA SILVA, JOAO LOURENÇO DA SILVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 207179/24 Vista desde 07/07/2025 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Entidade: MUNICÍPIO DE LOANDA (Procurador(es): MANOEL MESSIAS FIRMINO)
Interessado: JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES, MUNICÍPIO DE LOANDA (Procurador(es): MANOEL MESSIAS FIRMINO)

CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 611310/24
Entidade: MUNICÍPIO DE PÉROLA
Interessado: CLAITON CLEBER MENDES, MUNICÍPIO DE PÉROLA, VALDETE CARLOS DE OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 83603/22
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, JOCINEIA TOLDO, JULIANO MORELLI, RAFAEL COSTA FERREIRA, VALDIR REFFATTI

Processo: 216910/25
Entidade: MUNICÍPIO DE CASTRO
Interessado: DIRCE REGINA MENDES, HEIDLANE CASTRO DE ASSUNÇÃO, MUNICÍPIO DE CASTRO, REINALDO CARDOSO

Processo: 418770/23 Vista desde 26/05/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE CASTRO
Interessado: ADELIO BIESEK, ADRIANO SOARES, ALANA THAIS CARNEIRO SANTOS, ALESSANDRA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ALVARO TELLES, ANDRESSA LUANA STOCKLER, ANTONIO FILHO LEAL LOPES, CARLOS RAMON SOUZA CARNEIRO, CARLOS ROBERTO CARNEIRO DE OLIVEIRA, CAROLINE LARISSA WEINERT, GIOVANE RODRIGUES SANTIAGO, GISLAINE CAMILA SCURUPA DE MEIRA, JEANE PEREIRA MACHADO, JOSE PEDRO ROSA, JOSIANE DE FATIMA CASTORINO, LINCON MIODUSKI FERREIRA, LOUISE CARON NOVAES SCHLUMBERGER, LUIS FERNANDO DOLIVEIRA, MELISSA KOLODZEJEZYK, MUNICÍPIO DE CASTRO, RAFAELA BUENO OLIVEIRA, REINALDO CARDOSO, RENAN FELIPE DE MARCOS, RENATA BARBOSA, SIDNEY MENDES DE FREITAS, THIAGO PEDROSO

Processo: 289779/24 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
Interessado: AGNALDO DE SOUZA COSTA, ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ, CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA, JOSE CARLOS GOMES FLORENCIO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 139550/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, MARCILIO ANTONIO DE SOUZA, RONALDO CESAR DOS SANTOS

Processo: 149822/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PEABIRU
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PEABIRU, IRINEU MANFRIN, LUCAS MANOEL PRUDENCIO DE BRITO

Processo: 150995/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE, EDEGAR SCHMIDT PROENÇA, LEO MENIN

Processo: 155512/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, JULIANO DOS SANTOS, RICARDO CHICOVIS DE OLIVEIRA

Processo: 164910/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, MARIA APARECIDA CALDEIRA NUNES, MARISA ISSA RIZK

Processo: 166433/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA, MARCOS RAVANELI, VALDECIR BALDESSAR

Processo: 172620/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Interessado: ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO, CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA, VALDECIR JOSÉ RATKO

Processo: 172735/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VENTANIA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE VENTANIA, SEBASTIAO FERREIRA

Processo: 177648/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZIANA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE LUIZIANA, JOAQUIM PEPINELI DE ARAUJO, WALLACE JOSE MAIA

Processo: 179098/25
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO, JOSEANE MARTARELLO, VANDERSON JUNIOR ECHER

Processo: 91570/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU
Interessado: ALESSANDRA TRINDADE DIAS CEZAR, ANGELICA PORTA BERNARDI, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

Processo: 148990/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE, IDELFONSO TELLES NETO, MARCIO JOSE PEREIRA LIMA

Processo: 161431/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA
Interessado: ANTONIO MARCOS DE SOUZA, CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA, MARCIO CESAR DE ANDRADE

Processo: 166271/25 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, EDINALDO ONORIO DA SILVA

Processo: 176161/25 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA, CELSO GREGORIO, LUCAS DA SILVA CADINI

Processo: 178687/25 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE KALORÉ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE KALORÉ, MARCOS ROBERTO SANCHES JUNIOR, MOACIR FUZETI SEGUNDO

Processo: 181408/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA, VALDAIR APARECIDO PALLA

Processo: 182366/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, JAIR DE BORBA ROSA, JOSE FERNANDO DE LIMA

Processo: 186523/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CÉU AZUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CÉU AZUL, ENIVALDO GREGORIO DALMAS, RODRIGO PEREIRA MARANHAO

Processo: 189417/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
Interessado: AIRTON FERREIRA, CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS, RICARDO BARRETO SALGUEIRO

Processo: 190369/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, CLAUDECI APARECIDO RODRIGUES, FABIO GUERRA CORREA

Processo: 191969/25 Vista desde 09/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL, EUGENIO JOSE ZANONA, PEDRO APARECIDO CAFE

Processo: 198645/25 Adiado por pedido do(a) relator(a) desde 07/07/2025
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS, MARCIO PATERA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo: 208353/24
Entidade: MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA
Interessado: MARCELO LEITE, MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA

Processo: 147672/24 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE PEROBAL
Interessado: ALMIR DE ALMEIDA, CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE, MUNICÍPIO DE PEROBAL

Processo: 210692/24 Vista desde 07/07/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAPOTI
Interessado: IRANI JOSE BARROS, MUNICÍPIO DE ARAPOTI

Processo: 213969/24 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: MUNICÍPIO DE JATAIZINHO
Interessado: MUNICÍPIO DE JATAIZINHO, WILSON FERNANDES

CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 255717/21
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ FERNANDO FERRACINE, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 458207/20
Entidade: MUNICÍPIO DE IMBITUVA
Interessado: ALICE ELIZETE KERNISKE, ALINE JOSIANE ESPECALSKI, ANDREIA SCHEIDT BENSBERG, ANDRIELI DENKIEVICZ FILUS, BERTOLDO ROVER (Procurador(es): ANDRE LUIZ SBERZE, GÉSSICA PAOLA SANDRIN), CELIA REGINA LEMOS, CELSO KUBASKI, CLAUDINEIA MARIA TERNOVSKI BOBATO, DAIANE DE OLIVEIRA, DAIANE PEREIRA BOVO, DANILO RODRIGUES, EDIELEN CAROLINE SIMAN, EDILSON COSTA ROSA, ELISANGELA MARIA BOBATO, FILIPE MIGUEL PEREIRA, GUSTAVO DE ALMEIDA, HELLEN HEULALIA BUENO, INOIR PENTEADO, JAQUELINE HASS, JOCELI BATISTA DE OLIVEIRA, JOCIELI DE FATIMA STELMASCHUK, JOSIELI APARECIDA MENON, JULIANA DE PAULA, KEITI FRANCELINE POTMA, LAISA MACHADO DE JESUS BAO, MARIA LUCIA MULLER DOS SANTOS, MARLENE TERESINHA GASPAR ALESSI TESSARI, MERIELE MEHRET, MICHELE DALZOTTO GARCIA, MILENA ANDRADE PENTEADO, MUNICÍPIO DE IMBITUVA, PATRICIA ALICE DA SILVA, PRICILLA MARIANI DIAS, ROSELIA DE CASSIA PEREIRA DA CRUZ, RUBIA RAPACHI COSMO, SAIONARA ISRAELITA FRANCO, Sueli aparecida Garcia Furmann, VILMAR FREITAS DE MEIRA, VILSON DE LIMA

Processo: 192496/23
Entidade: MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS
Interessado: ALESSANDRA DE SOUZA DOS SANTOS, ALICE GIURIATTI DE OLIVEIRA, ALINE MICHELE SILVA PADILHA, ANA CAROLINA DE OLIVEIRA SANTOS, ANA CLAUDIA DA SILVA RIBEIRO, ANA LAURA BACIL ALVES, ANDRE LUIS DA SILVA, ANDREIA RODRIGUES DOS SANTOS, ANGELA RODRIGUES EUGENIO, BEATRIZ SBRAVATI LOPES FERNADES, BRUNA OLIVEIRA GARCIA DIAS BATISTA, CAMILA LEBANA DE MOURA BELCHIOR LIMA, CARLA FERNANDA LIMA DA SILVA, CARLOS EDUARDO ALVES DOS SANTOS, CARLOS

EDUARDO DOS SANTOS BARBOSA, CELIO PEREIRA DE OLIVEIRA, CELIO ROBERTO BARBOSA DE ASSUNCAO, CELSO DE ALMEIDA LIMA, CLEUNICE DOS SANTOS OLIVEIRA, CLEUSA TIMOTEO DE PINA SILVA, CRISTIANO FERREIRA DE SOUZA, DALIANE DA COSTA CAMPOS, DANIELE SANTOS PRESTES, DANIELLY CORDEIRO DE PONTES, DEBORA MARTINS PEREIRA, DENILSON DE FARIAS SANTOS, DIENYFER SUZAN DOS SANTOS, EDERALDO DA SILVA ALVES, EDNA MARIA DE RAMOS MACIEL, EDUARDO DOS SANTOS COELHO, ELAINE APARECIDA SANCHES TEIXEIRA, ELANE AYRES PEREIRA DE SOUZA, ELIANE DE LIMA DA SILVA, ELIELCIO DA PAZ RODRIGUES, ELISANE SBRAVATI LOPES FERNANDES, ELVIS MARQUES HENRIQUESSON, EMANUELLE DOS SANTOS ARMSTRONG SCHENEIDER, ERIK FRANCIS PEREIRA DA LUZ, EVELIN RIBEIRO FIDELIS DOS SANTOS, FLAVIA MARIA DE LIMA, FRANCINETE DOS SANTOS MORAES, GABRIEL LEONARDO DOS SANTOS DINIZ, GIOVANI ROBERTO DE CAMARGO, GIZELE CRISTIANE RIBEIRO MACIEL, GLADYS APARECIDA CORDEIRO GRATIVOL, HEITOR DE OLIVEIRA ROSA, HELOISA DANTAS SANTOS, HENRIQUE DE PONTES RAMOS, INDIAMARA PEREIRA DA SILVA, IONE NOGUEIRA ROSSI, IRENE JORGE DA SILVA, JACIARA DO CARMO FRASAO, JAIR DE JESUS RAMOS, JANAINA APARECIDA DE MORAES, JANE APARECIDA DE MATOS PEREIRA, JANE APARECIDA FAVILLE CORREIA, JAQUELINE FERREIRA FORTES, JAQUELINE RAMOS DOS SANTOS, JEAN LUIZ DUARTE PINHEIRO, JEANILTON ARAUJO DE PAIVA, JESSICA MAYRA FERREIRA DE MORAIS, JESSIKA GOMES DE OLIVEIRA, JOCILENE MEDEIROS PEREIRA, JOELMA DE SOUZA PONTES, JONAS DE ALMEIDA JUNIOR, JULIANA APARECIDA VELOSO, JULIANE CATARINA SANTOS DE FREITAS, JUREMA DE MATOS DE OLIVEIRA, KALLITA DAMARIS DE OLIVEIRA FORTES TAVARES, KARINE DE PONTES FAGUNDES, KESCILIN THAIS SILVA DE ASSUNCAO, LAINE BOENO DE FREITAS, LARISSA RODRIGUES ASSUNCAO CESAR, LEONICE CONCEICAO SANTOS, LIANDRA FERNANDA ALMEIDA RUFINO, LUANA MOREIRA DE ARAUJO, LUCIA HELENA MADUREIRA ALBUQUERQUE, LUCILEIA DA SILVA ALVES, LUCIMARA BELCHOR CARDOSO DOS SANTOS, MADALENA COSTA DOS SANTOS, MARCOS GABRIEL PEDROSO DE SOUZA, MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS FRANCA, MARIA DO CARMO ALVES SOARES, MARIA LUISA MACHADO CECCON, MARIA REGINA CONCEICAO, MARIELE FREITAS DE MORAIS, MARISETE RODRIGUES STRAUB, MAURICIO SCHINCOVIAKI CORDEIRO, MILENE FREITAS DE MORAIS, MOISES APARECIDO DA ROSA FORTES, MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS, NEUZA DE OLIVEIRA DE LIMA, NILZILENE DOS SANTOS BLUM, OSEIAS DE ALMEIDA PEREIRA, OSVALDO CONCEICAO FRANCA, PATRICIA DE PINA SILVA, PAULO SERGIO DA COSTA, RAFAEL AUGUSTO FERNANDES, RAFAELA MACIEL DOS SANTOS ALVES, RAMON MARTINS, RAQUEL RODRIGUES CONCEICAO, RENAN DE MACEDO DO NASCIMENTO, RENATA DIAS FUMIS, RODRIGO DE FARIAS ROSNER, ROSILENE RODRIGUES CONCEICAO, RUTE RODRIGUES OLIVEIRA, SATIA NELISE SOUSA TRAMONTIN, SELMA CASSIANA SANT ANA DE OLIVEIRA, SELMA DE ANDRADE DE OLIVEIRA LIMA, SIDICLEIA DE LIMA OLIVEIRA, SIDINEIA APARECIDA SEVERO DA SILVA, SILVIA HELENA FEITOSA, SIMONE DE OLIVEIRA PINHEIRO LIMA, SIRLEI SANTOS DE SOUZA, SIRLEI SILVA DE SOUZA, TALES HENRIQUE FARIAS ZAMIEROWSKI, TATIANI DE FATIMA DIAS FUMIS, THAIS RODRIGUES REIS, THAYLINE CARDOSO DOS SANTOS OLIVEIRA, VALDECI FERREIRA SANTOS, VALERIA RIBEIRO SARTI, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, WAGNER SCHENEIDER, WERICA VIVIANE DA SILVA DE QUEIROZ, WESLEY EMILSON BARBOSA GONCALVES, WILSON DE OLIVEIRA STRAUB, ZENIL PINA DA SILVA

Processo: 526203/23
Entidade: MUNICIPIO DE CIANORTE
Interessado: ANA LUCIA DE OLIVEIRA DIOTO, ANDREIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA, ANDRESSA DOLEMBA NAZARIO BATISTA, DIONATA DE SOUZA COMINI, MARCO ANTONIO FRANZATO, MUNICIPIO DE CIANORTE, RAPHAELLA NAYARA DA SILVA, ROSANE GIMENES PAVANELLO MACHADO, SOLANGE BEZERRA DUBIANI LIMA

Processo: 718668/23
Entidade: MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE
Interessado: AMARILDO APARECIDO DA SILVA, GUILHERME PIVATTO JUNIOR, JOSIMAR RODRIGUES DE SALLES, MARIO ALAN BLOEMER, MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, PALLOMA BERNARDINO ALBUQUERQUE, REGINA HERPICH FRONZA

Processo: 377208/23 Vista desde 23/06/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: ERICK VISINONI, FELIPE FAIX BARBY, GUSTAVO TRENTINI CAMPARA, HUDSON LEONCIO TEIXEIRA, IGOR HENRIQUE DOS SANTOS PAULINO, JULIO CESAR BOMPEIXE SANTOS, LUCAS JOSE TIEPERMANN, LUCAS TEIXEIRA PEREIRA, RAFAEL KINKOSKI, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, VICTOR DE SOUZA UHMANN, VICTORIA BRANDALIZE SOUZA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 87653/25
Entidade: INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO
Interessado: EMERSON QUADROS ZANETTI, INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO

Processo: 178989/25
Entidade: FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO
Interessado: DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA, FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO

CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

Processo: 805360/24 Vista desde 07/07/2025 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, IVAN FERREIRA DE MELO, LUIZ PEREIRA KEPPEN, MARGARIDA MARIA SINGER

ATO DE INATIVAÇÃO

Processo: 298371/22
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, YARA MARIA MIRANDA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS)
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, MARILDA VIEIRA DOS SANTOS, PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSUE PALESTINO, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, YARA MARIA MIRANDA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, FABIANO JORGE STAINZACK, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, IURI FERRARI COCICOV, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS)

Processo: 662356/24
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, NEUSA MICHEL

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 524510/23
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA
Interessado: ADRIANO DIAS DOS SANTOS, ALESSANDRA GABRIELE ALVES, ALINE AGUIAR, BENEDITA DA COSTA CARVALHO RIBEIRO, CAMILA SARGGIN SIQUEIRA, CAMILA TIEMI SAITO, CAROLINE MACHADO DA SILVA, CRISTIANA INACIO DA SILVA, ELLEN CAROLINE MARCIANO, ELVIRA SABIAO ESPINHARA, EMERSON DE LIMA, EZEQUIEL SOARES DE OLIVEIRA, FATIMA OLIVEIRA SOUZA, FERNANDA RYGNA CANEDO PETERSEN DA COSTA, FERNANDO CASSIMIRO DE SA, FRANCIANE FRANCO DE GODOY, FRANCIELI ALINE GUERRA, GABRIELA OLIVIA LEME, GABRIELE CRISTINA BERNARDO, GERSONLEY APARECIDO BERGAMASCO, JANAÍNA SILVA MORAIS, JESSIKA DOS SANTOS FAJARDO PANIZIO, JOICE MARIA DE BARROS, JOSE CARLOS MARTINS DE FRANCA, JOSÉ MARCELO PIOVAN GUIMARÃES, LARISSA CAMILA LICORINI FAVARO, LEONARA ALINE DE OLIVEIRA, LETICIA GABRIELI SANTOS DO CARMO, LUCIANA DOMINGOS, LUIZ FERNANDO MORAES PONCIANO, MARIANA ALVES DOMINGOS CARVALHO, MARIANE ROSA DA SILVA, MATEUS HENRIQUE PEREIRA, MAYRA ROCHA DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA, PATRICIA DE CASSIA FERREIRA RAMOS, PRISCILLA RODRIGUES PAIAO, RAFAELA FERNANDA EZEQUIEL, RAFAELA MARA INACIO, RICHELLE PATRICIA PEREIRA BERNARDES, ROBERTA APARECIDA DE SOUZA, ROMARIO GUARNIERE, SABRINA VALERIANA DO CARMO, SILVANA BACOCHINA COELHO, SUELLEN ARCANJO DE GODOY, SUSANA MARIA SOARES, TAILA CRISTINA DA SILVA, TANIA DE MELO DA SILVA, THIAGO TONTINI TRIANA, VANESSA CRISTINA ARIZA, VIVIANE FIGUEIREDO ROSA REIS, VIVIANNE GISELLY MAHNIC PARRON

Processo: 31394/24
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Interessado: Adriane Elisa Glasser, AGUINALDO SOUZA DOS SANTOS, ALEXY GAIONE VIEGAS DE ARAUJO, AMARILDO INACIO DOS SANTOS, Ana Karine Braggio, Ana Paula Guimarães, ANA PAULA ZANIM LORIN, André Luiz Rigatti, ANNA FLAVIA MAGNONI, AUGUSTO MORETTI DE BARROS, BRUNA DANIELLA DE VASCONCELOS COSTA, CAMILA MACEDO FERREIRA MIKOS, CAROLINA FILIPAKI DE CARVALHO, CLAUDIA REGINA NICHNIG, CLAYTON DA SILVA GUERREIRO, DANIEL SANTOS DA SILVA, DANIEL VITOR DE CASTRO, DANIELLY DE SOUZA DA SILVA, DAYANI QUERO DA SILVA, DIEGO PREZZI SANTOS, EDER DA SILVA NOVAK, ELIEZER DE OLIVEIRA DA CONCEICAO,

ELKE SIEDLER, EVANDRO JOSE DOS SANTOS NETO, EVERTON LAMPE DE ARAUJO, FELIPE GOMES DO NASCIMENTO, FIDELAINY SOUSA SILVA, GISELLE LUDKA DEITOS, HELEN CRISTINA DE OLIVEIRA, HELITO VOLPATO, IVANILDO VIANA MOURA, Janaina Gabrielle Moreira Campos da Cunha, JERLAN PEREIRA BATISTA, JESSICA BUZATTO PRUDENCIO, JHEINE OLIVEIRA BESSA FRANCO, Joêzer de Souza Mendonça, JULIANA HORTELA PEDRONE, Juliane Andressa Pavão, KLEBER KUROWSKY, LAILLA MILAINNY SIQUEIRA BINE, LARISSA DONATO, LIVIA AMARANTE GALLO, LUISA JACQUES DE MORAES DALGALARRONDO, LUIZ OTAVIO RODRIGUES MENDES, LUSSUEDE LUCIANA DE SOUSA FERRO, MAGNO ROGERIO GOMES, MARCIO TELLES DA SILVEIRA, MARCO ANTONIO CRISPIM MACHADO, MARIA GABRIELA MONTEIRO, MARIA THEREZA DAVID JOAO, MARIANA TOMAZIN, MARIO EUGENIO SARETTA POGLIA, MARLINA OLIVEIRA SCHIESSL, MARTA APARECIDA BROIETTI HENRIQUE, MARTHA GABRIELLY COLETTO COSTA, MATHEUS FALK, MAURICIO BUENO DA ROSA, MAYRA STEVANATO, MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI, NICOLLAS MOCELIN SDROIEVSKI, OTACILIO LOPES DE SOUZA DA PAZ, PAULO CESAR DE SOUZA PEREIRA, PAULO CESAR GOMES BEZERRA, Paulo Rogério de Souza, PAULO VINICIUS ALVES, RAFAEL AFONSO GONCALVES, RAFAEL DE SOUZA BENTO FERNANDES, RAFAEL FREIRE DE PAULA, RAUL FERREIRA BELUCIO NOGUEIRA, REGINALDO DE LIMA CORREIA, RICARDO DE OLIVEIRA THOMASI, RICARDO PALEARI DA SILVA, RONALDO ANGELO DIAS DA SILVA, SALETE PAULINA MACHADO SIRINO, SILVIA DE ROSS, SORAYA MARTINS PATROCINIO, TAISSA VIEIRA LOZANO BURCI, TAMARA PASTORI, TAMIRES TOLOMEOTTI PEREIRA, TATIANE HENRIQUE SOUSA MACHADO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, Vantielen da Silva Silva, VERONICA FRANCISQUETI, WANILTON TADEU DUDEK

Processo: 122440/24
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
Interessado: ALEX SANDRO DA SILVA, ANA MARIZE DOS SANTOS DE SOUZA, EDEMAR LOPES, EDIMAR FIGUEIRO, ELIZANDRA CORREA MAY, IVONEI HIPOLITO MACHADO, JAIME DA SILVA STANG, JOSE HENRIQUE NERES BORGES, LOZANGELA DE OLIVEIRA SORANCO, LUANA PADILHA PRESTES, LUCINETE SANTANA DE PAULA, LUIS FERNANDO CASAGRANDE LOKS, MARCIANA DAS NEVES, MARCIO HESPER, MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, NAIARA CRISTIANE ROHLING, NATHALY DE MELLO GAI, VALDECIR JOSE GALVAO FRANCO, VANESSA GALVAN, VINICIOS MINSKI MOURAO, YASMIN ROBE ISQUIERDO

Processo: 679003/24
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA
Interessado: ADRIANA APARECIDA TEIXEIRA GUSMAO, ALINE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA, ANA CAROLINA DE ANDRADE SILVA, CAMILA APARECIDA KELLER, CLAUDETE APARECIDA DA SILVA, DANIELLE APARECIDA LEMES, DEBORA CRISTINA TOLEDO, FABIOLA DE SOUZA PACHECO, FRANCIELI APARECIDA DA ROSA, gabriela lomba vieira andreola, GEAN CARLOS VIEIRA FELICIO, GILSON DE JESUS ESTEVES, JOSÉ DA SILVA COELHO NETO, JULIANE DE OLIVEIRA CONSTANTINO, KARLA REGINA DE SOUZA, KAROLAYNE LOPES ANDREATTA, LILIAN SOSNITZKI ALCANTARA CINTRA, LUCIANA MARIA BELAS FERREIRA, LUCILA LOPES DA SILVA MARTINS, MARIA FERNANDA FERREIRA GONCALVES SILVA, MARINA DE SOUZA MARCOLIN DESTRO, MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA, RAIANE MAYARA FREITAS DO NASCIMENTO, ROSANGELA APARECIDA DE CAMARGO MARCELINO, THAISSA EDUARDA DA SILVA, THAYLA GIOVANA DA SILVA ALMEIDA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 166743/25
Entidade: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANEJA
Interessado: ABIGAIL DOS SANTOS SILVA, ELIO ANTONIO DOS SANTOS, JOEL DOMINGUES DE CAMPOS, MICHELLE PINHEIRO GONCALVES SILVA, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANEJA

Processo: 167359/25
Entidade: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA (Procurador(es): LUIS RENATO VAZ, THIAGO JOSE RODRIGUES DE AGUIAR)
Interessado: ANDREA APARECIDA FERREIRA, REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA (Procurador(es): LUIS RENATO VAZ, THIAGO JOSE RODRIGUES DE AGUIAR)

Processo: 169645/25
Entidade: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE ANGULO
Interessado: JOSÉ CARLOS BORGES, SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE ANGULO

Processo: 174738/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA
Interessado: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA, SILVANA PIGA MOLINARI, SIMONE APARECIDA MONESI DOS SANTOS SILVA

Processo: 175220/25
Entidade: SERVIÇOS AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
Interessado: MARCIO MAGALHÃES TITATO, SERVIÇOS AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU

Processo: 186019/25
Entidade: PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP
Interessado: ERNANI SPERANCETA, ILACIR DOS SANTOS RODRIGUES, PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PREVICAMP

Processo: 187473/25
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE ANDIRA
Interessado: ANDRE HENRIQUE DASSIE, FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE ANDIRA

Processo: 188585/25
Entidade: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CONGONHINHAS
Interessado: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CONGONHINHAS, WENDEL JOSE TELUSKI

Processo: 195336/25 Adiado por devolução pós-vista desde 07/07/2025
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, MARLENE PEREIRA DOS SANTOS

CONSELHEIRO SUBSTITUTO TIAGO ALVAREZ PEDROSO

ADMISSÃO DE PESSOAL

Processo: 607882/23
Entidade: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA
Interessado: ARLENI CAMARA DE OLIVEIRA, CULESTINO KIARA, FERNANDA DO NASCIMENTO LISBOA PINTO, ITALO DANIEL PIEREZAN, IZABELA FAVERO, JANICE COSTA LEMES CAVALHEIRO, JOAO BATISTA FELICIANO, JUNIOR MOTTER, MARCELO DE SOUZA RIBEIRO, MICHELLI CRISTIANE FREITAG MACORIM, MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, NELSON SINIGAGLIA JUNIOR, RITA DE JESUS

Processo: 663588/23
Entidade: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE IGINO BORGES)
Interessado: ABNER ALVES FERREIRA, ADRIANA DE FATIMA DE OLIVEIRA, ADRIANA MARIA BARBOSA, ADRIANA MARIA PINHEIRO MILITAO, ADRIANA ROSA DE ARAUJO, ADRIANA SANTOS OLIVEIRA MARTINS, ADRIANA SILVA DA SILVA, ADRIANE DE ALMEIDA GOES DA CONCEICAO, ADRIANE MARIA MORAES DA SILVA, ADRIANE PAMPUCHE GONCALVES, ADRIELE DA TRINDADE BARBOSA, ADRIELLE FERNANDA DE CARVALHO, ALAN JACOB DA ROSA, ALCILENE BANDEIRA ALMEIDA, ALESSANDRA CARLA DE ANDRADE, ALESSANDRA DE MOURA, ALESSANDRA FERREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA, ALESSANDRA LOPES, ALESSANDRA MOREIRA NONATO, ALEX ALVES CAMARGO, ALEXANDRA DA SILVA, ALEXANDRA DE CAMPOS, ALGIMIRO VARGAS SOARES, ALICE BUCK, ALINE BRITO FREITAS DE QUEIROGA, ALINE CRISTINA COLACO DE ANDRADE MARTINS, ALINE FAYAD SANCHES, ALINE GLEYCE DOS SANTOS, ALINE LUNARDON, ALINE MACIEL ANTUNES, ALINY BATISTA DA SILVA, ALISSON PIRES BARBOSA, AMABILE GOMES DA SILVA ROCHA CASAGRANDE, AMANDA CAROLINA SEIKA, AMANDA CRISTINE VANDERLEI, AMANDA DE ALMEIDA CATAO, AMANDA FERRAZ BARBOZA, AMANDA JACINTO GRZEBIENIAK DE OLIVEIRA, AMANDA KHETLEEN GUSSO, AMANDA LAMOGLIA BITTENCOURT, AMANDA LIBERATORE FERRARIS, AMANDA PRADO PECINATO, AMAURI ANSELMO GIOVELLI JUNIOR, AMAURY FREITAS MIRANDA, ANA BEATRIZ ALVES DA COSTA, ANA BEATRIZ DAMIANI FERREIRA, ANA BEATRIZ MARTINS, Ana Carine Braganholo Pio Gonçalves, ANA CAROLINA BREDOW, ANA CAROLINA FINGER, ANA CAROLINA JARDIM SILVA, ANA CAROLINA VIEIRA AZEVEDO, ANA CAROLINE SILVA, ANA CLARA BELIZARIO, ANA CLAUDIA PEDRO CASARIN, ANA CLAUDIA PEREIRA DIAS MACHADO, ANA FLAVIA FILIPCZAK, ANA ISABEL GOMES DE ARAUJO, ANA KAROLINE NITZ, ANA LETICIA MULLER DOS SANTOS, ANA LUIZA CAMPOS BUFFARA, ANA MARIA MACHICADO DE UGARTE, ANA MARIA REGO COSTA, ANA PAULA FERNANDES FELICIO DE SOUSA, ANA PAULA FERREIRA DE ARAUJO, ANA PAULA FROTA DA ROCHA, ANA PAULA MAZORCA, ANA PAULA NUNES CARDOSO, ANA PAULA ROSA ISQUIERDO, ANA PAULA RUTHES, ANA PAULA SIMON TEODORO, ANA PAULA SOUZA DA SILVA, ANA PAULA TROMBETTA KAPPES, ANARELLI PEDROSO BARBOSA, ANDERSON BRANDTT, ANDERSON PERRONI CUSTODIO, ANDERSON TIAGO SILVA DOS SANTOS, ANDERSON VILELA DE FREITAS, ANDRE LUIZ CARVALHO FERREIRA, ANDREA GONCALVES DE CARVALHO, ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS, ANDREIA APARECIDA REIS COSTA, ANDREIA DA GAMA, ANDREIA DAL BOSCO, ANDREIA DIAS CHAGAS, ANDREIA MARA SANTOS, ANDREIA SANCHES, ANDREIA TEIXEIRA DOS SANTOS, ANDREISSE OLIVEIRA NOGUEIRA, ANDRESSA ALINE OLEKSZECHEN, ANDRESSA ALVES DO NASCIMENTO GUEDES, ANDRESSA CRISTIANE DO AMARAL, ANDRESSA CRISTINE SYRING CARDOSO, ANDRESSA WAGNER ROCHA, ANDREZZA DE BAIRROS CASSOL, ANDRIELE LARA AFANI, ANE GABRIELA DE LIMA DA SILVA, ANGELA CATARINA DO NASCIMENTO TORRES, ANGELA GASPAR DOS SANTOS, ANGELA LACERDA, ANGELITA FERNANDES, ANGELITA MACHADO, ANNA CRISTINA SIELSKI, ANNA GABRYELLE DA SILVA, ANNA SALLUM POSNIK, ANTONIO MANOEL RODRIGUES DA SILVA, ANY THAIS COLECHA, APARECIDA DO ESPIRITO SANTO, ARIADNE CRISTINE POZZA, ARIANE FAGUNDES DE BASTOS DE CARVALHO, ARIANNE CRISTINA FERNANDES MONTECCHI, ARIANNE MARIS MUNHOZ CRETELLA, ARIELLY VANESSA DOS SANTOS, ASHILEY DE SOUZA, AUANA VIEIRA, AUDILENE KARINE BIANCHI MARTINS, AUDREISLAINE PEDRO DE LIMA, AURO EDER PEREIRA, BARBARA PADILHA PILATI, BEATRICIA ARAUJO SONSIN, BEATRIZ CASSAROTTI, BEATRIZ COSTA QUEIROZ, BEATRIZ DA SILVA GONCALVES, BEATRIZ LUIZA SANTOS DA ROCHA, BEATRIZ LUVIZOTTO LEMOS, BEATRIZ MIGLIORINI ANACLETO, BEATRIZ SALOMAO CASTILHO FIORI, BEATRIZ SILVA BRITO, BELISA BRUNOW VENTURA BIAVATTI, BERNADETE RODRIGUES DE ALMEIDA, BETANIA SALES SILVA, BIANCA GONCALVES OTILIO, BIANCA MANFROI DA SILVA, BIANCA MEIRA DOS SANTOS, BIANCA RIZZARDI, BRUNA BATISTA RAVAZZI, BRUNA BUENO KERCHER NOBRE, BRUNA CRISTINA NUNES DA SILVA, BRUNA DA SILVA ANDRADE, BRUNA ELISE CIABOTTI, BRUNA LUIZA DRANKA BUENO, BRUNA RODRIGUES, BRUNA TREVISAN VERNIZI, BRUNO BENEDITO DA SILVA,

BRUNO DE FARIA MELQUIADES DA ROCHA, BRUNO RODRIGUES DA SILVA, BRUNO ROSSETTO, BRUNO SANTANA BATISTA, BRUNO VINICIUS STRUZIK, CALLIANA LOPATA, CAMILA AKEMI AOTO, CAMILA CALIXTO, CAMILA DA SILVA, CAMILA DE FREITAS NOGUEIRA, CAMILA DE LIMA CUNHA, CAMILA DOS PASSOS FERNANDES, CAMILA FRANCIELI CORDEIRO, CAMILA GONCALVES DOS SANTOS, CAMILA JOVIANO GOMES, CAMILA LUIZA BRANCO DE SOUZA, CAMILA MORDASKI FERREIRA, CAMILA PEREZ PEREIRA, CAMILA PUCCI IANICK, CAMILA RODRIGUES, CAMILA VITORIA DE ALMEIDA RAMOS, CAMILI APARECIDA VOITKI, CAMILLA DOS SANTOS RACOSKI, CAMILLA GIOVANA MACCARINI, CAMILLI MARTINS, CAONI MARTINS DA SILVA, CARINA HITNER, CARINE PUZZI ROMANINI, CARLA CAROLINA SOMMER, CARLA ROBERTA CAMARGO DOS SANTOS, CARLOS ALBERTO DE JESUS JUNIOR, CARLOS CESAR CAETANO, CARLOS DENER PIRES JULIO, CARLOS EDUARDO DA ROCHA OMOTO, CAROL MOTINHO SILVA SA, CAROLINA FERREIRA, CAROLINA FRANZE MATIODA, CAROLINA MARTORANI NOGUEIRA, CAROLINA MENDES FRUSCA DO MONTE, CAROLINA PEREIRA, CAROLINA SYCHOCHI TEHRY, CAROLINE ANGELICA TABALIPA, CAROLINE DE FATIMA TENEDINE MONTOWSKI, CAROLINE DE SOUSA DOS REIS, CAROLINE DE SOUZA FRANQUETO, CAROLINE GODARTH, CAROLINE PRISCILA DOS SANTOS, CAROLINE SAYURI HAMASAKI, CAROLINE SUCHARSKI VIENSCOSKI, CASSIA MATSUMURA LIMA, CASSIO LAMBLET KATZER, CATIA MARTINS DIAS DAS CHAGAS, CELIA REGINA RODRIGUES DE MIRANDA, CELIO LEANDRO SHILIPAK FURIN, CHAIMAA GHANEM, CIDENEI COSTA DALAGRAMA, CIRO RIBAS NETO, CLARISSA REGINA BONA JOSEFI, CLAUDENISSE APARECIDA DOS SANTOS SALDANHA, CLAUDETE PEREIRA DOS SANTOS, CLAUDIA HEINZEN RIBAS, CLAUDIA MARA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, CLAUDIA MARIA FAVRETTO DE OLIVEIRA, CLAUDIA MENDES TAGATA, CLAUDIA SANCHES BRELAZ, CLAUDIANA DE SOUSA SILVA, CLAUDIMARA TEREZINHA MACHADO, CLAUDIR BISCAIA MENDES, CLEIA LUCIA CARVALHO PRATES, CLEITON JOSE DA SILVA, CLEMILDA BATISTA RODRIGUES DE ARAUJO, CLEOPATA BORGES DOS SANTOS, CLEUSA MACIEL TRUBER, CLEVERSON DE SOUZA DE MIRANDA, CRISTIAN SMAHA, CRISTIANE DA COSTA PERES, CRISTIANE DE OLIVEIRA, CRISTIANE DE OLIVEIRA CARVALHO, CRISTIANE DO ROCIO DE FRANCA DA LUZ, CRISTIANE GONCALVES, CRISTIANE HUBSCH, CRISTIANE NIEDERHEITMANN, CRISTIANE SERAFIM, CRISTIANE VIEIRA DA CRUZ TODA, CRISTINA DA SILVA BALIERO, CYNTHIA GASTALDON, DAGMAR DA LUZ OLIVEIRA, DAIANE APARECIDA DA CRUZ, DAIANE ASSIS FERMINO DA SILVA, DAIANE FERNANDES BARBOSA SILVA, DAIANE FREITAS CARNEIRO, DAIANE ISIDORO, DAIANE ROSA SCHWEBEL, DAMARIS WICHINIEVSKI, DANIEL FIX, DANIEL PEREIRA DOS SANTOS, DANIELA DEMARTINI, DANIELE ALVES BENEDITO DE CARVALHO, DANIELE DE SOUZA, DANIELE DRESCHER AVILA, DANIELE FERNANDES, DANIELE MELO, DANIELI KNAUT, DANIELLE APARECIDA KLETTKE, DANIELLE DE CACIA VEIGA, DANIELLE DEL SANTO, DANIELLE FARIAS DOS SANTOS, DANIELLE MIDORI SHIMABUKURO, DANIELLE WEGRZYN MARTINEZ, DANIELLI REGINA MACHADO, DARCILIA CORREIA BORBA, DAVID OLIVEIRA CAMPOS PACHECO, DAYANE MACHADO DIAS, DAYANE PEREIRA CARNAUBA, DAYANE PEREIRA DA SILVA, DAYANE PROENCA DOS ANJOS, DEBORA APARECIDA PINTO, DEBORA FERNANDES DE LIMA, DEBORA PINHEIRO SILVA, DEBORAH AMANDA DOS SANTOS ROSA, DEISE NAJI GOMES KRISTOCHIK, DEISI BEATRIZ DOS SANTOS, DENISE DE OLIVEIRA, DENISE MARIA CADENA FONSECA, DERLY BONELAR SOUTA FILHO, DIANA MACIEL DE PAIVA, DIEGO RIBEIRO ROCHA, DINA LADISLAU DOS SANTOS, DIOGO WALLACE ROCHA, DIRCELENE LOTH RIBEIRO OLIVEIRA, DIRCELIA FREITAS DE DEUS, DIVA APARECIDA MARQUES DA ROSA, DOROTILDE APARECIDA LEMOS VAZ, DOUGLAS ROVER BARBOSA, DUANA DOS SANTOS BICUDO, DUILIO DALLA COSTA NETO, DULCICLEIDE RODRIGUES SANTOS, DYENIFER COUTINHO, EDAIANE MARIANO DE BRITO, EDCLEIDE SOARES DA SILVA, EDILAINE APARECIDA ORCHEL, EDILENE SOARES CARLOS DOS SANTOS, EDIMAR FRANCISCA DOS SANTOS VIEIRA, EDIMARA MACHUGA, EDINA FERNANDA DA COSTA DE SOUZA, EDINEIA DA SILVA, EDLA KLUK RIBEIRO, EDNA DE FATIMA ROQUE CERQUEIRA, EDNILSON CORDEIRO DA CRUZ, EDUARDA BRITO DOS SANTOS, EDUARDA LUISA ROCHA CORTI, EDUARDA NUNES VENTUROZO, EDUARDA PRIBBNOW DA CRUZ, EDUARDO DE SOUZA SOMENSI, EDUARDO DOS SANTOS ROSSI, EDUARDO JOSE VARGAS, EDUARDO SBRANA SERUR DOS SANTOS, EDUARDO SOCCIO VITAL, EDUARDO THOMAS FERREIRA OLIVEIRA, EDUARDO YUSKE OKU, ELAINE CRISTINA DE PAULA, ELAINE FERNANDES DE SOUZA, ELAINE FERREIRA WANDERLEY, ELAINE RODRIGUES DA SILVA, ELENA LOMBA DE OLIVEIRA, ELENARA DA SILVA COELHO, ELENILTON DOMINGOS, ELENIR DOS SANTOS, ELEVIANE DA APARECIDA COSTA ROSA, ELIANE APARECIDA PIZZI, ELIANE APARECIDA SLOBODA, ELIANE FERNANDES DA SILVA, ELIANE LEDERER CRUZ, ELIANE MARIA NICODEMOS LIMA, ELIANE NESTOR, ELIANE SANTANA DA CRUZ, ELIANE WECK ROSA, ELIAS RODRIGO DE PAULA, ELIEZER ALVES PEREIRA, ELISANA DOS SANTOS PEREIRA, ELISANDRA GARCIA MACHADO, ELISANGELA BAZILESKI DE MENEZES, ELISANGELA FERREIRA ALVES, ELISANGELA LAGES TEIXEIRA, ELISIA DA LUZ ZIMERMANN, ELIZABETH LIMA MACIEL TAVARES, ELIZABETH PRADO RAMALHO, ELIZAMA FARIAS, ELIZAMA KLUK, ELIZANGELA DE ALMEIDA REIS, ELIZIA MARA DE SOUZA, ELLENN SILVA GUIMARAES, ELOISA DA SILVA CONCEICAO, ELOISA PRESTES SANTOS LIMA, ELSA MAGALHAES, ELUANE REGINA MICHALOVICZ, ELZA TALITA KOSINSKI DE OLIVEIRA, EMANUELLE NUNES DE SOUZA, EMILY CAROLINE RAINIERI, ENI ANTUNES RODRIGUES DA VEIGA, ENZO BARBOSA AIRES PINHEIRO, ERIC GOMES DA SILVA, ERIC HENRIQUE BATISTA SCHMIDT, ERICA PEDRI, ERICA PIRES LOPES DA SILVA, ERIKA FERNANDA MODESTO, ERIKA NEVES QUINTIAN, ERIVELTO RODRIGUES DA SILVA, ERNESTO LEANDRO DA SILVEIRA NETO, ESAU FERNANDES DOS PRAZERES, EVANILDA FATIMA DOS SANTOS, EVELYN CAROLINA RIBAS, EVELYN CAROLINE DOS SANTOS, EVELYN CRISTINA SOCZEK PEREIRA, EVELYNE COSTA RODOLFO DOS SANTOS, EZEQUIEL GRANGEIRO DE CARVALHO CABRAL, FABIANA APARECIDA FERNANDES, FABIANA DENICE DA SILVA, FABIANE BRUNETTO DAL PRA, FABIANE DE SANTANA SANTOS, FABIANO GREGORIO, FABIANO VIEIRA, FABIO JOSE PINTO GROCHOVSKI, FABIOLA CRISTINA BRUNETTA, FABIULA MARQUES DE SOUZA VICENTE, FELIPE CALDERON SCARIN, FELIPE DALLA POLLA, FELIPE FRANCO DE CAMPOS, FELIPE GIRARDI CAVALCANTE, FELIPE LEORNE DAVID, FERNANDA AKEMI NAGAZAVA, FERNANDA ANTUNES SIQUEIRA, FERNANDA CRISTINA CORSI, FERNANDA DE LARA DEMETRIO, FERNANDA JACANA DE FREITAS, FERNANDA JOLY MACEDO, FERNANDA LEAL CARDOSO, FERNANDA REIKDAL DE OLIVEIRA PIMENTEL, FERNANDA RIGONATO DE CARVALHO, FLAVIA EVANGELISTA RODRIGUES, FLAVIA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA, FLAVIA RENATA BERNEGOSSI SODRE, FLAVIA RIBEIRO COSTA, FLAVIA STICA RITZDORF DE MELLO, FLAVIANE ZENI BATISTA, FLORA MANZANO MASCARENHAS, FRANCELISE MINSKI, FRANCIELE APARECIDA DOS SANTOS, FRANCIELE CEZARIO DOS SANTOS, FRANCIELE DO ROCIO YAMANOUCHI, FRANCIELLE DA SILVA ROSA DA COSTA, FRANCINE LOHANY SCHLOSSER NEVES, FRANCINI LOUREIRO DE ALMEIDA, FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS (Procurador(es): PEDRO HENRIQUE IGINO BORGES), GABRIEL BARBOSA DE OLIVEIRA, GABRIEL MACEDO RIBEIRO, GABRIEL MORYAMA MANCHINI, GABRIEL REZENDE DOS SANTOS, GABRIEL WIELIVSKY ROCHA, GABRIELA DO VALE SILVA, GABRIELA MARIA ARENHART SOARES, GABRIELA PROVIN DE SOUZA, GABRIELA SORAYA MARTINI, GABRIELE APARECIDA ERARDT DELGADO, GABRIELLE LORENSETTI LOPES, GABRIELLE WAKED MUTTI, GEANI DA CRUZ BATISTA, GEISIANE MARQUES TEODORO DIAS, GEIZIBEL RAZZOTTO PEREIRA, GENIMARA MACHADO DO AMARAL, GEOVANA COELHO LEMGRUBER PORTO, GEOVANA CRISTINA DOMINGUES FACCHI, GERALDO KARAM JOAQUIM MOUSFI, GERBSON VIEIRA DO NASCIMENTO, GIAN CARLOS MACIEL, GIANE SULAMITA BERTOLI, GILSON JOSE FERREIRA DOS SANTOS, GIOVANA MEMARI PAVANELLI, GIOVANNA MARIA LAMONATTO, GIOVANNA SCORSIN VIEIRA, GISELLE CAROLINE NUNES DE MORAIS, GISELLE RIBAS LIMA, GISLAINE BORGES FERNANDES, GISLAINE CORDEIRO GRUBER, GISLEINE DE FATIMA ROSA, GIULIA COUTINHO KOBAYACHI, GIULIA DE PAULA, GIULIA VITTORIA AMBROGI PEREIRA, GLACIENE RODRIGUES DOS PASSOS, GLEICIANE MARINHO SANTOS, GLEWKY SUENE DIAS SOUZA, GLEYCE CRISTINA DOS SANTOS PREHS, GLEYCE SOUZA DA SILVA, GRACIELE CRISTIANE BARANEK, GRACIELI APARECIDA AMARO DE OLIVEIRA, GRAZIELA SOUZA DA SILVA, GREICE GABRIELE DOS SANTOS WEBER, GUILHERME GRZELKOVSKI, GUILHERME ROCHA LOURES PACHECO BARBOSA, GUILHERME SKURA, GUSTAVO OSMARIN TOSTI, HECTOR SALVADOR, HELEN CRISTIANE DOS SANTOS JULA, HELEN CRISTINA ALVES DE LIMA TEIXEIRA, HELENA SANTOS HORTZ, HELIDA PEREIRA GONCALVES TREMBULAKI, HELLEN TATIANE DE PONTES, HELOISA BEATRIZ FUCHS, HELOISE VERIDIANE DA SILVA, HELTON KAZUHIRO SAKAKIBARA DE ALMEIDA, HERICKA LAIS ALMEIDA SILVA, HUDISILENE FELIX SILVA, HUDSON FAMELI, HUGO GOMES DA SILVA, IARA DE JESUS RAMOS DOS SANTOS, ILIANE DE FATIMA BUDAL, INDIAMARA GONCALVES DA SILVA, INGRID BEATRIZ SCHETZ ZAWIERUCHA, INGRID BIANCA MUNIZ FREITAS, INGRID OLIVEIRA HOEGEN, INGRID TIEMI SILVA, IRACI DE FATIMA DA ROCHA, IRAILDE MARCIANO GOMES, IRANI DE JESUS DE OLIVEIRA COELHO, IRANI FRANCISCA DA SILVA COELHO, ISABELA CASTILHO PELLIS, ISABELA FRACARO, ISABELA PAULA MUNDIM MARTINS, ISABELI EMILY CHEVONIK, ISABELLA DA SILVEIRA CALGAROTO, ISABELLA MORAES ROCHA, IVANA PEREIRA DA SILVA, IVONE APARECIDA DE SIQUEIRA MARTINS, IVONE GONCALVES DA ROCHA, IZABEL CORDEIRO DE ANDRADE, IZABEL CRISTINA HANEMANN, IZABEL CRISTINA LEINIG ARAUJO, IZADORA DE FATIMA SANTOS, JAÇANÃ VINKERT CONCEIÇÃO, JACKSON PEREIRA LESSAS, JADER GABRIEL MILSTED, JAIR HENRIQUE MUNHOES DOS SANTOS, JAIRO DE LIMA CEZAR, JANAINA APARECIDA POSSEBON, JANAINA DA CUNHA VALLE, JANAINA DE MATTOS MORAES, JANAINA GOMES HEUKO, JANAINA MARIA MARTINS DE SOUZA, JANAINA PIECZEKOLAN, JANE MARTINS SIMOES, JANIFER FURTADO MARQUES, JAQUELINE DO CARMO SANTANA BUSQUETTE, JAQUELINE SUREK, JAYNNE MARA DA COSTA THEOTONIO KOCHINSKI, JEFFERSON DOUGLAS SAMPAIO DA SILVA, JEFFERSON OLIVEIRA DA SILVA SACRAMENTO, JEFFERSON WILLIAM DE OLIVEIRA SANTOS SILVESTRI, JENNEFER LUANA DOS SANTOS COSTA, JESSICA ALINE RIBEIRO, JESSICA AYRES CORREIA PINTO, JESSICA BEATRIZ OLIVEIRA DA LUZ, JESSICA DE ANDRADE CHAVES, JESSICA ENDY SCARIOT COSTA, JESSICA FRANCIELE LOPES SILVA, JESSICA KARINE MACHADO GOMES, JESSICA LETICIA SARE, JESSICA LOPES CORDEIRO, JESSICA RAMIN CALADO, JHENIFER RODRIGUES DE LARA, JHENIFFER CRISTINA RAMOS CARNEIRO, JHENNEFER DAY MAIA DE ALMEIDA BRILHANTE, JHENNYFER CRISTINA PORTO DE MATOS ROCHA, JHESSICA CAROLINE BATISTA DA SILVA, JHULIA FERNANDA BRASIL DA COSTA, JHULIANA JUNGLES POLATO, JOANAINA SKODOSKI FERRAZ SILVA, JOAO ANTONIO TURCO BARAUCE, JOAO ANTONIO VALE DOS SANTOS, JOAO GABRIEL CAVAZZANI DOUBEK, JOAO GUILHERME PONTES DE SOUZA, JOAO GUILHERME WOLFF ATHAYDE, JOAO GUSTAVO FARIAS RIBEIRO, JOAO MARQUETTI NETO, JOAO PAULO ROBSON MARTINS, JOAO PEDRO MARCATO, JOAO PEDRO URSULINO DE CAMARGO, JOAO RICARDO DA CUNHA, JOAO RICARDO DUARTE NADAL, JOCASTA JUCIMARA SOARES CORDEIRO, JOCIEL PAULINO DA SILVA, JOELIZE CEVE DULA, JOELMA MEDEIROS, JONATHAN VANTIENEN SANTOS, JONHATAN DIEGO SOARES FERREIRA FURQUIM, JORDANA ANITA TOSATO MILSTED, JORGE JOSE EDUARDO FILHO, JOSE VITOR GOMES DA SILVA, JOSEANE PALHANO JUSTINO, JOSENILDE OLIVEIRA DOS SANTOS, JOSETE DE CAMPOS COSTA, JOSIANA DARC DANTAS SANTOS, JOSIANA MARIA DOS SANTOS, JOSIANE APARECIDA DE MORAES SILVA, JOSIANE APARECIDA KUNTZ DA SILVA, JOSIANE CRISTINA LOPES, JOSIANE DA SILVA SCARANTE, JOSIANE JESUS DA SILVA, JOSLI CRISTINA DE LIMA VAZ TORRES, JOYCE BOEIRA MOREIRA ANDRADE, JUAREZ BERGER JUNIOR, JUCELIA DA SILVA SANTOS, JUCILEIDE DANIELI MARCELINO, JUCINEIA PEREIRA DOS SANTOS, JULIA APARECIDA PADILHA, JULIA BEATRIZ LOPES, JULIA DO CARMO MACHADO KNEIPP LOPES, JULIA KAISS BONAMIGO, JULIA MACEDO DE BRITTO, JULIA ZERBINI AGOSTINETTO GRACZKOWSKI, JULIANA ANDREA OLINISKI, JULIANA APARECIDA DOS SANTOS, JULIANA CRISTINA DA SILVA, JULIANA DE LUNA VASEL, JULIANA DOS REIS DA COSTA, JULIANA FRANCISQUINI, JULIANA KATO DA SILVA, JULIANA MARCHIORO SOUZA MACALOSSI, JULIANA MARIA BRANCO DOS SANTOS, JULIANA SANTA BARBARA FONSECA, JULIANE DA SILVA DE LIMA, JULIE RENATA DO ROSARIO, JULIELE RAMOS DA ROCHA, JULIO CESAR ALVES DA ROCHA FILHO, JUSSARA TEIXEIRA DOS SANTOS, KADER OSMAN, KAOANA CRUZ DA SILVA, KAREN CRISTINA JACINTO FERREIRA SANTOS, KAREN GONCALVES PRA RIBAS, KAREN NICOLLY DE OLIVEIRA, KARIN CRISTINE GABARDO, KARIN

DE CASTRO MOTA, KARIN KELL KOPPE, KARIN LUIZA DAMMSKI, KARIN SCHWALBE, KARINA VICENTE SARAIVA LORENTE, KARINE APARECIDA CAGGIANO MARTINS, KARLA LIDIAN SIQUEIRA, KARLA MULINARI VICINI, KAROLAEN NAYARA DE PAULA CAMARGO, KAROLINE BATISTI RIATO NAVARRO, KAROLINE SILVA FERREIRA, KASSIANE APARECIDA BORGES, KATHERINE BESSA CHAO, KATIA APARECIDA DE OLIVEIRA, KATIA ASSUNCAO DA SILVA E SILVA, KATIA BARBOSA, KATIA CAETANO DE LIMA, KATIA KAMILE DOS SANTOS LAVANDOSKI, KELI KEILA KUCKLA, KELLY APARECIDA LAIBIDA, KELLY FREITAS STEVENS MARCHESINI, KELLY MIRANDA PINHEIRO, KELLY ROBERTA BARROS DOS SANTOS RIBEIRO, KELRE WANNLEN CAMPOS SILVA ARAUJO, KEMILI PARENTI PEROTTO, KETLYN FERNANDA BEZERRA, KETTLYN APARECIDA CARVALHO AMARAL, LAIANE RIBEIRO FABRICIO, LAIS CRISTINA GIACOBBO, LAIS FAVA EMERY, LAOANE GUIMARAES MARTINS, LARISSA BRAGA BARBOSA, LARISSA DE ANDRADE LIMA BARBOSA, LARISSA DEBONI, LARISSA DOS SANTOS MARTINS, LARISSA KETLYN PIRES, LARRAYLA CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA PINTO, LAURA ROBERTA DOS SANTOS MEDEIROS, LAURA SANTANA DE OLIVEIRA, LAYARA DE SOUZA FIGUEIREDO, LEA MARISA DOS SANTOS, LEANDRA VALIM DE SOUZA, LEANDRO GUSTAVO ROUSIS COELHO, LEANDRO TAVARES DA SILVA, LEANE DHARA DALLE LASTE, LEDA PAULA GUTZEIT, LEIA DE BARROS, LEIDIELY GOMES MORAES, LEIRIANE LEMES DA SILVA, LEODIR MARCOS DE SA RIBAS, LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS, LEONARDO BULOW, LEONARDO CAR PIRES, LEONARDO CORDEIRO MARCAL, LEONARDO GUEDES, LEONILDA MATIAS DE SOUZA PENCAI, LETICIA CAMILA DUDA PEREIRA, LETICIA CRISTINE DA SILVA, LETICIA DE PAULA ASSIZ, LETICIA DOTTI DE MELO, LIDIANE CAROLINE SILVA, LILIAM MARIA DOS SANTOS, LILIAN RODRIGUES FORTE, LILIANE GOSLAR DA SILVA, LISANDRA MALHOVANO SANCHEZ, LIZAMAR DE LIMA ROCHA, LORENA DENIPOTI, LORENA DIOGO GUTIERREZ, LORRAINE PAIVA DOS SANTOS, LOUISE CABRAL MARTINS, LOUISE STAHLSCHMIDT LIMA, LUANA LIMA DE BASTOS, LUANY VICTORIA WEIBER DE BARROS, LUCAS BAGGIO, LUCAS EDUARDO VENANCIO DE MATOS, LUCAS PIMENTEL DE LARA, LUCAS RAFAEL SLEDZ, LUCCAS LIMA DA SILVA, LUCELIA DOS SANTOS BRANDES, LUCI MARA KOCHINSKI BLASZCZAK, LUCIA DE FATIMA QUINOR DA SILVA, LUCIANA ALVES, LUCIANA MARAGNO CORREA, LUCIANA SIQUEIRA DE OLIVEIRA, LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS COLACO, LUCIANE DIAS DE PONTES, LUCIANE GOMES PEREIRA GONCALVES, LUCIMAR JOSIANE DE OLIVEIRA, LUCIMARA CRISTINA DA SILVA RONSSEM, LUCIMERI NUNES DE MENEZES, LUCIO FLAVIO BENINI LAGE, LUCIO WALI MAINARDES DA VEIGA, LUDMILA LAMIA DAMO SANTANA, LUIGI TARANTINO, LUISA GIAMBARRESI DELORENZI, LUIZ CARLOS PELAQUINI, LUIZ FELIPE THOMAZ MOREIRA, LUIZ GUILHERME COUTINHO VIEIRA DE SOUZA, LUIZ GUSTAVO ESMANHOTO FRANCO, LUIZA DO PRADO ESCUCIATTO, LUIZA FELTRAN VIEIRA, LUSIMAR DOS SANTOS SOBRINHO, LUZIA DE OLIVEIRA CORREIA, LYGIA FERNANDA FERREIRA, MAGNO BRASIL RODRIGUES FURTADO, MAHAIN LOHANNE WIECZORKOVSKI VANES, MAIRA REGIANE JULIO KAPASSI DE CARVALHO, MANOELA ANDREIS FERREIRA, MANUELI KUBIS CORDEIRO DE MIRANDA, MARCEL PODOLAN, MARCELA CORREIA SICURO COSTA, MARCELA DA CRUZ MORAES, MARCELLA LOUREIRO PALMA, MARCELO LIMA DA SILVA, MARCELO QUINTINO SUERO, MARCIA ALVES PEREIRA DA SILVA, MARCIA DA SILVA, MARCIA DENISE SCHMITT, MARCIA MAIDANCHEN, MARCIA REGINA PANICIO, MARCIA ROSANE FABIENSKI PINTO, MARCIA VIEIRA BATISTA DOS SANTOS, MARCILENE DO PRADO, MARCILENE RODRIGUES SANTIAGO, MARCOS LUCAS MATEUS SILVA, MARCOS RAKSA CANTUARIO, MARCOS RODRIGO DOS SANTOS JULIAO, MARESA GABRIELI RIBEIRO, MARIA ANGELICA VIEIRA LIZAMA, MARIA APARECIDA MICHALSKI, MARIA BERNADETE LISSA BRITES, MARIA CARLA DOS SANTOS, MARIA CELITA FLARON, MARIA CLEUSA CASTRO DOS SANTOS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA, MARIA CRISTINA LARA SANTOS, MARIA DO ROCIO CAMARA, MARIA EDUARDA CAMPAGNARO, MARIA EDUARDA DA SILVA ROSSATO, MARIA EDUARDA GONCALVES SILVA, MARIA EDUARDA TABORDA MARIA, MARIA EUNICE DE SOUZA FILHA, MARIA FERNANDA CARVALHO STEGG DA SILVA, MARIA GABRIELLA TELES DE CASTRO ARAUJO, MARIA HELENA MUNIZ, MARIA JULIA BRANCO RODRIGUES, MARIA LUCIA DOS SANTOS, MARIA LUIZA DOS SANTOS, MARIA MADALENA DA SILVA, MARIA MARTA PROXIMA FERREIRA, MARIA REGINA DE MELLO, MARIA ROBERTA BIANCHINI FERNANDES, MARIA ROSANE MAIDANCHEN, MARIA SOLANGE SILVA GOUVEIA, MARIANA BITENCURT LISTON, MARIANA FARIAS, MARIANA MIYAZAKI SOLANO VALE, MARIANA RUSGOSKI, MARIANA SANCHEZ MALAGUTTI, MARIANE APARECIDA DA SILVA MAGALHAES CHUEDA, MARILDA APARECIDA RAMOS DE SOUZA, MARILEI INES NOSCHANG, MARILENA BRANDAO DOS SANTOS, MARILIA ALEXANDRE TEIXEIRA FRANCO, MARILSA PEREIRA DOMINGUES DOS SANTOS, MARILYN CRISTINA DOS SANTOS, MARINA BAKRI, MARINA DE OLIVEIRA, MARINA FERREIRA RIBEIRO, MARINA HELLER, MARISE ROCHA DE MOURA, MARJORIE COELHO DOMINGUES, MARLUCIA MACIEL RODRIGUES, MARTA MARINHO DA SILVA, MARTHA MARTINS DA SILVA SOUZA, MARYANE ISABELE CRUZ, MATEUS FRANZONI BOCHNIA, MATEUS RICARDO ULSAN LOURENCO, MATHEUS GABARDO STOPPA, MATHEUS VINICIUS CONTE LABA, MATHEWS RAPHAEL VIEIRA SANTANA, MATHYELE CANDIDO DOS SANTOS, MAUREEN MAGALHAES JAMUR, MAUREN OLIVEIRA NERY ANGELICO, MAURICIO LUIS VIECILI, MAYARA DE OLIVEIRA BARBOSA, MAYARA SANTAREM DE OLIVEIRA, MAYARA SANTOS, MENIVEA SUELI DE SOUZA, MICHELE CHEMIN DOS SANTOS, MICHELE DOS SANTOS RIBEIRO, MICHELI REGINA ANTUNES, MICHELLE CARMINATTI, MIRIAN ALINE ANSCHAU, MIRIAN APARECIDA CANDINHO, MIRIAN CAROLINE BANHUKI PROCRIFKA GALVAO, MIRIAN MARTINS DA SILVA, MOISES BALDOCHI GOULART, MONICA GROCHEVICZ, MONIQUE ROSMAM SCHAAF, MORGANA SUELEN MIO, MYDIA CAROLINE DOS SANTOS QUINTINO, MYRIAM DE LIMA RAMAGEM MARTINS, NAIARA CRISTINA DA SILVA HACHIGUTI, Naiara Cristina Santos Foicinha, NAIARA DA SILVA PALMAS, NAIR APARECIDA TOTE, NATACHA CRISTINA APARECIDA DA SILVA, NATALI MAYARA DE JESUS PEREIRA, NATALIA DE SOUZA COSTA, NATALIA FRANCO SCHELETZ, NATALIE PARRILHA LOGULLO, NATANNA FALINSK, NATASSJA BOSZCZOWSKI, NATHALI NUNES CAVASCAN, NATHALIA DA ROSA KAUER, NATHALIA GOBBI GOULART, NEIVA DE SOUSA FERREIRA DE LIMA, NELCI APARECIDA CARDOSO, NELLY LUZ RODRIGUEZ FLORES, NEUZA VIEIRA DE LARA, NILCEIA ALVES DA LUZ, NILMAR QUINTANILHA, NILTON MARCOS DARIVA JUNIOR, NOELY LAITZ FARIAS, NOEMI MEIRELES DA SILVA, NOEMI OLIVEIRA, OHANA DE NOVAES CENSI, PAMELA PATRICIA FERREIRA, PAOLA SROUR VRUBEL, PAOLLA BOAZEGEVSKI VELHO, PATRICIA CRESTO PAULA, PATRICIA DOS SANTOS OLIVEIRA, PATRICIA FERREIRA BRASIL, PATRICIA GARCIA XAVIER, PATRICIA GISELLE TORRES, PATRICIA GRITTEN GONCALVES, PATRICIA KANOFRE KUHS, PATRICIA LIMA FERREIRA, PATRICIA LONGATO, PATRICIA PEREIRA NATEL, PATRICIA PRADO BALADO LASSECK, PATRICIA RIGONI ANDREATTA ZANARDI DE OLIVEIRA, PATRICIA SIMONE FERREIRA, PATRICIA SOUZA LIMA ANDRADE BORGMANN, PATRICIA VIEIRA, PATRICIA VITACHI CESARIO, PATRICIA WENDT GALVAO, PATRICK AUERBACH, PATRICK FERNANDES DE SOUZA, PAULA ALVES DE MIRANDA, PAULA FERNANDA GREGHI PASCUTTI, PAULA JULIANA DE MELO, PAULA VITORIA ALVES BARBON, PAULO CESAR CARDOSO DA ROCHA POMBO, PAULO HENRIQUE PARIZOTTO BICA, PAULO ROBERTO PANCHENIAK NEUMANN, PEDRO PAULO DE CARVALHO JERICO, PERCILIA PIOKER CUNHA, PITER PENNA PORTO, POLYANA HENRIQUES MOREIRA GUIDONI, POLYANA LORENA DIAS BATISTA, PRICILA MADALENA TALASZ AIOLFI, PRICILA TEREZINHA BERTOJA, PRISCILA APARECIDA DE ALMEIDA LIMA, PRISCILA FALCAO DREHER, PRISCILA GORNIAK ONOFRE, PRISCILA HOFFMANN DEMETRIO, PRISCILA PANEK, PRISCILA ZELASKOS PEREIRA DE MEDEIROS, QUELEN PATRICIA RODRIGUES CARVALHO, RAFAEL ANDRE CORSSINI, RAFAEL GUSTAVO JUTTEL CASTRO, RAFAELA CHIUCO ZENI, RAFAELA CORREIA SCOTTI, RAFAELA CRISTINA BECHER MACIEL, RAFAELA CRISTINA MORGADO, RAFAELA FERREIRA RODRIGUES, RAFAELA GASPARELLO OLENIKI, RAFAELA LINO DA SILVA, RAFAELA LUIZA NICOLAU DOS SANTOS, RAFAELA SCUISSIATTO, RAFAELLO LOPES GENNARI, RAISA LORENA NORBERTO, RAISSA SANTANA BUENO, RALLYANA DERKCZ, RAMON EDUARDO SZYMCZAK CONDE, RAMON MORAES PASSOS, RAQUEL DANIELE DE MATOS, RAQUEL GUEDES SOBREIRA, RAQUEL MADALENA PFEIFFER, RAUANI MLYNARCZYK, RAYANA GABRIELA GODOY, RAYANNE BRANDAO DOS SANTOS, RAYRA CAMILA DE FAVERI CARVALHO, REGIANE APARECIDA DA SILVA, REGIANE DOS SANTOS COELHO, REGIANE TEIXEIRA DE FARIA, REGINA KLUTCKOWSKI GRACIANO, REGINALDO BATISTA SOARES, RENATA CONSTANTINO GAMO, RENATA DE BARROS DE SOUZA, RENATA GREGAREK, RENATA HOFIUS FUTATA, RENATO DALMAGRO, RICARDO JUNGLES CHAN, RITA DE CASSIA ALMEIDA VANZELLA, RITA DE CASSIA FARIA PEREIRA ALVES, RIVALDO SAMPAIO DE LIMA, ROBERTA MOURA FERRAZ PEREIRA DE MELLO, ROBSON DOUGLAS DE OLIVEIRA, ROCIANE FREITAS DA SILVA, RODRIGO ANDREOLA SERRAGLIO, RODRIGO DE AGUIAR ALVES, RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS, RODRIGO GUEDES DE ALVARENGA, RODRIGO TRINDADE LIMONGI MARQUES DE ABREU, ROGERIO FERREIRA DE LARA, RONALDO RAMOS LIMA, ROSA EMILIA DOS REIS, ROSA MARIA LOPES LANG, ROSANA ALVES MARTINS, ROSANA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS, ROSANA DE OLIVEIRA, ROSANA MARIA RODRIGUES DE PAULA, ROSANA OLIVEIRA DA SILVA RIBEIRO, ROSANA RAMOS DE LIMA, ROSANA SANCHES DA SILVA, ROSANGEL CASTELLANO CHAGAS, ROSANGELA APARECIDA DE JESUS, ROSANGELA DA ROCHA SCHINEMAN DE OLIVEIRA, ROSANGELA LIMA DE SIQUEIRA BUENO DA SILVA, ROSANGELA LOURENCO DAMANN, ROSANGELA OLIVEIRA DE SOUZA, ROSECLEIA BARTOFOSQUI ZOCA, ROSELI TEIXEIRA DOS SANTOS KICOT LIMA, ROSELI XAVIER BERTIOTI, ROSEMARI TEIXEIRA DE CAMPOS, ROSENILDA DA SILVA, ROSILENE ROSA DO PARAIZO DE OLIVEIRA, ROSIMARA AURELIANO TRAVASSOS, ROSIMEIRE DE MATOS, ROSIMEIRE DE VARGAS HARDT, ROSSANA SPOLADORE, RUBEANA CESAR OLIVEIRA, RUBENS SANTOS SALU, RUBIA ALEXANDRA FACHINI, RUBIA VIEIRA DE LIMA KINTOPP, RYANI BOZA MUCHINSKI, SABRINA ASATO, SABRINA FAVERO SUTHOVSKI, SABRINA SCARDANZAN MACHADO, SAMARI DA CRUZ SILVA DE PAULA, SAMUEL BATISTA DA LUZ, SAMUEL PENHA FIRMINO, SANDRA LUCIA VIEIRA ULINSKI AGUILERA, SANDRA MARIA LEITE DA SILVA, SANDRA RODRIGUES DA SILVA, SANDRO CROUCE, SANTIAGO SEBASTIANI, SARA MARQUES CARDOSO, SARA STEPHANY BOBEKI PEREIRA, SARAH SILVEIRA DE SOUZA MENDES, SELMA ANGELINO, SELY RAMIRE PERUCCI, SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ, SHEILA PAULA ADAMCZYK, SHEYLA MEIRELES PEREIRA, SIDINEIA APARECIDA FRANCISCO DE ABREU OLIVEIRA, SIDNEI ARAUJO AMORIM, SILEI FRANCA, SILMARA DO ROCIO VALLE, SILVANA APARECIDA PIRES DOS SANTOS, SILVANA DA SILVA DA COSTA, SILVANA DE PAULA PEDROSO, SILVANA RODRIGUES, SILVANA SCARDANZAN MACHADO, SIMONE APARECIDA PORTALUPI, SIMONE DA ROCHA ANDRADE DE BORBA, SIMONE DE ALMEIDA STOCCO DA SILVA, SIMONE DE ANDRADE, SIMONE MARIA DE SOUZA KOVALSKI, SIMONE NOGUEIRA SILVEIRA, SIMONE PEREIRA, SIMONE REGINA MARTINS, SIMONE TEREZINHA DAMACENA, SINDY ROBERTA PEREIRA, SIRLENE ALVES POLO, SOELI LENARTOVICZ, SOFIA KRISTHINE PESCH KRUKLIS, SOFIA SANTOS LIMA FIGUEIREDO, SONIA PERES FERREIRA, SOPHIA JARBAS BRAZ, STEPHANIE MARTINOWSKI HENRIQUES GUIA, SUE ELAINE CONCEICAO SABINO, SUELEN LIMA MENDES, SUZANA MARGARIDA RABELO AMORIM, SUZANA PATRICIA DE SOUZA, TACIANE ELISABETE CESCA, TAINARA AUGUSTA AMARAL DOS SANTOS, TAIS AGUSTINHO DA SILVA, TAIS CAPUCHO SANTOS, TALITA DE CASSIA PIANOVSKI, TAMI LARA ZANI DA SILVA, TAMIRIS GONCALVES DE ARAUJO, TAMMY STEPHANIE MASSOLIN ALBRECHT COSTA, TANIA CRISTINE HADAS, TANIA MARA ARRUDA, TARCIO FELIPE DA SILVA SANTOS, TATIANA LUCIMARA DOS SANTOS BARBOSA, TATIANA NASCIMENTO CUTRIM, TATIANE MARIA DE ANDRADE, TATIANE PATYK RAKSA, TATIANE STANISLOVSKI, TATIANE VEIGA REICKDAL CHAVES, TAYANA MENDES DE PAIVA, TAYNA CAROLINE HARTMAN, TAYNA ELEONAI OLIVEIRA ROCHA BATISTA, TAYS RAFAELLY BOBATO, THAIS BARBOZA, THAIS CAROLINA AMARO, THAIS DE SOUZA PRESTES, THAIS MORALES LOPES RABELLO, THAIS RAFAELE MACHADO DA SILVA, THAIS VIVIANE DOS SANTOS, THAISA SVOBODA PEREIRA MUNOZ, THAISE CRISTINE DE SOUZA DE LIMA, THALITA AGUIAR DO AMARAL, THALITA CAROLINE MOREIRA, THALITA ZANATTO PINTO, THALYS HENRIQUE LIMA, THALYTA SILVA BATISTA, THAYANA DA SILVA FORAGI, THAYANE ANGELICA RODRIGUES FARIAS, THAYANE DE CASSIA ALVES COUTINHO, THAYNA SKROBOT, THAYS IZADORA BORTOLOSO DA SILVA, THERESA CRISTINA CAWAHISA, THIAGO MANOEL NASCIMENTO, THIFANNY PEREIRA ZBUINOVICZ, TIAGO RIBEIRO ALGOZO, TUANI KELER DA SILVA, URIAH MARTELLI GLAZA, VALDECI DE OLIVEIRA, VALDETE DA CRUZ SIQUEIRA,

VALDETE VIEIRA DA SILVA, VALDIRENE DO NASCIMENTO SANTOS PINHEIRO, VALERIA MATUCHESKI, VALERIA THAMIRIS DELFINO DO AMARAL, VANDA OLIVEIRA DA SILVA, VANESSA ALESSANDRA FERRAZ LANDIN, VANESSA CRISTINA DOS SANTOS BARBOZA, VANESSA CRISTINA LOURENCO PIMENTEL, VANESSA DOS REIS SILVA, VANESSA FRACARO, VANESSA GRIGORIO DA SILVA, VANESSA LEAL DE LIMA DE MOURA, VANESSA MACHADO DOS SANTOS, VANESSA RODRIGUES DE LIMA, VANILSA BUENO MENDES, VANUZA DO ROCIO FERREIRA, VANUZA PEREIRA DA SILVA MALAQUIAS, VICTORIA LANGER CECHIN, VILAINE ALVES DOS SANTOS SILVEIRA, VITOR MACHADO GUIMBALA, VITORIA ANDRADE MAIA DE FREITAS GUIMARAES, VITORIA COUTINHO COSTA, VIVIAN CRISTIANE RIBEIRO, VIVIAN MISSIMA JECOHTI, VIVIANE ALVES DIAS, VIVIANE HELOIZA APOLINARIO DOMINGUES, VIVIANE RODRIGUES RAMOS, VIVIANE RODRIGUES TULIO DRULLA, WAGNER AUGUSTO SCHIEL, WANDERSON MIRANDA DA SILVA, WANESSA APARECIDA DA COSTA, WANIA RODOWANSKI, WANNESSA COLACO DO NASCIMENTO, WEILLA GOMES FERREIRA, WELLYSAMA DE SOUZA, WESLLEY ELIZANDRO LUCIANO, WESLLEY THIAGO NASCIMENTO, WILDNICE NUNES OTAVIANO, WILHAN FERREIRA, YARA ZANCANARO, YURI CESAR LOPES SILVA, YURI LOBO RAMOS, ZENAIDE BARBOSA VIEIRA

Processo: 706155/23
Entidade: MUNICÍPIO DA LAPA
Interessado: ADAM FRANCISCO RIBEIRO MOREIRA, ALESSANDRA NAROK GOMES, ALIANE CZAYKA DE OLIVEIRA, ANTONIA ARILDA COELHO, ARAMIS DE JESUS RAISSA SCHARNOVEBER, CHRISTIAN WILLIAN BARROS MARTINS, CLARA APARECIDA SANTOS MAURER, CLEUSELI APARECIDA EVANGELISTA, DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS, DOLIZETE APARECIDA HOFFMANN RODRIGUES, EVA CARDOSO FERREIRA, EVERTON FERNANDO RIBAS BUENO, FABIANA FERRARI DOS SANTOS, FLAVIA JEANE FERRARI, JANETE PERPETUO DE SOUZA DOS SANTOS, JEVERSON DA SILVA RIBAS, JOSEANE CARVALHO SODRE, KELLY CRISTINA BROGIAN, LUCIANO PEDRO HORNING DO VALE, MARIA DEONICE FERREIRA BARBOSA, MARIA LEUNICE DA LUZ, MERIDIANE KAIS, MUNICÍPIO DA LAPA, RICARDO DO NASCIMENTO FERREIRA, SILVANA DE LIMA DOS SANTOS

Processo: 30924/24
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI
Interessado: ALISSON JUNIO CLEMENTE, CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI, EDSON APARECIDO DOS SANTOS, IAGO FERNANDES TOLENTINO PEDROSO, RONALDO VLADIMIR MOREIRA

Processo: 690546/24
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO IGUACU
Interessado: BACHIR ABBAS, BRUNA BARCYSCYN, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO IGUACU, DEBORA TENCYZNA, FERNANDA GARCIA SARDANHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Processo: 216852/24
Entidade: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IPORÃ
Interessado: ANTENOR XAVIER DE SOUZA, FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE IPORÃ

Processo: 306118/24
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA 5A. REGIÃO DE SÁUDE DO PARANÁ - CIS5RS
Interessado: ANDRÉ JUNIOR DE PAULA, CELSO FERNANDO GOES, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA 5A. REGIÃO DE SÁUDE DO PARANÁ - CIS5RS, MARI TEREZINHA DA SILVA

Processo: 130706/25
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL, LUCIANO JOSÉ LENTSCK, PATRICIA REIS DUTRA, THAYNE ELIARA DO NASCIMENTO

Processo: 134795/25
Entidade: MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ
Interessado: EDSON PALIARI, MARCIA FATIMA DA SILVA GIACOMELLI, MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ

Processo: 139410/25
Entidade: FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
Interessado: FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, MARIA INÊS GUTERVIL WOLSKI

Processo: 158279/25
Entidade: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
Interessado: DANIEL CARDOSO DOS SANTOS, JOSELITO DA LUZ, SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

Processo: 163175/25
Entidade: CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
Interessado: BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA

Processo: 172719/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: ANDERSON GABRIEL HOSHINO, INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Processo: 173847/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO MATEUS DO SUL
Interessado: EDENILSON KUJAWA, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO MATEUS DO SUL

Processo: 178229/25
Entidade: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE RENASCENÇA
Interessado: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE RENASCENÇA, ISRAEL HILARIO CORLASSOLI

Processo: 179896/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ESPERANÇA NOVA
Interessado: EDSON JAQUES SANTOS, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ESPERANÇA NOVA

Processo: 189603/25
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, MARIA SILVANA BUZATO

2ªSECAM - Atas

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 10,
REALIZADA ENTRE OS DIAS 23 E 26 DE JUNHO DE 2025

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (23/06/2025), com início ao meio-dia (12h), realizou-se a Décima Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, com a presença dos Conselheiros FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI, bem como dos Conselheiros Substitutos SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA e CLÁUDIO AUGUSTO KANIA. Participou, como representante do Ministério Público de Contas, a Procuradora, JULIANA STERNADT REINER. A Secretaria da Sessão foi exercida pela Secretária da Segunda Câmara, MARIA DAS GRAÇAS GRECO. Ausente o Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO, em razão de licença especial, conforme procedimento nº 216445/25. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, submeteu à homologação do Plenário Virtual a Ata de nº 9, referente a Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, realizada entre os dias 09 e 12 de junho de 2025, a qual foi homologada. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, concedeu a oportunidade para as Comunicações previstas no inciso II, do art. 436 do Regimento Interno e no art. 10 da Resolução 77/2020 e para inclusão em pauta dos processos de que tratam o art. 429, § 4º, do Regimento Interno, as quais foram registradas ciência, por unanimidade. Foi incluído em mesa para julgamento o processo nº 346997/25 (Certidão Liberatória), na pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi. Foram devolvidos os processos nºs: 27090/16, da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania, pelo Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 145369/21, da pauta do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso, pelo Conselheiro Fabio de Souza Camargo. Foi comunicado o sobrestamento dos processos nºs: 200584/11 (Prestação de Contas do Prefeito Municipal), determinado por meio do Despacho nº 694/25, junto à Coordenadoria de Monitoramento e Execução (CMEX), pelo Conselheiro Augustinho Zucchi. Foi comunicado a prorrogação de sobrestamento dos processos nºs: 24547/23 (Revisão de Pensão), determinado por meio do Despacho nº 615/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 553448/23 (Revisão de Proventos), determinado por meio do Despacho nº 702/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Augustinho Zucchi; 694858/23 (Revisão de Proventos), determinado por meio do Despacho nº 276/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 694939/23 (Revisão de Proventos), determinado por meio do Despacho nº 275/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 376604/24 (Revisão de Pensão), determinado por meio do Despacho nº 279/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 387134/24 (Revisão de Pensão), determinado por meio do Despacho nº 281/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 387495/24 (Revisão de Pensão), determinado por meio do Despacho nº 280/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 694955/23 (Revisão de Proventos), conforme despacho nº 333/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania; 694998/23 (Revisão de Proventos), conforme despacho nº 334/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania; 695269/23 (Revisão de Proventos), conforme despacho nº 340/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania; 695277/23 (Revisão de Proventos), conforme despacho nº 341/25, junto à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), pelo Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania. O Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, concedeu a oportunidade para os julgamentos pelo Plenário Virtual da Segunda Câmara, onde foram julgados os processos nºs: 423645/24 (Arquivamento), 135910/25 (Regular), 147358/25 (Regular), 153226/25 (Regular), 153587/25 (Regular), 154893/25 (Regular), 165895/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; 583499/24 (Regularidade das contas com ressalvas), 162250/25 (Regular), 181220/25 (Regular), 183320/25 (Regular), 195522/25 (Regular), 199404/25 (Regular), 199595/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 423831/24 (Registro), 346997/25 (Deferimento), 221775/24 (Parecer prévio pela regularidade com ressalvas), 162616/25 (Regular), 171240/25 (Regular com recomendações), 172980/25 (Regular), 184253/25 (Regular), da pauta do

Conselheiro Augustinho Zucchi; 460884/21 (Registro), 652558/22 (Registro), 112895/24 (Registro com determinações), 304964/24 (Registro com determinações), 172778/25 (Regular), 177079/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 91369/21 (Registro), 240036/24 (Registro), 224891/25 (Registro), 757284/24 (Registro), 235407/24 (Registro), 136003/25 (Regular), 180312/25 (Regular), da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania. No julgamento do processo nº 221775/24, de Prestação de Contas do Prefeito Municipal, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, o relator votou pela "a. Emissão de Parecer Prévio pela REGULARIDADE COM RESSALVA das contas do senhor ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, na qualidade de prefeito do MUNICÍPIO DE IBAITI, relativas ao exercício de 2023, em razão de: i. aplicação mínima de recursos do Fundeb em valores percentuais inferiores ao estabelecidos na Constituição Federal e no artigo 25, § 3º, da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020. ii. descumprimento dos artigos 1º, § 1º, da LRF e 48, alínea b, da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme indicado na análise do resultado orçamentário e financeiro. iii. baixo desempenho evidenciado na avaliação da atuação governamental na área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão", (voto vencedor), acompanhado pelo Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. O Conselheiro Fabio de Souza Camargo apresentou divergência parcial "acompanhando a proposta de voto do ilustre Relator quanto aos demais termos, discordando apenas quanto à não aposição de ressalva pelo "baixo desempenho evidenciado na avaliação da atuação governamental na área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão"", (voto vencido), solicitando que se faça constar no processo sua declaração de voto, nos termos do art. 458, § 2º, do Regimento Interno. No julgamento do processo nº 757284/24, de Revisão de Proventos, da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania, o relator apresentou proposta de voto propondo o "arquivamento dos autos", (voto vencido). O Conselheiro Fabio de Souza Camargo apresentou divergência pela "legalidade e registro da Portaria n.º 9.931 (peça 06) em cumprimento da decisão judicial constante dos autos n.º 0015540-74.2023.8.16.0030, do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu", (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Fernando Augusto Mello Guimarães e Augustinho Zucchi. O processo foi redistribuído ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo por ter proferido voto vencedor. Foram concedidos os pedidos de vista aos processos nºs: 484437/19, da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 158520/25, da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 198491/25, da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 216909/25, da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 195573/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 119176/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 141163/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 174118/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 186698/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 191080/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 191829/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 192493/25, da pauta do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ao Conselheiro Augustinho Zucchi; 147672/24, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 213969/24, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 289779/24, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 166271/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 176161/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 178687/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 377208/23, da pauta do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 195336/25, da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania, ao Conselheiro Augustinho Zucchi. Continuaram com vista os processos nºs: 133993/25, da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 137450/25, da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 204168/23, da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 173703/24, da pauta do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 215112/24, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 418770/23, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 91570/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 148990/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 161431/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 181408/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 182366/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 186523/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 189417/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 190369/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo; 191969/25, da pauta do Conselheiro Augustinho Zucchi, ao Conselheiro Fabio de Souza Camargo. Foram adiados os processos nºs: 27090/16 (Adiado para análise de voto divergente), da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania; 145369/21 (Adiado por ausência do relator à Sessão), da pauta do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso. O processo nº 27090/16, da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania, foi adiado para a próxima Sessão Ordinária Virtual, da Segunda Câmara, para análise de voto divergente apresentado pelo Conselheiro Fabio de Souza Camargo. Transcorrida a fase de julgamento, às quinze horas (15h), do dia vinte e seis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (26/06/2025), o Senhor Presidente, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, encerrou a Décima Sessão Ordinária Virtual, da Segunda Câmara, convocando a próxima Sessão Ordinária Virtual deste Colegiado, para realização entre os dias sete e dez do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco (07 e 10/07/2025), no horário previsto na Resolução n° 77/2020. E para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária da Segunda Câmara, Maria das Graças Greco e pelo Presidente deste Colegiado, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães.
****

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações

TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

PROCESSO Nº - 152149/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS
INTERESSADO - ADELMO LUIZ KLOSOWSKI, OSNEI STADLER
PROCURADOR -
DESPACHO - 1013/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Citação do Sr. OSNEI STADLER, por ofício acompanhado de AR, e intimação do MUNICÍPIO DE PRUDENTOPOLIS, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação em relação ao contido na Instrução 630/25-CCONTAS.
GCFAMG em 14 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 165461/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ
INTERESSADO - PEDRO TABORDA DESPLANCHES
PROCURADOR -
DESPACHO - 1014/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Intimação do Sr. PEDRO TABORDA DESPLANCHES, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação em relação ao contido na Instrução 637/25-CCONTAS.
GCFAMG em 14 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 189654/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ
INTERESSADO - CARLA SUZI EMERENCIANO, FÁBIO HIDEK MIURA
PROCURADOR -
DESPACHO - 1015/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Citação da Sra. CARLA SUZI EMERENCIANO, por ofício acompanhado de AR, e intimação do MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem manifestação em relação ao contido na Instrução 535/25-CCONTAS.
GCFAMG em 15 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 199226/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE URAÍ
INTERESSADO - ANGELO TARANTINI FILHO
PROCURADOR -
DESPACHO - 1018/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Intimação do Sr. ANGELO TARANTINI FILHO, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação em relação ao contido na Instrução 583/25-CCONTAS.
GCFAMG em 15 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 177354/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO

INTERESSADO - GENY VIOLATO
PROCURADOR -
DESPACHO - 1019/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Intimação da Sra. GENY VIOLATO, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação em relação ao contido na Instrução 597/25-CCONTAS.
GCFAMG em 15 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 388223/25
ASSUNTO - DENÚNCIA
ENTIDADE - ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
INTERESSADO - ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
PROCURADOR -
DESPACHO - 1020/25 – GCFAMG
1. Relatório
Cuida-se de denúncia formalizada por cidadão (em decorrência de lesões sofridas por uma criança que se encontrava em unidade de educação infantil), tratando de possíveis irregularidades em contratações para prestação de serviços de monitoramento eletrônico em unidades de educação infantil. Os fatos narrados indicam, em tese, falhas na guarda e armazenamento de imagens de segurança, bem como eventuais omissões do ente contratante quanto ao dever de fiscalização. Questiona-se, ainda, a recorrente prorrogação de contratos com a mesma empresa, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, em valores considerados relevantes.
Em análise inaugural contida no Despacho 855/25-GCFAMG (Peça 22), foram realizadas ponderações acerca da forma de atuação desta Corte e da matéria a ser examinada:
A denúncia apresenta narrativa coerente e mostra-se fundada em elementos objetivos, ainda que não tenha sido instruída com documentos comprobatórios robustos. Considerando-se a natureza cidadã da representação, admite-se maior flexibilidade quanto à exigência de provas diretas das irregularidades, sendo possível diligências previamente ao juízo de admissibilidade.
O feito envolve contratações públicas que foram reiteradamente prorrogadas com a mesma empresa, sem a realização de certames licitatórios competitivos, com possível ausência de controle sobre o cumprimento do objeto contratual, especialmente no que tange à segurança de crianças atendidas por instituições municipais de ensino. Tais elementos justificam a atuação do Tribunal no exercício de sua competência de controle externo.
O encaminhamento inicial deverá se concentrar na reunião de documentos que permitam análise acerca da legalidade dos procedimentos de contratação (licitações, dispensas e inexigibilidades), dos contratos firmados e de seus aditivos, além da execução contratual e da atuação do controle interno do ente contratante.
Cumpre destacar, porém, que não será determinada, neste momento, a instauração de auditoria ou outro procedimento de fiscalização. Providências em tal sentido dependem da verificação de indícios mais consistentes de dano ao erário ou ineficiência da gestão, bem como do enquadramento nas matrizes de planejamento operacional desta Corte de Contas, que orientam a alocação de recursos técnicos e humanos conforme critérios de relevância, materialidade e risco.
Os apontamentos trazidos, salvo máxima vênia, não autorizam a mobilização imediata de estruturas de fiscalização com maior grau de intervenção. A eventual deflagração de ações de auditoria será condicionada ao resultado de análises efetuadas no decorrer do processo, observando-se o princípio da economicidade e o planejamento institucional do controle externo.
Determinei, então, a intimação do Município para apresentação de documentos relativos à licitação para contratação dos serviços de monitoramento, à prestação dos serviços em si, bem como à fiscalização da execução do contrato, os quais foram juntados nas Peças 25/40, esclarecendo-se, outrossim, que "a sindicância instaurada pela Administração Municipal tem como objeto a apuração do fato envolvendo a criança parente da denunciante e a servidora municipal lotada na respectiva creche, mas não tem relação com a prestação de serviço de vigilância, que, ao que tudo indica, está sendo prestado adequadamente".
2. Análise
Após rigorosa análise dos documentos apresentados, verifica-se que o Município instruiu adequadamente os processos administrativos de contratação dos serviços de monitoramento eletrônico. Os contratos e seus aditivos foram acompanhados de justificativas formais, além da comprovação de vantajosidade da contratação para a Administração.
Ademais, foram juntados documentos que evidenciam o acompanhamento e a fiscalização do contrato, inclusive com registros de verificações técnicas sobre o funcionamento dos equipamentos de monitoramento instalados nas unidades escolares. O Município demonstrou que adotou procedimento para checar, unidade por unidade, se todas as câmeras estavam instaladas e operacionais, de acordo com as cláusulas contratuais, tendo constatado a conformidade da prestação do serviço.
Não se identificaram elementos que apontem, de forma inequívoca, para a ocorrência de superfaturamento, pagamento por serviços não prestados ou descumprimento contratual sistemático. A despeito de o caso envolver fato grave ocorrido em uma creche, não há demonstração de que o serviço de monitoramento eletrônico tenha sido negligenciado ou que sua execução tenha contribuído diretamente para o evento danoso.
Insta salientar que, embora a denúncia traga preocupação legítima, mistura elementos de natureza administrativa com aspectos que extrapolam a competência constitucional desta Corte de Contas. Parte relevante da narrativa refere-se à eventual omissão de agentes públicos no dever de cuidado com menores, a uma suposta agressão ocorrida no interior da unidade escolar e ao desaparecimento de imagens de videomonitoramento em data específica.
Tais circunstâncias, por envolverem possível responsabilidade individual de servidores e eventual conduta criminal, devem ser objeto de apuração por órgãos competentes, como o Ministério Público e a Polícia Civil, por meio dos instrumentos investigativos e sancionatórios adequados.
Este Tribunal, por sua vez, não possui atribuição para apurar responsabilidades civis, penais ou disciplinares de agentes públicos em situações individualizadas, tampouco para investigar a fundo condutas que demandam a atuação de órgãos com poderes de polícia.
Finalmente, cabe destacar que a Administração Municipal informou haver instaurado sindicância interna para apurar os fatos diretamente relacionados à criança, ressaltando que o objeto dessa apuração não está relacionado à prestação dos serviços de videomonitoramento, os quais estariam sendo prestados regularmente.
Recomenda-se que o Município examine em tal sindicância: a conduta dos servidores responsáveis pela fiscalização da execução contratual, especialmente no tocante ao zelo pela integridade do sistema de monitoramento; e eventual falha pontual na prestação do serviço pela empresa contratada, especialmente quanto à guarda e à recuperação de imagens do período correspondente ao incidente relatado.
3. Determinações
Ante todo o exposto, e considerando:
- A comprovação documental da regularidade dos procedimentos licitatórios e contratuais;
- A inexistência de elementos suficientes que indiquem dano ao erário ou inexecução contratual generalizada;
- A inexistência de razões que justifiquem, neste momento, a deflagração de auditoria por esta Corte, à luz do planejamento estratégico, da economicidade e da eficiência na alocação de recursos técnicos;
- Os limites constitucionais da atuação do Tribunal de Contas, especialmente no que se refere à apuração de responsabilidades penais ou administrativas individuais, competência atribuída ao Ministério Público, às polícias judiciárias e à própria Administração;
Determino o arquivamento da denúncia, sem prejuízo de que novas apurações sejam instauradas no caso de surgimento de elementos adicionais ou da conclusão da sindicância interna pela Administração Municipal.
Ressalto, por fim, a importância de que o Município permaneça vigilante quanto à qualidade e eficácia dos serviços contratados, especialmente aqueles que envolvem a proteção de crianças e adolescentes.
Ao Ministério Público de Contas para conhecimento e apontamentos que julgar pertinentes.
GCFAMG em 15 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 117033/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
INTERESSADO - ADRIANO BACKES, MARCIO ANDREI RAUBER
PROCURADOR - LUANA ELISA DA SILVEIRA
DESPACHO - 1022/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Citação do Sr. MARCIO ANDREI RAUBER, por ofício acompanhado de AR, e intimação do MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação em relação ao contido na Instrução 565/25-CCONTAS.
GCFAMG em 15 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 184318/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE PRANCHITA
INTERESSADO - ELOIR NELSON LANGE, RONIMAR ELEANDRO SARTOR
PROCURADOR -
DESPACHO - 1023/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Citação do Sr. ELOIR NELSON LANGE, por ofício acompanhado de AR, e intimação do MUNICÍPIO DE PRANCHITA, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem manifestação em relação ao contido na Instrução 552/25-CCONTAS.
GCFAMG em 15 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 391380/25
ASSUNTO - RECURSO DE AGRAVO
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE PALOTINA
INTERESSADO - MARCELO MORILHA TELES, MUNICÍPIO DE PALOTINA, RAMON SILVINO DA SILVA, RODRIGO RIBEIRO
PROCURADOR - AUGUSTO DE ANDRADE TEODORO SILVA, EDUARDO JOSE DE ANDRADE TEODORO SILVA
DESPACHO - 1024/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para extração de cópias das peças 16/22 e juntada aos autos do Processo 30448-8/25 e arquivamento do presente agravo, em razão da perda de objeto.
Solicita-se às partes que não mais efetuem a juntada de manifestações nos presentes autos, mas apenas nos do Processo 30448-8/25.
GCFAMG em 15 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 753696/24
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO: JOSE ANTONIO FAUSTINO DE CARVALHO ANDRADE NETO
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 922/25

Trata-se de Denúncia apresentada por [art. 33 da Lei Orgânica] em face do [art. 33 da Lei Orgânica], mediante a qual noticiou supostas irregularidades relacionadas ao Pregão nº 439/2022 da entidade para prestação de serviços com fornecimento de controlador eletrônico de velocidade e redutor eletrônico de velocidade (radares) instalados no município.

O denunciante aponta como irregularidade a transferência indevida do contrato pela empresa vencedora do certame ao consórcio que não participou do referido pregão, em afronta ao § 2º do art. 33 da Lei nº 8.666/93.

Menciona que procurou o Secretário de Logística e Compras para esclarecimentos, o qual respondeu que o Tribunal de Contas deu parecer favorável à contratação, sem apresentar documentos.

Por fim, o denunciante, conforme petição, colaciona cópia de parte do processo licitatório, requerendo ao Ministério Público do Estado do Paraná[1] a suspensão imediata dos pagamentos.

Mediante Despacho nº 1780/24 – GCILB (peça 5), reputei necessária a intimação do município (peça 3, pág. 12), na pessoa de seu representante legal e gestor atual, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestasse sobre os fatos noticiados na peça exordial.

A entidade compareceu aos autos (peças 9-15), apresentando a defesa prévia à peça 13, nos termos da manifestação e documentos encaminhados pela Secretaria responsável.

Ato contínuo, a Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme Instrução nº 6202/24 – CGM (peça 16), opinou pela realização de diligência à origem "para que seja explicado pela Denunciada, por meio de fundamentação e apresentação de documentações, a situação levantada pela Denunciante, qual seja, a suposta irregularidade da transferência indevida do contrato pela empresa vencedora do certame ao Consórcio que não participou do referido pregão, em afronta ao § 2º do art. 33 da Lei nº 8.666/93."

A unidade técnica ressaltou que, "apesar de terem sido apresentadas questões coerentes nas peças fornecidas pela respectiva secretaria, a prefeitura propriamente dita, nada forneceu de explicações para as acusações, não sendo o que apresentara a secretaria o suficiente para esclarecer o que fora reivindicado na Denúncia."

A entidade, consoante os Recibos de Petições Intermediárias nº 40657/25 e 43648/25 (peças 20/39), em atendimento à diligência solicitada no Despacho nº 17/25 – GCILB (peça 17), prestou esclarecimentos e juntou documentos relacionados aos fatos.

Por fim, a Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar, conforme a Instrução nº 43/25 – CAIS (peça 40), opinou pelo arquivamento da presente Representação.

É o relatório.

Examinando os autos, verifico não haver elementos para recebimento e continuidade da presente demanda, motivo pelo qual acolho o opinativo da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar pela inadmissibilidade da presente Denúncia.

Conforme mencionado pela unidade técnica (peça 40), a ausência do documento que comprove a legitimidade do denunciante, considerando a diligência para saneamento do feito, poderia implicar no juízo negativo de admissibilidade, nos termos do artigo 276, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal[2].

Compulsando os autos, verifico que a entidade denunciada prestou os seguintes esclarecimentos (peça 14):

"1. A constituição do Consórcio Ingá, conforme registro JUCEPAR em 24/01/2023, e Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica em 24/01/2023, foi devidamente promovida antes da celebração do respectivo Contrato pactuado com a Administração (este, em fevereiro/2023).

2. A vedação (imposta pelo Edital) à transferência ou cessão do objeto em nada se relaciona com a participação sob a forma de consórcio, o que encontrou previsão/permissão expressa no Edital (Seção XII) em questão.

3. Abertura das propostas ocorrida em 15/12. Fato público e notório.

4. Adjudicação, conforme legislação vigente. 5. Aviso de Homologação, conforme legislação vigente."

Quanto à alegação de irregularidade em razão de suposta subcontratação, vedada pela cláusula 16.1 e 17.2.2 do edital, verifico que não se confirmou o apontamento da denunciante.

Nesse sentido, conforme se depreende do Edital, os itens 16.1 e 17.2.2 não permitem a subcontratação total do objeto do presente contrato, vejamos:

"16.1. NÃO será permitida a subcontratação total do objeto do presente contrato, sendo admitida a subcontratação parcial, desde que se refiram às parcelas de pequena importância (não ultrapassando o limite de 30% do contrato, assim entendidas aquelas que não tiveram exigência específica da capacidade técnica e técnica-operacional, desde que com anuência da Administração, devendo se dar preferência à MEs/EPPs, conforme o disposto na LC 123/2006), responsabilizando-se totalmente pelo serviço a CONTRATADA, devendo ser empregada a mesma técnica exigida no CONTRATO;

17.2.2. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE." (grifo nosso).

Conforme atestado pela Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar (peça 40), a alegada subcontratação não ocorreu, tratando-se, na verdade, de inegável equívoco do denunciante, uma vez que confundiu a participação do CONSÓRCIO INGÁ, formado pelas empresas PERKONS S.A., Líder, MOBILIS TECNOLOGIA S/A e ENERGY TECNOLOGIA DE AUTOMAÇÃO S/A, com a subcontratação."

O referido equívoco decorre do fato de a empresa PERKSONS S/A ter sido a vencedora do certame e o contrato ter sido assinado pelo Consórcio Ingá, devidamente registrado perante a JUCEPAR.

Conforme manifestação da entidade (peça 29), a adjudicação do objeto foi para a empresa PERKSONS S/A, que previamente encaminhou documentação constando o "Compromisso de Constituição do Consórcio Ingá" (peça 32).

Diante disso, verifica-se que no referido Pregão, o cadastro na Plataforma do certame foi feito a partir da empresa PERKONS S/A, mas a Proposta foi apresentada pelo Consórcio Ingá, formado pelas empresas PERKONS S/A (Empresa Líder), MOBILIS TECNOLOGIA S/A (Segunda Consorciada) e ENERGY TECNOLOGIA DE AUTOMAÇÃO S/A (Terceira Consorciada), com apresentação dos documentos de todas as empresas integrantes do referido consórcio.

Observo que os artigos 15 da Lei 14.133/21 e 33 da Lei nº 8.666/93 (vigente à época dos fatos) regulamentam acerca da participação dos consórcios nos processos licitatórios, in verbis:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I-comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II-indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III-apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV-impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

V-responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§2º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo." (grifos nossos).

Com isso, explica-se a modificação do CNPJ da empresa adjudicada para o CNPJ do consórcio contratado, não sendo requisito a constituição prévia do consórcio para participação do certame.

Ainda, nesse aspecto, a participação dos licitantes sob a forma de consórcio tem previsão no item 12 do Edital, em que se estabelecem as condições previstas no art. 33, da Lei Federal n.º 8.666/1993, vejamos:

"12. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO Para esta licitação será aceita a participação em CONSÓRCIO, de acordo com as condições estabelecidas no art. 33, da Lei Federal n.º 8.666/1993, constituídos por empresas nacionais ou por empresas nacionais e estrangeiras que satisfaça integralmente as condições da presente licitação.

Na constituição do consórcio, deverão ser atendidas as seguintes exigências:

a) Indicação da empresa líder do Consórcio;

b) No consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira;

c) No caso de consórcio com empresa estrangeira a empresa líder será responsável por todas as providências que forem necessárias para atender a legislação nacional nos aspectos legais e de comércio exterior;

d) À empresa líder caberá as seguintes obrigações:

d.1) Responsabilizar-se por todas as comunicações e informações do Consórcio;

d.2) Administrar o contrato

d.3) Apresentar Termo de Compromisso público ou particular de constituição em Consórcio, subscrito pelas consorciadas, contendo a indicação da empresa líder responsável pelo consórcio e as seguintes responsabilidades:

d.3.1) Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;

d.3.2) Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual contrato, até o final de sua execução;

d.3.3) Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do Município, até a conclusão dos trabalhos ou serviços que vierem a ser contratados;

d.3.4) Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

d.3.5) Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como, o percentual de participação de cada uma em relação ao custo do fornecimento dos serviços previstos;

e) Não será admitida a participação, em consórcios distintos, de uma mesma empresa, diretamente ou por controladora, controlada ou coligada, ou de empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial.

f) A empresa consorciada fica impedida de participar nesta licitação em mais de um consórcio ou isoladamente.

g) A licitante vencedora, no caso de consórcio, fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso firmado.

h) Para efeito de habilitação, cada consorciada deverá apresentar os documentos exigidos no Edital, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado na proporção de sua respectiva participação.

i) Os participantes sob a forma de consórcio assumem de pleno, a responsabilidade solidária pelos atos praticados pelas associadas, tanto na fase da licitação quanto no de execução da contratação decorrente." (grifos nossos).

Consoante o Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 013/2023 (peça

38), houve a cessão contratual em que se declina da empresa PERKONS S.A. para o Consórcio Ingá.
Diante disso, acompanho o opinativo da unidade técnica, entendendo que não se confirmou a alegação de subcontratação, nos termos da fundamentação.
Referente à suposta irregularidade acerca da ocorrência de sobrepreço em comparação com os mesmos serviços contratados por outro município, constato que no caderno de orçamento, contendo as planilhas de composição, as tabelas de custos estão detalhadas[3]:



Ainda, conforme mencionado pela entidade denunciada, os aditivos atenderam os artigos 57, inciso II, 40, inciso XI, e 55, inciso III, e 60 da Lei Federal nº 8.666/1993 (vigente à época dos fatos) que regulamenta a possibilidade de aditivos, in verbis:
"Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:
XI-critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
[...]
II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que deverão ter a sua duração dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a duração a sessenta meses.
Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
Parágrafo único.
É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento."
Compulsando o processo licitatório e as supostas irregularidades mencionadas na peça exordial, não há elementos para inferir que os preços estão acima do valor de mercado, à consideração de que os valores foram justificados em razão de acréscimos por parte do Município e de reajuste anual, vejamos:
"PARECER Nº: 515/2024 - SECPROGE
Em síntese, trata-se da formalização do IV Aditivo de acréscimo quantitativo e consequentemente de valor ao Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2023, firmado com a empresa PERKONS S/A (CNPJ nº 82.646.332/0001-02), conforme a minuta do IV, Termo Aditivo (3568776), por meio do qual, conforme consta da CLÁUSULA TERCEIRA:
"3.1 Após o procedimento de [acréscimo], o valor anual estimado do contrato passará de R$ [11.387.856,00 (Onze milhões trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais)] para R$ [12.898.609,08 (doze milhões, oitocentos e noventa e oito mil, seiscentos e nove reais e oito centavos)].
3.2 O valor mensal estimado deste Contrato será de R$ [1.074.884,09 (um milhão, setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e nove centavos)].", passando o valor a vigorar, conforme consta da planilha anexa (item 3.3).
Por fim, há informação/justificativa para o acréscimo, no Despacho (3462971), conforme a legislação aplicável e, em síntese:
- pedidos realizados pela câmara de vereadores e pelos munícipes de Maringá, solicitando a implantação de dispositivos que aumentem a segurança viária;
- já foi realizada a implantação de 190 faixas de fiscalização eletrônica de velocidade do tipo Controlador (CEV) e 28 faixas de fiscalização eletrônica de velocidade do tipo Redutor (REV);
- a necessidade de maior cobertura e a quantidade de faixas a serem implantadas, e considerando os prazos de instalação do referido contrato, proporcionalmente sugere-se que a instalação dos equipamentos seja realizada em até 30 dias após a assinatura da ordem de serviços;
- as despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária nº. 11.020.26.125.0015.2.060.3.3.90.40.00.00. Fonte de recurso-1509.
Destaca-se que constam dos autos a comprovação da necessidade e fundamentação legal dos referidos acréscimos e a afirmação de que se encontram, no limite permitido na alínea "b", do inciso I e o §1º do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que permite que se faça um aditivo de percentual até 25% do valor total do contrato, embora não conste o percentual do quantitativo, apenas o valor do acréscimo.
Feitos os devidos esclarecimentos e orientações, opinamos pela possibilidade da celebração do aditivo contratual se, e somente se, respeitadas todas condições acima exaradas, especialmente quanto as seguintes:
Somente é possível aditivar acordos ainda vigentes. S.m.j., o presente estará vigente até a data de 01 de fevereiro de 2025.
A declaração de disponibilidade orçamentária, com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa, é uma exigência legal; Como já informado, consta a identificada a dotação orçamentária no Despacho (3462971).
Cabe à autoridade verificar se a Contratada ainda atende às condições que foram exigidas quando da realização da licitação (condições de habilitação e qualificação; regularidade fiscal e trabalhista), consignando tal fato nos autos; Foram acostadas as certidões de negativos fiscais e trabalhistas, com exceção da CND Municipal; e demais documentos da contratada, necessários para a contratação.
Por fim é necessário que o ato (aditivo de valor – quantitativo) seja precedido de justificativa por escrito e previamente autorizada pela Autoridade competente para celebrar o contrato; O Despacho (3462971), com as devidas informações e justificativas, contextualizando a relevância da continuidade do atendimento, encontra-se assinado pelo correspondente Secretário da Pasta, embora não conste a manifestação do Fiscal do Contrato atestando a regularidade da prestação dos serviços." (grifo nosso).
"VI TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2023
O presente Termo Aditivo tem por objeto o REAJUSTE DO VALOR ANUAL da contratação de empresa prestadora de serviços com fornecimento, implantação, instalação, operação e manutenção de equipamentos do tipo não intrusivo, controlador eletrônico de velocidade e redutor eletrônico de velocidade no município de Maringá – PR;
O remanejamento dos locais dos equipamentos de aferição de velocidade, com o fim de uniformização das velocidades das vias, conforme estudo técnico a ser elaborado, de acordo com a demanda da Secretaria de Mobilidade Urbana, sem limitação de quantidade;
A integração do sistema de armazenamento de imagens ao Centro de Controle Integrado (CCI), pertencente à Secretaria de Segurança Municipal de Maringá, com o fim de monitoramento das vias, no prazo de 10 (dez dias), contado da assinatura desse instrumento.
Por solicitação da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SEMOB, de acordo com as especificações constantes no Processo nº 01.11.00059233/2022.28 – Pregão Eletrônico nº 439/2022.
O valor anual a ser reajustado no Contrato será de R$ 410.314,44 (quatrocentos e dez mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos).
Fica acordado que o contratante poderá rescindir o presente contrato em caso de conclusão de nova licitação para o mesmo objeto."
Dessa forma, acompanho a Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar, entendendo que a alegação de sobrepreço em comparação com os mesmos serviços contratados por outro município, isoladamente, não representa indícios de irregularidade.
Acerca da suposta fraude em razão de duas das empresas consorciadas, a PERKONS e a MOBILIS, estarem localizadas na mesma rua ou no mesmo prédio, verifico que tal fato, por si só, não demonstra conluio com a intenção de fraudar o processo licitatório.
Observo que o Consórcio Ingá continua prestando os serviços contratados, conforme a Ordem de Serviço nº 06/2025[4].
Diante disso, a unidade técnica (peça 40) menciona que a "denúncia dos fatos referentes ao suposto conluio das referidas empresas já foi encaminhado para as instâncias adequadas, considerando que a Denúncia enviada ao Tribunal é cópia do expediente encaminhado ao Ministério Público do Estado do Paraná".
No entanto, ressalto que, em regra, em homenagem ao princípio da independência relativa das instâncias, não há vinculação entre estes autos e eventual ação proposta pelo Ministério Público do Paraná, considerando, em tese, a possibilidade de diferentes encaminhamentos.
Esclareço que, se houvesse indícios do referido conluio entre as empresas, os desdobramentos ensejariam também a atuação desta Corte de Contas.
Nesse sentido, não havendo como presumir conluio entre as empresas citadas, considero que a suposta irregularidade não se confirma nestes autos.
Dessa forma, acolhendo a manifestação da unidade técnica, concluo que a Denúncia apresentada não preenche os requisitos para a sua tramitação nesta Corte de Contas, motivo pelo qual não deve ser recebida.
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para ciência.
Após o decurso de prazo, determino o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, §2º[5] c/c 276, §§3º e 5º[6] do Regimento, com remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para arquivamento.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

_____

1. A petição constante na peça 3 se refere à cópia da denúncia protocolizada perante o Ministério Público do Estado do Paraná.
2. Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente. § 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.
3. https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?QCwQy23o46_S0nhYS1tOlTyrmoazfJ7pXfCB7fXGdxej0M6tJk4Y3sW_4M2lvaKx_x3MAT8RatUCMfcczJL7qOH9eE4uBwdfYlzfWOfPFiqlFbepU_fogRXb3-xJ_GkI
4. https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?91gFG2OZdwOCG3Fza-1VJr7iZusmN88lWzy7SNweP0c7Gilye4gAjcigguODZPxqLDkUiRzCZMEqnCA7AnYKkmqD6u4IKPEJktkmGr_Zl3hCA5thKVFLxOnHhcFidEqy
5. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[...]
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
6. Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
[...]
§ 3º Protocolada e autuada, a denúncia será distribuída ao Conselheiro Relator para o exercício do juízo de admissibilidade. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
[...]
§ 5º Caso o expediente não seja recebido como denúncia, o Conselheiro Relator poderá determinar a autuação e processamento compatíveis com os assuntos previstos neste Regimento ou determinar o seu arquivamento. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)

PROCESSO N.º: 202103/25
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1000/25
Trata-se de Denúncia apresentada por [art. 33 da Lei Orgânica][1], mediante a qual

relata possíveis irregularidades[2] na contratação de shows para o 33º aniversário do [art. 33 da Lei Orgânica][3], consistentes na contratação de três atrações musicais por inexigibilidade de licitação.
A parte denunciante requer que o Tribunal de Contas investigue a legalidade da inexigibilidade de licitação para a contratação dos shows, que seja comprovada a compatibilidade dos valores pagos com os preços de mercado, verificada a alteração do fiscal do contrato e sua aplicação e, constatadas irregularidades, sejam cumpridas as medidas cabíveis contra os responsáveis.
Previamente ao juízo de admissibilidade, mediante Despacho nº 420/25 – GCILB (peça 4), determinei a intimação da entidade denunciada para manifestação acerca dos fatos noticiados na peça exordial.
Consoante o Recibo de Petição Intermediária nº 278509/25 (peças 8/12), a entidade denunciada aduz que, com o intuito de assediar processualmente a Administração Pública do Município, formulou, nos últimos 90 (noventa) dias, aproximadamente 41 (quarenta e uma) denúncias perante esta Corte de Contas.
Ressalta que, em aproximadamente 120 dias, o Denunciante protocolizou aproximadamente 50 pedidos de acesso à informação perante a Administração Municipal.
Cita que o Denunciante já formulou 41 "denúncias, elaboradas por meio de ferramentas de inteligência artificial, desprovidas de qualquer fundamento ou elemento concreto.
Relata que a conduta do Denunciante se iniciou e intensificou após o insucesso eleitoral do ex-vereador nas eleições municipais de 2024, denotando um claro intuito de instrumentalizar mecanismos de controle para fins meramente políticos e revanchistas e que passou a se valer da Lei de Acesso à Informação e da via processual junto a esta Egrégia Corte de Contas como ferramenta de pressão e constrangimento do Poder Executivo Municipal.
Menciona que o denunciante, com exercício do Direito de Petição e de Acesso à Informação, desvirtua para perseguição e retaliação, requerendo o reconhecimento do abuso de direito perpetrado pelo denunciante e a consequente adoção das medidas cabíveis para inibir a conduta reprovável.
Reporta a utilização indiscriminada de ferramentas de inteligência artificial generativa pelo denunciante, assertivas manifestamente falsas, "alucinações" jurisprudenciais inexistentes (como os pretensos acórdãos proferidos nas ações ADPF 572/DF, RE 1.029.398/PR e "Acórdão nº 1.234/2024 do TCE/PR").
Sustenta como grave a metodologia empregada pelo Denunciante nos Autos nº 225456/25, 225294/25, 225316/25, 225375/25 e 225529/25, consistente em, de forma tecnicamente temerária, submeter os arquivos do Diário Oficial do Município a interpretações automatizadas.
Chama a atenção para o fato de que, em 21 de fevereiro de 2025, realizou-se audiência de instrução em Ação de Improbidade Administrativa nº 0008298-94.2019.8.16.0033, movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, na qual o Denunciante responde pela prática conhecida como "rachadinha" e que, três dias após a audiência judicial, o Denunciante protocolizou pedido de acesso à informação voltado especificamente à nomeação do Procurador-Geral e, no mesmo sentido, passou a questionar especificamente as atribuições de Procurador Municipal.
Por fim, considerando a caracterização de assédio administrativo processual, consubstanciado no volume excessivo de pedidos de acesso à informação e denúncias infundadas, todas direcionadas à Municipalidade, após a derrota eleitoral do Denunciante, requer-se a adoção das medidas cabíveis, no sentido de coibir a litigância abusiva, com a eventual aplicação das penalidades pertinentes, nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil e das normativas internas desse Tribunal, formulando os seguintes pedidos:
Diante de todo o exposto, tendo-se por absolutamente infundada, improcedente e temerária a Denúncia ora em exame, ausente qualquer demonstração concreta de vício de legalidade, desvio de finalidade ou lesão ao erário, bem como diante da constatação de conduta reiterada e abusiva por parte do Denunciante — em inequívoco desvio dos fins republicanos que legitimam o controle externo —, REQUER o MUNICÍPIO DE PINHAIS, por intermédio de sua legítima representante, a Vossa Excelência, Relator do feito, e a esta Egrégia Corte de Contas do Estado do Paraná:
a) O recebimento da presente manifestação como resposta tempestiva à intimação veiculada no Despacho nº 420/25, promovendo a juntada de seus elementos instrutórios e argumentativos aos autos;
b) O imediato arquivamento liminar da presente Denúncia, por ausência de pressupostos mínimos de admissibilidade, a luz do disposto nos artigos 30 e 31 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, em conjugação com o entendimento já consolidado por esta Corte quanto à necessidade de apresentação de indícios mínimos de irregularidade, conforme precedentes administrativos e pareceres ministeriais em casos similares;
c) Subsidiariamente, caso não acolhida a preliminar de inadmissibilidade, que se reconheça, no mérito, a total regularidade dos atos administrativos objeto da denúncia, em especial do Decreto Municipal nº 202/2025, reafirmando-se a prerrogativa constitucional do Chefe do Poder Executivo para promover, ad nutum, as nomeações e exonerações dos cargos em comissão e funções de confiança, consoante art. 37, II e V, da Constituição da República;
d) O reconhecimento, por esta Corte, da prática de ABUSO DE DIREITO e ASSÉDIO ADMINISTRATIVO PROCESSUAL por parte do Denunciante, à luz da reiteração de manifestações infundadas, artificialmente geradas por sistemas de inteligência artificial, e motivadas por interesses políticos pessoais, tudo em flagrante violação aos princípios da boa-fé, lealdade processual e finalidade pública;
e) A expedição de ofício ao Ministério Público de Contas para ciência da conduta reiterada do Denunciante, com vistas à eventual adoção de medidas preventivas e sancionatórias pertinentes, inclusive quanto à caracterização de litigância de má-fé e eventual responsabilização nos termos do art. 80, incisos II, III e V, do Código de Processo Civil, por aplicação subsidiária;
f) Que seja avaliada, por esta Egrégia Corte, a viabilidade de adoção de medidas regimentais e procedimentais para dissuadir a instrumentalização do processo de contas para fins políticos-pessoais, notadamente por meio da limitação de denúncias reiteradas sem fundamentação e da exigência de qualificação técnica mínima das peças apresentadas, como j· praticado por outras Cortes de Contas em situações análogas."
Retornaram os autos com a manifestação da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar, conforme a Informação nº 9/25 - CAIS (peça 13), em que ressalta que "as análises das Denúncias devem estar necessariamente baseadas em documentos e provas que permitam a verificação concreta das alegações" e que "a denúncia não se mostra ferramenta e nem se confunde com os institutos de fiscalização, esses que seguem normas e rotinas próprias das auditorias."
Por fim, a unidade técnica opina pelo não conhecimento da presente Denúncia, consequentemente, não se pronunciando sobre qualquer análise de mérito vertida nos autos.
É o relatório.
Compulsando os autos, verifico não haver elementos para recebimento e continuidade da presente demanda, motivo pelo qual acolho o opinativo da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar pela inadmissibilidade da presente Denúncia.
Conforme mencionado pela unidade técnica, a análise da Denúncia deve estar necessariamente baseada em documentos e provas que permitam a verificação concreta das alegações.
Nesse sentido, verifico que houve o arquivamento das denúncias apresentadas pelo Denunciante, em face da mesma entidade, conforme se extrai das decisões prolatadas nos Processos nºs 206397/25, 167731/25, 150243/25, 150219/25, 150120/25, 150391/25, 150316/25, 150405/25, 150375/25, 150278/25, 107860/25, 107798/25, 107810/25, 107844/25, 150260/25, 225529/25, 225294/25, 206400/25, 400134/25, 150162/25, 352199/25, 352148/25, 202090/25, 368079/25 e 150189/25.
Na presente demanda, as supostas irregularidades também não se confirmam, carentes de fundamentação e documentação comprobatória.
Certo que a Denúncia é um dos instrumentos do direito de petição, previsto no artigo 74, § 2º, da Constituição Federal[4], que assegura a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato a faculdade, como partes legítimas, de irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas, de forma fundamentada e com a demonstração das provas nos autos, tem-se do outro lado o abuso desse direito, quando exercido de forma excessiva e desproporcional.
Diante do exposto, acolhendo a manifestação da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar, deixo de receber a presente Denúncia, extinguindo o feito sem resolução de mérito.
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para ciência.
Após o decurso de prazo, determino o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, §2º[5] c/c 276, §§3º e 5º[6] do Regimento, com remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para arquivamento.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

_____

1. Anonimização do denunciante tratada pelo GCILB.
2. conforme publicado no Diário Oficial do Município - Edição 1925, de 25 de março de 2025.
3. Anonimização do denunciado tratada pelo GCILB.
4. Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:[...]
§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
5. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
[...]
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
6. Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
[...]
§ 3º Protocolada e autuada, a denúncia será distribuída ao Conselheiro Relator para o exercício do juízo de admissibilidade. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
[...]
§ 5º Caso o expediente não seja recebido como denúncia, o Conselheiro Relator poderá determinar a autuação e processamento compatíveis com os assuntos previstos neste Regimento ou determinar o seu arquivamento. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)

PROCESSO Nº: 191454/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO: FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, JOAQUIM SILVA E LUNA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1029/25
Nos termos do artigo 26, parágrafos 1º, 1º-A e 2º, da Instrução Normativa nº 172/2022[1], encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para, na forma regimental, proceder à intimação do MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU e do Sr. FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem suas razões de contraditório acerca dos resultados da Avaliação da Atuação Governamental nas áreas de Assistência Social e Administração Financeira, conforme exposto na Instrução nº 444/25-CCONTAS (peça 17).
Decorrido o prazo, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. Art. 26. Após a emissão da instrução da unidade técnica, os autos serão encaminhados para análise do Relator e apreciação da necessidade de concessão de contraditório ao Prefeito Municipal.
§ 1º. O Relator poderá decidir se o grau de atendimento de implementação das políticas públicas previsto no § 1º do art. 21 em uma ou mais áreas avaliadas poderá conduzir à emissão de parecer pela irregularidade ou pela regularidade com ressalva das contas.
§ 1º-A. O Relator poderá utilizar os vetores estabelecidos no Anexo II desta Instrução Normativa, que possuem natureza meramente referencial, para subsidiar a análise objeto do parágrafo anterior.
§ 2º. Constatadas pelo Relator inconsistências que possam ensejar a emissão de Parecer Prévio que indique a irregularidade ou a regularidade com ressalva das contas, será concedida ao Prefeito Municipal a oportunidade de contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 351 do Regimento Interno.

PROCESSO Nº: 168908/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA
INTERESSADO: LUCIMAR DE SOUZA MORAIS, WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
PROCURADOR/ADVOGADO: LUIS RENATO VAZ, THIAGO JOSE RODRIGUES DE AGUIAR

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1031/25
Nos termos do artigo 26, parágrafos 1º, 1º-A e 2º, da Instrução Normativa nº 172/2022[1], encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para, na forma regimental, proceder à intimação do MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA e da Sra. LUCIMAR DE SOUZA MORAIS, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem suas razões de contraditório acerca dos resultados da Avaliação da Atuação Governamental nas áreas de Transparência e Relacionamento com o Cidadão e de Administração Financeira, conforme exposto na Instrução nº 461/25-CCONTAS (peça 19).
Decorrido o prazo, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 26. Após a emissão da instrução da unidade técnica, os autos serão encaminhados para análise do Relator e apreciação da necessidade de concessão de contraditório ao Prefeito Municipal.
§ 1º. O Relator poderá decidir se o grau de atendimento de implementação das políticas públicas previsto no § 1º do art. 21 em uma ou mais áreas avaliadas poderá conduzir à emissão de parecer pela irregularidade ou pela regularidade com ressalva das contas.
§ 1º-A. O Relator poderá utilizar os vetores estabelecidos no Anexo II desta Instrução Normativa, que possuem natureza meramente referencial, para subsidiar a análise objeto do parágrafo anterior.
§ 2º. Constatadas pelo Relator inconsistências que possam ensejar a emissão de Parecer Prévio que indique a irregularidade ou a regularidade com ressalva das contas, será concedida ao Prefeito Municipal a oportunidade de contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 351 do Regimento Interno.

PROCESSO Nº: 178750/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS
INTERESSADO: CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, PEDRO LOURENCO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1032/25
Nos termos do artigo 27[1] da Instrução Normativa nº 172/2022, encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas, para manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 27. Encerrada a fase de instrução processual, os autos serão encaminhados pelo Relator ao Ministério Público de Contas para manifestação.

PROCESSO N.º: 182005/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
INTERESSADO: JULIANO TREVISAN CORDEIRO, PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1033/25
Na forma do art. 26, §§ 1º, 1º-A e 2º[1], da Instrução Normativa nº 172/22 deste Tribunal, intime-se o MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JULIANO TREVISAN CORDEIRO, para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre os resultados da Avaliação da Atuação Governamental nas áreas de Assistência Social (5,31)[2], de Administração Financeira (5,51)[3] e de Previdência Social (4,43) [4].
Decorrido o prazo, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator.

_____
__1__. Art. 26. Após a emissão da instrução da unidade técnica, os autos serão encaminhados para análise do Relator e apreciação da necessidade de concessão de contraditório ao Prefeito Municipal.
§ 1º O Relator poderá decidir se o grau de atendimento de implementação das políticas públicas previsto no § 1º do art. 21 em uma ou mais áreas avaliadas poderá conduzir à emissão de parecer pela irregularidade ou pela regularidade com ressalva das contas.
§ 1º-A O Relator poderá utilizar os vetores estabelecidos no Anexo II desta Instrução Normativa, que possuem natureza meramente referencial, para subsidiar a análise objeto do parágrafo anterior. (Incluído pela Instrução Normativa n. 185/2024)
§ 2º Constatadas pelo Relator inconsistências que possam ensejar a emissão de Parecer Prévio que indique a irregularidade ou a regularidade com ressalva das contas, será concedida ao Prefeito Municipal a oportunidade de contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 351 do Regimento Interno.
__2__. Conforme item 2.3.2 da Instrução 459/25 – CCONTAS (peça 13).
__3__. Conforme item 2.5.2 da Instrução 459/25 – CCONTAS (peça 13).
__4__. Conforme item 2.6.1 da Instrução 459/25 – CCONTAS (peça 13).

PROCESSO Nº: 196200/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
INTERESSADO: ALVARO DENIS CENI SCOLARO, EDSON LUIZ CENCI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1034/25
Nos termos do artigo 26, parágrafos 1º, 1º-A e 2º, da Instrução Normativa nº 172/2022[1], encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para, na forma regimental, proceder à intimação do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO e do Sr. EDSON LUIZ CENCI a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem suas razões de contraditório acerca dos resultados da Avaliação da Atuação Governamental na área de Assistência Social, conforme exposto na Instrução nº 574/25-CCONTAS (peça 12).
Decorrido o prazo, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 26. Após a emissão da instrução da unidade técnica, os autos serão encaminhados para análise do Relator e apreciação da necessidade de concessão de contraditório ao Prefeito Municipal.
§ 1º. O Relator poderá decidir se o grau de atendimento de implementação das políticas públicas previsto no § 1º do art. 21 em uma ou mais áreas avaliadas poderá conduzir à emissão de parecer pela irregularidade ou pela regularidade com ressalva das contas.
§ 1º-A. O Relator poderá utilizar os vetores estabelecidos no Anexo II desta Instrução Normativa, que possuem natureza meramente referencial, para subsidiar a análise objeto do parágrafo anterior.
§ 2º. Constatadas pelo Relator inconsistências que possam ensejar a emissão de Parecer Prévio que indique a irregularidade ou a regularidade com ressalva das contas, será concedida ao Prefeito Municipal a oportunidade de contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 351 do Regimento Interno.

PROCESSO N.º: 419960/25
ENTIDADE: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE CURITIBA
INTERESSADO: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE CURITIBA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1036/25
1. Trata-se de expediente encaminhado a esta Corte de Contas pelo Ministério Público do Estado do Paraná, mediante o qual informou o arquivamento da Notícia de Fato nº 0046.25.051957-9, em trâmite na 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Pública da Comarca de Curitiba com o fim de apurar "eventual irregularidade na celebração do Contrato Emergencial nº 26.369/2024, firmado entre o Município de Curitiba, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA, e a empresa Southern Mowing Serviços Ltda.".
A Promotoria de Justiça destacou que os fatos noticiados pelo representante já são objeto de exame no Tribunal de Contas do Estado (Processos nº 854883/24 e nº 228250/25), na Polícia Civil do Estado (IPE nº 0014462-62.2024.8.16.0013) e no próprio Poder Judiciário (Ação Popular nº 0001244-17.2025.8.16.0179). Neste sentido, verificou ser desnecessária a adoção de novas medidas processuais cíveis ou criminais, determinando o arquivamento do procedimento.
2. Vistos e examinados.
3. Remetam-se os autos ao Gabinete da Presidência para adoção das providências cabíveis.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 183613/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO
INTERESSADO: JOHN JEFERSON WEBER NODARI, LEOMAR ROHDEN
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1037/25
Na forma do art. 26, §§ 1º, 1º-A e 2º[1], da Instrução Normativa nº 172/22 deste Tribunal, intime-se o MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. LEOMAR ROHDEN, para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre os resultados da Avaliação da Atuação Governamental nas áreas de Assistência Social (4,77)[2] e de Administração Financeira (5,51)[3].
Decorrido o prazo, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator.

_____
__1__. Art. 26. Após a emissão da instrução da unidade técnica, os autos serão encaminhados para análise do Relator e apreciação da necessidade de concessão de contraditório ao Prefeito Municipal.
§ 1º O Relator poderá decidir se o grau de atendimento de implementação das políticas públicas previsto no § 1º do art. 21 em uma ou mais áreas avaliadas poderá conduzir à emissão de parecer pela irregularidade ou pela regularidade com ressalva das contas.
§ 1º-A O Relator poderá utilizar os vetores estabelecidos no Anexo II desta Instrução Normativa, que possuem natureza meramente referencial, para subsidiar a análise objeto do parágrafo anterior. (Incluído pela Instrução Normativa n. 185/2024)
§ 2º Constatadas pelo Relator inconsistências que possam ensejar a emissão de Parecer Prévio que indique a irregularidade ou a regularidade com ressalva das contas, será concedida ao Prefeito Municipal a oportunidade de contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 351 do Regimento Interno.
__2__. Conforme item 2.3.2 da Instrução 352/25 – CCONTAS (peça 8).
__3__. Conforme item 2.5.2 da Instrução 352/25 – CCONTAS (peça 8).

PROCESSO N.º: 197290/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE AMPÉRE
INTERESSADO: DISNEI LUQUINI, DOUGLAS DIEMS MOROCKOSKI POTRICH
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1039/25
Na forma do art. 26, §§ 1º, 1º-A e 2º[1], da IN 172/22, intime-se o MUNICÍPIO DE AMPÉRE, por seu Prefeito, Sr. DISNEI LUQUINI, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre:
i) o Resultado Orçamentário e Financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)[2]
ii) as obrigações de despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres;[3]
iii) sobre os resultados da Avaliação da Atuação Governamental nas áreas de Assistência Social (3,61)[4], Transparência e Relacionamento com o Cidadão (5,40)[5] e de Administração Financeira (3,43);[6]
Decorrido o prazo, encaminhe-se à Coordenadoria de Contas e, após, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para as respectivas manifestações[7].
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator.

_____
__1__. Art. 26. Após a emissão da instrução da unidade técnica, os autos serão encaminhados para análise do Relator e apreciação da necessidade de concessão de contraditório ao Prefeito Municipal.

§ 1º O Relator poderá decidir se o grau de atendimento de implementação das políticas públicas previsto no § 1º do art. 21 em uma ou mais áreas avaliadas poderá conduzir à emissão de parecer pela irregularidade ou pela regularidade com ressalva das contas.
§ 1º-A O Relator poderá utilizar os vetores estabelecidos no Anexo II desta Instrução Normativa, que possuem natureza meramente referencial, para subsidiar a análise objeto do parágrafo anterior. (Incluído pela Instrução Normativa n. 185/2024)
§ 2º Constatadas pelo Relator inconsistências que possam ensejar a emissão de Parecer Prévio que indique a irregularidade ou a regularidade com ressalva das contas, será concedida ao Prefeito Municipal a oportunidade de contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 351 do Regimento Interno.
***2**. Conforme Tabela 38 da Instrução 450//25 - CCONTAS (peça 14).*
***3**. Conforme Tabela 44 da Instrução 450//25 - CCONTAS (peça 14.)*
***4**. Conforme Tabelas 19 e 47 da Instrução 450//25 - CCONTAS (peça 14.)*
***5**. Conforme Tabelas 22 e 23 da Instrução 450//25 - CCONTAS (peça 14.)*
***6**. Conforme Tabelas 28 e 29 da Instrução 450//25 - CCONTAS (peça 14.)*
***7**. Art. 26, § 3º. Em sede de contraditório, a unidade técnica se pronunciará exclusivamente sobre as ressalvas ou irregularidades apontadas no opinativo sobre a avaliação da execução orçamentária e financeira previsto no inciso III do art. 18.*
Art. 27. Encerrada a fase de instrução processual, os autos serão encaminhados pelo Relator ao Ministério Público de Contas para manifestação.

PROCESSO N.º: 254952/25
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1040/25

Trata-se de Denúncia apresentada por [art. 33 da Lei Orgânica][1], mediante a qual relata possível irregularidade em razão do descumprimento da Lei n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) pelo [art. 33 da Lei Orgânica].[2]

A parte Denunciante alega falta de clareza e objetividade sobre o controle de jornada de servidor, a ausência de fundamentação sobre eventual autorização de flexibilização de horário, limitando-se à menção genérica de que chefias podem autorizar, sem esclarecer se isso ocorreu no caso específico e a não apresentação de qualquer norma interna, portaria ou regulamento sobre o uso de redes sociais em horário de expediente, tampouco indicativo de apuração de possível infração administrativa.

Previamente ao juízo de admissibilidade, mediante Despacho nº 558/25 – GCILB (peça 4), determinei a intimação da entidade denunciada para manifestação acerca dos fatos noticiados na peça exordial.

Consoante o Recibo de Petição Intermediária nº 316346/25, (peças 8/18), a entidade denunciada aduz que, com o intuito de assediar processualmente a Administração Pública do Município, formulou, nos últimos 90 (noventa) dias, aproximadamente 51 (quarenta e uma) denúncias perante esta Corte de Contas.

Ressalta que, em aproximadamente 120 dias, o Denunciante protocolizou aproximadamente 50 pedidos de acesso à informação perante a Administração Municipal.

Cita que o Denunciante já formulou 51 "denúncias, elaboradas por meio de ferramentas de inteligência artificial, desprovidas de qualquer fundamento ou elemento concreto.

Relata que a conduta do Denunciante se iniciou e intensificou após o insucesso eleitoral do ex-vereador nas eleições municipais de 2024, denotando um claro intuito de instrumentalizar mecanismos de controle para fins meramente políticos e revanchistas e que passou a se valer da Lei de Acesso à Informação e da via processual junto a esta Egrégia Corte de Contas como ferramenta de pressão e constrangimento do Poder Executivo Municipal.

Menciona que o denunciante, com exercício do Direito de Petição e de Acesso à Informação, desvirtua para perseguição e retaliação, requerendo o reconhecimento do abuso de direito perpetrado pelo denunciante e a consequente adoção das medidas cabíveis para inibir a conduta reprovável.

Reporta a utilização indiscriminada de ferramentas de inteligência artificial generativa pelo denunciante, assertivas manifestamente falsas, "alucinações" jurisprudenciais inexistentes (como os pretensos acórdãos proferidos nas ações ADPF 572/DF, RE 1.029.398/PR e "Acórdão nº 1.234/2024 do TCE/PR").

Sustenta como grave a metodologia empregada pelo Denunciante nos Autos nº 225456/25, 225294/25, 225316/25, 225375/25 e 225529/25, consistente em, de forma tecnicamente temerária, submeter os arquivos do Diário Oficial do Município a interpretações automatizadas.

Chama a atenção para o fato de que, em 21 de fevereiro de 2025, realizou-se audiência de instrução em Ação de Improbidade Administrativa nº 0008298-94.2019.8.16.0033, movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, na qual o Denunciante responde pela prática conhecida como "rachadinha" e que, três dias após a audiência judicial, o Denunciante protocolizou pedido de acesso à informação voltado especificamente à nomeação do Procurador-Geral e, no mesmo sentido, passou a questionar especificamente as atribuições de Procurador Municipal.

Por fim, considerando a caracterização de assédio administrativo processual, consubstanciado no volume excessivo de pedidos de acesso à informação e denúncias infundadas, todas direcionadas à Municipalidade, após a derrota eleitoral do Denunciante, requer-se a adoção das medidas cabíveis, no sentido de coibir a litigância abusiva, com a eventual aplicação das penalidades pertinentes, nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil e das normativas internas desse Tribunal, formulando os seguintes pedidos:

Diante de todo o exposto, tendo-se por absolutamente infundada, improcedente e temerária a Denúncia ora em exame, ausente qualquer demonstração concreta de vício de legalidade, desvio de finalidade ou lesão ao erário, bem como diante da constatação de conduta reiterada e abusiva por parte do Denunciante — em inequívoco desvio dos fins republicanos que legitimam o controle externo —, REQUER o MUNICÍPIO DE PINHAIS, por intermédio de sua legítima representante, a Vossa Excelência, Relator do feito, e a esta Egrégia Corte de Contas do Estado do Paraná:

a) O recebimento da presente manifestação como resposta tempestiva à intimação veiculada no Despacho nº 558/25, promovendo a juntada de seus elementos instrutórios e argumentativos aos autos;

b) O imediato arquivamento liminar da presente Denúncia, por ausência de pressupostos mínimos de admissibilidade, a luz do disposto nos artigos 30 e 31 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, em conjugação com o entendimento já consolidado por esta Corte quanto à necessidade de apresentação de indícios mínimos de irregularidade, conforme precedentes administrativos e pareceres ministeriais em casos similares;

c) Subsidiariamente, caso não acolhida a preliminar, no mérito, requer seja a presente Denúncia julgada totalmente improcedente, determinando-se o seu arquivamento, uma vez que restou cabalmente comprovado que não houve qualquer ilegalidade ou descumprimento da Lei de Acesso à Informação por parte da Administração Municipal, tendo sido as informações devidamente prestadas;

d) O reconhecimento, por esta Corte, da prática de ABUSO DE DIREITO e ASSÉDIO ADMINISTRATIVO PROCESSUAL por parte do Denunciante, à luz da reiteração de manifestações infundadas, artificialmente geradas por sistemas de inteligência artificial, e motivadas por interesses políticos pessoais, tudo em flagrante violação aos princípios da boa-fé, lealdade processual e finalidade pública;

e) A expedição de ofício ao Ministério Público de Contas para ciência da conduta reiterada do Denunciante, com vistas à eventual adoção de medidas preventivas e sancionatórias pertinentes, inclusive quanto à caracterização de litigância de má-fé e eventual responsabilização nos termos do art. 80, incisos II, III e V, do Código de Processo Civil, por aplicação subsidiária;

f) Que seja avaliada, por esta Egrégia Corte, a viabilidade de adoção de medidas regimentais e procedimentais para dissuadir a instrumentalização do processo de contas para fins políticos-pessoais, notadamente por meio da limitação de denúncias reiteradas sem fundamentação e da exigência de qualificação técnica mínima das peças apresentadas, como já praticado por outras Cortes de Contas em situações análogas."

Retornaram os autos com a manifestação da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar, conforme a Informação nº 11/25 - CAIS (peça 19), em que ressalta que "as análises das Denúncias devem estar necessariamente baseadas em documentos e provas que permitam a verificação concreta das alegações" e que "a denúncia não se mostra ferramenta e nem se confunde com os institutos de fiscalização, esses que seguem normas e rotinas próprias das auditorias."

Por fim, a unidade técnica opina pelo não conhecimento da presente Denúncia, consequentemente, não se pronunciando sobre qualquer análise de mérito vertida nos autos.

É o relatório.

Compulsando os autos, verifico não haver elementos para recebimento e continuidade da presente demanda, motivo pelo qual acolho o opinativo da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar pela inadmissibilidade da presente Denúncia.

Conforme mencionado pela unidade técnica, a análise da Denúncia deve estar necessariamente baseada em documentos e provas que permitam a verificação concreta das alegações.

Nesse sentido, verifico que houve o arquivamento das denúncias apresentadas pelo Denunciante, em face da mesma entidade, conforme se extrai das decisões prolatadas nos Processos nºs 206397/25, 167731/25, 150243/25, 150219/25, 150120/25, 150391/25, 150316/25, 150405/25, 150375/25, 150278/25, 107860/25, 107798/25, 107810/25, 107844/25, 150260/25, 225529/25, 225294/25, 206400/25, 400134/25, 150162/25, 352199/25, 352148/25, 202090/25, 368079/25 e 150189/25.

Na presente demanda, as supostas irregularidades também não se confirmam, carentes de fundamentação e documentação comprobatória.

Certo que a Denúncia é um dos instrumentos do direito de petição, previsto no artigo 74, § 2º, da Constituição Federal[3], que assegura a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato a faculdade, como partes legítimas, de irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas, de forma fundamentada e com a demonstração das provas nos autos, tem-se do outro lado o abuso desse direito, quando exercido de forma excessiva e desproporcional.

Diante do exposto, acolhendo a manifestação da Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar, deixo de receber a presente Denúncia, extinguindo o feito sem resolução de mérito.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para ciência.

Após o decurso de prazo, determino o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, §2º[4] c/c 276, §§3º e 5º[5] do Regimento, com remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para arquivamento.

Publique-se.

Curitiba, 14 de julho de 2025.

IVAN LELIS BONILHA.

Conselheiro Relator.

_____

***1**. Anonimização do denunciante tratada pelo GCILB.*
***2**. Anonimização do denunciado tratada pelo GCILB.*
***3**. Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:[...]*
§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
***4**. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
[...]
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
***5**. Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.*
[...]
§ 3º Protocolada e autuada, a denúncia será distribuída ao Conselheiro Relator para o exercício do juízo de admissibilidade. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
[...]
§ 5º Caso o expediente não seja recebido como denúncia, o Conselheiro Relator poderá determinar a autuação e processamento compatíveis com os assuntos previstos neste Regimento ou determinar o seu arquivamento. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)

PROCESSO N.º: 355867/23
ENTIDADE: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
INTERESSADO: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ASTORGA, MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS, SAMUEL TEIXEIRA
PROCURADOR/ADVOGADO: LUCIANA RODRIGUES MENDONÇA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 1042/25

Retornam os autos com a certidão de decurso de prazo, relativo à Comunicação Processual Eletrônica nº 2055/25 - DP (peças 58 e 61).

À Diretoria de Protocolo para que renove a intimação, por via postal, ao MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, nos termos do Despacho nº 721/25 – GCILB (peça 57).

Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

PROCESSO N.º: 201781/21
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MATINHOS
INTERESSADO: AILSON ORLEI MORO CAMARGO, JOSE CARLOS DO ESPIRITO SANTO, MUNICÍPIO DE MATINHOS
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1043/25

Retornam os autos para deliberação acerca da antecipação à intimação, com encaminhamento da documentação pelo Município de Matinhos (peças 130/132), determinada no Despacho nº 918/25 - GCILB (peça 129).
Recebo a referida documentação e determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para as providências cabíveis.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

PROCESSO N.º: 817945/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO
INTERESSADO: EDIPO ANTONIO DE PAULA NEVES, ELIZABETE ORTH, LENNON GUSTAVO MAAS SANTOS, MARIO WEBER, MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO, WM ENERGIA SOLAR LTDA
PROCURADOR/ADVOGADO: LUCAS MOTA ELIAS
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1044/25

Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, proposta por WM ENERGIA SOLAR LTDA, mediante a qual relata supostas irregularidades na Concorrência Eletrônica 003/2024 – Processo Administrativo 098/2024, realizado pelo Município de Campo Bonito, tendo por objeto "contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema(s) de geração de energia fotovoltaica, conectado à rede on-grid da concessionária de energia, no paço municipal de campo bonito, conforme instrumento de repasse 4104055/2023 entre o Município de Campo Bonito e a Caixa Econômica Federal – "Programa Itaipu mais que energia", com o valor global máximo de R$ 243.896,03 (duzentos e quarenta e três mil e oitocentos e noventa e seis reais e três centavos).
Encaminhem-se à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e ao Ministério Público de Contas para as respectivas manifestações, nos termos do artigos 175-S e 278, III, do Regimento Interno do Tribunal[1].
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

_____

__1__. Art. 175-S. Compete à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar: (Incluído pela Resolução n° 131/2025) I – instruir as denúncias, representações, representações da lei de licitações e tomadas de contas sobre assuntos pertinentes às entidades municipais, não originadas de encaminhamentos de fiscalizações realizadas pelas unidades do Tribunal; (Incluído pela Resolução n° 131/2025)
Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo: (Redação dada pela Resolução n° 2/2006) [...] III - apresentada ou não a defesa, será encaminhada pelo Conselheiro Relator à unidade técnica para, em 15 (quinze) dias, instruir, e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para igual fim, no prazo de 30 (trinta) dias. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)

PROCESSO N.º: 159011/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
INTERESSADO: PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1045/25

Na forma do art. 26, §§ 1º, 1º-A e 2º[1], da IN 172/22, intime-se o MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, por seu Prefeito, Sr. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre:
i) o Resultado Orçamentário e Financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);[2]
ii) as obrigações de despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres;[3]
iii) sobre os resultados da Avaliação da Atuação Governamental na área de Administração Financeira (3,96).[4]
Decorrido o prazo, encaminhe-se à Coordenadoria de Contas e, após, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para as respectivas manifestações[5].
Curitiba, 14 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator.

_____

__1__. Art. 26. Após a emissão da instrução da unidade técnica, os autos serão encaminhados para análise do Relator e apreciação da necessidade de concessão de contraditório ao Prefeito Municipal.
§ 1º O Relator poderá decidir se o grau de atendimento de implementação das políticas públicas previsto no § 1º do art. 21 em uma ou mais áreas avaliadas poderá conduzir à emissão de parecer pela irregularidade ou pela regularidade com ressalva das contas.
§ 1º-A O Relator poderá utilizar os vetores estabelecidos no Anexo II desta Instrução Normativa, que possuem natureza meramente referencial, para subsidiar a análise objeto do parágrafo anterior. (Incluído pela Instrução Normativa n. 185/2024)
§ 2º Constatadas pelo Relator inconsistências que possam ensejar a emissão de Parecer Prévio que indique a irregularidade ou a regularidade com ressalva das contas, será concedida ao Prefeito Municipal a oportunidade de contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 351 do Regimento Interno.
__2__. Conforme Tabela 35 da Instrução 594//25 - CCONTAS (peça 7).
__3__. Conforme Tabela 41 da Instrução 594//25 - CCONTAS (peça 7
__4__. Conforme Tabelas 28 da Instrução 594//25 - CCONTAS (peça 7.)
__5__. Art. 26, § 3º. Em sede de contraditório, a unidade técnica se pronunciará exclusivamente sobre as ressalvas ou irregularidades apontadas no opinativo sobre a avaliação da execução orçamentária e financeira previsto no inciso III do art. 18.
Art. 27. Encerrada a fase de instrução processual, os autos serão encaminhados pelo Relator ao Ministério Público de Contas para manifestação.

PROCESSO N.º: 434489/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, ROLSELLEINE NASCIMENTO DE PAULA
PROCURADOR/ADVOGADO: ROLSELLEINE NASCIMENTO DE PAULA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1046/25

Trata-se de representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, pela qual Rolselleine Nascimento de Paula noticia possíveis irregularidades no Chamamento Público 007/2025 do Município de Paranaguá,[1] com o seguinte objeto:
1.1. O presente tem por objeto o firmamento de relação de cooperação, voltada a viabilizar as animações musicais para a comemoração do "Aniversário de Paranaguá 377 anos" e veiculação para transmissão ao vivo."
1.2. O objetivo específico é obter junto à iniciativa privada, a disponibilização de animações musicais, com veiculação para transmissão ao vivo, sendo no mínimo 01 (uma) apresentação musical de reconhecimento nacional de gênero samba e pagode, e, 01 (uma) apresentação musical de reconhecimento nacional de gênero sertanejo, e, 01 (uma) apresentação musical de reconhecimento nacional de gênero pagode, e, 01 (uma) apresentação musical de reconhecimento nacional de gênero gospel e 10 (dez) apresentações de bandas locais/regionais e um festival de música, em comemoração ao "Aniversário de Paranaguá 377 anos", mediante Termo de Cooperação regido pela Lei Municipal 3.650/2017. Serão definidas as bandas/grupos ao longo deste Termo de Referência. (Peça 5, p. 1.)
O edital prevê que não haverá qualquer ônus financeiro para o Município (peça 5) e estabelece a data de 16/07/2025 (quarta-feira) para a sessão pública de abertura dos envelopes com documentação e propostas dos participantes.
As irregularidades alegadas pela representante são (peça 3):
a) Direcionamento prévio de artistas (indício de favorecimento);[2]
b) Ausência de planilha de custos e cronograma financeiro;[3]
c) Terceirização indireta e dissimulada da contratação de shows;[4]
d) Critérios de julgamento vagos e subjetivos;[5]
e) Desvio do dever de licitar apesar de equipe permanente de pregoeiros.[6]
Nesse sentido, aponta violação a princípios constitucionais da Administração Pública e ilegalidades face à legislação em matéria de licitações e contratos, bem como à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).
Ao final da peça inicial, a representante formula os pedidos abaixo:
Diante de todo o exposto, requer a Denunciante que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná se digne a conhecer da presente denúncia e conceder medida cautelar inaudita alteram pars, nos termos do art. 16, § 2º, da Lei Complementar estadual nº 113/2005 c/c art. 289, §1º, inciso II, do Regimento Interno do TCE/PR, determinando de imediato a suspensão do Chamamento Público nº 007/2025 do Município de Paranaguá e de todos os atos dele decorrentes (inclusive impedindo-se eventual assinatura de Termo de Cooperação ou contrato dele resultante), até o exame do mérito desta denúncia por esta Corte.
[...]
Requer-se, outrossim, que seja determinado ao responsável pelo órgão competente na Prefeitura de Paranaguá (Secretaria Municipal de Turismo) que se abstenha de praticar quaisquer atos de execução referentes ao Chamamento nº 007/2025, especialmente contratação de artistas ou realização dos eventos dele constantes, sob pena de responsabilização e multa.
No mérito, pede-se que essa respeitável Corte de Contas, confirmando a cautelar, julgue procedente a presente Denúncia, declarando a irregularidade do Chamamento Público nº 007/2025 e do eventual Termo de Cooperação dele derivado, com a aplicação das sanções cabíveis aos responsáveis, notadamente à Sra. Secretária Municipal de Turismo (gestora do chamamento) e demais agentes que tenham concorrido para as irregularidades (citando-se, por exemplo, membros da Comissão de Licitação/Contratação que subscreveram o edital viciado). Requer-se ainda que o Município de Paranaguá seja orientado a observar rigorosamente os ditames legais em futuras contratações de eventos culturais, abstendo-se de utilizar parcerias ou doações simuladas para viabilizar shows artísticos, devendo, quando for o caso, proceder via licitação ou inexigibilidade legítima, sob pena de novas representações e sanções.
Sobre o pedido cautelar, a autora argumenta que
O fumus boni iuris está demonstrado pelas flagrantes ilegalidades apontadas (direcionamento, falta de transparência, burla à licitação, etc.), comprovadas por documentos e jurisprudência citada, ao passo que o periculum in mora é evidente, pois o procedimento seletivo tem rito célere com abertura de envelopes prevista para meados de julho/2025 e eventos programados já para 21 a 29 de julho/2025. Se não houver a suspensão cautelar, o objetivo do controle externo poderá ser frustrado pelo fato consumado, causando dano irreparável ou de difícil reparação aos princípios da administração e possivelmente ao erário.
Diante do contido na peça inicial e nos documentos que a acompanham, intime-se o Município de Paranaguá, na pessoa de seu representante legal, para que, em 24 (vinte e quatro) horas:
1. Preste esclarecimentos sobre o Chamamento Público 007/2025, manifestando-se sobre as irregularidades apontadas na petição inicial e o pedido cautelar;
2. Informe se o objeto do Edital de Chamada Pública 007/2025 compreende a contratação dos artistas ou apenas o serviço de transmissão ao vivo dos shows indicados;
3. Informe se já realizou a contratação dos artistas e, em caso positivo, junte aos autos a íntegra dos contratos e dos respectivos processos de licitação ou de contratação direta (ou informe o link público de acesso ou as instruções detalhadas para acessar tais documentos, caso estejam disponibilizados no portal da transparência do Município);
4. Junte aos autos cópia integral do Processo Administrativo 46.241/2025, versado nesta representação, bem como os demais documentos que considerar pertinentes, além de informações atualizadas sobre o andamento do procedimento.
Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para realização da intimação via telefone e/ou e-mail, com certificação nos autos.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2025; PROCESSO Nº 46.241/2025.
__2__. Alega a representante que
"O edital já define nominalmente quatro atrações musicais nacionais específicas (grupo Só Pra Contrariar (SPC), dupla Humberto & Ronaldo, banda Raça Negra e cantora Eyshila), vinculando o parceiro cooperador a contratar esses artistas predeterminados. Essa definição prévia configura direcionamento indevido do chamamento, pois a escolha das atrações deveria caber ao parceiro selecionado ou, ao menos, ser objeto de proposta, e não imposta pelo órgão público. Ressalte-se que tais artistas já foram divulgados como atrações confirmadas pela Prefeitura de Paranaguá nas redes sociais e mídia local antes mesmo da finalização do chamamento, evidenciando que a seleção está viciada e manipulada para validar contratações pré-ajustadas."
__3__. Segundo a representante,
"O edital não apresenta qualquer plano de trabalho detalhado, planilha de custos ou cronograma financeiro da execução das apresentações. Ao tratar-se supostamente de uma "doação sem ônus" ao Município, o procedimento afastou a exigência de orçamento estimativo e plano de aplicação de recursos. Essa omissão prejudica a transparência e inviabiliza a avaliação técnica das propostas, afastando potenciais interessados idôneos (que não têm informações para estruturar suas propostas) e ferindo o princípio da isonomia. Nenhum detalhamento de preços ou custos unitários foi fornecido, o que impede a fiscalização e contraria a jurisprudência dos Tribunais de Contas, segundo a qual a falta de apresentação clara e objetiva dos custos em ajustes de cooperação compromete a legalidade do certame."
__4__. De acordo com a representante,
"O chamamento em tela, embora apresentado como parceria por cooperação sem ônus (doação), na prática transfere a um particular a realização de evento musical público que envolverá a contratação de shows artísticos de renome nacional. Trata-se de uma forma de terceirização disfarçada da organização e contratação de atrações, com a alegação de que tudo será custeado pelo parceiro privado (sem custos para o erário). Na realidade, o Município busca legalizar a posteriori contratações de shows já encaminhadas, simulando uma parceria em que o particular doaria as apresentações. Essa manobra contorna as exigências da Lei de Licitações: se a Prefeitura desejasse contratar diretamente tais artistas, deveria fazê-lo por inexigibilidade de licitação, atendendo aos requisitos legais (exclusividade do empresário, preço compatível, etc.), o que claramente não ocorreu. Ao invés disso, optou-se por um "chamamento de doação" para justificar contratações já anunciadas, em flagrante desvio de finalidade e violação ao dever de licitar. Vale frisar que os Tribunais de Contas e o próprio STJ têm rechaçado tentativas de mascarar contratações diretas como parcerias ou patrocínios quando presentes o interesse público específico e a disponibilidade de outros potenciais executores. No caso presente, a administração lançou mão da figura da doação/cooperação apenas para escapar dos controles formais da licitação, o que fere os princípios da legalidade e da lealdade às instituições."
__5__. A representante sustenta que
"O instrumento convocatório não estabelece critérios objetivos, mensuráveis e claros para a seleção da proposta vencedora. Pelo contrário, prevê que, após a habilitação, a Sra. Secretária Municipal de Turismo escolherá unilateralmente a proposta "mais interessante" para a Administração, com base em juízo de valor subjetivo. Termos genéricos como "mais interessante" ou decisão "de forma motivada" sem parâmetros mensuráveis deixam amplo espaço para arbitrariedade e favoritismo, afrontando o princípio do julgamento objetivo (consagrado no art. 3º da Lei 8.666/1998 e reiterado na nova Lei 14.133/2021). A falta de parâmetros técnicos ou pontuação comparativa viola também a impessoalidade, pois permite decisões baseadas em preferências pessoais da autoridade, dificultando o controle e a igualdade de oportunidades entre eventuais proponentes."
__6__. No entendimento da representante,
"Causa estranheza o fato de que o Município de Paranaguá, mesmo dispondo de pelo menos 15 (quinze) servidores formalmente nomeados como pregoeiros (Agentes de Contratação), vem reiteradamente evitando a realização de licitações formais, preferindo contratações diretas por inexigibilidade, "parcerias" e chamamentos públicos atípicos. Conforme o Decreto Municipal nº 908/2025, publicado em 12/06/2025, são designados pregoeiros os seguintes servidores: Ana Paula Pinheiro da Silveira, Anderson Luiz Fernandes, Andrey Rocha dos Santos, Bianca Freitas de Souza Russo, Cristiane dos Santos Zella, Eliane Gonçalves Costa, Henrique Makoto Furuta, Izabelle Garcia Domingues, Leandro Lino Rolim, Luciane Chiarelli Magalhães, Marilete Rodrigues da Silva, Neuma Beatriz Barcellos Valera, Pedro Luís Cândido da Costa, Ronald Silva Gonçalves e Rosiana do Rocio Pereira. Todos esses servidores, muitos deles ocupando cargos de confiança com remunerações significativas, integram a estrutura administrativa justamente para conduzir procedimentos licitatórios de forma profissional e eficiente. Apesar disso, a Prefeitura tem esvaziado a atuação de sua equipe de pregoeiros, multiplicando contratações sem licitação (sob alegação de inexigibilidade) e lançando chamamentos "de fachada" como o presente, em que não há disputa efetiva. Tal conduta caracteriza burla aos princípios da economicidade e da moralidade administrativa, pois abdica-se injustificadamente do processo competitivo, que poderia propiciar melhor propostas ou condições ao erário, ao mesmo tempo em que se onera a folha de pagamento com diversos pregoeiros pouco utilizados. Em suma, verifica-se um padrão de gestão temerário e antieconômico, privilegiando ajustes diretos em detrimento da competição pública, o que demanda correção urgente por esse Tribunal de Contas."

PROCESSO N.º: 426168/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, RICARDO ALEXANDRE WOLFESGRAU
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1054/25

Trata-se de representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, pela qual Ricardo Alexandre Wolfesgrau noticia possíveis irregularidades no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico 69/2025 do Município de Itaperuçu, destinado à "Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta de resíduos domiciliares e comerciais, com estação de transbordo, transporte até o aterro sanitário e coleta seletiva de resíduos recicláveis para atender as necessidades do Município de Itaperuçu/PR" (conforme edital disponível no portal da transparência do Município[1]).

O valor máximo estimado é de R$ 4.525.259,40 (quatro milhões e quinhentos e vinte e cinco mil e duzentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

A sessão pública de lances ocorreu em 09/07/2025, tendo a empresa SW CENTRO DE VALORIZAÇÃO E GESTÃO DE RESIDUOS LTDA. apresentado a melhor proposta, no valor de R$ 4.525.159,40.[2]

As irregularidades alegadas são:

a) Exigência de comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos com execução sucessiva dos serviços;

b) Exigência cumulativa de atestados para comprovação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional;

c) A obrigatoriedade de apresentação de Certificado de Regularidade do IBAMA – Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) como requisito de habilitação jurídica ou técnica.

O representante expõe, entre outras, as seguintes razões (peça 3):

1. Exigência de comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos com execução sucessiva dos serviços – Item 15.6, alínea "g"

O edital exige que o licitante comprove experiência com a execução do objeto por um período contínuo de 03 (três) anos, com base no art. 67, §5º da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, a exigência imposta extrapola o texto legal, que faculta à Administração solicitar prova de experiência anterior, desde que proporcional à complexidade do objeto, o que não foi demonstrado no edital.

Além disso, a exigência de prestação "em períodos sucessivos" por 3 anos impõe condição excessivamente restritiva à competitividade, vedada pelo art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e pelo princípio da razoabilidade. O correto seria permitir comprovação por meio de atestados que, somados, alcancem o quantitativo e as características necessárias.

2. Exigência cumulativa de atestados para comprovação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional – Item 15.6, alíneas "d" e "e

A exigência de dois atestados distintos — um para a empresa (operacional) e outro para o responsável técnico (profissional) — contraria a jurisprudência consolidada dos tribunais de contas, que admite a possibilidade de apresentação de um único atestado que comprove simultaneamente a capacidade técnica da empresa e do profissional, desde que atendidos os requisitos legais.

Essa exigência, se mantida, limita indevidamente a competitividade, contrariando os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

3. Da exigência indevida

Consta no edital, como requisito de habilitação jurídica ou técnica, a obrigatoriedade de apresentação de Certificado de Regularidade do IBAMA – Cadastro Técnico Federal (CTF/APP).

Entretanto, o objeto licitado refere-se exclusivamente à coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos domiciliares não perigosos, o que não configura, à luz da legislação ambiental, atividade potencialmente poluidora ou sujeita a controle do IBAMA, conforme definido na Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e na Resolução CONAMA nº 237/1997.

[...]

Assim, exigir a apresentação do certificado de regularidade do IBAMA para uma atividade que não é classificada como potencialmente poluidora nem exige controle específico por órgão ambiental federal, impõe barreira indevida à competitividade e restringe o caráter isonômico do certame, violando os dispositivos supracitados.

[...]

A Lei de Licitações atual é clara ao tratar da habilitação:

Art. 27. A fase de habilitação destina-se a verificar a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para a prestação do objeto do contrato.

§1º. As exigências de habilitação devem guardar pertinência e serem proporcionais ao objeto da contratação, evitando formalismos excessivos ou medidas que restrinjam indevidamente a competição.

Do mesmo modo, o art. 7º reforça que:

Art. 7º. Nas contratações públicas serão observados os princípios da motivação, vinculação ao edital e da proporcionalidade entre as exigências formuladas e os benefícios que dela se espera obter.

Assim, qualquer documento exigido deve ter vínculo direto com a atividade contratada, e sua necessidade deve ser justificada tecnicamente. A exigência impertinente, como a de certificado de regularidade ambiental em contratação que não envolva impacto ambiental relevante, é nula de pleno direito.

Ao final da peça inicial, o autor formula os pedidos abaixo:

a) O recebimento desta Representação Administrativa com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 74, § 2º, da CF;

b) A instauração de procedimento de apuração das irregularidades apontadas, com eventual concessão de medida cautelar para suspender os efeitos do edital/processo em curso, se necessário;

c) A intimação do ente responsável da Prefeitura Municipal de Itaperuçu - PR para apresentar esclarecimentos;

d) Ao final, caso comprovadas as ilegalidades, que sejam determinadas as providências corretivas cabíveis, com aplicação das penalidades previstas.

Intimado, o representante juntou aos autos documento oficial de identidade (peça 8).

Examinados os autos, em cognição sumária, tem-se o seguinte:

1. O Item 15.6, "g", do edital, exige a apresentação de "atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto desta licitação, em períodos sucessivos, por um prazo mínimo de 03 (três) anos (conforme lei 14.133/21 art. 67 § 5º[])". Considerando que a minuta contratual anexada ao edital prevê a possibilidade de prorrogações sucessivas do contrato, "tendo por fundamento as disposições contidas no art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21[4]", a exigência em tela não se mostra, de plano, injustificada.

2. O item 15.6, "g", do edital,[5] prevê que "A comprovação de capacidade, operacional e profissional, poderá ser feita pelo mesmo atestado, desde que atenda aos requisitos de ambos, como elencados acima", contrariando a afirmação contida na representação, de que haveria no instrumento convocatório "A exigência de dois atestados distintos – um para a empresa (operacional) e outro para o responsável técnico (profissional)" – o que, ainda de acordo com a inicial, destoaria da "jurisprudência consolidada dos tribunais de contas, que admite a possibilidade de apresentação de um único atestado que comprove simultaneamente a capacidade técnica da empresa e do profissional, desde que atendidos os requisitos legais".

3. A regulamentação editada pelo IBAMA prevê como atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais a "Destinação [...] de resíduos sólidos urbanos" (Instrução Normativa 13/2021, Anexo I).[6] Segundo o edital, "A contratação refere-se à prestação de serviço público essencial, contínuo e indispensável — coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos" (item 2.3), de modo que, a princípio, não se constata impertinência da exigência em tela, de apresentação de "Certificado de Regularidade expedido pelo IBAMA, referente ao cadastro técnico das atividades potencialmente poluidoras" (itens 10.12 e 15.6, "k", do instrumento convocatório).

Assim, inexiste, a princípio, plausibilidade das alegações do representante, razão pela qual não concedo a medida cautelar requerida.

Nada obstante, recebo integralmente a representação, visto que a decisão definitiva do Tribunal Pleno, precedida de manifestação dos representados, de instrução pela unidade técnica competente e de parecer do Ministério Público de Contas poderá, à luz de novos fatos e fundamentos, externar deliberação diversa quanto às questões suscitadas, com adoção das medidas previstas na Lei Complementar Estadual 113/2005 e no Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Citem-se os seguintes, na forma regimental, para que no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias apresentem defesa, acompanhada de todas as informações, os documentos, as peças de processos administrativos e os demais elementos que

considerem pertinentes às razões que aduzam e ao esclarecimento dos fatos:
a) Município de Itaperuçu, na pessoa de seu representante legal;
b) Leticia Fernanda Cavalli, pregoeira, signatária do edital;
c) Joel Antonio Alves Ferreira Junior, secretário municipal de Obras Públicas, signatário do termo de referência e do estudo técnico preliminar.
À Diretoria de atendimento, para efetivação das citações, na forma regimental, e controle de prazo.
Após, à Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar (CAIS) para instrução e ao Ministério Público de Contas para parecer.
Publique-se.
Curitiba, 15 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *https://itaperucupr.equiplano.com.br:7079/transparencia/licitacoes/verLicitacao?formulario.codEntidade=79&formulario.exercicio=2025&formulario.codLicitacao=69&formulario.codTipoLicitacao=6*
2. *Informação disponível em https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DYq9TZKtCbeZ8Zyq4t7CSnyt9Hk%2F09qmUmhuTud%2Fao1zrP2vyj2mpqXTnOqU6AJDhbm_l4q6ax9v%2FE59m_%2FhJaAhvr9D7isy7uWbqBlnDxI%3D*
3. *Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*
[...]
§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.
4. *Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:*
I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.
§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.
Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
5. *O edital apresenta diferentes disposições com numeração repetida.*
6. *https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-app/ctf-app/20210916IN_13_23082021.pdf*

PROCESSO N.º: 743192/17
ENTIDADE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE
INTERESSADO: ADILTO LUIS FERRARI, ANTONIO FRANCA BENJAMIM, BOAVENTURA MANOEL JOÃO MOTTA, CLAUDIO DIRCEU EBERHARD, CLAUDIOMIRO DA COSTA DUTRA, CLEIDE INES GRIEBELER PRATES, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE, EDINEI VALDIR MORESCO GASPARINI, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, HILÁRIO JACÓ WILLERS (FALECIDO(A) EM 2019), INES WEIZEMANN DOS SANTOS, IVO ROBERTI, IVONE BAROFALDI DA SILVA, KARLA FRANCIELI GALENDE, LUIZ CARLOS FERRI, MIGUEL BAYERLE, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA, MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, MUNICÍPIO DE MISSAL, MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, RENI CLOVIS DE SOUZA PEREIRA, RICARDO ENDRIGO
PROCURADOR/ADVOGADO: ALINE MILANEZ RIBEIRO, CLETO PESSINI, FABIANO JACY SEBEN
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
DESPACHO: 1055/25
Na instrução à peça 334, a CMEX informou que o processo se encontra em fase de monitoramento quanto ao cumprimento de determinação exarada no acórdão proferido nestes autos, verbis (PEÇA 195):
V- determinar aos municípios consorciados de São Miguel do Iguaçu e de Foz do Iguaçu, na pessoa de seus atuais prefeitos, para que entreguem o processo de Prestação de Contas de Extinção de Entidade, no prazo de 30 dias atendendo aos termos da Instrução Normativa nº 161/2021 deste Tribunal de Contas.
Na ocasião, a unidade técnica concluiu que a determinação estava em fase de cumprimento, opinando pela intimação dos Municípios de São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu para que apresentassem, em prazo hábil, cronograma detalhado de cumprimento da determinação em evidência, contendo todas as fases/procedimentos a serem executados pelas municipalidades ao integral cumprimento da obrigação estabelecida por este Tribunal.
A unidade informou, também, que a pendência impede a obtenção de certidão liberatória pelos Municípios, desde 18/06/2025.
Em meu mais recente despacho nos autos (peça 335), encaminhei o expediente ao Ministério Público de Contas para manifestação, em atenção ao art. 66, inciso IV, do Regimento Interno desta Corte.[1]
Espontaneamente, o Município de São Miguel do Iguaçu apresentou documentação com o intuito de regularizar a pendência (peça 338).
Na sequência, o Ministério Público de Contas manifestou-se favoravelmente à dilação de prazo para o cumprimento da determinação pelos Municípios, com condicionantes (peça 339):
Apesar das diversas prorrogações de prazo já concedidas por esta Corte de Contas, observamos que os entes municipais vêm demonstrando as providências que estariam sendo tomadas para dar o cumprimento integral do Acórdão nº 314/23, seja para formalizar a prestação de contas de extinção da entidade, seja para recolher os valores da condenação a título de ressarcimento ao erário e demais sanções de multas.
Diante do exposto, este Ministério Público de Contas não se opõe à nova dilação de prazo, desde que os Municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu apresentem o cronograma para o cumprimento do item V conforme instruído pela CMEX, e continuem atualizando este Tribunal sobre o cumprimento das demais determinações do Acórdão nº 314/23.
Encaminhe-se à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para instrução quanto ao cumprimento da determinação e, caso não tenha sido cumprida, quanto ao cabimento de dilação de prazo para tanto, à luz das recentes manifestações do Município de São Miguel do Iguaçu e do Ministério Público de Contas (peças 338 e 339).
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 15 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. *Art. 66. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, além de outras estabelecidas neste Regimento Interno do Tribunal de Contas, as seguintes atribuições:*
(...)
IV – velar supletivamente pela execução das decisões do Tribunal, promovendo as diligências e atos necessários junto às autoridades competentes, para que a Fazenda Pública receba importâncias atinentes às multas, alcance, restituição de quantias e outras imposições legais, objeto de decisão do Tribunal;

PROCESSO N.º: 166026/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
INTERESSADO: PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 1056/25
Trata-se da Prestação de Contas Anual do MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, de responsabilidade do senhor PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, referente ao exercício financeiro de 2024, de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 215 a 217 do Regimento Interno e na Instrução Normativa nº 172, de 11 de julho de 2022, com as alterações trazidas pela Instrução Normativa nº 185, de 10 de abril de 2024.
Considerando a Instrução n° 672/25 - CCONTAS (peça 11), encaminhem-se ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para manifestação[1].
Publique-se.
Curitiba, 15 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

_____

1. *Art. 27. Encerrada a fase de instrução processual, os autos serão encaminhados pelo Relator ao Ministério Público de Contas para manifestação.*

PROCESSO N.º: 434489/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, ROLSELLEINE NASCIMENTO DE PAULA
PROCURADOR/ADVOGADO: FLAVIA GARCIA QUADROS HACKE, ROLSELLEINE NASCIMENTO DE PAULA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1058/25
Trata-se de representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, pela qual Rolselleine Nascimento de Paula noticia possíveis irregularidades no Chamamento Público 007/2025 do Município de Paranaguá,[1] com o seguinte objeto:
1.1. O presente tem por objeto o firmamento de relação de cooperação, voltada a viabilizar as animações musicais para a comemoração do “Aniversário de Paranaguá 377 anos” e veiculação para transmissão ao vivo.”
1.2. O objetivo específico é obter junto à iniciativa privada, a disponibilização de animações musicais, com veiculação para transmissão ao vivo, sendo no mínimo 01 (uma) apresentação musical de reconhecimento nacional de gênero samba e pagode, e, 01 (uma) apresentação musical de reconhecimento nacional de gênero sertanejo, e, 01 (uma) apresentação musical de reconhecimento nacional de gênero pagode, e, 01 (uma) apresentação musical de reconhecimento nacional de gênero gospel e 10 (dez) apresentações de bandas locais/regionais e um festival de música, em comemoração ao “Aniversário de Paranaguá 377 anos”, mediante Termo de Cooperação regido pela Lei Municipal 3.650/2017. Serão definidas as bandas/grupos ao longo deste Termo de Referência. (Peça 5, p. 1.)
O edital prevê que não haverá qualquer ônus financeiro para o Município (peça 5)[2] e estabelece a data de 16/07/2025 (quarta-feira) para a sessão pública de abertura dos envelopes com documentação e propostas dos participantes.
As irregularidades alegadas pela representante são (peça 3):
f) Direcionamento prévio de artistas (indício de favorecimento);[3] Ausência de planilha de custos e cronograma financeiro;[4] Terceirização indireta e dissimulada da contratação de shows;[5]
g) Critérios de julgamento vagos e subjetivos;[6]
h) Desvio do dever de licitar apesar de equipe permanente de pregoeiros.[7]
Nesse sentido, aponta violação a princípios constitucionais da Administração Pública e ilegalidades face à legislação em matéria de licitações e contratos, bem como à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).
Ao final da peça inicial, a representante formula os pedidos abaixo:
Diante de todo o exposto, requer a Denunciante que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná se digne a conhecer da presente denúncia e conceder medida cautelar inaudita alteram pars, nos termos do art. 16, § 2º, da Lei Complementar estadual nº 113/2005 c/c art. 289, §1º, inciso II, do Regimento Interno do TCE/PR, determinando de imediato a suspensão do Chamamento Público nº 007/2025 do Município de Paranaguá e de todos os atos dele decorrentes (inclusive impedindo-se eventual assinatura de Termo de Cooperação ou contrato dele resultante), até o exame do mérito desta denúncia por esta Corte.
[...]
Requer-se, outrossim, que seja determinado ao responsável pelo órgão competente na Prefeitura de Paranaguá (Secretaria Municipal de Turismo) que se abstenha de praticar quaisquer atos de execução referentes ao Chamamento nº 007/2025, especialmente contratação de artistas ou realização dos eventos dele constantes,

sob pena de responsabilização e multa.
No mérito, pede-se que essa respeitável Corte de Contas, confirmando a cautelar, julgue procedente a presente Denúncia, declarando a irregularidade do Chamamento Público nº 007/2025 e do eventual Termo de Cooperação dele derivado, com a aplicação das sanções cabíveis aos responsáveis, notadamente à Sra. Secretária Municipal de Turismo (gestora do chamamento) e demais agentes que tenham concorrido para as irregularidades (citando-se, por exemplo, membros da Comissão de Licitação/Contratação que subscreveram o edital viciado). Requer-se ainda que o Município de Paranaguá seja orientado a observar rigorosamente os ditames legais em futuras contratações de eventos culturais, abstendo-se de utilizar parcerias ou doações simuladas para viabilizar shows artísticos, devendo, quando for o caso, proceder via licitação ou inexigibilidade legítima, sob pena de novas representações e sanções.
Sobre o pedido cautelar, a autora argumenta que
O fumus boni iuris está demonstrado pelas flagrantes ilegalidades apontadas (direcionamento, falta de transparência, burla à licitação, etc.), comprovadas por documentos e jurisprudência citada, ao passo que o periculum in mora é evidente, pois o procedimento seletivo tem rito célere com abertura de envelopes prevista para meados de julho/2025 e eventos programados já para 21 a 29 de julho/2025. Se não houver a suspensão cautelar, o objetivo do controle externo poderá ser frustrado pelo fato consumado, causando dano irreparável ou de difícil reparação aos princípios da administração e possivelmente ao erário.
Consta da documentação anexada à representação a petição inicial de ação popular ajuizada pela representante, versando sobre os mesmos fatos e com teor similar (peça 11).[8]
Diante do contido na peça inicial e nos documentos que a acompanham, determinei a intimação do Município de Paranaguá, na pessoa de seu representante legal, para que, em 24 (vinte e quatro) horas:
5. Prestasse esclarecimentos sobre o Chamamento Público 007/2025, manifestando-se sobre as irregularidades apontadas na petição inicial e o pedido cautelar;
6. Informasse se o objeto do Edital de Chamada Pública 007/2025 compreende a contratação dos artistas ou apenas o serviço de transmissão ao vivo dos shows indicados;
7. Informasse se já realizou a contratação dos artistas e, em caso positivo, junte aos autos a íntegra dos contratos e dos respectivos processos de licitação ou de contratação direta (ou informe o link público de acesso ou as instruções detalhadas para acessar tais documentos, caso estejam disponibilizados no portal da transparência do Município);
8. Juntasse aos autos cópia integral do Processo Administrativo 46.241/2025, versado nesta representação, bem como os demais documentos que considerar pertinentes, além de informações atualizadas sobre o andamento do procedimento.
Intimado, o Município se manifestou às peças 16 a 19 dos autos. Alegou que inexistem irregularidades no chamamento público e que tal conclusão se extrai, fundamentalmente, reconhecendo-se que o procedimento se destina à pactuação de uma parceria público-privada na modalidade de cooperação, para a doação de serviços, não configurando, por conseguinte, uma licitação voltada à celebração de contrato de prestação de serviços, razão pela qual não se aplicam as regras e exigências ventiladas na representação, mas o regime jurídico estabelecido na Lei Municipal 3.650/2017,[9] na Lei Federal 13.019/2014[10] (e, subsidiariamente, na Lei Federal 14.133/2021[11]).
Entre outros argumentos, o Município aduz que:
• “A especificação dos artistas no edital não configura direcionamento, mas sim definição precisa do objeto da cooperação”;
• “O Município não precisa estimar custos porque não irá arcar com despesas”;
• “O Chamamento Público nº 007/2025 constitui legítima cooperação público-privada, expressamente autorizada e regulamentada pela Lei Municipal 3.650/2017, não configurando terceirização dissimulada, mas sim instituto jurídico autônomo e distinto do regime licitatório”;
• “O item 7.6 do edital estabelece critérios objetivos e mensuráveis: ‘o valor do benefício econômico, o qual beneficiará o município (receitas advindas dos serviços executados)’ e ‘a abrangência da veiculação para transmissão’. Estes critérios são perfeitamente objetivos e permitem comparação entre propostas”;
• “não há contratação onerosa, mas sim recebimento de doação de serviços”.
A petição do Município não responde de modo direto e explícito os questionamentos formulados nos itens 2 e 3 do despacho deste relator. A afirmação de que “o edital não prevê a contratação de artistas por parte do Município. Toda e qualquer contratação ou custo de apresentação é de responsabilidade exclusiva do parceiro cooperador” sugere que a contratação dos artistas, e não apenas a transmissão dos espetáculos, será realizada pelo particular selecionado por meio do chamamento público em tela.
Pois bem.
Frequentemente, a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, se dá mediante contratação direta por inexigibilidade de licitação, com observância do artigo 72 da Lei 14.133/2021, nos termos do artigo 74, inciso II, da mesma Lei. Constam inclusive do portal da transparência do Município de Paranaguá contratações nesses moldes, realizadas em 2024 para as comemorações do aniversário da cidade.[12] A solução adotada pelo Município neste ano foi outra, tendo optado pela “formação de parceria com a iniciativa privada para doação de serviços de veiculação e transmissão ao vivo de eventos culturais, conforme autorizado pela referida Lei Municipal” (peça 5, p. 2).
A regularidade da solução adotada, entretanto, não é, inicialmente, clara.
Embora não haja contrapartida financeira por parte do Município, será garantida ao doador, no mínimo, a divulgação publicitária nos eventos musicais. Dada a possibilidade de haver mais de um particular interessado em tal divulgação (e em outras eventuais receitas advindas da execução dos serviços), o artigo 3º da Lei Municipal 3.650/2017 estabelece, para casos como esse, a obrigatoriedade de prévio chamamento público.
Ocorre que, como bem alega a representante, os artistas que performarão nas festividades pelo aniversário de Paranaguá foram predefinidos pela Administração, o que pode restringir significativamente a possibilidade de participação de diferentes empresas porventura interessadas na execução dos serviços.
Caso o objeto fosse unicamente a “apresentação musical de reconhecimento nacional” de diferentes gêneros (samba, pagode, sertanejo e gospel) – além das “apresentações de bandas locais/regionais e um festival de música” –, ele estaria, em princípio, suficientemente delimitado para o propósito a que se destina e haveria, ao mesmo tempo, a possibilidade de participação de diferentes empresas. Entretanto, o edital foi além e individualizou os artistas que farão as apresentações.[13]Assim, recebo a representação quanto às alegações de “direcionamento prévio de artistas (indício de favorecimento)” e de “terceirização indireta e dissimulada da contratação de shows”.
Diversamente, não recebo a representação em relação (i) à ausência, no edital, de planilha de custos e de cronograma financeiro, já que a finalidade do procedimento é a obtenção de doação de serviços, sem ônus financeiro para o erário; (ii) à previsão de critérios de julgamento vagos e subjetivos, por não vislumbrar tal irregularidade no teor do item 7.6 do edital;[14] e (iii) ao suposto “desvio do dever de licitar apesar de equipe permanente de pregoeiros”, pois, a despeito da alegação de que o Município “vem reiteradamente evitando a realização de licitações formais, preferindo contratações diretas por inexigibilidade, ‘parcerias’ e chamamentos públicos atípicos”, não há na petição inicial identificação desses outros procedimentos (que possibilitasse a sua análise), além de a presente representação se circunscrever, em todos o restante de seu teor, ao Chamamento Público 007/2025.
Ademais, não concedo a medida cautelar requerida, porquanto, segundo consta dos autos, não haverá ônus financeiro ao Município na execução do termo de cooperação e a eventual suspensão do chamamento público neste momento poderia impedir a realização e transmissão das apresentações musicais, previstas para os dias 21 a 29 de julho (sendo essa última a data de aniversário do Município), com perigo de irreversibilidade, portanto, dos efeitos da decisão.
Citem-se os seguintes, na forma regimental, para que no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias apresentem defesa, acompanhada de todas as informações, os documentos, as peças de processos administrativos e os demais elementos que considerem pertinentes às razões que aduzam e ao esclarecimento dos fatos:
d) Município de Paranaguá, na pessoa de seu representante legal;
e) Paula Patrícia Torres Teixeira, secretária municipal de Turismo, responsável pela instauração do procedimento de chamamento público e signatária do edital.
À Diretoria de Protocolo, para inclusão, na autuação, dos procuradores do Município (peça 17), efetivação das citações, na forma regimental, e controle de prazo.
Após, à Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar (CAIS) para instrução e ao Ministério Público de Contas para parecer.
Publique-se.
Curitiba, 15 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Edital de Chamada Pública nº 007/2025; Processo nº 46.241/2025.
__2__. Sobre isso, consta do corpo do edital:
“4. DA AUSÊNCIA DE REMUNERAÇÃO
4.1. Os honorários dos artistas e/ou grupos musicais que farão as animações correrão por conta exclusivamente do parceiro cooperador, sem qualquer ônus ao Município. No caso de proposta formulada pela própria banda ou grupo musical, fica o mesmo ciente da ausência de direito de recebimento de qualquer valor ou indenização.
4.2. Todas as despesas com a veiculação correrão por conta exclusivamente do parceiro cooperador, sem qualquer ônus ao Município.
4.3. A credenciada deverá arcar, no âmbito de suas respectivas responsabilidades, com despesas de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou indenizatória, sem qualquer ônus para o Município.
5. DAS OBRIGAÇÕES DO DOADOR
[...]
5.3. A doação não gerará para o Poder Público qualquer ônus, sendo expressamente vedado ao particular o recebimento de recursos ou indenizações em virtude de doação prestada.
[...]
5.5. Fica a cargo do próprio doador ou dos artistas e/ou grupos musicais, despesas com acomodação, eventual deslocamento, alimentação, entre outros, dos artistas ou grupos musicais, bem como pagamentos de eventuais direitos autorais por reprodução de músicas não pertencentes aos cantores ou apresentadores, ou ainda encargos fiscais, administrativos ou sociais sem qualquer ônus para o Município.
6. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
6.1. O Poder Público Municipal fica obrigado a autorizar espaço publicitário para o parceiro cooperador, durante as apresentações musicais em comemoração ao “Aniversário de Paranaguá 377 anos”.
[...]
6.3. O Poder Público Municipal disponibilizará o local, a estrutura de palco, iluminação e amplificação acústica para as apresentações dos grupos musicais e/ou artistas, correndo por contas dos grupos e/ou artistas o fornecimento dos materiais, instrumentos musicais, figurino, entre outros, necessários à apresentação.
[...]
6.4. O Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Turismo, irá efetuar a produção do evento em coprodução com o parceiro colaborador e elaborará o protocolo sanitário, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, contendo as normas para a transmissão ao vivo.
[...]
7. DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO
[...]
7.3. A proposta, instruída com os documentos do item 3.1 deste Edital, deverá conter a identificação do proponente, a manifestação expressa de que o proponente concorda em não receber qualquer valor da Municipalidade, as especificações e descrições correlatas a veiculação transmissão ao vivo das apresentações musical entre os dias 21 e 29 de julho de 2025.
[...]”

Consta do termo de referência (anexo 1):
“2- DO OBJETO DA COOPERAÇÃO
[...]
Fundamentação Legal
[...]
A modalidade de chamada pública se justifica pela natureza específica do objeto pretendido, qual seja, a obtenção de cooperação objetivando obter animações musicais e transmissão ao vivo de eventos culturais sem contrapartida financeira por parte do poder público, caracterizando uma relação de cooperação que beneficia tanto o interesse público quanto os parceiros privados através da exposição publicitária proporcionada.
[...]
Benefício Econômico para o Município
Embora a parceria seja estruturada sem contrapartida financeira direta do município, é importante quantificar o benefício econômico obtido através da cooperação com a iniciativa privada. O valor estimado dos serviços de transmissão representa economia direta para os cofres públicos, permitindo que os recursos orçamentários sejam direcionados para outros aspectos das comemorações ou demais políticas públicas municipais.
Adicionalmente, o retorno promocional e turístico gerado pelas transmissões pode ser quantificado em termos de valor publicitário equivalente. Considerando o alcance potencial das transmissões e o custo de campanhas publicitárias similares em mídia tradicional, estima-se que o valor publicitário equivalente possa superar significativamente o custo dos serviços de transmissão.

Análise de Viabilidade Econômica
A estrutura de parceria proposta demonstra viabilidade econômica tanto para o município quanto para os parceiros privados. Para o município, a obtenção de serviços profissionais sem contrapartida financeira representa otimização significativa dos recursos públicos, permitindo amplificação do impacto dos investimentos realizados nos eventos comemorativos.
Para os parceiros privados, a contrapartida publicitária oferecida através da exposição durante as transmissões e identificação como colaboradores do evento representa valor comercial significativo. A exposição em eventos de grande visibilidade pública, associada à imagem positiva de apoio à cultura e turismo local, constitui retorno adequado para o investimento realizado na prestação dos serviços de transmissão.
[...]
4. DA AUSÊNCIA DE REMUNERAÇÃO
4.1. Os custos e os honorários dos artistas e/ou grupos musicais que farão as animações com as transmissões correrão por conta exclusivamente do parceiro cooperador, sem qualquer ônus ao Município. No caso de proposta formulada por quaisquer meios de comunicação, fica o mesmo ciente da ausência de direito de recebimento de qualquer valor ou indenização.
4.2. Todas as despesas com a veiculação correrão por conta exclusivamente do parceiro cooperador, sem qualquer ônus ao Município.
4.3. A credenciada deverá arcar, no âmbito de suas respectivas responsabilidades, com despesas de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou indenizatória, sem qualquer ônus para o Município.
5. DAS OBRIGAÇÕES DO DOADOR
[...]
5.3. A doação não gerará para o Poder Público qualquer ônus, sendo expressamente vedado ao particular o recebimento de recursos ou indenizações em virtude de doação prestada.
[...]
5.5. Fica a cargo do próprio doador ou dos artistas e/ou grupos musicais, despesas com acomodação, eventual deslocamento, alimentação etc. dos artistas ou grupos musicais, bem como pagamentos de eventuais direitos autorais por reprodução de músicas não pertencentes aos cantores ou apresentadores, ou ainda encargos fiscais, administrativos ou sociais sem qualquer ônus para o Município.
[...]
6. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
6.1. O Poder Público Municipal fica obrigado a autorizar espaço publicitário para o parceiro cooperador, durante as apresentações musicais em comemoração ao "Aniversário de Paranaguá 377 anos".
[...]
6.3. O Poder Público Municipal disponibilizará o local, a estrutura de palco, iluminação e amplificação acústica para as apresentações dos grupos musicais e/ou artistas, correndo por contas dos grupos e/ou artistas o fornecimento dos materiais, instrumentos musicais, figurino, entre outros, necessários à apresentação.
6.4. O Poder Público Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e da Secretaria Municipal de Comunicação, irá efetuar a produção do evento em coprodução com o parceiro colaborador contendo as normas para a transmissão ao vivo."
Consta do plano de trabalho (anexo 2):
"III - PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS ABRANGIDOS PELA PARCERIA
Inexiste aplicação de receitas públicas, na medida que o Chamamento ocorrerá para os fins de subscrição de Termo de Cooperação, nos termos da Lei Municipal 3.650/2017.
IV - FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS A ELES ATRELADAS
A execução dar-se-á mediante relação de cooperação, da Administração Pública com o cooperador, estabelecidas de acordo com as responsabilidades e obrigações a seguir:
I - Do Município – Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria de Comunicação
a) Disponibilizar o local para a Apresentação musical, a ser definido pela Secretaria Municipal de Turismo;
b) Disponibilizar o Som e Iluminação do local durante a transmissão;
c) Organizar e acompanhar os ensaios necessários para a apresentação do Projeto;
d) Disponibilizar apresentadores/locutores da Secretaria de Comunicação;
e) A SETUR e a SECOM irão efetuar a produção em coprodução com o parceiro colaborador;
f) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do Termo de Cooperação;
g) Comunicar imediatamente o selecionado das irregularidades manifestadas na execução da Cooperação Técnica, informando, após, o Município tal providência.
h) Autorizar espaço publicitário para o parceiro cooperador, durante as apresentações musicais em comemoração ao "Aniversário de Paranaguá 377 anos".
II – Do Cooperado
[...]
e) Será autorizado o cooperado utilizar espaço publicitário durante as apresentações musicais em comemoração ao "Aniversário de Paranaguá 377 anos"."
Consta da minuta do termo de cooperação (anexo 3):
"CLÁUSULA TERCEIRA - DA AUSÊNCIA DE REMUNERAÇÃO
3.1. Os honorários dos artistas e/ou grupos musicais que farão as animações correrão por conta exclusivamente do parceiro cooperador, sem qualquer ônus ao Município. No caso de proposta formulada pela própria banda ou grupo musical, fica o mesmo ciente da ausência de direito de recebimento de qualquer valor ou indenização.
3.2. Todas as despesas com a veiculação correrão por conta exclusivamente do parceiro cooperador, sem qualquer ônus ao Município.
3.3. A credenciada deverá arcar, no âmbito de suas respectivas responsabilidades, com despesas de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou indenizatória, sem qualquer ônus para o Município.
[...]
CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
a) Disponibilizar o local para a Apresentação musical, a ser definido pela Secretaria Municipal de Turismo;
b) Disponibilizar o Som e Iluminação do local durante a transmissão;
c) Organizar e acompanhar os ensaios necessários para a apresentação do Projeto;
d) Disponibilizar apresentadores/locutores da Secretaria de Comunicação;
e) A SETUR e a SECOM irão efetuar a produção da transmissão em coprodução com o parceiro colaborador;
f) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do Termo de Cooperação;
g) Comunicar imediatamente o selecionado das irregularidades manifestadas na execução da Cooperação Técnica, informando, após, o Município tal providência;
h) Autorizar espaço publicitário para o parceiro cooperador, durante as apresentações musicais em comemoração ao "Aniversário de Paranaguá 377 anos".
5.1. O Poder Público Municipal fica obrigado a autorizar espaço publicitário para o parceiro cooperador, durante as apresentações musicais em comemoração ao "Aniversário de Paranaguá 377 anos".
[...]
5.3. O Poder Público Municipal disponibilizará o local, a estrutura de palco, iluminação e amplificação acústica para as apresentações dos grupos musicais e/ou artistas, correndo por contas dos grupos e/ou artistas o fornecimento dos materiais, instrumentos musicais, figurino, entre outros, necessários à apresentação.
[...]"
***3**. Alega a representante que*
"O edital já define nominalmente quatro atrações musicais nacionais específicas (grupo Só Pra Contrariar (SPC), dupla Humberto & Ronaldo, banda Raça Negra e cantora Eyshila), vinculando o parceiro cooperador a contratar esses artistas predeterminados. Essa definição prévia configura direcionamento indevido do chamamento, pois a escolha das atrações deveria caber ao parceiro selecionado ou, ao menos, ser objeto de proposta, e não imposta pelo órgão público. Ressalte-se que tais artistas já foram divulgados como atrações confirmadas pela Prefeitura de Paranaguá nas redes sociais e mídia local antes mesmo da finalização do chamamento, evidenciando que a seleção está viciada e manipulada para validar contratações pré-ajustadas."
***4**. Segundo a representante,*
"O edital não apresenta qualquer plano de trabalho detalhado, planilha de custos ou cronograma financeiro da execução das apresentações. Ao tratar-se supostamente de uma "doação sem ônus" ao Município, o procedimento afastou a exigência de orçamento estimativo e plano de aplicação de recursos. Essa omissão prejudica a transparência e inviabiliza a avaliação técnica das propostas, afastando potenciais interessados idôneos (que não têm informações para estruturar suas propostas) e ferindo o princípio da isonomia. Nenhum detalhamento de preços ou custos unitários foi fornecido, o que impede a fiscalização e contraria a jurisprudência dos Tribunais de Contas, segundo a qual a falta de apresentação clara e objetiva dos custos em ajustes de cooperação compromete a legalidade do certame."
***5**. De acordo com a representante,*
"O chamamento em tela, embora apresentado como parceria por cooperação sem ônus (doação), na prática transfere a um particular a realização de evento musical público que envolverá a contratação de shows artísticos de renome nacional. Trata-se de uma forma de terceirização disfarçada da organização e contratação de atrações, com a alegação de que tudo será custeado pelo parceiro privado (sem custos para o erário). Na realidade, o Município busca legalizar a posteriori contratações de shows já encaminhadas, simulando uma parceria em que o particular doaria as apresentações. Essa manobra contorna as exigências da Lei de Licitações: se a Prefeitura desejasse contratar diretamente tais artistas, deveria fazê-lo por inexigibilidade de licitação, atendendo aos requisitos legais (exclusividade do empresário, preço compatível, etc.), o que claramente não ocorreu. Ao invés disso, optou-se por um "chamamento de doação" para justificar contratações já anunciadas, em flagrante desvio de finalidade e violação ao dever de licitar. Vale frisar que os Tribunais de Contas e o próprio STJ têm rechaçado tentativas de mascarar contratações diretas como parcerias ou patrocínios quando presentes o interesse público específico e a disponibilidade de outros potenciais executores. No caso presente, a administração lançou mão da figura da doação/cooperação apenas para escapar dos controles formais da licitação, o que fere os princípios da legalidade e da lealdade às instituições."
***6**. A representante sustenta que*
"O instrumento convocatório não estabelece critérios objetivos, mensuráveis e claros para a seleção da proposta vencedora. Pelo contrário, prevê que, após a habilitação, a Sra. Secretária Municipal de Turismo escolherá unilateralmente a proposta "mais interessante" para a Administração, com base em juízo de valor subjetivo. Termos genéricos como "mais interessante" ou decisão "de forma motivada" sem parâmetros mensuráveis deixam amplo espaço para arbitrariedade e favoritismo, afrontando o princípio do julgamento objetivo (consagrado no art. 3º da Lei 8.666/1998 e reiterado na nova Lei 14.133/2021). A falta de parâmetros técnicos ou pontuação comparativa viola também a impessoalidade, pois permite decisões baseadas em preferências pessoais da autoridade, dificultando o controle e a igualdade de oportunidades entre eventuais proponentes."
***7**. No entendimento da representante,*
"Causa estranheza o fato de que o Município de Paranaguá, mesmo dispondo de pelo menos 15 (quinze) servidores formalmente nomeados como pregoeiros (Agentes de Contratação), vem reiteradamente evitando a realização de licitações formais, preferindo contratações diretas por inexigibilidade, "parcerias" e chamamentos públicos atípicos. Conforme o Decreto Municipal nº 908/2025, publicado em 12/06/2025, são designados pregoeiros os seguintes servidores: Ana Paula Pinheiro da Silveira, Anderson Luiz Fernandes, Andrey Rocha dos Santos, Bianca Freitas de Souza Russo, Cristiane dos Santos Zella, Eliane Gonçalves Costa, Henrique Makoto Furuta, Izabelle Garcia Domingues, Leandro Lino Rolim, Luciane Chiarelli Magalhães, Marilete Rodrigues da Silva, Neuma Beatriz Barcellos Valera, Pedro Luís Cândido da Costa, Ronald Silva Gonçalves e Rosiana do Rocio Pereira. Todos esses servidores, muitos deles ocupando cargos de confiança com remunerações significativas, integram a estrutura administrativa justamente para conduzir procedimentos licitatórios de forma profissional e eficiente. Apesar disso, a Prefeitura tem esvaziado a atuação de sua equipe de pregoeiros, multiplicando contratações sem licitação (sob alegação de inexigibilidade) e lançando chamamentos "de fachada" como o presente, em que não há disputa efetiva. Tal conduta caracteriza burla aos princípios da economicidade e da moralidade administrativa, pois abdica-se injustificadamente do processo competitivo, que poderia propiciar melhor propostas ou condições ao erário, ao mesmo tempo em que se onera a folha de pagamento com diversos pregoeiros pouco utilizados. Em suma, verifica-se um padrão de gestão temerário e antieconômico, privilegiando ajustes diretos em detrimento da competição pública, o que demanda correção urgente por esse Tribunal de Contas."
***8**. Autos 0006347-58.2025.8.16.0129, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública de Paranaguá, sem decisão do juízo tornada pública até o momento.*
***9**. Regulamenta a celebração de Termo de Cooperação entre o Poder Público Municipal e a iniciativa Privada, para recebimento de bens e serviços, sem ônus ao Município;*
***10**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
***11**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.*
***12**. Processos de Inexigibilidade n.ºs 35/2024 a 39/2024, por exemplo.*
***13**. SPC – Só pra Contrariar, Humberto e Ronaldo, Raça Negra e Eyshila.*
***14**. 7.6. Havendo mais de uma proposta, a Sra. Secretária selecionará a mais interessante para a Administração Pública Municipal, ponderando quanto aos seguintes critérios:*
a) o valor do benefício econômico, o qual beneficiará o município (receitas advindas dos serviços executados);
b) a abrangência da veiculação para transmissão;
c) estar regular com as certidões fiscais e trabalhistas (item 3 do Edital).

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-413198/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
INTERESSADO:-J. N. S. ALBONETTI - MULTITENS LTDA, MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
PROCURADOR:-BENEDITO SILVA JUNIOR
DESPACHO:-772/25

I. Encerram os presentes autos representação da Lei de Licitações formulada por J. N. S. ALBONETTI MULTIITENS EIRELI, em face do Pregão Eletrônico n.º 78/2024, realizada pelo MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, que tem por objeto o registro de preço para a eventual aquisição de material de expediente, papelaria e consumo.

II. Na exordial, foi explicitada a precariedade do estudo técnico preliminar, consistentes em: (a) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, dado o não apontamento da quantidade de alunos atualmente inscritos, da expectativa de alunos a serem inscritos no ano seguintes e da percentagem tolerável para mais ou para deste quantitativo, com relação ao próximo ano; (b) levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, diante da não realização de pesquisa de preços idônea na grande maioria dos itens; (c) incompatibilidade da inclusão de material escolar, de quantidade e entrega previsíveis em registro de preços de itens diversos; e (d) falta de clareza no que tange à qualificação técnica e ausência de

justificativa de sua exigência no estudo técnico preliminar
III. Preliminarmente, observo que não há informações suficientes nos autos que permitam, nesse momento, realizar de forma adequada o juízo de admissibilidade do feito, sendo necessária a oitiva do ente municipal em face da eventual existência de justificativas para a conduta praticada no certame.
IV. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda à imediata inclusão na autuação e intimação do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, via meio eletrônico ou contato telefônico e e-mail, com certificação nos autos, para apresentar manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de apreciação da medida cautelar independentemente de sua prévia oitiva, nos termos do artigo 282, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, oportunidade em que deverão apresentar cópia integral do procedimento licitatório em epígrafe.
V. Com ou sem resposta, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade e análise do pleito cautelar.
Curitiba, 7 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

PROCESSO Nº:-247050/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO:-AMADEU SEVERINO LOUBACK, JACIENE SALES LOUBACK, LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI
ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 45/25
Considerando as manifestações pela legalidade e registro do ato de revisão de pensão, tanto da Coordenadoria de Atos de Pessoal pela Instrução n.º 1710/25-COAP (peça 11), quanto do Ministério Público de Contas no Parecer n.º 437/25-2PC (peça 13), com fundamento nos arts. 32, III, 300 e 428, II do Regimento Interno[1] DECIDO:
1. determinar o registro do ato de revisão de pensão concedida a AMADEU SEVERINO LOUBACK, na condição de cônjuge da ex-servidora Jaciene Sales Louback (falecida). O ato de revisão do benefício previdenciário ocorreu por meio do Decreto n.º 42.055/2025, publicado em 20/02/2025 no Diário Oficial do Município n.º 1758/25 e se deu em razão do cumprimento da decisão judicial proferida nos autos n.º 0014934-42.2015.8.16.0025.
2. determinar, após o trânsito em julgado desta decisão, o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento[2].
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Relator

_____
__1__. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:
III - atuar como juízo monocrático, nas hipóteses e na forma prevista neste Regimento;
Art. 300. Quando o processo receber instruções igualmente favoráveis ao registro do ato, tendo os pareceres exarados pela Coordenadoria de Atos de Pessoal e pelo Ministério Público de Contas concluído pela legalidade do ato apreciado, sofrerá julgamento monocrático, a cargo do Relator, cabendo Recurso de Agravo da decisão singular, na forma disciplinada neste Regimento. (Redação dada pela Resolução n° 127/2025)
Art. 428. O relator poderá proferir Decisão Definitiva Monocrática, decidindo o mérito de acordo com a instrução do processo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
II - em atos de pessoal, quando a instrução da Coordenadoria de Atos de Pessoal e o parecer do Ministério Público de Contas forem pela legalidade e registro do ato. (Redação dada pela Resolução n° 127/2025)
__2__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...) VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO Nº:-398007/22
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO:-ALINE CORREIA BENITEZ, BRUNO DRECHSLER, CAMILA TOCHETO AZEREDO, CAROLINA GABRIELE LINO LUDWIG, CLEVERSON MEYER, DAIANE CAROLINE ENGEL DAHMER, DEBORA DE ALMEIDA DA SILVA, EDILAINE ALVES PEREIRA, FELIPE EMED SILVA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, HANNA BRITO SILVA, HERMINIO DE ALMEIDA FALCAO, JAQUELINE BASTOS DA SILVA, JARLINGTON DA SILVA BARROS, JOAQUIM SILVA E LUNA, JOSELAINE RAQUEL DA SILVA PEREIRA, JULIA GRAZIELA PEREIRA LOPES DA SILVA, JULIA LEANDRA SOUZA SCHINDLER, JULIANA FERREIRA BORDIGNON, JULIO CESAR MARTINS DE PAULA, KETERLY APARECIDA DA CUNHA, LARISSA COUTO RAFAGNIN, LARISSA FIALHO BASSANES, LAYRA FABIAN BORBA RODRIGUES, LETICIA MORAES FERNANDES GODOY, LORENA REIS DE ALMEIDA, LUCIANA BARBOSA DE ARAUJO, LUIZ FELIPE FORTUNATO RODRIGUES, MARCELO LOCKS BERNARTT, MICAELY LAILA MIRANDA FARIA, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, NADINI SANDI CARVALHO PINHEIRO, NATALIA FERNANDA APARECIDA APOLINARIO, PYERSON GAMBI DE CAMPOS, SILVANA TOMAZETTI, TANIA DA SILVA PINTO, THIAGO ROBERTO DA SILVA, THOMAS MAGNUM SCAPINI FOSS, VALQUIRIA APARECIDA ROSA SATO
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 46/25
Considerando as manifestações pela legalidade e registro do ato de admissão de pessoal, apresentadas pela Coordenadoria de Atos de Pessoal, pela Instrução n.º 7091/25-COAP (peça 89) e pelo Ministério Público de Contas com o Parecer n.º 464/25-2PC (peça 92), DECIDO:
1. com fundamento nos arts. 298, I, e 428, II, do Regimento Interno[1], determinar o registro do ato de admissão de pessoal, regido pelo Edital de
Concurso Público n.º 001/01/2022, do MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, publicado em 04/07/2022, constante deste processo.
2. determinar, após o trânsito em julgado desta decisão, o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento[2].
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Relator

_____
__1__. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro:
I - a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, da administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no âmbito estadual e municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissões e as contratações em caráter temporário. (Redação dada pela Resolução n° 127/2025)
Art. 428. O relator poderá proferir Decisão Definitiva Monocrática, decidindo o mérito de acordo com a instrução do processo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) (...)
II - em atos de pessoal, quando a instrução da Coordenadoria de Atos de Pessoal e o parecer do Ministério Público de Contas forem pela legalidade e registro do ato. (Redação dada pela Resolução n° 127/2025)
__2__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) § 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...) VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO N.º: 398431/25
ORIGEM: FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSOES DOS FUNCIONARIOS DA ADMINISTRAO PUBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE UNIAO DA VITORIA
INTERESSADOS: FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSOES DOS FUNCIONARIOS DA ADMINISTRAO PUBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE UNIAO DA VITORIA, LUIZ RENATO CARVALHO PINTO
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO N.º: 677/25
Tratam os autos de Requerimento Externo, reautuado como Representação (Termo de Distribuição nº 3655/25 – DP, peça 6), protocolado pelo Sr. Luiz Renato Carvalho Pinto, Controlador Interno do Fundo para custeio Previdenciário das Aposentadorias e Pensões dos Funcionários da Administração Pública Direta e Indireta do Município de União da Vitória. O interessado encaminhou cópia do Relatório de Auditoria nº 0001/2025, realizada por aquela Controladoria, com o objetivo de apurar denúncia acerca de supostas irregularidades em compras diretas realizadas pelo Fundo Previdenciário do Município de União da Vitória – FUMPREVI.
De acordo com o interessado, a Auditoria realizada teve como objetivo:
"A auditoria teve como objetivo apurar denúncia anônima constante do processo n 0036.0124517, efetuada junto à Ouvidoria do Município, por meio da qual a denunciante informa a existência de supostas compras indevidas efetuadas pelo FUMPREVI, as quais extrapolariam o valor da compra direta, além do fato de que as referidas compras teriam sido direcionadas a dois fornecedores: Bruno Marcelo Leite, CNPJ: 46.871.790/0001-81 e Amanda Andressa Rodrigues, CNPJ: 53.919.301/0001-80.
Desse modo, a abordagem adotada teve por objetivo avaliar a conformidade das compras diretas de bens e serviços (dispensa/inexigibilidade) efetuadas pelo FUMPREVI no ano de 2024, bem como responder as seguintes questões de auditoria:
1. Os Processos de contratação direta foram devidamente formalizados e instruídos com os documentos previstos no art. 72 da Lei 14.133/2021?
2. Consta indicada expressamente nos instrumentos de contrata ao direta a opção pela dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, com base nas alternativas previstas na Lei 14.133/2021?
3. As pesquisas de preços foram realizadas de forma adequada? Houve sobrepreço nos orçamentos das contratações diretas? Há indícios de direcionamento a fornecedor?
4. Houve fracionamento de objetos e/ou uso indevido da dispensa de licitação com base no valor?
5. As contratações foram autorizadas pelo Conselho de Administração do FUMPREVI?
6. Os contratos firmados estão em conformidade com os requisitos da Lei 14.133/2021?
7. Há irregularidades nos procedimentos de pagamento e recebimento dos bens e serviços adquiridos?"
Ainda, informou que "considerando as irregularidades constatadas no decorrer da auditoria, o escopo foi ampliado, sendo verificadas, portanto, demais compras diretas efetuadas pelo Órgão no ano de 2024".
Por fim, requereu uma análise pormenorizada por esta Corte de Contas.
Pois bem.
Estando preenchidos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 275 e 277 do Regimento Interno[1], com fulcro no art. 32, XII, da mesma norma regimental[2], decido RECEBER o presente expediente como Representação, para melhor análise de mérito das supostas irregularidades noticiadas.
Assim, remeto os autos à Diretoria de Protocolo para:
(i) AUTUAÇÃO, como interessado, do:
- MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, na pessoa de seu representante legal;
- FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-FUMPREVI, na pessoa de seu representante legal.
(ii) CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II, e 380-A, I, ambos do Regimento Interno[3], dos interessados elencados acima, para que, apresentem manifestação quanto aos termos desta Representação, apresentando a documentação probatória que compreenderem pertinentes.
Transcorrido o prazo para a apresentação de defesa, encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar - CAIS e ao Ministério Público de Contas para as competentes manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 07 de julho de 2025.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

1. Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.
(...)
Art. 277. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas pelos interessados e autoridades, na forma prevista no art. 32, I a VI, da Lei Complementar nº 113/2005.
2. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: (...)
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
3. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo: (...)
II - em 10 (dez) dias ser despachada pelo Conselheiro Relator, que mandará citar o responsável para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II, do art. 35, da Lei Complementar n° 113/2005;
(...)
Art. 380-A. As comunicações processuais para o exercício do contraditório serão realizadas nas seguintes formas:
I – nos processos de iniciativa do Tribunal e nos de Denúncia, Representação e Representação da Lei nº 8.666/1993 e da Lei Estadual nº 15.608/2007, na modalidade citação, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, conforme o disposto no art. 54, inciso I, e § 2º, primeira parte, da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e no § 1º, do art. 380 deste Regimento;

PROCESSO N.º: 360590/25
ORIGEM: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADOS: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADORES: DEVANILDO DE CASTRO
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO N.º: 734/25

Trata-se de Denúncia, com fundamento no art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005, formulada em face do Município Denunciado, noticiando, em síntese o denunciante alega a ocorrência de ilegalidades na tramitação e justificativa do Projeto de Lei nº 15/2025, que visa à criação dos cargos em comissão de Chefe do Setor Jurídico e Diretor de Saúde Bucal no âmbito da administração municipal. Sustenta que a proposta viola a jurisprudência consolidada deste Tribunal, em especial os Prejulgados nº 6 e nº 25, ao instituir cargos comissionados para o desempenho de funções eminentemente técnicas, operacionais e permanentes, incompatíveis com a natureza de livre nomeação e exoneração.

Destaca, quanto ao cargo de Chefe do Setor Jurídico, que suas atribuições são sobrepostas às do Consultor Jurídico já existente na estrutura municipal, com funções como emissão de pareceres, acompanhamento de prazos processuais e assessoramento jurídico. Argumenta que tais atividades não configuram chefia verdadeira, mas sim atribuições técnico-jurídicas que demandam provimento efetivo, nos termos do art. 37, II e V, da Constituição Federal. Alega também a ausência de hierarquia funcional clara e de justificativa proporcional para a criação do cargo, bem como a inexistência de estudo de impacto orçamentário e de avaliação da real necessidade administrativa.

Quanto ao cargo de Diretor de Saúde Bucal, aponta a falta de justificativa técnica detalhada e possível duplicidade funcional em relação à estrutura já existente. Defende, ainda, a necessidade de adequação da norma municipal à jurisprudência do TCE-PR, com a extinção de cargos comissionados que exerçam funções técnicas.

Diante dos vícios apontados, requereu: (i). Abertura de processo de fiscalização para apurar a legalidade do PL n° 15/2025; (ii). Conceda medida cautelar para suspender imediatamente os efeitos do Projeto de Lei nº 15/2025, até julgamento definitivo pelo TCE-PR; (iii). Determine ao Município de União da Vitória que se abstenha de nomear ocupantes para os cargos criados, sob pena de responsabilidade; (iv). Comunique ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores a decisão, para imediato cumprimento; (v). Suspensão imediata dos efeitos da lei, caso já aprovada, até julgamento definitivo; (vi) Determinação ao Município para: a) Revogar o cargo de Chefe do Setor Jurídico, por ilegalidade manifesta; b) Reavaliar o cargo de Diretor de Saúde Bucal, apresentando justificativa técnica detalhada; c) Adequar-se aos Prejulgados n° 6 e 25 do TCE-PR, extinguindo cargos comissionados que desempenhem funções técnicas; (vii). Aplicação de multa ao gestor, caso comprovada má-fé ou desrespeito à jurisprudência do Tribunal.

Através do Despacho nº 611/25 – GCFSC (peça 07) previamente ao juízo de admissibilidade encaminhei os autos à Diretoria de Protocolo para que promovesse a autuação e intimação do Município Denunciado para que apresentasse manifestação quanto ao alegado.

O Município Denunciado veio aos autos através de petitório juntado às peças 12/16, onde informou que "Em atenção ao Ofício nº 878/25 – ODL-DP e, sem adentrar no mérito da questão invocada na manifestação encaminhada a essa Corte, vimos respeitosamente informar que o Projeto de Lei nº 15/2025 foi retirado de pauta, conforme comunicado formalizado por meio do Ofício nº 501/2025, encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores. Dessa forma, entende-se que houve o esvaziamento da matéria, com a consequente perda do objeto da denúncia ofertada, tendo em vista que a tramitação do referido projeto foi descontinuada. Anexamos, para os devidos fins, cópia do Ofício nº 501/2025, que formaliza a retirada do projeto da pauta legislativa".

É o relatório.

Considerando a informação prestada pelo Município Denunciado (peças 14/15), no sentido de que o Projeto de Lei nº 15/2025 foi formalmente retirado de pauta junto à Câmara Municipal, tem-se, em princípio, a possibilidade de perda superveniente de objeto da presente Denúncia.

Nesse contexto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, pois entendo necessário intimar o denunciante para que se manifeste quanto ao eventual interesse na continuidade do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, indicando se ainda subsiste matéria a ser apurada por este Tribunal, ou se concorda com a extinção do processo por perda de objeto, diante do esvaziamento da finalidade inicial da denúncia.

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 351524/25
ORIGEM: Art. 33 da lei complementar n.º 113/05
INTERESSADOS: Art. 33 da lei complementar n.º 113/05
PROCURADORES:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO N.º: 735/25

Trata-se de Denúncia, com pedido cautelar, promovida por cidadão (peça 03), em face do Município Paranaense, devido a supostas irregularidades contidas no Pregão Eletrônico n.º 29/2024, cujo objeto é o "Registro de Preços para manutenção dos ares-condicionados instalados nas unidades escolares e prédios administrativos pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, visando oferecer segurança e mais conforto aos alunos e servidores da Rede Municipal de Educação, necessitando assim de aquisição dos seguintes itens: manutenção preventiva, manutenção corretiva, fornecimento e substituição de peças (em caso de constatação de avarias nos componentes do equipamento), prestação de serviço de desinstalação e instalação de aparelhos de ar-condicionado [...]".

Na exordial, o Denunciante alega que o edital, cujo recebimento das propostas está previsto para o dia 6 de junho de 2025, às 8 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, contém supostamente vícios formais e materiais que comprometem sua legalidade, podendo implicar restrição à competitividade e risco ao erário, dividindo seus fundamentos nos seguintes pontos:

a) Suposto equívoco no enquadramento do objeto como serviço exclusivamente de engenharia: O Denunciante sustenta que a exigência de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, constante do subitem 5.2.2 do edital, é supostamente indevida, uma vez que a manutenção de aparelhos de ar-condicionado não se caracteriza, obrigatoriamente, como atividade de engenharia.

Traz decisões do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF-3, Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF-1, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no sentido de que a manutenção e instalação de aparelhos de refrigeração é atividade comum, não exclusiva de engenheiros ou empresas registradas no CREA.

b) Possível ausência de indicação das parcelas de maior relevância no atestado técnico: Questiona o subitem 5.2.3.1, por exigir atestado de capacidade técnica sem definir as parcelas de maior relevância. Segundo o Denunciante, tal generalidade contraria decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que impõe à Administração a obrigação de indicar expressamente as parcelas mais relevantes do objeto licitado para fins de exigência de qualificação técnica.

c) Fixação prévia do valor de peças na tabela do edital: O edital prevê valor fixo de R$ 668.000,00 (seiscentos e sessenta e oito mil reais) para fornecimento de peças, subitem 2.2.1 do anexo I, o que, segundo o autor, afronta o critério de julgamento pelo menor preço global, contraria os princípios da competitividade, eficiência, legalidade e moralidade e impede que os licitantes ofereçam propostas mais vantajosas à Administração.

Além disso, alega que não foi observada a correta aplicação proporcional do percentual de desconto obtido na fase de lances, o que desvirtua o procedimento licitatório. Conclui que mesmo que se aceitasse a fixação do valor (o que se refuta), esse item deveria ser excluído do cálculo do valor global.

d) Obrigação de apresentação de três orçamentos por terceiros: No Termo de Referência, sustenta que se exige que a futura contratada apresente três orçamentos de peças, para aprovação da Administração. Essa exigência, na visão do Denunciante, é ilegal, pois impõe à contratada a obrigação de obter compromisso de terceiros não participantes da licitação, o que é vedado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme Súmula n.º 15 daquela Corte.

Argumenta ainda que tal exigência fragiliza o controle da Administração e abre margem para formação de cartéis e manipulação de preços.

Ao final, o Denunciante requer (peça 03, fl. 10):

Ex positis, pelos argumentos desse documento, requer-se seja:

a) liminarmente suspensa a licitação; e

b) a presente representação julgada procedente, determinando-se a anulação do procedimento ou a reforma dos itens tidos como irregulares do ato convocatório da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 29/2024, Processo nº [...], da Prefeitura do Município de [...] – Estado do Paraná.

Por meio do Despacho n.º 563/25 – GCFSC (peça 10), previamente à apreciação do pedido cautelar e ao juízo de admissibilidade, determinei a intimação da municipalidade, para que apresentasse manifestação preliminar acerca da presente Denúncia, justificando (i) o enquadramento do objeto como serviço exclusivamente de engenharia; (ii) a exigência de atestado de capacidade técnica sem definição das parcelas de maior relevância; (iii) a fixação prévia do valor de peças na tabela do edital; e (iv) imposição à contratada da obrigação de apresentar 3 (três) orçamentos emitidos por terceiros alheios à licitação.

Instado, o Município Paranaense, por meio da Petição Intermediaria n.º 371916/25 (peças 12/15), apresentou manifestação formulada pela Secretaria Municipal de Educação (Despacho n.º 6256377), bem como comunicou a suspensão do certame.

Em síntese, a Secretaria Municipal de Educação (peça 14) esclarece que, no que tange à exigência de registro profissional, a Administração justificou a opção pelo registro no CREA em razão da complexidade técnica do objeto contratual. No entanto, diante da jurisprudência consolidada, que reconhece a legitimidade da atuação de técnicos devidamente registrados no Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Município deliberou pela revisão do dispositivo do certame, considerando a possível viabilidade de admissão alternativa, desde que compatível com as atribuições legais do profissional técnico em face das especificações do objeto contratual.

Quanto à exigência de comprovação de experiência por meio de atestados, com indicação das parcelas de maior relevância técnica, a Secretaria esclareceu que essa definição foi feita com base no art. 67 da Lei n.º 14.133/2021. Esclarece que: "tais indicadores não foram concebidos como requisitos rígidos ou barreiras de entrada, mas sim como subsídios técnicos para elaboração proporcional e motivada das exigências editalícias, considerando o porte do objeto e o dever de garantir a efetiva prestação dos serviços, com a segurança e a continuidade necessárias ao ambiente escolar." (peça 14, fl. 02).

Destaca, ainda, que o valor estimado para peças, trata-se de estimativa meramente orçamentária, prevista para aquisição eventual, conforme a necessidade verificada durante a execução contratual. Salienta que referido valor não integra o critério de julgamento da licitação, não constitui objeto de disputa entre os licitantes e tampouco representa obrigação certa e determinada de fornecimento, sendo apenas reserva

técnica destinada a assegurar previsibilidade e gestão eficiente do contrato, consistente em prática reconhecida pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, diante da impossibilidade de se definir, de forma prévia, todas as peças que poderão ser substituídas. Assim, informa que tal estrutura visa à proteção do erário, de modo a evitar contratações genéricas ou superestimadas.
Além disso, acerca da exigência de apresentação de três orçamentos para aquisição de peças, a Administração destacou que tal obrigação se limita à fase de execução contratual, não afetando a fase de habilitação ou julgamento. Ademais, destaca que tal exigência visa garantir controle e economicidade, uma vez que "o procedimento fortalece os mecanismos de controle e previne sobrepreço e superfaturamento." (peça 14, fl. 04).
Por fim, aduz que o objeto licitado está submetido às exigências do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, conforme previsto na Lei n.º 13.589/2018, complementada pela Portaria MS n.º 3.523/1998 e pela Resolução ANVISA n.º 09/2003, bem como que, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a obrigatoriedade de manutenção dos equipamentos de climatização é especialmente relevante, dada a presença diária de crianças, adolescentes e profissionais. Logo, as medidas previstas no Termo de Referência e no edital buscam garantir a qualidade do ar, a saúde, o conforto térmico e a funcionalidade pedagógica das unidades escolares.
Dessa forma, realça que o Município considerou rigorosamente, no modelo licitatório, as exigências legais e sanitárias, mantendo-se a Administração aberta a ajustes que promovam a melhoria contínua da gestão pública, desde que respeitados os princípios da legalidade, eficiência, prevenção e economicidade, visando ao interesse público e à adequação contratual antes da republicação do edital.
Diante dos apontamentos, o Município optou pela suspensão preventiva do certame para permitir análise técnica e jurídica detalhada dos dispositivos editalícios. A suspensão, fundamentada no art. 21 da Lei n.º 14.133/2021, busca possibilitar eventuais ajustes, garantindo o contraditório, ampla competitividade e reabertura integral dos prazos, em observância aos princípios da publicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa. A Administração reafirma, nesse sentido, seu compromisso com a legalidade, economicidade, eficiência e transparência, colocando-se à disposição para esclarecimentos junto a este Tribunal.
Mediante o Despacho n.º 609/25 – GCFSC (peça 18) determinei a intimação da Denunciante, a fim de que se manifestasse acerca da suspensão do certame em apreço, para eventuais correções, bem como para que esclarecesse se, diante da suspensão, pretendia dar continuidade à presente Denúncia. No entanto, o Denunciante não apresentou manifestação, conforme Certidão de Decurso de Prazo n.º 527/25 (peça 21).
É o relatório.
Preliminarmente, destaco que o art. 300 do Código de Processo Civil[1] é claro ao tratar dos elementos necessários à concessão de tutela de urgência, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Igualmente, o art. 53 da Lei Orgânica desta Corte dispõe que pode ser concedida medida cautelar em casos de receio de agravamento da lesão ou de se tornar difícil ou impossível a sua reparação:
O Tribunal poderá determinar a aplicação de medidas cautelares, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Regimento Interno.
Quanto ao pedido de medida cautelar em caráter de urgência, em sede de cognição sumária, compreendo pelo indeferimento do pedido cautelar.
Isso porque, conforme se verifica nos documentos e manifestações acostados aos autos, especialmente na Nota de Suspensão do Licitação constante na peça 15, o procedimento licitatório objeto da presente Denúncia encontra-se formalmente suspenso por iniciativa da própria Administração Pública, com o intuito de reavaliar aspectos técnicos do edital.
Tal circunstância afasta, ao menos neste momento processual, a configuração do requisito do periculum in mora, compreendido como a presença de risco iminente de dano grave, de difícil ou impossível reparação, caso a medida não seja deferida. Por consequência, a suspensão já efetivada do certame garante, de forma adequada, a preservação do resultado útil do processo e a tutela do direito alegado pelo Denunciante, não se verificando situação de urgência que se justifique a concessão de medida acautelatória.
Ademais, a não concessão da cautelar respeita os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, permitindo que o processo tenha seu curso regular, com a devida formação do contraditório e da ampla defesa, favorecendo a adequada instrução do feito para posterior análise de mérito.
Diante do exposto e considerando a ausência de risco concreto que justifique a adoção de medida acautelatória em sede de cognição sumária, visto que o certame em apreço já se encontra suspenso, entendo que a NÃO CONCESSÃO do pedido cautelar é a medida que se impõe.
No tocante ao juízo de admissibilidade, uma vez presentes os requisitos de admissibilidade do art. 30 da Lei Orgânica deste Tribunal[2] e no art. 32, inciso XII, do Regimento Interno[3], RECEBO o feito, para a análise do seu mérito.
Para tanto, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para:
i) AUTUAÇÃO como interessados:
a) MUNICÍPIO PARANAENSE, por meio de seu representante legal;
b) PREFEITO MUNICIPAL; e
c) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por meio de seu representante legal.
ii) CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos do art. 278, II e art. 380-A, I, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, dos interessados acima elencados, para que querendo apresentem suas defesas e se manifestem sobre os termos desta Denúncia, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo juntar documentos que entenderem relevante quanto aos apontamentos narrados pelo Denunciante.
Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para as devidas manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
2. Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.
3. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;

PROCESSO N.º: 417932/25
ORIGEM: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADOS: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADORES:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO N.º: 759/25
Tratam os autos de denúncia formulada com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
Segundo o denunciante, a omissão no envio de informações ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE poderia comprometer o repasse dos recursos do FUNDEB a partir do exercício de 2026.
As denúncias constituem ponto de partida para a apuração de irregularidades no serviço público e, com a finalidade de assegurar o cumprimento dos princípios que regem a administração pública e evitar prejuízos à continuidade das políticas educacionais voltadas aos alunos da rede municipal de ensino, foi apresentada a presente denúncia.
Pois bem.
Estando preenchidos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 275 e 277 do Regimento Interno[1], com fulcro no art. 32, XII, da mesma norma regimental[2], decido RECEBER o presente expediente para melhor análise de mérito das supostas irregularidades concernentes a falta de repasses das informações ao sistema - SIOPE, do Município Denunciado.
Assim, remeto os autos à Diretoria de Protocolo para:
(i) AUTUAÇÃO, como interessado, do:
- MUNICÍPIO DENUNCIADO, na pessoa de seu representante legal;
(ii) CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II, e 380-A, I, ambos do Regimento Interno[3], do interessado acima elencado e dos servidores responsáveis pela alimentação do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, para que apresente contraditório sobre os termos desta Denúncia no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
Transcorrido o prazo para a apresentação de defesa, encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Complementar - CAIS e ao Ministério Público de Contas para as competentes manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 9 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.
(...)
Art. 277. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas pelos interessados e autoridades, na forma prevista no art. 32, I a VI, da Lei Complementar nº 113/2005.
2. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: (...)
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
3. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo: (...)
II - em 10 (dez) dias ser despachada pelo Conselheiro Relator, que mandará citar o responsável para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II, do art. 35, da Lei Complementar n° 113/2005;
(...)
Art. 380-A. As comunicações processuais para o exercício do contraditório serão realizadas nas seguintes formas:
I – nos processos de iniciativa do Tribunal e nos de Denúncia, Representação e Representação da Lei nº 8.666/1993 e da Lei Estadual nº 15.608/2007, na modalidade citação, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, conforme o disposto no art. 54, inciso I, e § 2º, primeira parte, da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e no § 1º, do art. 380 deste Regimento;

PROCESSO N.º: 318950/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ
INTERESSADOS: BARBARA KARINA DE GEUS SERAINE, BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, J L GODOI CONSTRUTORA LTDA., MUNICÍPIO DE ANDIRÁ, VITORIA MIYAO GOMES
PROCURADORES: AMANDA SCHNEIDER DE ALMEIDA PRIOTTO, JULIA VINHESKI, THIAGO ANTONIO DE LEMOS ALMEIDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 764/25
Por meio da Petição Intermediária n.º 427075/25 (peças 38/41), o Município de Andirá, representado por sua Prefeita, Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira, e pela Agente de Contratação, Vitória Miyao Gomes, interpôs Embargos de Declaração em face do Acórdão n.º 1655/25 – STP (peça 37), que homologou medida cautelar suspendendo a Concorrência Eletrônica n.º 002/2025, na fase em que se encontre, incluindo eventual contrato firmado entre as partes, e determinando o retorno do procedimento licitatório à fase de apresentação de lances.
Tendo em vista que a Certidão de Publicação DETC n.º 10542/25 – DG (peça 42) do Acórdão recorrido foi disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná n.º 3479 no dia 09 de julho de 2025, e considerando que a petição foi protocolada no dia 8 de julho de 2025, recebo os presentes Embargos de Declaração, visto que tempestivos.
Desta forma, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a autuação do presente feito.
Após, retornem para análise recursal.
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 375105/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE ARAPONGAS
INTERESSADOS: EXCELÊNCIA GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI, G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA., MUNICÍPIO DE ARAPONGAS, RAFAEL FELIPE CITA
PROCURADORES: LUIZ PAULO BUSQUIM BRAGA, VICTOR FELIX SZYTKO KOCH
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 765/25

Retornam os autos de Representação da Lei de Licitações formulada pela empresa EXCELÊNCIA GESTÃO DE NEGÓCIOS EIRELI[1], com pedido de medida cautelar, em face do Município de Arapongas[2], noticiando supostas irregularidades no Edital da Concorrência Pública n.º 4/2025, cujo objeto consiste na "Concessão de outorga a título oneroso, das áreas de estacionamento em vias e logradouros públicos do município de arapongas, para controle da rotatividade de veículos, mediante uso remunerado do espaço público".

À peça 3, a REPRESENTANTE alegou a existência de diversas irregularidades no edital do certame, tais como: (i) exigência desproporcional de qualificação técnica; (ii) outorga antecipada arbitrária de pagamento de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sem estudos técnicos acessíveis ou justificativa razoável no Edital; (iii) ausência de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Planilha de Viabilidade Econômica; (iv) ausência de Audiência Pública; (v) critério escolhido para o modelo de disputa inadequado; (vi) duração da concessão (10 + 10 anos) sem justificativa; (vii) falta de transparência na disponibilização de estudos técnicos; (viii) exigência indevida de garantia antes da assinatura do contrato; e (ix) vedação à participação de empresas com certidões positivas com efeito de negativa. Assim, destacou que as citadas irregularidades comprometeriam a legalidade, a isonomia e a competitividade do processo licitatório, requerendo a concessão de medida cautelar para suspendê-lo.

Pelo Despacho n.º 661/25 - GCFSC (peça 10), recebi o feito para a análise do seu mérito, vez que preenchidos os requisitos de conhecimento e admissibilidade. Todavia, em exame preliminar, tendo em vista que a matéria envolve questões técnicas e jurídicas que demandam o prévio exercício do contraditório, bem como visando assegurar a plenitude do devido processo legal e a formação de juízo mais seguro e preciso acerca do pedido formulado neste expediente, determino a intimação do município Representado, a fim de que esclarecesse os pontos controversos referentes a Concorrência Pública n.º 4/2025 ora tratada.

À peça 14, o Representado acostou contraditório, esclarecendo que a Concorrência Pública n.º 4/2025 foi revogada (peça 15) e substituída pela Concorrência Pública n.º 6/2025 (peça 16), publicada em 25/06/2025 no Diário Oficial do Município (peça 17); que o novo edital incorporou ajustes e aperfeiçoamentos em relação às críticas formuladas pela REPRESENTANTE; que as exigências de qualificação técnica relativas à gestão de estacionamento rotativo com no mínimo 500 (quinhentas) vagas são proporcionais e estão em conformidade com o art. 67, § 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo adequadas à realidade local e à escala do contrato pretendido; que o valor da outorga onerosa antecipada — R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) — corresponde a apenas 1,66% (um vírgula sessenta e seis por cento) da arrecadação estimada ao longo da concessão, sendo justificável e amparado por estudos de viabilidade acessíveis via links no edital; que os ETPs e as planilhas econômicas estão disponíveis por links diretos, o que não compromete sua publicidade, acessibilidade ou validade jurídica; que a ausência de audiência pública não implica ilegalidade, uma vez que a concessão do estacionamento rotativo já é regulada e vigente no município desde 2010, sendo o atual certame mera substituição contratual; que o modo de disputa foi ajustado no novo edital para forma presencial, com julgamento por maior oferta de repasse, superando inconsistências da versão anterior; que a previsão de prazo contratual de 10 anos, com possibilidade de prorrogação por igual período, está dentro dos limites da Lei Federal n.º 8.987/1995 e não se trata de prorrogação automática; que a exigência de apresentação de garantia contratual antes da assinatura foi reformulada no novo edital, permitindo sua apresentação em até 10 (dez) dias úteis após a declaração do vencedor; e que o edital não veda a participação de empresas com certidão positiva com efeito de negativa, sendo infundada essa alegação. Ao final, requer o indeferimento do pedido de medida cautelar e o reconhecimento da improcedência da Representação, por considerar que todas as supostas irregularidades foram superadas na nova Concorrência Pública n.º 6/2025.

É o relatório.

Compulsando os autos, há de se destacar que a revogação do certame impugnado implica, com efeito, a perda superveniente do objeto da medida cautelar, por ausência de utilidade prática e atualidade na pretensão suspensiva dirigida contra edital que não mais subsiste no mundo jurídico. Nesse sentido, a jurisprudência é pacífica ao reconhecer a prejudicialidade do exame de medidas urgentes em hipóteses de cessação do ato impugnado, nos termos do princípio da utilidade e da economia processual.

Contudo, tendo em vista que essa Representação da Lei de Licitações foi recebida, à peça 8, o feito deve ser devidamente instruído, com a análise do seu mérito, notadamente porque as alegações trazidas pela representante se referem a vícios que podem, em tese, ser replicados ou persistirem em certame(s) posterior(es). Nesse cenário, o prosseguimento da análise se justifica como forma de controle preventivo e corretivo da legalidade administrativa, dentro da competência deste Tribunal de Contas.

Dessa forma, cessada a urgência cautelar, impõe-se o regular seguimento do feito para contraditório e instrução de mérito.

Ante o exposto, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que proceda à citação do Município de Arapongas e do prefeito Rafael Felipe Cita, por via postal, mediante ofício registrado com Aviso de Recebimento (AR), nos termos dos arts. 278, II[3], e 380-A, I[4], ambos do Regimento Interno, para que, no prazo regimental de 15 (quinze) dias úteis, exerçam o seu contraditório sobre o mérito da presente.

Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, remetam-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar para instrução e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas.

Publique-se.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

1. REPRESENTANTE.
2. Representado(a).
3. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo: (...)
II - em 10 (dez) dias ser despachada pelo Conselheiro Relator, que mandará citar o responsável para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso II, do art. 35, da Lei Complementar n° 113/2005;
4. Art. 380-A. As comunicações processuais para o exercício do contraditório serão realizadas nas seguintes formas:
I – nos processos de iniciativa do Tribunal e nos de Denúncia, Representação e Representação da Lei nº 8.666/1993 e da Lei Estadual nº 15.608/2007, na modalidade citação, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, conforme o disposto no art. 54, inciso I, e § 2º, primeira parte, da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e no § 1º, do art. 380 deste Regimento;

PROCESSO N.º: 420526/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ
INTERESSADOS: EMBRACOL TRANSPORTES LTDA, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO N.º: 769/25

Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, formulada por EMBRACOL TRANSPORTES LTDA (peça 03), em face do MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, devido a supostas irregularidades contidas no Pregão Eletrônico n.º 024/2025, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR, com fornecimento de veículos, motoristas devidamente habilitados e demais encargos, destinados aos alunos da Rede Pública de Ensino Estadual e Municipal, bem como da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), no trajeto casa/escola e escola/casa, em rotas localizadas nas áreas rurais e urbanas do Município de São Pedro do Ivaí – PR".

Em síntese, a Representante alega que: a) não foi quantificada, na planilha de composição de preço das propostas, anexa ao edital (Anexo VII), os custos com os monitores, exigidos para a operação das linhas 2 e 3 do transporte escolar; b) o item 19.2 do termo de referência incorre em equívoco ao prever que o reajuste se dará pela aplicação do INPC/IBGE, visto que os serviços a serem prestados no presente certame referem-se a serviços contínuos com predominância de mão de obra, o que atrai a aplicação do art. 135 da Lei nº 14.133/21, e, portanto, o edital deve prever a repactuação mediante demonstração analítica da variação dos custos, com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra; c) é ilegal e desproporcional a exigência de apresentação dos documentos complementares, pelo licitante melhor classificado, no prazo de 2 horas; d) não há razões para a Administração deixar de informar se a prestação de serviços iniciar-se-á no ano letivo de 2025 ou no ano letivo de 2026, em atenção à boa-fé objetiva; e) o item 16.8 do Edital estabelece multa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor total da operação (e não sobre o valor da parcela inadimplida), em violação ao princípio da razoabilidade previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/21.

Ao final, a Representante pleiteia a concessão de medida cautelar para suspender o certame e, no mérito, a readequação do edital, nos termos da Representação.

É o relatório.

Previamente à apreciação do pedido cautelar e do juízo de admissibilidade, com fundamento no artigo 404 do Regimento Interno[1], encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda à intimação do MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente manifestação preliminar acerca da presente Representação, em especial sobre: (i) a ausência de quantificação, na planilha de composição de preço das propostas, anexa ao edital (Anexo VII), os custos com os monitores, exigidos para a operação das linhas 2 e 3 do transporte escolar; (ii) a justificativa para o estabelecimento do prazo de 2 horas para a apresentação dos documentos complementares pelo licitante melhor classificado; (iii) a justificativa para a ausência de informação sobre o ano letivo em que se iniciará a prestação dos serviços; e iv) a adoção da base de cálculo "valor total da operação" no item 16.8 do edital, em vez do valor da parcela inadimplida, para fins de aplicação da multa contratual.

Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

Publique-se.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____

1. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N.º: 185977/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU
INTERESSADOS: RENAN MENCK ROMANICHEN
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 772/25

Em face da Instrução n.º 340/25-CCONTAS (peça 7) da Coordenadoria de Contas, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação, via comunicação processual eletrônica, de RENAN MENCK ROMANICHEN, chefe do Poder Executivo do Município de Cândido de Abreu, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, exclusivamente em relação à Avaliação da Atuação Governamental, na área da Educação, conforme indicado na Tabela 42.

Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.

Publique-se.

Curitiba, 10 de julho de 2025.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 135694/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO
INTERESSADOS: ABIMAEL DO VALLE, MARIO CEZAR DA SILVA
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 773/25

Em face da Instrução n.º 359/25-CCONTAS (peça 12) da Coordenadoria de Contas, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação, via comunicação processual eletrônica, de ABIMAEL DO VALLE, chefe do Poder Executivo do Município de São João do Triunfo, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, exclusivamente em relação à Avaliação da Atuação Governamental, nas áreas da Saúde e Transparência e Relacionamento, conforme indicado na Tabela 42.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 193368/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ
INTERESSADOS: MARIA REGINA DELLA ROSA MAGRI, RILDO BERNARDES DE CAMARGO
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 774/25

Em face da Instrução n.º 360/25-CCONTAS (peça 14) da Coordenadoria de Contas, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação, via comunicação processual eletrônica, de MARIA REGINA DELLA ROSA MAGRI, chefe do Poder Executivo do Município de São Pedro do Ivaí, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, exclusivamente em relação à Avaliação da Atuação Governamental, nas áreas da Saúde e Administração Financeira, conforme indicado na Tabela 42.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 189018/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO NORTE
INTERESSADOS: ELIEL DOS SANTOS CORREA
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 775/25

Em face da Instrução n.º 438/25-CCONTAS (peça 9) da Coordenadoria de Contas, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação, via comunicação processual eletrônica, de ELIEL DOS SANTOS CORREA, chefe do Poder Executivo do Município de Diamante do Norte, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, exclusivamente em relação à Avaliação da Atuação Governamental, nas áreas da Assistência Social e Previdência, conforme indicado na Tabela 46.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 399519/25
ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA
INTERESSADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA, EDUARDO SIROTE BORGES, JOSE GILBERTO DE OLIVEIRA, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORES:
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO N.º: 778/25

Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS (peça 11) em face do Acórdão nº 1213/25 - Primeira Câmara, que julgou regulares as contas apresentadas pela CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA, referente ao exercício de 2024, de responsabilidade do Senhor JOSÉ GILBERTO DE OLIVEIRA.
No recurso, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS pretende a reforma do julgado apenas para que seja expedida determinação, ou subsidiariamente recomendação, ao Ente para que "ao final de cada exercício, divulgue, em seu Portal da Transparência, o competente Relatório de Controle Interno Anual abrangendo todas as ações empreendidas e áreas objeto de acompanhamento, detalhando a formação acadêmica do respectivo Controlador, para o ulterior fim de oportunizar aos cidadãos e a este órgão de controle externo o amplo acesso às informações relativas à conformidade, eficiência e legalidade da gestão administrativa e financeira" .
Considerando o disposto no art. 483 do Regimento Interno[1], encaminho os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a INTIMAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, da CÂMARA MUNICIPAL DE ATALAIA, na pessoa de seu representante legal, e do Presidente da Câmara Municipal à época da prestação de contas, Sr. JOSÉ GILBERTO DE OLIVEIRA, para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis apresentem contrarrazões ao Recurso em tela.
Na sequência, em atenção ao art. 485 do Regimento Interno[2], remetam-se os autos à Coordenadoria de Contas para emissão de instrução conclusiva e ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer.
Após, voltem-me conclusos.
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

__1__. Art. 483. Havendo partes com interesses opostos, a interposição de recurso por uma delas enseja a intimação da outra para a apresentação de contrarrazões, no mesmo prazo dado ao recurso.

__2__. Art. 485. Recebido o recurso, será sorteado novo Relator que, após a manifestação do recorrido, se houver, encaminhará os autos para instrução da unidade administrativa, abrirá vista do processo ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para manifestação, incluindo-o, a seguir, em pauta de julgamento, observando o prazo a que se refere o art. 62, I, da Lei Complementar nº 113/2005.

PROCESSO N.º: 412450/25
ORIGEM: ANDRÉ LUIZ LIEVORE
INTERESSADOS: ANDRÉ LUIZ LIEVORE
PROCURADORES:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO N.º: 779/25

Em atenção ao Despacho n.° 2.854/25 da Presidência deste Tribunal (peça 10), apresento as seguintes informações relacionadas aos processos n.º 415334/18, ao qual os autos n.° 269622/22 se encontram apensados, para o fim de emissão da certidão explicativa solicitada por André Luiz Lievore:
TOMARA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA n.º 415.334/18:
1. Autuação: 14/06/2018.
2. Partes: André Luiz Lievore, Everton Luiz da Costa Souza, Geraldo Alves, Instituto das Águas do Paraná, Iram de Rezende, José Leoci Santin, Jose Luiz Bovo, José Luiz Scroccaro, Maurilio Guerreiro Campos, Mauro Ricardo Machado Costa, Perola Maria de Lima Santos.
3. Relatores designados: Fernando Augusto Mello Guimarães, em 14/06/2018 e Fábio de Souza Camargo, em 20/01/2023.
4. Objeto: Tratam os autos de Tomada de Contas Extraordinária instaurada a partir de Comunicação de Irregularidade formalizada pela 4ª Inspetoria de Controle Externo, relativa à utilização de receitas de capital para cobertura de despesas correntes pelo Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ).
5. Movimentações relevantes:
5.1. Em 14/06/2016 a comunicação de irregularidade apresentada pela 4ª Inspetoria de Controle Externo é conhecida e processada como tomada de contas extraordinária, por força do Despacho n.° 620/18 – GCFAMG (peça 43). Nesta oportunidade, são deferidas as medidas cautelares propostas pela Inspetoria, homologadas pelo Acórdão n.° 1.557/18 (peça 45). Também é determinada a citação do Instituto das Água, bem como dos interessados Iram de Rezende, André Luiz Lievore, Geraldo Alves, José Leoci Santin e Pérola Maria de Lima Santos.
5.2. Em 05/07/2025, os interessados Iram de Rezende, André Luiz Lievore, José Leoci Santin e Pérola Maria de Lima Santos, apresentam defesa (peça 65).
5.3. Em 30/07/2018 o Sr. Geraldo Alves, ex-diretor Administrativo/Financeiro do Instituto das Águas do Paraná apresentou contraditório (peça 68).
5.4. Em 11/12/2018 a 4ª Inspetoria de Controle Externo apresenta a Instrução n.° 12/18 (peça 73), apontando novos interessados a serem citados.
5.5. Em 19/02/2019, pelo Despacho n.° 173/19 – GCFAMG (peça 80), determina a autuação e citação dos interessados Mauro Ricardo Machado Costa, José Luiz Bovo e Maurílio Guerreio Campos.
5.6. Em 30/04/2019, o interessado Mauro Ricardo Machado Costa apresentou seu contraditório (peça 104).
5.7. Em 02/05/2019, o interessado José Luiz Bovo apresentou seu contraditório (peça 106).
5.8. Em 06/06/2018, o interessado Maurílio Guerreio Campos apresentou seu contraditório (peça 108).
5.9. Pela Instrução n.° 01/20, a 4ª Inspetoria de Controle Externo apresentou manifestação conclusiva pela manutenção das irregularidades inicialmente identificadas, bem como pela aplicação de sanções aos responsáveis (peça 115).
5.10. O Ministério Público de Contas corroborou com o entendimento técnico, no Parecer n.° 256/20 (peça 116).
5.11. Em 01/07/2020, proferido o Acórdão n.º 1.369/20 do Tribunal Pleno (peça 117), de Relatoria do Conselheiro Fernando Augusto de Mello Guimarães, que julgou irregulares as contas do Instituto das Águas do Paraná, em face da: a) utilização irregular de receitas de capital para custeio de despesas correntes; b) irregularidade na elaboração do Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos, Anexo XII do RREO, do exercício de 2017; c) descumprimento de medida cautelar expedida por este Tribunal de Contas, com responsabilidade atribuída aos interessados Iram de Rezende, Geraldo Alves, André Luiz Lievore, José Leoci Santin e Maurílio Guerreiro Campos.
Por consequência, foram realizadas as seguintes determinações e aplicadas as seguintes sanções:

> **3.2.** Aplicar multa administrativa prevista no art. 87, IV, g, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, ao Sr. Iram de Rezende; ao Sr. Geraldo Alves; ao Sr. Andre Luiz Lievore; e ao Sr. José Leoci Santin, em razão de utilização irregular de receitas de capital para custeio de despesas correntes.
>
> **3.3.** Aplicar multa administrativa prevista no art. 87, IV, g, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, ao Sr. Maurílio Guerreiro Campos, em razão de irregularidades na elaboração do Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos, Anexo XII do RREO, do exercício de 2017.
>
> **3.4.** Aplicar multa administrativa prevista no art. 87, II, f, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, ao Sr. Iram de Rezende, então Diretor Presidente do AGUASPARANÁ, por descumprimento de determinação dos órgãos deliberativos deste Tribunal de Contas.
>
> **3.5.** Determinar a inabilitação do Sr. Iram de Rezende para o exercício de cargo em comissão pelo período de um ano, consoante previsão do art, 85, VI, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, em razão do descumprimento de determinação dos órgãos deliberativos deste Tribunal de Contas, com comunicação acerca de tal medida à Secretaria de Estado da Administração e Previdência;
>
> **3.6.** Determinar ao AGUASPARANÁ – Instituto das Águas do Paraná que observe os ditames da Lei nº 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal na execução orçamentária, classificando devidamente as despesas correntes e de capital, para evitar a dilapidação do patrimônio da entidade e da imputação de práticas de improbidade aos seus gestores e demais responsáveis.

5.12. Em 06/08/2020, juntada a Petição Intermediária n.º 500815/20 (peças 121/139), os interessados Geraldo Alves, André Luiz Lievore e Iram de Rezende apresentaram recurso de revista contra o Acórdão n.° 1.369/20 do Tribunal Pleno.
5.13. Em 06/08/2020, juntada a Petição Intermediária n.º 500858/20 (peças

140/146), o interessado José Leoci Santin apresentou recurso de revista contra o Acórdão n.° 1.369/20 do Tribunal Pleno.
5.14. Em 07/08/2020 o recurso de revista é recebido, nos efeitos devolutivo e suspensivo, pelo Despacho n.º 718/20 – GCFAMG.
5.15. Em sede de Recurso de Revista, autuado sob protocolo n.° 500815/20, de minha Relatoria, o recurso foi conhecido e não provido, por meio do Acórdão n.° 922/21 do Tribunal Pleno (peça 159), havendo manutenção integral das irregularidades e das sanções propostas.
5.16. Propostos embargos de declaração por Geraldo Alves, André Luiz Lievore e Iram de Rezende (peça 161/163), autuado sob n.° 313717/21, de Relatoria do Conselheiro Nestor Baptista, este não foi provido, por força do Acórdão n.° 2.153/21 do Tribunal Pleno.
5.17. Em 05/10/2021, os interessados Geraldo Alves, André Luiz Lievore e Iram de Rezende protocolaram recurso de revisão em face do Acórdão n.º 922/21 do Tribunal Pleno, mantido em sede de Embargos de Declaração pelo Acórdão n.° 2.153/21 do Tribunal Pleno (Peça 171/172).
5.18. Em 15/10/2021 o recurso de revisão foi recebido pelo Despacho n.° 1.054/21 – GCNB (peça 173).
5.19. O recurso de revisão, autuado sob n.° 608768/21, de Relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, foi conhecido e não provido, por força do Acórdão n.° 728/22 do Tribunal Pleno (peça 186).
5.20. Propostos embargos de declaração por Geraldo Alves, André Luiz Lievore e Iram de Rezende (peça 161/163), autuado sob n.° 313717/21, de Relatoria do Conselheiro Nestor Baptista, este não foi provido, por força do Acórdão n.° 2.153/21 do Tribunal Pleno.
5.21. Propostos embargos de declaração por Geraldo Alves, André Luiz Lievore e Iram de Rezende (peça 188/190), autuado sob n.° 269622/22, de Relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, este não foi provido, por força do Acórdão n.° 2.914/22 do Tribunal Pleno (peça 196).
5.22. O processo transitou em julgado em 16/12/2022 (peça 198).
5.23. O presente feito foi encaminhado para Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para o acompanhamento do cumprimento do Acórdão n.º 1.369/20 do Tribunal Pleno (peça 201).
5.24. Em 15/02/2023, a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções realizou o registros das sanções aplicadas (peça 211) e emitiu as instruções de cobrança das multas aplicadas aos interessados (peças 206/210).
5.25. Em 04/05/2023, após recomendação neste sentido pela CMEX, por meio do Despacho n.° 558/23 (peça 237), determinei a baixa de responsabilidade dos interessados Geraldo Alves e Maurilio Guerreiro Campos. Outrossim, determinei o acompanhamento do pagamento parcelado deferido aos interessados José Leoci Santin e André Luiz Lievore.
5.26. Por meio do Acórdão n.° 3.725/23 do Tribunal Pleno, declarada: (i) nulidade das Certidões de Débito n.º 314/23 e n.º 315/23; (ii) registro dos pagamentos efetuados por Iram de Rezende, no montante de R$ 8.894,20 (oito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos); (iii) emissão das certidões de quitação dos débitos referentes aos pagamentos das multas aplicadas pelos itens II e IV do Acórdão n.º 1369/20 - Tribunal Pleno, a Iram de Rezende e consequente baixa de sua responsabilidade pecuniária. A referida decisão transitou em julgado no dia 14/12/2023 (peça 266).
5.27. Pelo meu Despacho n.° 184/24 (peça 270), determinei a baixa de responsabilidade pecuniária do interessado José Leoci Santin.
5.28. Pelo meu Despacho n.° 496/24, autorizada a baixa da responsabilidade pecuniária de José Leoci Santin, exclusivamente em relação ao item II do Acórdão n.º 1.369/20 do Tribunal Pleno. e de Iram de Rezende, exclusivamente em relação aos itens II e IV do Acórdão n.º 1.369/20 do Tribunal Pleno.
5.29. Por meio da Informação n.° 2.226/24 – CMEX, informado o registro do recolhimento aos cofres estaduais no valor de R$1.452,12 (mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), efetuado em 21/08/2023 e 14/09/2023, em nome de Andre Luiz Lievore, referente às parcelas 06 e 07/07, restando pendente de pagamento a parcela complementar de que trata o art. 502, § 2º, do Regimento Interno (peça 280).
5.30. Após manifestação da parte, em 05/06/2025 foi emitida a Instrução n.° 406/2025 (peça 286), pela Coordenadoria de Medidas Executórias, recomendando a baixa da responsabilidade pecuniária de André Luiz Lievore. Além disso, recomendou o encerramento do processo, dado o integral cumprimento do Acórdão n.° 1.369/20 do Tribunal Pleno.
5.31. Pelo Parecer n.° 506/25 (peça 588), o Ministério Público de Contas corroborou com a baixa da responsabilidade pecuniária de André Luiz Lievore, bem como com o encerramento do processo.
5.32. Atualmente, o processo aguarda deliberação deste Relator.
É o que havia a informar.
Sigam os autos à Diretoria-Geral para emissão da respectiva certidão com base nas informações prestadas.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 412965/25
ORIGEM: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADOS: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORES:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO N.º: 781/25

Tratam os autos de Requerimento Externo protocolado em decorrência do Ofício[1] n.º 73-2025 da Procuradoria-Geral do Estado, por meio do qual informa a celebração de acordo judicial, firmado entre Caminhos do Paraná S/A - CADOP, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER/PR, o Estado do Paraná, o Ministério Público Federal e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR, "a fim de encerrar quaisquer pretensões, já deduzidas ou a deduzir, relacionadas, direta ou indiretamente, com o Contrato de Concessão de Obra Pública n.º 74, de 14/11/1997, então voltado à recuperação, ao melhoramento, à manutenção, à conservação, à operação e à exploração das rodovias principais, bem como à recuperação, à conservação e à manutenção dos trechos rodoviários de acesso do LOTE 4"[2]
No exordial, as partes assentaram o montante de "R$ 421.400.000,00 (quatrocentos e vinte e um milhões e quatrocentos mil reais), na data-base de 31/07/2023, como sendo o valor total pró-usuário, considerando a totalidade dos fatos e eventos ocorridos durante a execução do Contrato de Concessão, com única e exclusiva exceção do valor correspondente ao conjunto de autos de infração discutidos no âmbito da ação nº 5068177-59.2022.4.04.7000, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Curitiba/PR, que seguirá seu curso processual natural, sendo que eventual julgamento, com trânsito em julgado, de improcedência total ou procedência parcial que implique ônus financeiro (relacionado aos autos de infração aplicados à Concessionária) ou, ainda, extinção do processo sem julgamento de mérito, constitui condição resolutiva do presente Acordo, nos termos definidos adiante".[3]
Como bem apontado pela Diretoria Jurídica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná na peça 3, fl. 2:
Como se percebe, o acordo é de ampla abrangência, abarcando praticamente todas as questões relativas ao contrato de concessão, excetuados apenas "autos de infração já notificados e/ou multas contratuais aplicadas pelo DER e/ou pela AGEPAR em face da CADOP, bem como obrigações tributárias, inclusive relativas à Taxa de Regulação da AGEPAR, ou multas decorrentes da aplicação da legislação tributária" (parágrafo segundo), "multas, tais como ambientais, tributárias etc, aplicadas por outros órgãos ou entidades do Estado do Paraná não signatários deste acordo" (parágrafo oitavo), e "Em relação ao Ministério Público Federal, este Acordo Global produz efeitos sobre as ações e procedimentos listados no Anexo II, sem prejuízo de que os pagamentos realizados por força do acordo possam ser considerados em outras esferas." (parágrafo nono). Observe-se, ademais, que em ajuste posterior, as partes se compuseram também para extinguir o Processo n.º 5068177-59.2022.4.04.7000 (confira-se a cláusula 3ª, à página 114 do ofício), sendo lícito supor que são às multas discutidas em seu âmbito que a PGE faz alusão quando afirma que "No entanto, em novo acordo posterior, conduzido pelo Gabinete do Procurador-Geral do Estado e Assessoria, também foram incluídas as multas, o que resultou em acréscimo de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), que igualmente serão revertidos em investimentos. Ambos os acordos foram judicialmente homologados.". Daí que, a teor do parágrafo segundo, e o que parece mais importar a esta Corte de Contas, o acordo não engloba multas aplicadas por outros órgãos, inclusive de controle, não signatários.
Considerando os apontamentos supramencionados, a Diretoria Jurídica solicitou a remessa do presente Requerimento Externo à este Gabinete "para que seja analisada a eventual repercussão do acordo sobre a pretensão fiscalizatória lá exercitada, bem como se é pertinente a vinculação deste expediente, como apenso, àqueles autos".
Nesta sentido, o presente feito foi a mim distribuído, por meio do Despacho n.º 2.858/25 (peça 4) do Gabinete da Presidência, para manifestação.
É o relatório.
Em busca pela Denúncia n.º 31402-0/21, observo que essa está sobrestada desde 7 de fevereiro de 2023, diante da concessão de pedido liminar que determinou a suspensão do processo, pela 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, no âmbito do Processo n.º 1042242-05.2022.4.01.3400.
Considerando que o Ofício n.º 73-2025 anexado nos autos, impacta diretamente o processo de Denúncia n.º 31402-0/21, com fundamento no art. 364, caput, do Regimento Interno[4], encaminhem-se o feito à Diretoria de Protocolo para que promova o apensamento deste Requerimento Externo à Denúncia n.º 31402-0/21, devendo este último figurar como processo principal. Na sequência, encaminhe-se aquele processo para DIJUR, para sua manifestação quanto à eventual encerramento do feito.
Quanto ao presente requerimento externo, retornem os autos ao Gabinete de Presidência.
Publique-se.
Curitiba, 11 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Disponível na peça 2.
2. Disponível na peça 4, fl.1.
3. Disponível na peça 2, fl. 7.
4. Art. 364. O apensamento é a vinculação de um processo a outro, determinado pelo Relator, para fins de análise e decisão única, de modo uniforme para os processos apensados. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO N.º: 154443/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE GUARATUBA
INTERESSADOS: MAURICIO LENSE, MUNICÍPIO DE GUARATUBA
PROCURADORES:
ASSUNTO: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
DESPACHO N.º: 785/25

Trata-se de pedido de Certidão Liberatória formulado pelo Município de Guaratuba, os quais retornaram para deliberação quanto ao mérito, após a conversão do feito em diligência, nos termos do Acórdão n.º 1181/25 – Pleno (peça 33), motivo pelo qual o feito foi redistribuído a este Relator, conforme Termo de Redistribuição n.º 16/25 (peça 32).
Considerando que a manifestação do Município (peça 36) esclareceu a restrição para a emissão da Certidão pleiteada, relacionada às pendências no cumprimento da Agenda de Obrigações — conforme informado pela Coordenadoria de Contas (peça 45), restando, contudo, pendente de esclarecimento apenas a restrição relativa à ausência de envio das cópias de certidões de dívidas ativas referente ao Processo n.º 153509/15, conforme apontado pela Coordenadoria de Medidas Executórias na Informação n.º 3919/25 (peça 47), nos seguintes termos:
Contudo, no Processo n. 153509/15, em que pese a alegação de que foi realizada a inscrição em dívida ativa das Certidões de Débito n. 138, 139 e 140 de 2025, verifica-se que não há o envio da documentação exigida para a sua comprovação, nos termos do art. 13, § 4º, da Resolução n. 70/2019.

PRAZO	TÍTULO EXECUTIVO	PENALIZADO	VALOR DA CERTIDÃO DE DÉBITO	FASE	TIPO	Situação	ACOMPANHAMENTO
10/04/2026	Certidão de Débito – 138/2025	INSTITUTO CONFIANCE, EVANI CORDEIRO JUSTUS, CLARICE LOURENCO THERIBA	90797,59	5.1 - 1 EXECUÇÃO FISCAL - INSTÂNCIA INICIAL - Autuação / Distribuição	Restituição de Valores	1. Em Andamento	08/07/2025 – Peça 182 - O Município apresentou a comprovação de ajuizamento da execução fiscal feito sob nº 0003730-16.2025.8.16.0086. O prazo anual para apresentar a certidão de inteiro teor é 10/abril, conforme art. 31 e anexo da Resolução 70/2019 – TCE/PR. JAM/225
10/04/2026	Certidão de Débito – 139/2025	INSTITUTO CONFIANCE, EVANI CORDEIRO JUSTUS, CLARICE LOURENCO THERIBA	316922,47	5.1 - 1 EXECUÇÃO FISCAL - INSTÂNCIA INICIAL - Autuação / Distribuição	Restituição de Valores	1. Em Andamento	08/07/2025 – Peça 183 - O Município apresentou a comprovação de ajuizamento da execução fiscal feito sob nº 0003730-16.2025.8.16.0086. O prazo anual para apresentar a certidão de inteiro teor é 10/abril, conforme art. 31 e anexo da Resolução 70/2019 – TCE/PR. JAM/225
10/04/2026	Certidão de Débito – 140/2025	INSTITUTO CONFIANCE, CLARICE LOURENCO THERIBA	428091,53	5.1 - 1 EXECUÇÃO FISCAL - INSTÂNCIA INICIAL - Autuação / Distribuição	Restituição de Valores	1. Em Andamento	08/07/2025 – Peça 184 - O Município apresentou a comprovação de ajuizamento da execução fiscal feito sob nº 0003740-98.2025.8.16.0086. O prazo anual para apresentar a certidão de inteiro teor é 10/abril, conforme art. 31 e anexo da Resolução 70/2019 – TCE/PR. JAM/225

Além disso, a Informação n.º 3950/25, também da Coordenadoria de Medidas Executórias, constante na peça 186 dos autos n.º 153509/15, apresenta o resultado da análise realizada pela unidade técnica, conforme quadro abaixo:
Dessa forma, encaminho os autos à Diretoria de Protocolo para que promova nova intimação do Município de Guaratuba, na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, comprove o cumprimento da pendência no processo n.º 153509/15, mediante a juntada das informações/documentos solicitadas, conforme consignado nas Informações n.º 3919/25 (peça 47) e n.º 3950/25 (peça 186 dos autos n.º 153509/15), ambas da Coordenadoria de Medidas Executórias, ou, justifique a impossibilidade de cumprimento.
Após apresentação de resposta pelo interessado, retornem os autos para deliberação.
Publique-se.
Curitiba, 11 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

PROCESSO N.º: 284541/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADOS: ADRIANA APARECIDA TAJES PIGATTO, ARY CARNEIRO JUNIOR, BACHIR ABBAS, FUNDO PARA CUSTEIO PREVIDENCIARIO DAS APOSENTADORIAS E PENSOES DOS FUNCIONARIOS DA ADMINISTRAO PUBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO DE UNIAO DA VITORIA, LUIZ CESAR DA MOTA, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
PROCURADORES: ANA CAROLINE SIBUT STERN, JEAN MARCOS BECKER
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO N.º: 786/25
Trata-se de Recurso de Revista interposto por Luiz Cesar da Mota (peças 121/125), por meio de advogados devidamente constituídos (peças 123), em face do Acórdão n.º 3192/24 da Segunda Câmara (peça 78) que, nos autos de Ato de Inativação n.º 518246/21, negou registro da inativação do Recorrente, no cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de pessoal do Município de União da Vitória, concedida pelo Decreto n.º 335/2021 (peça 10).
O Recorrente manifesta que o presente Recurso de Revista tem por finalidade impugnar a decisão que negou o registro da aposentadoria do servidor, sob o argumento de que o ato concessório não teria observado integralmente as formalidades legais, notadamente em virtude da suposta inércia do Município de União da Vitória no cumprimento das diligências determinadas por esta Corte de Contas.
Destaca que, conforme a Instrução n.º 2709/2024 da Coordenadoria de Gestão Municipal, foram identificadas as seguintes irregularidades (peça 74, fl. 14):
O ato de concessão não atendeu as formalidades legais.
Os dados informados no SIAP não são compatíveis com os documentos apresentados. Houve alteração do valor dos proventos, sem a correspondente retificação do ato concessório.
Entre a data de cálculo, 08/04/2021, e a data de publicação do ato de concessão do benefício, 14/07/2021, transcorreram mais de 60 dias, de modo que o servidor sofreu prejuízo em virtude da desatualização do valor calculado. Assim, o benefício deve ser recalculado, par que leve em conta como data de cálculo a data de publicação do ato inicial de concessão.
No entanto, alega que as irregularidades apontadas são de natureza meramente formal e documental, tendo sido devidamente sanadas por meio da publicação do Decreto n.º 182/2025, que retificou o Decreto n.º 335/2021, com a correção dos cálculos e regularização do ato concessório nos moldes exigidos por este Tribunal.
Ainda, salienta que: "a negativa de registro fundamentada exclusivamente em vícios formais, sobretudo quando já sanados, configura medida desproporcional e incompatível com os princípios da razoabilidade, segurança jurídica e da boa-fé administrativa, sobretudo quando ausente qualquer prejuízo ao erário ou indício de má-fé por parte do servidor." (peça 122, fl. 03).
Nesse sentido, argui que o próprio Tribunal de Contas já firmou entendimento em sentido análogo, reconhecendo que o servidor não deve ser prejudicado por omissões imputáveis à Administração[1]. Além disso, no que se refere ao erro de alimentação do SIAP, informa que a jurisprudência deste Tribunal tem reconhecido que eventuais falhas no preenchimento do sistema, quando não acompanhadas de pagamentos indevidos ou de vícios materiais no ato de concessão, não constituem motivo legítimo para a negativa de registro[2], tal entendimento foi adotado no Acórdão n.º 4461/17 - Segunda Câmara[3], no qual se consignou que "tão somente a falta de retificação do ato aposentatório junto ao SIAP pelo Instituto de Previdência não deve incorrer em prejuízo à servidora aposentada, haja vista que o Decreto se encontra revestido de legalidade" (peça 57, fl. 02 dos autos n.º 580008/15).
Reitera que, no caso em questão, os valores atualmente estão corretos e o ato concessório foi devidamente retificado por meio do Decreto n.º 182/2025, supostamente em conformidade com as exigências deste Tribunal. Assim, entende que o servidor não deve sofrer prejuízos decorrentes da inércia do Município e por erros no preenchimento dos sistemas, motivos pelo qual requer a reforma do Acórdão, a fim de que o ato de aposentadoria seja devidamente registrado.
Ademais, menciona o disposto no art. 19, parágrafo único, da Instrução Normativa n.º 98/2014 desta Corte[4], o qual autoriza expressamente a concessão do registro do ato, mesmo na presença de inconsistências de natureza formal, desde que tais falhas não impliquem em pagamentos irregulares.
Ao final, o Recorrente requer (peça 122, fls. 05/06):
Dessa forma, estando atualmente sanadas todas as inconsistências apontadas e não havendo qualquer irregularidade material no ato de concessão, é de rigor o reconhecimento da sua legalidade, com o consequente registro, afastando-se, por corolário, aplicação de efeitos negativos ao servidor.
[...]
a) O recebimento e o processamento do presente recurso, nos termos do Prejulgado nº 11 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);
b) A reforma do Acórdão recorrido, com a consequente reconsideração da decisão que negou o registro do ato de aposentadoria do servidor Luiz Cesar da Mota, determinando-se o seu devido registro, tendo em vista que os cálculos foram devidamente corrigidos e o ato concessório retificado por meio do Decreto Municipal nº 182/2025, atendendo integralmente às determinações desta Corte de Contas;
c) O reconhecimento da legalidade do ato de aposentadoria, em conformidade com a jurisprudência consolidada deste Tribunal e com o disposto no artigo 19, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 98/2014, que autoriza expressamente o registro de atos administrativos que, embora contenham falhas de natureza formal, não ocasionem pagamentos indevidos;
d) Subsidiariamente, na remota hipótese de não acolhimento do pedido de mérito, requer-se a conversão do julgamento em diligência, com a expedição de ofício ao Município de União da Vitória/PR, para que promova a juntada da documentação necessária à regularização formal do ato concessório, com posterior retorno dos autos para novo julgamento e eventual registro do ato.
Por meio do Despacho n.º 570/25 - GCAZ (peça 127), o Conselheiro Augustinho Zucchi exerceu o exame de admissibilidade e constatou que o Recorrente demonstrou estarem presentes os requisitos para o recebimento deste Recurso de Revista. Assim, determinou o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para nova autuação e distribuição, as quais foram respectivamente cumpridas às peças 129 e 130.
Distribuído o feito a este Relator, determinei através do Despacho n.º 505/25 - GCFSC (peça 132) o encaminhamento dos autos para instrução da Coordenadoria de Atos de Pessoal, Coordenadoria de Gestão Municipal e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas.
Entretanto, como medida processual adequada, após a interposição do recurso, serão intimados os demais sujeitos do processo para se manifestarem no prazo recursal, conforme dispõe o art. 483 do Regimento Interno. Vejamos:
Art. 483. Havendo partes com interesses opostos, a interposição de recurso por uma delas enseja a intimação da outra para a apresentação de contrarrazões, no mesmo prazo dado ao recurso.
Deste modo, como medida preliminar, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação da parte recorrida, de modo a oportunizar lhe o oferecimento de contrarrazões, bem como para que: (i) junte aos autos a retificação do ato concessório contendo o valor correto dos proventos; (ii) efetue o cálculo do benefício em período anterior a 60 (sessenta) dias da publicação do ato retificatório; e (iii) comprove a inserção das informações correspondentes no sistema SIAP - item 5.20 do Manual do SIAP, módulo Aposentadoria - ou se manifeste, justificando a impossibilidade do cumprimento, no prazo de 15 (quinze) dias, via comunicação eletrônica, contato telefônico ou e-mail com certificação nos autos.
Por fim, informo que a falta de encaminhamento poderá acarretar a aplicação de multa administrativa, prevista no art. 87, I, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas[5].
Após, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e ao Ministério Público de Contas para as suas respectivas manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 11 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Acórdão n.º 3779/18 - Segunda Câmara, Rel. Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro, Processo n.º: 543577/10.
2. Acórdão n.º 1167/19 – Primeira Câmara, Rel. Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, Processo n.º 1111690/14.
3. Acórdão n.º 4461/17 - Segunda Câmara, Rel. Conselheiro Artagão de Mattos Leão, Processo n.º 580008/15.
4. Art. 19. Ao apreciar os atos sujeitos a registro, o Tribunal:
Parágrafo único. Os atos que, a despeito de apresentarem algum tipo de inconsistência em sua versão submetida ao exame do Tribunal, não estiverem dando ensejo, no momento de sua apreciação de mérito, a pagamentos irregulares, poderão ser considerados legais, para fins de registro, com determinação ao órgão ou à entidade de origem para adoção das medidas cabíveis com vistas à regularização da falha formal constante do ato apreciado pelo Tribunal.
5. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:
I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.

PROCESSO N.º: 415334/18
ORIGEM: INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ
INTERESSADOS: ANDRÉ LUIZ LIEVORE, EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, GERALDO ALVES, INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ, IRAM DE REZENDE, JOSÉ LEOCI SANTIN, JOSE LUIZ BOVO, JOSÉ LUIZ SCROCCARO, MAURILIO GUERREIRO CAMPOS, MAURO RICARDO MACHADO COSTA, PEROLA MARIA DE LIMA SANTOS
PROCURADORES: DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA, LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, MARIA ISABEL MONTEIRO, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO N.º: 787/25
Considerando o contido na Instrução nº 406/25 – CMEX (peça 286), da Coordenadoria de Medidas Executórias e no Parecer nº 506/25 – 3PC (peça 288), com fulcro no art. 514 do Regimento Interno[1], autorizo a baixa da responsabilidade pecuniária do Sr. ANDRÉ LUIZ LIEVORE, exclusivamente em relação ao item II do Acórdão 1369/20 - STP (peça 117), mantido pelos Acórdãos: 922/21 - STP (peça 159), 2153/21 - STP (peça 169), 728/22 - STP (peça 186), e 2914/22 - STP (peça 196).
Posto isso, tendo em vista o seu integral cumprimento, com fulcro no art. 398, §4º, do Regimento Interno[2], determino o encerramento do processo e o encaminhamento do expediente à Diretoria de Protocolo para arquivamento do feito[3].
Publique-se.
Curitiba, 11 de julho de 2025.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
1. Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade.
2. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (...)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator.
3. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)

VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO N.º: 182692/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA
INTERESSADOS: LUIZ GUSTAVO MAIOR BONNO, OTÁVIO HENRIQUE GRENDENE BONO
PROCURADORES:
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO N.º: 790/25
Em face da Instrução n.º 509/25-CCONTAS (peça 12) da Coordenadoria de Contas, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda a intimação, via comunicação processual eletrônica, de OTÁVIO HENRIQUE GRENDENE BONO, chefe do Poder Executivo do Município de Nova Londrina, para que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, exclusivamente em relação à Avaliação da Atuação Governamental, nas áreas da Previdência e Saúde, conforme indicado na Tabela 46.
Assinalo o prazo regimental de 15 (quinze) dias para eventual manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Sem publicações

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO N°: 399837/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
INTERESSADO: MARCELO JOSE BERNARDELI PALHARES, MUNICÍPIO DE JACAREZINHO, SPLICE INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
PROCURADOR: ANDREA APARECIDA BARBI, CHRISSI CARLOS HAGEMEISTER, DANIELLE CAMARGO SANTOS, GUILHERME VIEIRA COSTA SANTOS, JOAO PEDRO PINTO DE CAMARGO, MARINA LIMA DO PRADO SCHARPF, SANDRA MARQUES BRITO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1136/25
I. Retornam conclusos os autos após a manifestação juntada pelo município às peças 11-12.
II. Da análise dos documentos apresentados pelo município, verifico que há outras exigências no Edital, para além das já representadas, que poderão restringir indevidamente a competitividade do certame.
O item 17 do termo de referência, que dispõe sobre a "descrição técnica dos equipamentos", detalha em 67 páginas (peça 12, fls. 36-103) como deverão ser fornecidos os equipamentos e como os serviços deverão ser prestados pela contratada, sem justificar a indispensabilidade das inúmeras disposições.
Ainda, os itens 1.3.2.2. e 1.3.2.3. do Edital, preveem, sem qualquer justificativa técnica e motivada, que "a empresa deverá comprovar que possui em seu quadro técnico" pelo menos um "técnico com certificação no Sistema de Inteligência Urbana" e um profissional de "nível superior com formação em redes de computadores".
Além das exigências possivelmente restritivas, observo que o prazo de execução contratual previsto no edital é de apenas 2 (dois) meses, vigência totalmente incomum para contratos de locação de equipamentos de videomonitoramento, contrariando, a priori, os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência preconizados pelo art. 5 da Lei n. 14.133/2021.
Neste ponto, frisa-se que o estudo técnico preliminar previa, inicialmente, a vigência de 12 (doze) meses do contrato e valor estimado de R$ 1.848.241,20, enquanto o edital fixou a vigência de 2 (dois) meses e valor de R$ 357.119,94, demonstrando a incompatibilidade e inconsistência do prazo em relação ao objeto contratual.
Por fim, há indícios de irregularidades na pesquisa de preços realizada, visto que teve como base contratações de locação de cada um dos equipamentos ou fornecimento dos serviços de monitoramento, individualmente, enquanto a presente contratação tem objeto significativamente mais amplo.
Neste contexto, necessário que o município justifique as descrições técnicas excessivas, a indispensabilidade dos profissionais especializados no quadro técnico das licitantes, bem como o prazo de vigência e o valor estimado para a contratação.
III. Sendo assim, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que promova, pelos meios de comunicação disponíveis[1], a intimação do MUNICÍPIO DE JACAREZINHO, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente as justificativas quanto as exigências técnicas, ao prazo de vigência e ao valor estimado para a contratação.
IV. Após, voltem-me conclusos.
V. Publique-se.
Gabinete, 10 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. *Telefone, e-mail, aplicativo de mensagens e etc.*

PROCESSO N°: 5114/25
ENTIDADE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INTERESSADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL, JORGE DAVID DERBLI PINTO, QUARK ENGENHARIA LTDA
PROCURADOR: ALCIDES PAVAN CORREA, DANIEL SIQUEIRA BORDA, JULIA ALICE GUARDIANO, MOACYR CORREA NETO
ASSUNTO: RECURSO DE AGRAVO
DESPACHO: 1176/25
I. Retornam os autos a este Gabinete para deliberação sobre a admissibilidade dos embargos declaratórios opostos pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO SUL DO PARANÁ (CONDER)[1], e pela empresa ILUMINA CONDER SPE S.A.[2], em face do Acórdão n. 1547/25-STP (peça 13).
Esta última, apresenta os embargos como terceira interessada, pois, conforme alega, em que pese seja a vencedora do certame em discussão e de concessionária do serviço público, não foi cientificada da representação ou do presente recurso de agravo, obtendo conhecimento do processo somente quando comunicada da necessidade de interrupção dos investimentos e obras já em execução.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Preliminarmente, com fundamento nos arts. 474[3] e 482[4] do Regimento Interno, por considerar procedentes os argumentos apresentados pela empresa ILUMINA CONDER SPE S.A., autorizo a inclusão desta no processo.
III. Quanto aos requisitos de admissibilidade, previstos no art. 477 do Regimento Interno, observo que as peças embargantes possuem adequação procedimental e foram apresentadas por partes dotadas de legitimidade e interesse, em razão do que recebo os Embargos de Declaração apresentados pelo Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Regional do Centro Sul do Paraná e pela empresa Ilumina Conder Spe S.A.
IV. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para (a) autuação dos embargos, (b) inclusão entre os interessados de Leandro Jasinski, Presidente do Consórcio, e (c) registro da procuração inserida na peça 30.
V. Após, retornem.
VI. Publique-se.
Gabinete, 11 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. *Petição intermediária n. 433130/25 (peças 17-27).*
2. *Petição intermediária n. 433326/25 (peças 28-44).*
3. *Art. 474. Estão legitimados a interpor recurso quem foi parte no processo, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, representado por seu Procurador-Geral, e o terceiro interessado ou prejudicado. (nosso destaque)*
4. *Art. 482. Cabe ao terceiro interessado, que ainda não seja parte, demonstrar, na peça recursal, em preliminar, o seu interesse em intervir no processo, devendo a questão ser avaliada no juízo de admissibilidade.*

PROCESSO N°: 22832/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ
INTERESSADO: FREONIZIO VALENTE, JOSE MARIM FERREIRA DE SOUZA, MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ, SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SANTA ISABEL DO IVAI
PROCURADOR: ÉBER PECINI MEI
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1179/25
I. Trata-se de denúncia em que esta Corte, por meio do Acórdão n. 1058/25-STP (peça 47), decidiu nos seguintes termos:
I - Julgar, acompanhando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, PROCEDENTE a presente denuncia, com determinação ao município de Santa Isabel do Ivaí para que cumpra o previsto nos arts. 10, 28 e 55 da Lei Municipal nº 06/2008, regulamentando os dispositivos legais e produzindo todos os atos para o seu cumprimento no prazo de 90 dias;
II – encaminhar, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para registro e acompanhamento da execução da decisão.
II. Após manifestação do gestor municipal, informando a edição de decreto regulamentador, tanto a Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (peça 55), como o Ministério Público de Contas (peça 56), entenderam pela necessidade de obtenção de novos esclarecimentos.
III. Assim, em atenção às sugestões apresentadas pela CAIS e pelo MPC, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, a fim de que promova a intimação do MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ, na pessoa de seu representante legal, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de eventual aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n. 113/2005:
a) Esclareça se deu cumprimento ao art. 10 da Lei Municipal nº 06/2008 por meio de outro ato regulamentador;
b) Manifeste-se sobre a forma de composição do art. 23 do Decreto nº 118/2025, considerando que a progressão funcional deve ocorrer para o posicionamento do servidor em um nível acima da carreira de seu cargo.
IV. Apresentada a resposta, sigam à CAIS para nova instrução.
V. Publique-se.
Gabinete, 14 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 565946/21
ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO: ALVARO MAURICIO DELGADO DIAZ, CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBA, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, SILVANA ROCHA FARIA JORGE
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 1180/25
I. Trata-se de processo instaurado em razão da identificação, pela 3ª Inspetoria de Controle Externo, da acumulação de cargos de médico pelo servidor estadual Álvaro Maurício Delgado Diaz, em que esta corte, pelo Acórdão n. 2716/23 (peça 44), decidiu nos seguintes termos:
I - Dar parcial provimento da Tomada de Contas Extraordinárias e determinar à SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA) que promova os atos necessários ao desligamento do servidor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob as penas da Lei Orgânica n. 113/2005 deste Tribunal.
II - Por fim, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para a adoção das providências cabíveis.
II. Em fase de execução da decisão, a 1ª Inspetoria de Controle Externo, mediante a Instrução n. 17/25 (peça 88), identificou que resta pendente de comprovação o cumprimento da determinação e, assim, sugere nova diligência à entidade estadual,

entendimento compartilhado pelo Ministério Público de Contas no Parecer n. 522/25-5PC (peça 90).
III. Dessa forma, em acolhimento à sugestão da unidade de controle externo, solicito a intimação da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, seja apresentado nestes autos o ato administrativo que comprove o cumprimento da determinação constante do Acórdão n. 2716/23-STP, sob pena de eventual aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n. 113/2005.
IV. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para atendimento.
V. Apresentada a resposta, sigam à 1ª ICE para nova instrução.
VI. Publique-se.
Gabinete, 11 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 676691/24
ORIGEM: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA-AMBIENTAL
INTERESSADO: ADRIANO PAZIN LEITE, CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA-AMBIENTAL, EFICIENCIA AMBIENTAL COLETA DE RESIDUOS LTDA, FABIANO MARCOS DA SILVA TRAVAIN, JOSE GABRIEL GONCALVES FACHIANO, TRANSRESIDUOS TRANPORTES DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1182/25
I. Por intermédio da petição intermediária n. 429655/25 (peças 81-82), o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL (CICA) comunica a abertura do Processo de Dispensa de Licitação Emergencial n. 05/2025 (Processo Administrativo n. 10/2025), em razão da suspensão da Concorrência n. 01/2024, nos termos do Acórdão n. 943/25 – STP (peça 59).
Afirma que o contrato de "coleta, transporte e destinação final adequado de chorume" finaliza em 01 de abril de 2026 e o contrato de "operação e gestão de resíduos sólidos" finaliza em 28 de agosto de 2025, motivo pelo qual justifica a contratação direta com fundamento na urgência.
II. Compulsando os autos, verifico que o CICA não juntou documentação que demonstre a iminência do vencimento dos contratos ou a publicação do edital de contratação direta.
III. Dessa forma, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que, com fundamento no art. 351 do Regimento Interno, promova, pelos meios de comunicação disponíveis[1], a intimação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL, na pessoa de seu representante legal, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente cópia integral do procedimento de dispensa de licitação n. 05/2025 (Processo Administrativo n. 10/2025), bem como dos contratos, atualmente vigentes, que tenham o mesmo objeto da Concorrência n. 01/2024.
IV. Apresentada resposta ou decorrido o prazo, voltem conclusos.
V. Publique-se.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. Telefone, e-mail, aplicativo de mensagens e etc.

PROCESSO Nº: 307215/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
INTERESSADO: CLEBER FONTANA, MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO: 1188/25
1. Na forma do art. 13 da Resolução n. 45/2014[1], autorizo o encerramento do processo e o envio do feito à Ouvidoria de Contas para anotação.
2. Após, promova-se o arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
3. Publique-se.
Gabinete, 14 de julho de 2025.
DANIELLE DE MELLO E SILVA[2]
Assessora Especial de Conselheiro / Mat. 52.478-6

_____
1. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
2. Instrução de Serviço n. 171/23.

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO Nº:-300268/24
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE ITAUNA DO SUL
INTERESSADO:-ANTONIO CARLOS DO AMARAL MARTINS, FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE ITAUNA DO SUL, GILSON JOSE DE GOIS, LIGIANE MACHADO DOS SANTOS, MARIA BETE DA SILVA MARTINS
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 54/25
Ato de Inativação. Pela Legalidade e Registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro Augustinho Zucchi, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE:
1. Julgar pela legalidade e registro o ato de concessão de aposentadoria integral, Decreto nº 020/2024, publicado no Diário oficial dos Municípios do Estado do Paraná, de 29/02/2024, deferido a Sra. Maria Bete Da Silva Martins, Professora, com 25 anos, 01 mês e 05 dias de exercício, com provento mensal e integral no valor mensal de R$ 6.407,55 (seis mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos) em conformidade com o disposto no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005 e art. 298, II, do Regimento Interno. Tendo em vista a Instrução 6751/25 da Coordenadoria de Análise de Atos de Pessoal - COAP (peça 24) e do Ministério Público de Contas 461/25 (peça 27), ambos favoráveis à legalidade e registro do ato;
2. Determinar as seguintes medidas:
a) Publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aguardar o prazo para trânsito em julgado;
b) Após, à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento.
É a decisão.
Gabinete, em 14 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO Nº:-114991/23
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ALCINEU GRUBER, DEJANE APARECIDA MORAES WALDOW, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 55/25
Ato de Inativação. Pela Legalidade e Registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro Augustinho Zucchi, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE:
1. Julgar pela legalidade e registro o ato de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, Decreto nº 17228/2022, publicado no Órgão Oficial do Município de Cascavel, de 28/12/2022, deferido a Sra. Dejane Aparecida Moraes Waldow, Professora, com 25 anos, 06 meses e 27 dias de exercício, no valor mensal de R$ 2.854,39 (dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) em conformidade com o disposto no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005 e art. 298, II, do Regimento Interno. Tendo em vista a Instrução 5593/25 da Coordenadoria de Análise de Atos de Pessoal - COAP (peça 15) e do Ministério Público de Contas 542/25 (peça 19), ambos favoráveis à legalidade e registro do ato;
2. Determinar as seguintes medidas:
a) Publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aguardar o prazo para trânsito em julgado;
b) Após, à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento.
É a decisão.
Gabinete, em 14 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

PROCESSO N º:-193945/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA
INTERESSADO:-ANTONIO CARLOS TAMAIS
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-869/25
DESPACHO
Tratam estes autos de Prestação de Contas do Município de Guaraniaçu, de responsabilidade do senhor Antônio Carlos Tamais, referentes ao exercício financeiro de 2024, de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 215 a 217 do Regimento Interno e na Instrução Normativa n.º 172, de 11 de julho de 2022, com as alterações trazidas pela Instrução Normativa n.º 185, de 10 de abril de 2024.
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), em primeira análise, efetuada por meio da Instrução n.º 310/25[1], opinou pela irregularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do artigo 25, III, da Instrução Normativa n.º 172, quanto à Avaliação da Atuação Governamental observou a incidência do Vetor 1 nas áreas da Transparência e Relacionamento e Administração Financeira, o que pode ensejar a irregularidade e/ou a aposição de ressalvas às contas e submeteu à apreciação do Relator a possibilidade de concessão de contraditório para oportunizar a manifestação do gestor.
Diante do exposto, com fulcro no art. 26, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa 172/22, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP), para intimação do Sr. Antônio Carlos Tamais, CPF 360.754.509-04, Prefeito Municipal do Município de Santa Amélia, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico e com certificação nos autos de sua realização, para apresentar manifestação quanto ao item que deu base ao opinativo desfavorável à regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais, conforme indicado no Quadro 7 e sobre a Avaliação da Atuação Governamental nas áreas da Transparência e Relacionamento e Administração Financeira, conforme indicado na tabela 42, em especial, quanto aos itens listados na tabela 43, constantes na Instrução nº 310/25, da Coordenadoria de Contas (CCONTAS), observando o prazo regimental de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno.
Decorrido o prazo, à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para nova análise.
Gabinete, em 14 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. Peça nº 07.

PROCESSO N º:-421174/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE UMUARAMA
INTERESSADO:-AREA AZUL CENTRAL PARK LTDA, MUNICÍPIO DE UMUARAMA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-BEATRIZ DUARTE BUBULLA
DESPACHO:-870/25
DESPACHO
Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada nos termos do artigo 170, § 4º, da Nova Lei de Licitações[1] pela empresa ÁREA AZUL DIGITAL LTDA., em face do MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR, dando conta de possíveis irregularidades no procedimento licitatório de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025 – PMU PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2025/05/628, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mobilidade urbana, referentes à informatização do sistema de estacionamento rotativo pago, nas vias e logradouros públicos do Município de Umuarama, Estado do Paraná, contemplando o fornecimento, mediante o regime de locação, de toda a infraestrutura de equipamentos (hardware), programas e licenças (software), bem como

disponibilização de aplicativo mobile (smartphone) de interação e acesso Web (portal) sem limite de usuários, suporte técnico e demais atividades de manutenção, implantação, treinamento e comercialização de créditos eletrônicos, necessários para a execução dos serviços e das suas perfeitas funcionalidades, de acordo com as condições, especificações e quantidades estabelecidas no Edital e aquelas que compõem seus anexos, por solicitação da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana - SESTRAM", com valor máximo de contratação de R$1.484.400,00, critério de seleção de menor preço global e sessão realizada no dia 17/05/2025.
Aduz a representante que teria se sagrado vencedora do certame e convocada para realização da prova de conceito. Afirma que apresentou pedido de prorrogação de prazo, do dia 07/07/2025 para o dia 14/07/2025, que teria sido indeferido de modo arbitrário, com o fundamento de que a empresa teria apresentado justificativa genérica e ausência de comprovação robusta das afirmações. Defende que a negativa de prorrogação de prazo foi irregular, uma vez que não havia exigência de comprovação de condições robustas no edital, que permitia a prorrogação de prazo para a prova de conceito mediante justificativa técnica ou logística, o que teria sido apresentado, em razão de necessidade de adequações nas soluções exigidas.
Além disso, alegou que o equipamento previsto no edital teria elevado grau de especificidade técnica, de modo que apenas o equipamento produzido pela empresa LAPAZA atenderia às exigências, o que configuraria potencial direcionamento do objeto da licitação.
Requereu, em sede liminar, a suspensão do certame, e, no mérito, a anulação dos atos processuais viciados do processo licitatório, com desclassificação das empresas que não atendem aos requisitos do instrumento convocatório.
A representação está instruída com o edital do certame e seus anexos, classificação do certame, pedido de prorrogação da prova de conceito e respectiva, peças do processo licitatório e procuração.
Antes da análise inicial, o Município de Umuarama apresentou manifestação no qual defendeu a legalidade da negativa de prorrogação de prazo para a prova de conceito e informou a existência do Mandado de Segurança nº 0008599-96.2025.8.16.0173, no qual foi indeferida a liminar requerida com os mesmos fundamentos apresentados na representação.
É o suscinto relatório.
Primeiramente, considerando que o Município não se manifestou acerca da alegação de que apenas o equipamento produzido pela empresa LAPAZA atenderia às exigências do edital, previamente à análise do pedido cautelar e do juízo de admissibilidade, entendo que deve ser oportunizada a manifestação prévia a municipalidade, para que preste esclarecimentos sobre o objeto da representação, bem como para que junte aos autos a documentação complementar que entender pertinente, nos termos do art. 404[2] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
À vista disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, por comunicação eletrônica e/ou e-mail, com ciência imediata por contato telefônico e certificação nos atos, o MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos desta Representação da Lei de Licitações e junte documentação complementar que entender pertinente.
Após, regressem.
Publique-se.
Gabinete, em 14 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.
(…)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
__2__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-282409/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
INTERESSADO:-CLAIR JULIANE LEVANDOSKI SEVERO, GELSON MAFFI, INDUSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA - EPP, MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-871/25
Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada nos termos do artigo 170, § 4º, da Nova Lei de Licitações[1] pela empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO MUT PNEUS LTDA EPP, em face do MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA/PR, dando conta de possíveis irregularidades no procedimento licitatório de Pregão Eletrônico n° 19/2025, cujo objeto é a "REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONSERTO A QUENTE DE PNEUS A SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL", com valor máximo de contratação de R$ 700.778,70.
Citados, o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA e a Sra. CLAIR JULIANE LEVANDOSKI SEVERO apresentaram suas razões de contraditório[2].
Dessa forma, considerando a apresentação de contraditório, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) para instrução e, após, ao Ministério Público de Contas (MPC), para parecer.
Gabinete, em 14 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.
(…)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
__2__. Peças nº 25, 27 e 29.

PROCESSO N º:-483214/23
ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
INTERESSADO:-CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, COORDENADORIA DE AUDITORIAS, CRISTIANO REIS VALDEIRA, ESTADO DO PARANÁ, FABIO DAL LAGO, FERNADES DOS SANTOS, GLAUCO OSCAR FERRARO PIRES, GUSTAVO MALAFAIA DO CARMO, LUIZ FERNANDES DE MORAES JUNIOR, MARCOS VINICIUS FONSECA, NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, RECEITA ESTADUAL DO PARANA, RENE DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR, ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON, SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-ADEMIR COELHO ARAUJO, ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA, ALISSON TONY RODRIGUES DOS SANTOS, ANDRE DE SA BRAGA, CAIO CAPUTO BASTOS PASCHOAL, CAROLINE CAICHIOLO DE MELO, CECILIA CHITARRELLI CABRAL DE ARAUJO, EDUARDO DORIA NEHME, EDUARDO PISANI CIDADE, ERICK GONCALVES AFONSO MAUES, FELIPE ALVARENGA NEVES, FERNANDA PERES TOSCANO DANTAS, FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO, GABRIEL CERVANTES GHISELLI, GUILHERME TELES SILVEIRA, GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS, HENRIQUE PORTO DE CASTRO, ISABELLA FLUGEL PASCHOAL MALVAR, JOAO BERCHMANS CORREIA SERRA, JOHANN MARAVIESKI MUNIZ CHIRITT, JOSE EXPEDITO BRAGA LIMA JUNIOR, LUIZ CARLOS DE MOURA ADAMI, LUIZA COELHO CARVALHO, MARIA GABRIELA LOPES DE MACEDO, MARIANA FERREIRA VOGADO, MATHEUS DE ROSSI ALVES, PAULA LIMA HYPPOLITO DOS SANTOS OLIVEIRA, PRISCILA RIBEIRO CARNEIRO, RAFAELA ABRAHAM FERREIRA LIMA, RAMIRO FREITAS DE ALENCAR BARROSO, RODRIGO OLIMPIO BOTELHO ROCHA, THALITA FERREIRA SILVA AVELAR, TIAGO SEVERO PEREIRA GOMES, VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS, VANESSA REIS SAMPAIO DE AQUINO, YASMIN GONCALVES SANTOS KOSMINSKY
DESPACHO:-872/25
DESPACHO
Trata-se de Tomada de Contas Extraordinária proposta pela Coordenadoria de Auditorias – CAUD desta Corte, após conclusão de trabalho de auditoria iniciado a partir da Diretriz nº 14 do Plano Anual de Fiscalização 2022, tendo como objeto "Programas Cofinanciados", contemplada na área temática de "Controles Internos", realizado no Pregão Eletrônico nº 11/2019 e na execução do Contrato nº 019/2019, celebrado entre a Receita Estadual do Paraná (REPR) e a empresa TRDT Brasil Tecnologia Ltda, no âmbito do Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO II), que tem valor atualizado de R$ 70.246.673,61.
Retornam os autos em razão da juntada de petição pela Secretaria de Estado da Fazenda[1] com informação da conclusão dos procedimentos administrativos instaurados a partir dos achados de auditoria, protocolos n° 21.227.302-3 e nº 22.601.844-1, acompanhados de suas íntegras, com conclusão pelo arquivamento de ambas.
Considerando as evidências produzidas nos procedimentos e seu potencial impacto no julgamento da Tomada de Contas Extraordinária, entendo essencial a manifestação da unidade técnica e do Ministério Público sobre os procedimentos realizados.
Assim, considerando as alterações nas competências das unidades técnicas promovidas pela Resolução n° 131/2025 encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Auditorias – CAUD para instrução[2].
Após, retornem.
Gabinete, em 14 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. Peça nº 153.
__2__. Art. 175-I. Compete à Coordenadoria de Auditorias: (Incluído pela Resolução n° 64/2018)
(...)
XII – instruir processos decorrentes dos encaminhamentos provenientes das ações de fiscalização de sua competência. (Incluído pela Resolução n° 131/2025)

PROCESSO N º:-117580/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE MAMBORÊ
INTERESSADO:-RICARDO RADOMSKI, SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-873/25
Trata-se da Prestação de Contas Anual apresentada pelo Prefeito Municipal do Município de Mamborê, referente ao exercício financeiro de 2024, emitida nos parâmetros definidos pela Instrução Normativa 172/2022[1] com as alterações trazidas pela Instrução Normativa 185/2024[2].
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), realizou o exame das contas[3] e opinou pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do artigo 25, I, da Instrução Normativa 172/2022, quanto à Avaliação da Atuação Governamental não houve a incidência dos vetores referenciais estabelecidos no Anexo II da citada instrução normativa.
Diante do exposto, não havendo a necessidade de concessão de contraditório, com fulcro no artigo 27 da Instrução Normativa 172/2022, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Gabinete, em 14 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. Dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.
__2__. Altera a Instrução Normativa nº 172/2022, que dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.
__3__. Instrução – 348/25 – CCONTAS – Peça 08.

PROCESSO N º:-189166/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO
INTERESSADO:-WILSON AKIO ABE
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-874/25

DESPACHO

Tratam estes autos de Prestação de Contas do Município de Quarto Centenário, referentes ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Sr. WILSON AKIO ABE, de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 215 a 217 do Regimento Interno e na Instrução Normativa n.º 172, de 11 de julho de 2022[1].

A Coordenadoria de Contas, em primeira análise, efetuada por meio da Instrução n.º 354/25 – CCONTAS[2], opinou pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do art. 25, I, da Instrução Normativa n.º 172/2022, e submeteu à apreciação do Relator a possibilidade de concessão de contraditório para oportunizar a manifestação do gestor quanto à Avaliação da Atuação Governamental na área da Educação.

Diante do exposto, com fulcro no art. 26, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa 172/2022, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP), para intimação do Sr. WILSON AKIO ABE, CPF 539.996.659-04, na qualidade de Prefeito Municipal do Município de Quarto Centenário e gestor responsável pelas presentes contas, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico e com certificação nos autos de sua realização, para apresentar manifestação quanto à Avaliação da Atuação Governamental, na área da Educação, conforme indicado na tabela 42, em especial, quanto aos itens listados na tabela 43, constantes na Instrução nº 354/25, da Coordenadoria de Contas, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno.

Decorrido o prazo, à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para nova análise.

Gabinete, em 14 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

__1__. Dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.
__2__. Peça nº 08.

PROCESSO N º:-183826/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA
INTERESSADO:-CLAUDEMIR VALERIO
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-875/25

DESPACHO

Trata-se da Prestação de Contas Anual apresentada pelo Prefeito Municipal do Município de Nova Santa Bárbara, referente ao exercício financeiro de 2024, emitida nos parâmetros definidos pela Instrução Normativa 172/2022[1], com as alterações trazidas pela Instrução Normativa 185/2024[2].

A Coordenadoria de Contas (CCONTAS) realizou o exame das contas[3] e opinou pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do artigo 25, I, da Instrução Normativa 172/2022.

Diante do exposto, não havendo a necessidade de concessão de contraditório, com fulcro no artigo 27[4] da citada instrução normativa, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação.

Gabinete, em 14 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

__1__. Dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.
__2__. Altera a Instrução Normativa nº 172/2022, que dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.
__3__. Instrução – 351/25 – CCONTAS – Peça 12.
__4__. Art. 27. Encerrada a fase de instrução processual, os autos serão encaminhados pelo Relator ao Ministério Público de Contas para manifestação.

PROCESSO N º:-431366/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
INTERESSADO:-DAVANTI ENGENHARIA LTDA, MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-CAMILA LUNARDI STEINER, MARCELO BEAL CORDOVA
DESPACHO:-876/25

Tratam os autos de Representação da Lei de Licitações, nos termos do art. 170, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, formulada pela empresa DAVANTI ENGENHARIA LTDA contra o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO/PR, por meio da qual relata possíveis irregularidades na interpretação e execução da Ata de Registro de Preços nº 343/2024[1], oriunda do Pregão Eletrônico n.º 091/2024, cujo objeto se consubstancia na "Elaboração de projetos de engenharia para pavimentação de vias públicas", conforme especificações previstas no Edital e Termo de Referência[2].

A empresa Representante informa ter sido contratada para elaboração de projetos executivos de engenharia com levantamento topográfico para pavimentação de diversas vias públicas do município, incluindo projetos de calçadas e rampas de acessibilidade, com quantitativo estimado de 200.000,00 m².

Relata que executou projetos para diversas ruas, totalizando 123.605,81 m² considerando tanto pista quanto calçada. Entretanto, ao apresentar a primeira medição dos serviços, foi informada pelo setor de planejamento que as extensões de calçada deveriam ser excluídas da medição, permanecendo apenas as extensões de pista (101.151,74 m²), resultando em alegado prejuízo de R$ 22.454,07 referente à área de calçadas não remunerada. Tal medida seria justificada pela menção do Termo de Referência de que a área pavimentada aproximada seria "entre espelhos de meio-fio".

Contudo, a Representante sustenta que as especificações do Termo de Referência claramente incluem a "Elaboração do projeto de calçadas, incluindo demolição e nivelamento, locação de obstáculos e rampas de acessibilidade (incluso projeto de urbanização, arborização, equipamentos urbanos)". Adicionalmente, afirma que a planilha orçamentária foi elaborada para contemplar projetos de "pavimentação asfáltica, microdrenagem, calçada e sinalização viária em ruas neste município".

A Representante ressalta que o Edital e o Termo de Referência não contêm nenhuma especificação no sentido de que os projetos ou extensões relativas às calçadas das vias não seriam remunerados. Pelo contrário, o Termo de Referência estabelece que "Considerando que o quantitativo é estimado, o Município pagará o serviço contratado por metro quadrado de Projeto elaborado das respectivas vias públicas".

A empresa argumenta que a menção "entre espelhos de meio fio" no Termo de Referência é um equívoco, pois os serviços exigidos não se restringem apenas à pista das vias, mas também às calçadas. Considera que determinar a execução de serviços sem a correspondente remuneração configuraria manifesta ilegalidade e enriquecimento ilícito por parte da Administração.

O Município de Rio Negro, por sua vez, apresentou parecer jurídico[3] sustentando que o pagamento deve ser calculado exclusivamente pela extensão "entre espelhos de meio-fio", conforme disposto no Termo de Referência, argumentando que embora o projeto executivo deva contemplar todos os itens descritos nas especificações técnicas, incluindo calçadas, sua metragem não deve ser incluída para fins de pagamento.

Em nova petição juntada aos autos[4], a Representante informa, ainda, que o Município lançou o Edital de Pregão Eletrônico n.º 039/2025, com o mesmo objeto de registro de preços para projetos de engenharia, porém sem a suposta vedação à medição do m² de calçadas. Com isso, reitera a inadequação da interpretação imposta pela Prefeitura e requer, em caráter de medida cautelar, seja determinada a escorreita medição dos serviços, por m² de projeto, sem a exclusão das calçadas.

É a breve síntese fática.

Preliminarmente, destaco que as impropriedades explicitadas podem ser passíveis de justificativas, o que autoriza a concessão de oportunidade à Representada para que, previamente à análise do juízo de admissibilidade e do pleito cautelar, aporte, caso queira, os elementos que entender pertinentes, para fins de formação de um adequado juízo de admissibilidade do feito.

Tal providência se dá nos termos do art. 404[5], caput, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, sendo imprescindível que cada uma das supostas irregularidades apontadas seja devidamente enfrentada. Para tanto, o Município deverá apresentar as devidas justificativas técnicas e jurídicas aptas a demonstrar a legalidade do procedimento adotado, especificamente para que esclareça:

a) A metodologia de cômputo da área para pagamento, detalhando como a interpretação de "entre espelhos de meio-fio" se coaduna ou diverge do escopo técnico abrangente que inclui a elaboração de projetos de calçadas e rampas de acessibilidade;

b) A fundamentação técnica e jurídica para a decisão de excluir as extensões de calçada da medição para pagamento, apesar de sua exigência no projeto executivo, e, em consequência, justificar a eventual situação de enriquecimento ilícito da administração, uma vez que o serviço de projeto de calçadas, previsto em edital, foi prestado e não foi devidamente remunerado;

c) Como a inclusão das calçadas na planilha orçamentária para o "objetivo de receber propostas para a elaboração de projetos para pavimentação asfáltica, microdrenagem, calçada e sinalização viária" se alinha com a não remuneração de um item expressamente previsto na estrutura de custos da licitação;

d) Se o Edital e a Ata de Registro de Preços contêm alguma especificação clara que preveja a não remuneração dos projetos ou extensões relativas às calçadas das vias e, caso contrário, explicar a origem e a validade da interpretação aplicada à primeira medição;

e) Esclarecimentos sobre a mudança de critérios, considerando que o Edital de Pregão Eletrônico n.º 039/2025, de mesmo objeto, foi supostamente foi lançado sem a vedação à medição do m² de calçadas, destacando a justificativa para tal alteração em relação ao certame ora em análise (PE n.º 091/2024).

Nestes termos, sigam os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, na forma do art. 405 do Regimento Interno, o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente manifestação prévia quanto aos fatos apontados nesta Representação da Lei de Licitações, nos termos acima.

Após, retornem os autos a este gabinete para deliberação.

Publique-se.

Gabinete, em 14 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

__1__. Peça n.º 06.
__2__. Peças n.º 04/05.
__3__. Peça n.º 08.
__4__. Peças n.º 17 e 18.
__5__. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-298291/25
ORIGEM:-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAMBÉ
INTERESSADO:-CLAUDINEY GLOOR, COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAMBÉ, DEVAIR APARECIDO CHUDIS, EDUARDO FERNANDO LACHIMIA, EDUARDO ROBERTO PAVINATO, FAUSTO YOSHINORI ANAMI, JOAO DALMACIO PAVINATO, JOSÉ ROBERTO DE MATOS AMARAL, JOSE TARCISIO PORPIGLIO, MARIA APARECIDA ANDRE PASCUETO, MARIA ELIANE SEREZUELLA, MÁRIO VANDER MARTINS ROBERTO, MUNICÍPIO DE CAMBÉ, SIMONE TITO FREITAS POMINI, VALDIR DOS SANTOS, WALDEMIR ALVES
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-GRACIANE DOS SANTOS LEAL, HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI, LEANDRO SOUZA ROSA, MARCELA BATISTA FERNANDES, RENE EMANUEL BORTOTTO SPINASSI
DESPACHO:-881/25

DESPACHO

A Coordenadoria de Obras Públicas (COP) por meio da Instrução 60/25 (peça 561), detectou que após autuado e distribuído o recurso de revisão (Termo de Distribuição nº 3127/25, peça 542) e determinada a instrução processual (Despacho 566/25 – GCAZ, peça 544), João Dalmácio Pavinato apresentou, em 29/05/2025, Recurso de

Revisão (peças 546/548).
Diante deste ato processual, cabe regimentalmente ao Relator originário, Excelentíssimo Conselheiro Maurício Requião, decidir sobre o acolhimento ou não do referido recurso, nos termos do art. 487 do Regimento Interno deste Tribunal.
Encaminhem-se os autos para o Gabinete do Excelentíssimo Conselheiro Maurício Requião (GCMRMS).
Gabinete, em 14 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-158864/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL
INTERESSADO:-MARCOS CESAR SUGIGAN
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-883/25
DESPACHO
Tratam estes autos de Prestação de Contas do Município de Cruzeiro do Sul, de responsabilidade do senhor Marcos Cesar Sugigan, referentes ao exercício financeiro de 2024, de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 215 a 217 do Regimento Interno e na Instrução Normativa n.º 172, de 11 de julho de 2022, com as alterações trazidas pela Instrução Normativa n.º 185, de 10 de abril de 2024.
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), em primeira análise, efetuada por meio da Instrução n.º 570/25[1], opinou pela irregularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do artigo 25, III, da Instrução Normativa n.º 172, quanto à Avaliação da Atuação Governamental observou a incidência do Vetor 1 na área da Assistência Social, o que pode ensejar a irregularidade e/ou a aposição de ressalvas às contas e submeteu à apreciação do Relator a possibilidade de concessão de contraditório para oportunizar a manifestação do gestor.
Diante do exposto, com fulcro no art. 26, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa 172/22, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP), para intimação do Sr. Marcos Cesar Sugigan, CPF 703.100.419-53, Prefeito Municipal do Município de Cruzeiro do Sul, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico e com certificação nos autos de sua realização, para apresentar manifestação quanto ao item que deu base ao opinativo desfavorável à regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais, conforme indicado no Quadro 7 e sobre a Avaliação da Atuação Governamental na área da Assistência Social, conforme indicado na tabela 46, em especial, quanto aos itens listados na tabela 47, constantes na Instrução nº 570/25, da Coordenadoria de Contas, observando o prazo regimental de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno.
Decorrido o prazo, à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para nova análise.
Gabinete, em 15 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. Peça nº 14.

PROCESSO N º:-119214/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO
INTERESSADO:-ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI, CARLOS NOWAK
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-884/25
DESPACHO
Trata-se da Prestação de Contas Anual apresentada pelo Prefeito Municipal do Município de Cruz Machado, referente ao exercício financeiro de 2024, emitida nos parâmetros definidos pela Instrução Normativa 172/2022[1] com as alterações trazidas pela Instrução Normativa 185/2024[2].
A Coordenadoria de Contas (CCONTAS), realizou o exame das contas[3] e opinou pela regularidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2024, nos termos do artigo 25, I, da Instrução Normativa 172/2022, quanto à Avaliação da Atuação Governamental não houve a incidência dos vetores referenciais estabelecidos no Anexo II da citada instrução normativa.
Diante do exposto, não havendo a necessidade de concessão de contraditório, com fulcro no artigo 27 da Instrução Normativa 172/2022, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Gabinete, em 15 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. Dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.
__2__. Altera a Instrução Normativa nº 172/2022, que dispõe sobre a forma e a composição da Prestação de Contas de Prefeitos Municipais, nos termos do art. 216, § 2º, do Regimento Interno.
__3__. Instrução – 342/25 – CCONTAS – Peça 07.

PROCESSO N º:-296264/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE TOLEDO
INTERESSADO:-ANTONIA APARECIDA MARTINS DE LIMA ANDRADE, CAROLINE RECALCATTI, LEANDRO MARCELO LUDVIG, LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT, MARCOS ANDRE PORTELA DE ANDRADE, MARIO CESAR COSTENARO, MARLENE DA SILVA, MARTA FATH, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE TOLEDO, RONI ALVARENGA DE MELLO PADILHA, VANESSA FABIANA DA SILVA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-885/25
DESPACHO
Antes de deliberar sobre os embargos de declaração propostos mediante Petições Intermediárias nº 437550/25 (Peça nº 28) e 437585/25 (Peça nº 31), julgo necessário, com fulcro no inciso I do art. 32 do Regimento Interno, converter o feito em diligência no intuito de obter os seguintes documentos: cópia dos atos de nomeação e exoneração do(s) Secretário(s) Municipal(is) de Recursos Humanos que viabilizem identificação do(s) agente(s) público(s) que ocupou(aram) o cargo entre o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2024.
Assim, remeta-se o feito à Diretoria de Protocolo (DP) para que se providencie a INTIMAÇÃO, por meio eletrônico[1], do MUNICÍPIO DE TOLEDO, na pessoa do seu representante legal, Prefeito, Sr. Mario Cesar Costenaro, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, contados nos termos regimentais, atenda as seguinte DILIGÊNCIA: apresente cópia dos atos de nomeação e exoneração do(s) Secretário(s) Municipal(is) de Recursos Humanos que viabilizem identificação do(s) agente(s) público(s) que ocupou(aram) o cargo entre o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2024.
Gabinete, em 15 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
__1__. Art. 380-B. As comunicações processuais para a realização de diligências serão realizadas na modalidade intimação, com a observância, no que couber, das regras contidas no art. 380-A.
Art. 381. As citações e intimações serão realizadas por uma das seguintes modalidades, conforme o caso:
[...]
III - por meio eletrônico;
[...]
§ 1º As citações e intimações consideram-se perfeitas:
[...]
c) por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos esteja acessível ao citando ou intimando, no dia e hora registrados no sistema;

PROCESSO N º:-238477/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE URAÍ
INTERESSADO:-CARLOS ROBERTO TAMURA, CRISTINA SHIMAZAKI, MUNICÍPIO DE URAÍ
ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-886/25
DESPACHO
Prossigam os autos à Coordenadoria de Contas (CCONTAS), nos termos do art. 175-I, XII, em seguida, à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS), nos termos do art. 175-S, III, do Regimento Interno deste Tribunal e após ao Ministério Público de Contas, nos termos do Despacho 564/27 – GCAZ (peça 17).
Gabinete, em 15 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-259094/23
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO:-ANGELA LUZIA BORGES DE MEIRA, DÁVILA DE ARAÚJO E ARAGÃO, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, JORGE LUIZ PEGORARO, LETICIA BEATRIZ MOURA DE OLIVEIRA BENITEZ, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, ROSANI BORBA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-EDSON LUIZ PAGNUSSAT, SANDRA FAGUNDES
DESPACHO:-887/25
BAIXA DE RESPONSABILIDADE
Tendo em vista as Instruções nº. 468/25 (peça n° 146) da Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX), autorizo a Baixa de Responsabilidade da SRA. ANGELA LUZIA BORGES DE MEIRA, CPF n° 005.912.079-74, exclusivamente em relação ao item "I.a" do Acórdão n° 1397/24 – STP (peça n° 91), mantido pelo Acórdão nº 425/25 – STP (peça n° 112).
Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) para emissão da Certidão de Quitação de Débito, nos termos do art. 175-L, XIII, do Regimento Interno.
É a decisão.
Gabinete, em 15 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-434373/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE CURITIBA, PRODUSERV SERVICOS LTDA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-RODRIGO VIEIRA ROCHA
DESPACHO:-888/25
DESPACHO
Os presentes autos foram autuados como Representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, em razão da petição protocolada pela empresa PRODUSERV SERVIÇOS EIRELI, registro no CNPJ sob nº 17.832.629-0001-09, por intermédio de seu advogado, Dr. Rodrigo Vieira Rocha, OAB/PR sob nº 98.835, na qual é apontada suposta irregularidade no Edital de Pregão Eletrônico sob nº 104/2024.
Constam, da cópia do edital juntada à peça 06, as seguintes informações relevantes:
(i) Data e hora da sessão de licitação: 12/03/2025.
(ii) Modalidade: Pregão Eletrônico;
(iii) Objeto: "Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais de limpeza nas unidades de saúde da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, pelo período de até 12(doze) meses.";
(iv) Valor máximo: R$ 30.699.572,16 (trinta milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos).
Alega a Representante que "A ilegalidade refere-se, especificamente, à aceitação de proposta manifestamente inexequível por parte da empresa vencedora, DEUSEG LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, que deixou de observar a necessidade de alocação de dois profissionais para os postos de trabalho submetidos à jornada de 12x36 horas, como expressamente previsto no Termo de Referência. A planilha apresentada pela empresa prevê apenas um funcionário por posto, sem contemplar

o regime de revezamento exigido para a prestação contínua do serviço, o que compromete de forma incontornável a viabilidade do contrato e infringe diretamente o edital.".
Por esse motivo, e entendendo estarem presentes os requisitos para concessão da medida cautelar, requereu, a parte, a imediata suspensão do certame.
Diante disso, antes de decidir sobre a admissibilidade da representação, entendo prudente determinar a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), a fim de, nos termos do art. 351 do Regimento Interno, realizar a intimação do Município de Curitiba, na pessoa de seu Representante Legal, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente manifestação quanto a suposta irregularidade trazida pela Representante.
Publique-se.
Gabinete, em 15 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

PROCESSO N.°:-175173/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PARANAPOEMA
RESPONSÁVEL:-ADELMO SOARES
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: -326/25
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda, por meio eletrônico, à intimação do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PARANAPOEMA, na pessoa de sua atual representante legal, a fim de que, no prazo de 15 dias, manifeste-se a respeito da determinação sugerida pelo Ministério Público de Contas[1] (peça 7).
Curitiba, 15 de julho de 2025.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[2]

_____
1. "Inicialmente, este representante do Parquet considera como frágil a nova sistemática implementada pelo TCE-PR aos processos de prestação de contas anuais, na medida em que a exigência do encaminhamento da mera declaração de ciência do teor do relatório anual de controle interno, assinada pelo gestor das contas, inviabiliza a comprovação efetiva do respectivo controle. Não se pode desconsiderar que este é o modelo que a Corte de Contas paranaense avalia como o mais adequado à sua atuação para fins de controle externo das entidades municipais do Estado do Paraná, incluindo o Poder Legislativo e a Administração Indireta Municipal, motivo pelo qual não se opõe à aprovação das contas ora examinadas.
Contudo, requer-se a expedição de determinação para que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Paranapoema publique, no seu Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno ao final de cada exercício financeiro".
2. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.°:-554451/20
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL
RESPONSÁVEIS:-ALCINEU GRUBER, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO
INTERESSADA:-SILMARA APARECIDA MIOTO
RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: -327/25
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda à retificação da autuação, a fim de que conste o nome correto da interessada – SILMARA APARECIDA MIOTO[1] (sem o DE SOUZA).
Curitiba, 15 de julho de 2025.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[2]

_____
1. Conforme dados disponibilizados pela Receita Federal em: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>. Acesso em: 15 julho 2025.
2. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

Sem publicações

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

PROCESSO N.º:-179403/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JATAIZINHO
INTERESSADO:-WANDERLEY MORENO BAPTISTA
DESPACHO N.º:-120/25
Diante do contido na Instrução n.º 403/25 (peça 8), da Coordenadoria de Contas, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JATAIZINHO e de seu gestor, conforme preconiza o art. 355, §2º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, a fim de que possam exercer, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 389, do referido Regimento, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Publique-se.
Curitiba, 15 de julho de 2025.
MELISSA TRENTO LEÃO[1]
Auditora de Controle Externo – matrícula nº 51.282-6

_____
1. Por delegação do Relator, Auditor Tiago Alvarez Pedroso, conforme Instrução de Serviço n 154/2022, publicada no D.E.T.C n° 2850 de 7/10/2022.

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

PROCESSO N.º:-71657/20
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-AUREA CECILIA DA FONSECA, FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SOUZA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, WELLINGTON DE OLIVEIRA
PROCURADOR:-GUSTAVO OSVALDO DE LEÓN FERRAZ
DESPACHO N.º:-102/25
Trata-se de Ato de Inativação de concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, concedida à senhora Maria Aparecida de Oliveira Souza, ocupante do cargo de professora, no Município de Foz do Iguaçu, por meio da Portaria nº 6.852 (peça 10)
Conforme Instrução nº 7270/25 – COAP, a unidade técnica consignou que a análise da presente concessão de benefício, de acordo com a Instrução nº 5779/25 (peça 15), atestou a respectiva regularidade. Portanto, estava apta a julgamento mediante lista de homologação.
A entidade, por intermédio da Petição Intermediária - 376004/25 (peças 16-17), promoveu a juntada de documentos e alteração dos dados registrados na base de dados do Sistema Siap considerando a revisão de proventos atinente à Portaria nº 10.453 de 14/4/2025, concedida com base em decisão judicial – Peças 17-21.
Em regra, as revisões de proventos devem ser objeto de autuação em processo próprio na forma definida na Instrução Normativa nº 98/2014[1], contudo, por medida de economia processual, o julgamento dos presentes autos pode contemplar o ato de concessão do benefício, bem como as últimas modificações realizadas, razão pela qual recebo a petição da peça 17 e os documentos que a acompanham.
Remetam-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP para instrução à vista das novas informações encaminhadas pela entidade e, em seguida ao Ministério Público de Contas para manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

_____
1. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Instrução Normativa nº 98/2014. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/instrucao-normativa-n-98-de-27-de-marco-de-2014/253832/area/249> Acesso em 14 de jul. 2025.

PROCESSO N.º:-380305/20
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE LOBATO
INTERESSADO:-ADAO FRANCISCO CRUZ, CLODOALDO CAMPOS MACHADO, ERICA VICARI GONCALVES, FABIO CHICAROLI, FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS BRASIL, MARIA SGOTTI NAVARRO DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE LOBATO, TANIA MARTINS COSTA
DESPACHO N.º:-104/25
Diante do contido na Instrução n° 480/25 – CMEX e nas informações anexadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lobato (Peça 184, fl. 02), consignando o cumprimento das obrigações relativas à decisão proferida nos itens IV e VI do Acórdão nº 188/23 – S1C (Peça 123), mantido pelo Acórdão nº 630/24 - Tribunal Pleno (Peça 140), com fundamento no artigo 1º, inciso XXI da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e nos artigos 175-L e 514 do Regimento Interno, determino a respectiva baixa de responsabilidade pecuniária de Fabio Chicaroli, CPF nº 005.409.059-84.
Remetam-se os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para os devidos registros e, em seguida, à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do Município de Lobato e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, promova a juntada do comprovante e documentos necessários a demonstrar o cumprimento integral da decisão relativa aos itens III e V do acórdão supramencionado, devendo tomar as devidas providências para recolher, até 31/07/2025, o saldo remanescente das sanções, no valor de R$ 454,06, conforme a Informação n° 4023/25 – CMEX (Peça 185).
Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.
Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para instrução e, em seguida, retornem os autos a este gabinete.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

Conselheira Substituta MURYEL HEY

PROCESSO N.º:-22624/25
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ALCINEU GRUBER, FRANCISLENE MARCONDES, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 41/25

Aprecia-se, para fins de registro, o Decreto n.º 18938/2024 (peça 9), do INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cascavelde 30/11/2024 (peça 10), que concedeu aposentadoria à servidora FRANCISLENE MARCONDES, no cargo de Professora.

2. Em consonância com as manifestações uniformes da Coordenadoria de Atos de Pessoal (Instrução n.º 6818/25 - COAP - peça 14) e do Ministério Público de Contas (Parecer n.º 540/25 - 3PC - peça 17), consignando opinativos pela legalidade da inativação, determino o REGISTRO do ato de aposentadoria acima relacionado, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.

3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o seu correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme art. 398, § 1º do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, devendo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento, em face do previsto no art. 168, inc. VII da mesma norma.

4. Publique-se.

Curitiba, 10 de julho de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

PROCESSO N.º:-753056/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARIPÁ
INTERESSADO:-ADRIELY KAROLAIN KONELL, ANA CAROLINI SELL, ANA JULIA HERMES WIEGERT, ANDERSON DE ASSUNCAO TEIXEIRA, BRUNA LETICIA DOS SANTOS, BRUNO RAFAEL DE PADUA, CAROLINE MAISA SCHULZ, CHARLES RODRIGO BUETTNER, CRISTIANE DE LIMA KNAPP, DAICIANE WEISS, DEBORA CINTRA, DIANA PETERMANN, EDUARDO STEFFENS DAVIDOSKI, ELLEN GAGLIATO DOS SANTOS, FERNANDA TURIANI PERLIN, ISABEL CRISTINA GIESE, JULIA BIANCA FARHERR ALVES, JULIA GABRIELE GOWERT UHLMANN, KAMILA PROCOPIO MELO, KATIA VIVIAN STIBBE, KELLE CRISTINE SCHRODER HOFFMANN, LARA SUELEN GIESE, LORITA JACOBI, LUCIANE KRUG, MARCOS GABRIEL DA CRUZ, MARCOS VINICIUS BRAMBILA, MARIA GERALDA GONCALVES, MAYARA SANTINA DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE MARIPÁ, NAIANE RODRIGUES FREIRE, NATALIA DA SILVA, PAULA CRISTINA CAPELETTE, RAFAELA BORTOLOZZO, RODRIGO ANDRÉ SCHANOSKI, ROSIMIR LUIS BRORING, SANDRA CORREA DA SILVA, SILVINA GONCALVES DE OLIVEIRA, SONIA CRISTINA LEMOS VICENTIN, TAHIS PEREIRA FRANA, TAMARA MARTINELLI, TAMINE BEATRIZ OBERZINER, TATIANE FRANZ, TATIANI CHENEKEMBERGUER STUPP, VALDIR BERNARDO, VANESSA CRISTIANE FRANZ, VINICIUS FRANCO FIRMINO
DESPACHO N.º:-78/25

Em atendimento ao Parecer nº 534/25 do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, determino a remessa do feito à Diretoria de Protocolo para fins de intimação do MUNICÍPIO DE MARIPÁ, através de seu Representante legal, para que, no prazo de 15 dias, preste esclarecimentos, juntando os documentos pertinentes quanto aos pontos em que não se manifestou ou se manifestou insuficientemente quando da sua resposta à Instrução n.º 1244/25-COAP (peça n.º 64), notadamente:

2) Os documentos orçamentários e financeiros juntados na 3ª fase, Abertura do Processo de Seleção, não são compatíveis com os dados da primeira chamada de candidatos, vez que as previsões foram feitas com base em um número expressivamente inferior de vagas, veja-se (peça nº 34):

3 - IMPACTO ANALITICO

Cargos no Vagas	NA VOL		
Analista Administrativo	1	3.497,05	3.497,05
Analista de Sistemas	1	2.719,75	2.719,75
Assistente Social	1	2.223,91	2.223,91
Auditor Fiscal	1	5.248,32	5.248,32
Fiscal de Obras e Posturas	1	3.497,05	3.497,05
Fonoaudiólogo	1	5.507,69	5.507,69
Fonoaudiólogo I	1	2.624,15	2.624,15
Agente de Apoio	5	1.600,57	8.002,85
Motorista	1	2.800,91	2.800,91
Prof. De Ensino Fund. Anos Iniciais	4	2.094,06	8.376,24
Professor Educaçao Especial	1	2.094,06	2.094,06
		SUBTOTAL R$	46.591,98

Assim, o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro deve ser refeito, para que a previsão seja mais próxima do real. Ademais, o órgão/entidade deve justificar por que o número de vagas oferecidos no Edital apresenta divergência expressiva com relação ao número de candidatos chamado na primeira convocação, dada a necessidade de observância do princípio da transparência pela Administração Pública.

(...)

5) A ordem classificatória para o cargo de Psicólogo -
 CD opção 00000000120000000022 - **não foi obedecida:**

Classificação Geral	Defic.	Afro	Indíg.	Nota	Nome CPF	Processo de Admissão	Situação	Data Nomeação
1				162,50	JULIA PAULA SEBEM 089.737.479-75		Aguardando Convocação	
2				159,00	LAUREN MARIA BORTOLI 122.382.689-95		Aguardando Convocação	
3				155,50	JULIA CHIELA RODRIGUES 106.288.429-96		Aguardando Convocação	
4				152,00	RICARDO RODRIGO FRANCA DA SILVA 062.722.019-31		Aguardando Convocação	
5				150,00	ANDRIELI GERALDO CRUZ 123.380.489-89		Aguardando Convocação	
6				148,00	DAIANA DONASSOLO SOBIO 104.306.699-33		Aguardando Convocação	
7				145,50	BÁRBARA NATHALIA FERREIRA 087.949.059-40		Aguardando Convocação	
8				141,00	Milena Adriana Nogueira da Silva 468.508.638-43		Aguardando Convocação	
9				140,00	Carla Torrado Truti 009.669.529-36		Aguardando Convocação	
10	1			137,50	NAIANE RODRIGUES FREIRE 064.216.389-88	753056/23	Admitido	05/02/2025
11				136,50	THAIS TOMAZ PEREIRA 104.782.179-60		Aguardando Convocação	

6) Não houve apresentação dos termos de desistência das candidatas GIOVANA MARIA ALVES DO NASCIMENTO e PATRICIA ENGELMANN.

7) Os candidatos que não atenderam à convocação não foram cientificados regularmente. Com efeito, os documentos e justificativas apresentadas não são hábeis para comprovar a efetiva ciência do(s) convocado(s) ou a adoção de providências eficientes para tanto. Não consta comprovação de instrumentos alternativos de convocação nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, "d".

Não houve comprovação da convocação por meios alternativos dos seguintes candidatos:

GABRIELA DOS SANTOS MUNHOZ
GUSTAVO HENRIQUE DE ANDRADE
LUIZA VALENTIM CENTENARO
Luis Ivan Vargas
DEBORA RODRIGUES DA SILVA
FERNANDO BORGERT
ANA LAURA MOSCON WESCHENFELDER
GEOVANA CAROLINE DOS SANTOS STEFFENS
MANOEL PEDRO WASEM
AMANDA NIKELLY BORTOLOZZO VIEIRA
GABRIELA EDUARDA RODRIGUES
CINTIA BARBATO BEVILAQUA DE PAULA
ELIZANGELA INACIO DA SILVA
JEFERSON KAMCHEN
DAIANE DAVID LOESER
SHEILA DOS SANTOS ANDRADE MATTE

3. Na sequência, remeta-se o feito à COAP, para análise, com o posterior encaminhamento ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para pronunciamento de mérito.

Curitiba, 7 de julho de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

PROCESSO N.º:-566632/24
ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
INTERESSADO:-ARNO OSMAR ZUSE, BRUNO ALEXANDRE MARAN, CEZAR BURON, CLEIDE INES GRIEBELER PRATES, EDINEI VALDIR MORESCO GASPARINI, G.B.V.T. ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, GUILHERME BAERE, LINDOLFO MARTINS RUI, MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA
PROCURADOR:-BIANCA GUIOMAR COMIRAN, EVANDRO ARTUR BONFANTE ZAGO, GESSICA NATANA FERREIRA CABRAL, GUSTAVO BATISTA DE SOUZA, JANSLEY GALEANO, JOAO PAULO CAVALHEIRO PIVA, PAMELA CRISTINA CAVALHEIRO PIVA ZAGO, PAMELA THAIS ESCHER, RAFAEL SAVARIS GHELLERE
DESPACHO N.º:-79/25

I. Tratam de Embargos de Declaração opostos por G.B.V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, via petição intermediária n. 420216/25 (peças 492 e 493), contra o Acórdão n. 1556/25 - STP (peça 489).

II. Da análise, observo que a decisão desta Corte foi disponibilizada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 3474, do dia 02/07/2025, e que a petição recursal foi autuada em 06/07/2025, o que demonstra sua tempestividade, nos termos do disposto no art. 490 do Regimento Interno. Também, verifico presentes os demais requisitos, atinentes à adequação procedimental, legitimidade e interesse processual, em razão do que recebo os Embargos de Declaração e determino o envio do feito à Diretoria de Protocolo para a devida autuação.

III. Após, retornem.

IV. Publique-se.

Curitiba, 8 de julho de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

PROCESSO N.º:-817920/18
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE
INTERESSADO:-ADRIANO ABREU DOS REIS, ADRIANO CORREIA, ANALI PEREIRA DOS SANTOS, ANDERSON BELETATI, ANDERSON BOTELHO MARION, BRUNO CEZAR LOPES, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA, CLAUDECIR SARAIVA DOS SANTOS, CLEITON WESLEI ARRUDA, DANIELE RENATA GONCALVES RETAMIRO DA SILVA, DIOGENES DA SILVA, EDIMAR LOPES DE SOUSA, EDSON JUNIOR ODERDENGE, FERNANDO ANDRADE DE OLIVEIRA, ICARO RAMON DE ALMEIDA, ILZA GABRIEL, ISADORA RAMOS CARDOSO, JOSE ROBERTO FURLAN, JULIANA AUGUSTA SERAFIM BARBOSA MANOCHIO, JULLIANA CRISTINA FONSECA ANTONIASSI, KAMILA EMERENCIANO PORFIRIO MIGUEL, KAROLINE BUENO, LEANDRO MARTINS DE PAIVA, LUCIANO ROCHAEL CORREA, MARCELO TEIXEIRA DOS SANTOS, MOISES LNORTOVZ DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE, OSVALDO FIORATO JUNIOR, PAULO SERGIO SIQUEIRA, ROSENILDA DOS SANTOS, STEFANY MATTEI PRACZUM, TAYNARA CRISTINA GAFFO FRAGA, THAIS FONSECA CARDOSO, VALDIR DIONISIO DA COSTA
DESPACHO N.º:-80/25

Tendo em vista que o Sr. JOSE ROBERTO FURLAN recolheu o valor de R$ 2.837,00, em 20/06/25, atinente à multa Administrativa prevista no Art. 87, II, "a", da Lei Complementar Estadual nº 113/05, pelo não atendimento reiterado dos prazos de envio dos dados do processo de admissão e pela existência de recomendações anteriores não atendidas em relação à temática, prevista no item "III", "c" do Acórdão nº 778/25 – S1C (peça 138), conforme certificado na Instrução n.º 460/2025-CMEX (peça 146), acolho as propostas uniformes da Coordenadoria de Medidas Executórias e do Ministério Público de Contas (peça 147) e encaminho os autos à Coordenadoria de Medidas Executórias para, nos termos dos artigos 175-L, incisos V e XIII, e 514, caput, do Regimento Interno, registro da baixa de responsabilidade e emissão da respectiva certidão de quitação de débito.

Posteriormente, não havendo sugestão de providências adicionais, à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.

Publique-se.

Curitiba, 9 de julho de 2025.

Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

PROCESSO N.º:-553529/23
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ENTIDADE:-PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO, SIMONE ALVES PIARDI
PROCURADOR:-REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS, RICARDO BAUMANN BINDO, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
DESPACHO N.º:-82/25
Retornam os autos para deliberação após transcurso do prazo definido para seu sobrestamento.
O sobrestamento foi determinado nestes autos por meio do Despacho n.º 93/24 – GCSMH (peça 24), até o julgamento do Prejulgado de protocolo n.º 24711-1/24, o qual versa sobre a mesma matéria de direito objeto da presente Revisão de Proventos referente à servidora Simone Alves Piardi.
A Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), por meio da Informação n.º 244/25 (peça 27), informa que o referido prejulgado permanece em trâmite, não havendo, até o momento, decisão definitiva.
Adicionalmente, após consulta aos autos n.º 24711-1/24, observa-se que o expediente se encontra em vias de ter seu julgamento proferido, tendo sido já submetido à pauta da Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno n.º 08, realizada nos dias 05 a 08 de maio de 2025, na qual foram concedidas vistas ao Excelentíssimo Conselheiro Fabio de Souza Camargo.
Ante o exposto, com fundamento no art. 427, § 2º do Regimento Interno, determino novo sobrestamento dos presentes autos pelo prazo máximo de 1 (um) ano ou até a decisão definitiva do referido expediente em trâmite (protocolo n.º 24711-1/24).
Após a comunicação em sessão prevista no art. 427, § 2º do Regimento Interno, remetam-se os autos à Secretaria da Primeira Câmara (S1C) para certificação e, em seguida, à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), onde deverão permanecer durante o período de sobrestamento.
Publique-se.
Curitiba, 10 de julho de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

PROCESSO N.º:-131608/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA
INTERESSADO:-ADENILTON DOS SANTOS, ALEX ANTONIO DA SILVA, ALYSON HENRIQUE DE OLIVEIRA, AMANDA SANTIAGO DA ROCHA, ANA EMANUELLE UTIDA DE MIRANDA, ANGELICA APARECIDA DE OLIVEIRA, ANTONIO CARLOS TAMAIS, ANTONIO IVAN PANHAN MANCONI, BEATRIZ SILVA DE ARAUJO DURAES, BRUNO APARECIDO DOS SANTOS RIBEIRO, CHARLES ALVES MOREIRA LIMA, CLEITON ADRIANO ROSA MACHADO, DAYANE DOMINGOS FERREIRA, EMANOELY DE SOUZA CASTRO, FERNANDO NIERENGARTEN, GABRIELE CRISTINA RIBEIRO, GULTIERREZ GOMES PEDROSO, JENIFER LUANA PEREIRA MODESTO, JOAO CARLOS PULCINELLI, JOAO PAULO MONTEIRO, JOSE MARCELO GALDINO, JOYCE DE MELLO CAGALE, JULIANA TAIS DA SILVA MARCOMINI, KATIA PEREIRA DA SILVA, LEONEL APARECIDO DOS SANTOS, LUIS PAULO BRATZ, MARCELO PIRES MACHADO, MARIA EDUARDA PORCINELLI, MARILZA ANDRELINA BASTOS, MATHEUS PEROLE DE OLIVEIRA, MILLER HENRIQUE DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, NATALIA APARECIDA DA SILVA, OSWALDO AFONSO MARTINS ROCKENBACH, PATRICK DANIEL DA SILVA, PAULA GRAZIELA COELHO BARBOSA, RAFAEL ABNER SEVERINO, RAFAELLA MORAES STREICHER ABRASCIO, REBECA BUENO DE CAMARGO, SANDRO BERNARDES PINHEIRO, SILAS MACEDO DE ARAUJO, VINICIUS BROCAL MOREIRA, VITORUGO SERGIO ESCARABER SELPA, WELLINTON SELESTINO DA SILVA
PROCURADOR:-GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI
DESPACHO N.º:-83/25
Intime-se a entidade municipal de origem para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente esclarecimentos e/ou promova as correções indicadas pela Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP) à Instrução n.º 6999/25 – COAP – Fase 4 (peça 147) e corroboradas pelo Ministério Público de Contas pelo Parecer n.º 526/25 – 5PC (peça 148), notadamente:
a) Preste esclarecimentos a respeito da suposta admissão dos candidatos Marcelo Galdino, Rafael Abner Severino e Gultierrez Gomes Pedroso, os quais foram aprovados e contratados pela Administração Pública, de acordo com informações declaradas no SIAP pelo próprio Município de Santa Amélia. Caso a admissão tenha de fato ocorrido, o Município deverá comprovar a inexistência de acúmulo indevido de cargos, bem como eventual compatibilidade de horário dos servidores (ref. ao item 1 da Instrução n.º 6999/2025 – COAP – Fase 4; peça 147);
b) Efetue o cadastramento das legislações referentes às vagas reservadas aos portadores de deficiência e aos afrodescendentes junto ao SIAP. Em caso de dúvidas a entidade poderá consultar o Manual do SIAP, módulo "Admissão de Pessoal" ou contatar o Setor de Atendimento pelo Canal de Comunicação (CACO), ambos disponíveis no sítio eletrônico deste Tribunal (ref. ao item 3.1 da Instrução n.º 6999/2025 – COAP – Fase 4; peça 147).
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para providências pertinentes e controle de prazo.
Havendo ou não resposta, com fundamento no art. 175-R, I, alínea "a" do Regimento Interno, remetam-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP) para manifestação conclusiva.
Na sequência, ao Ministério Público de Contas, também para manifestação conclusiva, conforme art. 66, II do RI.
Publique-se.
Curitiba, 11 de julho de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

PROCESSO N.º:-688762/24
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO:-EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, LUIZA MEDEIROS KURTZ, MUNICÍPIO DE CURITIBA, RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO
DESPACHO N.º:-84/25
Com fulcro no art. 490 do Regimento Interno[1], recebo os Embargos de Declaração opostos por MUNICÍPIO DE CURITIBA em face da Decisão Definitiva Monocrática n.º 40/25 (peça 26), uma vez presentes os pressupostos de adequação, legitimidade, interesse recursal e tempestividade.
Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de que promova a alteração do assunto para Embargos de Declaração.
Após, retornem conclusos.
Publique-se.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
Conselheira Substituta MURYEL HEY
Relatora

_____
1. Art. 490. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:
I - contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou
II - omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

PROCESSO Nº.:-669305/20
ENTIDADE:-AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LONDRINA
INTERESSADO:-ADRIANA RODRIGUES NUNES MARTINS, ALEXANDRE CANASSA, ANA CLAUDIA FERREIRA, ANA PAULA ASTOLPHO LOPES, ANA PAULA FERNANDES DE MEDEIROS, ANALICE BORTHOLAZZI, ANDREIA FILGUEIRAS ROSSI ANDREKOWICZ, ANGELO AUGUSTO CHIACHIA PASTA, AUDREY PAZZOTI, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LONDRINA, CARINA EVELYN DE OLIVEIRA, CARLOS FELIPPE MARCONDES MACHADO, CELSO SEBASTIAO GARBOZA, CLAUDIA DENISE GARCIA, CLAUDIA HAGGI FAVERO, CLAUDINEIA FERREIRA, CLEONICE SILVA PASQUALETO, CLOVIS ERASMINO DA COSTA, CRISLAINE DE OLIVEIRA VARJAO, DAILCE EVANGELISTA, DANIELA DA SILVA FELICIANO, DANIELLE VIANA RABELLO SILVA, DOLORES DA SILVA, EDER GERMANO ZANDONADI, EDINA DOS SANTOS OLIVEIRA, ELAINE CAMPREGUER SANTOS, ELAINE CRISTINA SODRE GOMES RESENDE, ELIANE HASHIMOTO SILVA, EMILY KEIKO TAKITO TUTIDA, ENI CRAES DE PAULA MASSI, ERIKA FERMINO TUDISCO DE CARVALHO, FABIA BARBOSA LEITE SANTOS, FABIO LEANDRO SANTOS FENNER, FABIO RODRIGO DA SILVA, FABRICIO DA SILVA BESSANI, FATIMA APARECIDA STURION, FATIMA BASILO DA SILVA GONCALVES, FERNANDA APARECIDA TSCHURTSCHENTHALER DE SA FERNANDES, FERNANDA GALLES CALSAVARA, FERNANDA VALERIA NALDI, FLAVIA IMANISHI RUZON, GINALVA OLIVEIRA DE ANDRADE, GISELE APARECIDA PLATH, GISELE SILVA AMADEU, GRAZIELA CRISTINA ALVES DE MORAES, HOMERO BARBOSA NETO, ILMA ALVES DE SIQUEIRA, JACKELINE MARTINS LEONCIO, JANAINA DIAS VITORINO, JAQUELINE LOPES DA SILVA, JOSE MARIA BARBOSA JUNIOR, JOSELMA APARECIDA DORIGON, JOSIANE APARECIDA REDON, JOSIANE MENDES RODRIGUES, JOSUE TEODORO DE ANDRADE, JULIANA APARECIDA ROSSI, KEITI MARIA ANTONIO SILVA, LAUANA BOLZANI, LEICIR SOARES CIPRIANO, LILIAN APARECIDA VENANCIO SATO, LUCIANA APARECIDA PINHEIRO DE SIQUEIRA, LUCILENE SOARES DA SILVA, LUCINEIDE MARIA DO NASCIMENTO, LUIZA RITA PACHEMSHY, MANOEL CARLOS SILVA, MARCELO RUELA DE OLIVEIRA, MARCIA REGINA FRANCISCO MORENO, MARCO ANTONIO SALMAZO VOLSO, MARIA APARECIDA DA SILVA MASSONI, MARIA DE FATIMA CORDEIRO, MARIA DO CARMO FIGUEIREDO, MARILIA SITTA LEUTTI, MARISA FAEDRICH, MARTA BERNARDES DE SOUZA, MARY VALERIA RIBEIRO LACORTE, MICHELE AMORIM BARTHOLO, MILTON SANTO NICOLINO JUNIOR, NATALINA FERREIRA REINERI, NAZILDA VENTURA SALVIANO, NEIVA MEIRA TOLOI CARMO, NILCELIA FELICIANO, ODILAMARA PEDRICA RIBEIRAL, PRISCILA BARIZON, PRISCILA SAYURI ITO, RENE NASCIMENTO PEREIRA PORTERO, RITA DE CÁSSIA DOMANSKI, ROMILDA APARECIDA BORGES, RONALDO SHIGUERU KONDO, ROSALIA CRISTINA CORDISTA ALIGNANI, ROSANA SANTANA DE SOUZA ITO, SANDRA REGINA CERVEJEIRA, SATIKO FUGITA, SHIRLEY LIMA, SILVANA APARECIDA DE ASSIS OLIVEIRA, SONIA MENDES CORREIA, SONIA YURIKA IMAI, SUZANA VERLINGUE, TANIA VALERIA PERINETTI ROSSANEZI, TATIANE CRISTINA DE SOUZA, TATIANE MARIA DA SILVA, THAIS TEIXEIRA RODRIGUES, THALITA FIGUEIREDO LEMOS, TISSIANE TOMAZ DE AQUINO, URIEL RIBEIRO MACHADO, VALDETE APARECIDA DE SOUZA, VANESSA BRUNA MENDES DA SILVA, VANESSA DALTO, VERENA TURINI, VILMARA AUGUSTI, VIVIAN BIAZON EL REDA FEIJO, VIVIAN PRISCILLA DE LIMA ROSA, VIVIAN SAYURI NONAKA, WILLIAN PADUAN
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
DESPACHO Nº.:-140/25
DESPACHO

FINALIDADE	BAIXA DE RESPONSABILIDADE
INTERESSADO	HOMERO BARBOSA NETO
MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA	Instrução n.º 461/25 da Coordenadoria de Medidas Executórias, opinando pela BAIXA DA RESPONSABILIDADE.
PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	CONCORDA com a Unidade Técnica.
FUNDAMENTAÇÃO DECISÃO	EDiante das informações prestadas pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público de Contas, que comprovam o atendimento do item

	III do Acórdão n.º 144/25-S1C, AUTORIZO, nos termos do artigo 514 do Regimento Interno, a baixa de responsabilidade do Sr. HOMERO BARBOSA NETO, exclusivamente quanto ao referido item.

ENCAMINHAMENTO

1. À Coordenadoria de Medidas Executórias;
2. À Diretoria de Protocolo para ENCERRAMENTO e ARQUIVAMENTO, conforme artigo 398 do Regimento Interno.

Curitiba, 15 de julho de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-442731/22
ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
INTERESSADO:-ANTONIO PEREIRA DAMACENO, FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO Nº.:-144/25
DESPACHO

FINALIDADE	BAIXA DE RESPONSABILIDADE
INTERESSADO	MUNICÍPIO DE LONDRINA
MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE TÉCNICA	Instrução n.º 397/25 da Coordenadoria de Medidas Executórias opinando pela BAIXA DA RESPONSABILIDADE.
PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	CONCORDA com a Unidade Técnica.
FUNDAMENTAÇÃO E DECISÃO	Diante das informações prestadas pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público de Contas, que comprovam o integral atendimento ao Acórdão n.º 904/25, AUTORIZO, nos termos do artigo 514 do Regimento Interno, a baixa de responsabilidade do MUNICÍPIO DE LONDRINA.

ENCAMINHAMENTO

1. À Coordenadoria de Medidas Executórias;
2. À Diretoria de Protocolo para ENCERRAMENTO e ARQUIVAMENTO, conforme artigo 398 do Regimento Interno.

Curitiba, 15 de julho de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-702680/23
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE MARINGA
INTERESSADO:-AMANDA MARIA BERNARDES, BRUNO CEZAR DO NASCIMENTO, BRUNO MASSAYUKI KOGA, CAMILA FERNANDA VASCONCELOS, DANIELLY THIEMY MATSUMOTO, DAUBY DOMINIQUE DE CASTRO CARVALHO, DIEGO MOREIRA DE CASTRO, DIOGENES LUIZ DE MORAIS BARBOSA, FABIO JOSÉ BIANCHI, FERNANDA BANDOCH, GABRIELA DOS SANTOS RIBEIRO ROCHA, GESSIANE CIRILA DE SOUZA E SILVA, IZABEL KATARINNE COSTA DOS SANTOS PORTELA, JANICLEIA MORENO CUNHA, JESSICA LAINE ROSA, LEONARDO CARLINI BARBOSA, LUANA GARCIA CAMPOS, LUANI AKEMI FURYAMA, LUMA FERNANDES GARCIA DA SILVA, MARCIA FERREIRA DE ABREU, MARCYA MICHELLY MARUTTI ZANDONADI, MARIANA BATISTA SOARES, MUNICIPIO DE MARINGA, NATHALIA DE LIMA BOCCA, PAULO HENRIQUE DA SILVA, REGIANA DE SOUZA, REGIANE MORAES SANTOS, SHIRLEY CARAMASCHI VIEIRA LUCION, SILVIO MAGALHAES BARROS II, THIAGO ANDRE TELES DA SILVA, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS, VIVIANE DA SILVA
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
DESPACHO Nº.:-145/25
DESPACHO

FINALIDADE	ENCERRAMENTO/ARQUIVAMENTO
DECISÃO	AUTORIZO o encerramento e o arquivamento, nos termos do artigo 398 do Regimento Interno.
FUNDAMENTAÇÃO	Retornam os autos em razão da Informação n.º 151/25, da Coordenadoria de Sistemas e Informações de Fiscalização. Considerando que a referida candidata não integra o rol de admissões registradas neste processo, e que sua situação deverá ser analisada em processo de análise complementar, encaminhem-se os autos para ENCERRARAMENTO e ARQUIVAMENTO, após o trânsito em julgado da decisão.

ENCAMINHAMENTO

À Diretoria de Protocolo.

Curitiba, 14 de julho de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

PROCESSO Nº.:-615713/21
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PORECATU
INTERESSADO:-AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN, FABIO LUIZ ANDRADE, JOSE PAULO PEREIRA, MUNICÍPIO DE PORECATU
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO Nº.:-146/25
DESPACHO

FINALIDADE	CITAÇÃO

OBRIGAÇÃO DA(S) PARTE(S)

Para que, no prazo de 15 (quinze) dias, exerçam o seu direito ao contraditório e à ampla defesa, manifestando-se sobre o contido na Instrução n.º 5.336/25 e no Parecer n.º 546/25 (peças n.º 38 e 39, respectivamente), sob pena de eventual negativa de registro do ato e aplicação de sanções previstas na Lei Complementar n.º 113/05;

ENTIDADE(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	MUNICÍPIO DE PORECATU, na pessoa de seu atual representante legal.
PESSOA(S) FÍSICA(S) A SER(EM) INTIMADA(S)	AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN.
VIA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO	Meio eletrônico ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de aviso de recebimento.

ENCAMINHAMENTO

1. À Diretoria de Protocolo;
2. À Coordenadoria de Atos de Pessoal para nova instrução;
3. Ao Ministério Público de Contas para parecer;
4. Ao Relator.

Curitiba, 15 de julho de 2025.
JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO
Conselheiro Substituto Relator

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações

TCEPR
OUVIDORIA DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR

ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3847/2025
Processo Nº: 174517/25
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 10:53:48
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: CRISTIANO RIBAS DE BRITO, DAIANE SAMPAIO SOSA GUIMARAES, DANIELLE DE CASTRO LEMOS ZANINI, ELISANGELA GLANER DE MOURA VALENTE, EVA LUIZ DE SOUZA, FERNANDA SIQUEIRA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, GABRIEL ALVES FEIERTAG, GABRIELA CANAN, INGRID LIBERATO SENA E OUTROS.
Exercício: 2018
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 736190/18, conforme Art. 346 inciso II c/c Art. 338-A inciso III do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3848/2025
Processo Nº: 616230/24
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 11:05:14
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
Interessado: BRUNO CESAR PASIN DO COUTO, JARBAS MOCELIN, LORENO BERNARDO TOLARDO, MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 530609/19, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3849/2025
Processo Nº: 422660/20
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 11:13:42
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU
Interessado: ALESSANDRA TRINDADE DIAS CEZAR, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, DACIO SPECH, JESSICA MARTINS DE ARAUJO, JOSE AROLDO MALVESTIO, LOUISE FERNANDA DE OLIVEIRA REIS, MATHEUS STONA, PEDRO CESAR VIEIRA CAMILLO, RICARDO LOCATELLI
Exercício: 2020
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3850/2025
Processo Nº: 769277/22
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 11:21:28
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE MARQUINHO
Interessado: ANA FLAVIA DOS SANTOS LIMA, ANA GABRIELA CENCI, ANDRELEI DE JESUS MACHADO KOWALCZYK, CLEITON VAZ IUNG, CLEVIANE RAMOS ANTUNES, EDIANE DE LIMA, EDILAINE LOPES KSESLYKOWSKI, EDIVANIA DA SILVA, ELIO BOLZON JUNIOR, ELISANGELA RICARDO DE SOUZA E OUTROS.
Exercício: 2023
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3851/2025
Processo Nº: 421714/21
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 12:17:24
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA
Interessado: CATARINA MAZATE, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA, PATRICIA ERICA HAMADA BONJIORNO, VICTOR CELSO MARTINI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3840/2025
Processo Nº: 438492/25
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 09:39:07
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR
Interessado: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR, KANGO BRASIL LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: prevenção, reconhecida de ofício (arts. 278, I e 340 do Regimento Interno), conforme Ata da Sessão Ordinária nº 23, de 20 de julho de 2017, do Tribunal Pleno e art. 346, § 1º do Regimento Interno c/c art. 55 do Código de Processo Civil, por conexão com o processo nº 132067/25, de REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3841/2025
Processo Nº: 438956/25
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 09:48:33
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3842/2025
Processo Nº: 438450/25
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 09:58:01
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DES. DA CIÊNCIA, TEC. E DA CULTURA
Interessado: APL SERVICOS EM SAUDE LTDA, FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DES. DA CIÊNCIA, TEC. E DA CULTURA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3843/2025
Processo Nº: 438689/25
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 10:08:03
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3844/2025
Processo Nº: 256535/21
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 10:16:05
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
Interessado: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, SONALI CRISTINA DE CAMARGO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3845/2025
Processo Nº: 651760/21
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 10:26:04
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
Interessado: ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, VALERIA DE SOUZA PENTEADO SCORTEGAGNA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3846/2025
Processo Nº: 495793/21
Data e hora da distribuição: 15/07/2025 10:46:36
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Interessado: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS, MARCIA CRISTINA MOTTIN SANTOS, MARIA DO CARMO ALVES SOARES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

PROSPERA

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N º-476648/23
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA
INTERESSADO-DANIELA BASTOS LIMA, PATRICIA ERICA HAMADA BONJIORNO, VICTOR CELSO MARTINI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2059/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7519/25 - COAP peça nº 20:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-110856/23
ORIGEM-FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TERRA BOA
INTERESSADO-EDUARDO MAGON, MARIA DE LOURDES BRABDÃO JACINTHO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2060/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TERRA BOA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7524/25 - COAP peça nº 17:
- FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TERRA BOA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-352470/24
ORIGEM-FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - ESTADO DO PARANA
INTERESSADO-ATAHYDE FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR, FABIO LOURENCO RODRIGUES, JOÃO LUIZ MONTEIRO, SILVANA WALTER
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2061/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - ESTADO DO PARANA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7527/25 - COAP peça nº 16:
- FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - ESTADO DO PARANA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-349310/23
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOSE FERNANDES NETO, MARIA CLARA MOURA FERNANDES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2062/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7530/25 - COAP peça nº 23:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-630388/23
ORIGEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
INTERESSADO-ADRIANA BILLER APARICIO, ELIZANDRA SEVERGNINI, FRANCIELE DO PRADO DACIE, GUSTAVO NORONHA DE AVILA, KARIN BORGES SENRA, LEANDRO VANALLI, LETICIA XANDER RUSSO, MATHEUS RIBEIRO DE OLIVEIRA WOLOWSKI, THAÍS ALVES DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2063/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7421/25 - COAP peça nº 80:
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-250570/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA
INTERESSADO-ALESSANDRA APARECIDA DE LIMA VIEIRA, ALINE DAMAZIO SANTONI, ALINE DE OLIVEIRA VIEIRA, AMANDA CARVALHO DE MARCHI, ANA CAROLINA SOARES, ANA MARIA SILVA FERREIRA DE LIMA, ANDREIA APARECIDA MACON MEDEIROS, ANDREIA ZACHARIAS CARDOSO, ANGELICA MARLUCE MERONHA DE OLIVEIRA, ARIANE ANDRESSA DE OLIVEIRA RODRIGUES, BEATRIZ DA SILVA LUCAS, CRISTINA ROSA DA SILVA IGLESIA, DANIELI PELOZATO, EDUARDA MATIAS AOKI, ELAINE DE FRANCA, ERICA VICARI GONCALVES, FELIPE AUGUSTO DA SILVA GUARNIERI, FERNANDO DA SILVA ZANON, FRANCIELE SOYARA CORDEIRO, GESINELLY KELLEN DOS SANTOS, GISELE POTILA FACCIN GUI, HERCULES VICENTE FERREIRA, ISABELLA BUSQUIM VIEIRA MARTINS, JOAO EDUARDO PASQUINI, JULIA RESENDE DE SOUZA, LETICIA GONCALVES BRAMBILLA SANTOS, LILIA RODRIGUES DE MIRA SOLA, MARCELO DE OLIVEIRA, MARIA CLARA ITO DE SOUZA, MARIELLY APARECIDA FAGUNDES DIAS, MICHELI CRISTINA PALANDRANI, MILENA TACIA KUSIAK, MOACIR OLIVATTI, MONICA FISCHER FELHAUER, NATHALIA TONA BORGES, PATRICIA GRANDIZOLI VICTOR, PAULA CRISTINA DA SILVA, PAULO JORGE MEDEIROS, RAFAELLA MADUREIRA DA SILVA, RITA DE CASSIA ALVES, ROSANA APARECIDA PRATES, SAMANTHA TOZIM DEMITI, SORIANA CRISTINA SOUZA OSTETTI, TAYNARA CAROLINE TEIXEIRA DA SILVA, THAINARA GAZOLA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2064/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7282/25 - COAP peça nº 86:
- MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-147520/20
ORIGEM-MUNICÍPIO DE CAPANEMA
INTERESSADO-ALINE RODRIGUES DE OLIVEIRA DE SALES, AMANDA PEREIRA DE ANDRADE, AMERICO BELLE, ANAIS AMPESSAN FOQUEZATTO, BIBIANA CANTON, DANIEL DOROCHOWICZ, EDIMIR RICARDO LASKOSKI, EDINEIA INES SCHUTZ SCHWENK, ELIANE RIBEIRO LOPES, FABIO JUNIOR RAPACHI, GABRIELA DANIEL DE CAMPOS, GREICE CRISTINA CARVALHO, MARCELO ROSA JUNIOR, MARCIA MACHADO, MATHEUS BECKER, MUNICÍPIO DE CAPANEMA, NEIVOR KESSLER, PAOLA CRISTINE DAGOSTIN, RAFAELA CRISTINE ZOROTEO BACH, ROBERTO CARLOS WELTER, SILVANA DE FREITAS TORETI, VANESSA DIETZ, VANESSA TRENTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2067/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE CAPANEMA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7272/25 - COAP peça nº 167:
- MUNICÍPIO DE CAPANEMA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-674248/21
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, REINHOLD STEPHANES, SUELI THERESINHA COUTINHO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2068/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do PARANAPREVIDÊNCIA, com pedido de segunda prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 43) o prazo decorrente da prorrogação concedida à entidade para manifestação terminou em 15/07/2025.
O novo pedido de prorrogação foi protocolado em 14/07/2025 (peça nº 41).
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se extraordinariamente a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: MARIA CAROLINA ZARDO PINTO RABELLO
Assessora Técnica de Conselheiro
52.532-4
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-198923/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO
INTERESSADO-ANTONIO TARELHO NETO, JOSE EDILSON VANZELLA, JOSÉ ROBERTO DA SILVA, ROSANA FERREIRA LOPES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2069/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO, com pedido de segunda prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 27) o prazo decorrente da prorrogação concedida à entidade para manifestação terminou em 14/07/2025.
O novo pedido de prorrogação foi protocolado em 14/07/2025 (peça nº 25).
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se extraordinariamente a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: MARIA CAROLINA ZARDO PINTO RABELLO
Assessora Técnica de Conselheiro
52.532-4
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-260081/25
ORIGEM-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
INTERESSADO-VICENTE SAMPAIO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2072/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 7488/25 e nº 7489/25 - COAP peças nº 20 e 21:
- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-117160/21
ORIGEM-FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA
INTERESSADO-LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO BACARIN, SANDRA REGINA NISHIMURA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2073/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7517/25 - COAP peça nº 15:
- FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-324640/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
INTERESSADO-NESTOR KENEAR
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2074/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7531/25 - COAP peça nº 43:
- MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-769772/18
ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO
INTERESSADO-MAURILIO MARTIELHO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-2075/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário da CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO, com pedido de segunda prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 57) o prazo decorrente da prorrogação concedida à entidade para manifestação terminou em 17/07/2025.
O novo pedido de prorrogação foi protocolado em 15/07/2025 (peça nº 55).
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se extraordinariamente a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 15 de julho de 2025.
Ato elaborado por: MARIA CAROLINA ZARDO PINTO RABELLO
Assessora Técnica de Conselheiro
52.532-4
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

Sem publicações

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 188/2025
SUMÁRIO
INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 188/2025 46
SUMÁRIO 46
CAPÍTULO I DAS JUSTIFICATIVAS....47
CAPÍTULO II DO PRAZO PARA SOLICITAÇÕES E DA OPÇÃO PELO MEIO DE TRANSPORTE 47
CAPÍTULO III DA ENTREGA DO RELATÓRIO.... 47
CAPÍTULO IV DAS EXCEÇÕES 47
CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 47

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 188/2025
Estabelece diretrizes para autorização de viagens dos servidores do Tribunal em eventos externos e cursos e revoga os arts. 7º e 8º da Instrução de Serviço 105, de

14 de junho de 2016.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições estabelecidas no art. 122, I, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e com base nos arts. 16, XXVII e XXXIII, 187, III, e 197, do Regimento Interno, e considerando o Procedimento Administrativo nº 416886/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Esta Instrução de Serviço estabelece diretrizes para autorização de viagens dos servidores do Tribunal em eventos externos e cursos e revoga os arts. 7º e 8º da Instrução de Serviço 105, de 14 de junho de 2016.
CAPÍTULO I
DAS JUSTIFICATIVAS
Art. 2º As solicitações de viagem deverão ser apresentadas pelo gestor da unidade, contendo:
I - a justificativa da necessidade de participação do servidor no evento, incluindo a pertinência da programação e do conteúdo com suas atribuições aliada à possibilidade de sua disseminação no Tribunal;
II - a importância estratégica com o Plano de Gestão; e
III - a vantagem da participação presencial, em detrimento da virtual, quando esta estiver disponível.
§ 1º No caso de participação em cursos, deverá também constar do pedido a análise de qualidade técnica do evento e da qualificação de seus palestrantes, inclusive, com relação à razoabilidade do valor da inscrição, apontando, quando for possível, comparativo com eventos semelhantes.
§ 2º No caso de a justificativa envolver a participação em grupos de trabalho, deverá também constar do pedido a indicação de quanto tempo o servidor dele participa, incluindo resultados práticos para as atividades do Tribunal.
§ 3º Fica ressalvada à Presidência a possibilidade de limitar, por critério de conveniência e oportunidade, o número de participantes por evento.
CAPÍTULO II
DO PRAZO PARA SOLICITAÇÕES E DA OPÇÃO PELO MEIO DE TRANSPORTE
Art. 3º As solicitações de viagem devem ser apresentadas, preferencialmente, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias que antecede a realização do evento.
§ 1º A definição dos participantes, pela Presidência, ocorrerá em momento oportuno, observada a conveniência para a Administração.
§ 2º Por medida de economicidade, as viagens aéreas deverão ser solicitadas com uma antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data da partida.
§ 3º Somente em casos excepcionais, devidamente justificados pelo servidor e pelo gestor responsável, poderá a solicitação de viagem aérea ser feita dentro de um prazo menor.
§ 4º Mesmo quando apresentada a solicitação com a antecedência indicada, por razões de economicidade, conveniência e oportunidade, poderá a Presidência decidir pelo transporte terrestre.
§ 5º A utilização de veículo ficará sempre sujeita à disponibilidade, levando-se em conta a programação de sua utilização.
§ 6º Em acréscimo aos prazos previstos neste artigo, deve ser observada a antecedência mínima de 10 (dez) dias do pedido para o pagamento de diárias.
CAPÍTULO III
DA ENTREGA DO RELATÓRIO
Art. 4º O deferimento da participação em curso ou evento obriga o servidor, em até 10 (dez) dias contados do seu término, a entregar à Escola de Gestão Pública relatório técnico contendo exposição dos temas abordados, juntamente com o certificado de conclusão de curso.
Parágrafo único. A entrega do relatório a que se refere o caput é condição para o registro do certificado de conclusão de curso pela Diretoria de Gestão de Pessoas e a sua omissão sujeita o servidor a ressarcir as despesas do Tribunal com a sua participação.
CAPÍTULO IV
DAS EXCEÇÕES
Art. 5º Excluem-se da exigência das justificativas previstas nessa Instrução de Serviço e da apresentação de relatório:
I - a participação de servidores em eventos do próprio Tribunal, na condição de palestrantes;
II - a participação de servidores em atividades de fiscalização promovidas pelo Tribunal;
III - a participação de servidores em eventos, mediante expressa indicação da Presidência.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 6º Revogam-se os arts. 7º e 8º da Instrução de Serviço 105, de 14 de junho de 2016.
Art. 7º Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
- assinatura digital -
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 132/2025
Dispõe sobre alterações do Regimento Interno relativas aos processos de Execução Orçamentária do Tribunal e do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal.
O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições institucionais estabelecidas na Constituição Estadual e com base nos arts. 2º, I, 116, XII, e parágrafo único, e 167, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e nos arts. 5º, XIII, 187, I, e 188 a 192, do Regimento Interno, e considerando o Acórdão nº 1.539/2025 - Tribunal Pleno, Processo nº 139726/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre alterações do Regimento Interno relativas aos processos de Execução Orçamentária do Tribunal e do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal.
Art. 2º O caput do art. 523 e seu parágrafo único, do Regimento Interno, passam a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 523. As execuções orçamentárias serão encaminhadas anualmente para apreciação do Tribunal Pleno, inclusive os restos a pagar inscritos ao final de cada exercício financeiro, mediante instrução da Unidade Técnica responsável e manifestação do Ministério Público de Contas.
Parágrafo único. A apreciação das execuções orçamentárias será realizada no âmbito das prestações de contas anuais do Presidente e do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal.”
Art. 3º Fica revogado do Regimento Interno o inciso XIII do art. 172 do Regimento Interno.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 14 de julho de 2025.
- assinatura digital -
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

TCEPR
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-122487/25
ENTIDADE:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2961/25
Trata-se de requerimento externo protocolado em decorrência do Cumprimento de Ordem Judicial – COJ nº 140/2025-PGE/PRA (peça 2), em que Procuradoria-Geral do Estado comunicou o deferimento de liminar no âmbito do Mandado de Segurança nº 0016273-62.2025.8.16.0000, com determinação para que fossem suspensos os efeitos do Acórdão nº 3356/24-STP, proferido no Processo nº 46162/24.
Tendo em vista o opinativo da Diretoria Jurídica à peça 5, o expediente foi encaminhado ao relator da Representação da Lei de Licitações nº 46162/24, Excelentíssimo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, que exarou ciência quanto a decisão judicial, determinou a respectiva comunicação ao Plenário desta Corte, realizada na Sessão Ordinária do dia 12/03/2025 (peça 8), e retornou o processo à Diretoria Jurídica.
A unidade técnico-jurídica, acompanhando as movimentações do processo judicial, indicou que o relator do mandado de segurança, por decisão monocrática, havia determinado a sua extinção, sem resolução do mérito, por perda superveniente do interesse processual, e, por consequência, sugeriu a remessa deste protocolado ao relator da Representação nº 46162/24, para ciência e medidas que entender pertinentes, e o seu posterior encerramento na hipótese de nenhuma outra medida ser demandada.
Ante o exposto, acato o sugerido pela Diretoria Jurídica e determino a remessa dos autos ao gabinete do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, relator da Representação da Lei de Licitações nº 46162/24, para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias ao caso.
Ao final, não havendo solicitações de diligências adicionais, autorizo o encaminhamento do expediente à Diretoria de Protocolo para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 14 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
***1**. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-427865/25
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2964/25
Trata-se de Requerimento Externo protocolado pelo Município de São Sebastião da Amoreira (Ofício nº 378/2025), por meio do qual solicita certidão acerca das exigências dispostas no inciso IV, itens “a” e “b”, do art. 21, da Resolução 43/2001, do Senado Federal, para fins de instrução de pedido de verificação da capacidade de endividamento, visando contratação de Operação de Crédito pelo Município.
Pela Instrução nº 566/25-CCONTAS (peça 8), a Coordenadoria de Contas observa que este requerimento não atende ao estabelecido no art. 4º, II, da IN nº 164/2021, posto não ter ocorrido o envio da declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal atestando que o Município atende adequadamente o disposto nos artigos 11, 33 e 37 da Lei de Responsabilidade Fiscal, informa também que Município não atende ao disposto no artigo 167-A, da Constituição Federal, quanto ao enquadramento do Ente ao limite de 95% da despesa corrente em relação à receita corrente, e ressalta que o ente deveria ter encaminhado, junto com o pedido de certidão, cópia do Decreto do Poder Executivo Municipal e cópia da Resolução do Poder Legislativo Municipal, devidamente publicados, referente a instituição da contenção de gastos em conformidade com o art. 167-A, incisos I a X da Constituição Federal, bem como declaração de ambos os Poderes atestando o cumprimento das vedações

estabelecidas nos respectivos atos legais.
Ao final, a unidade fornece link de acesso a roteiro com os documentos mínimos necessários para obtenção da certidão de operação de crédito e, tendo em vista que o requerimento não reúne as condições necessárias à certificação, conforme o disposto no art. 289 do Regimento Interno desta Corte, e nos art. 4º, inciso II, e art. 6º, incisos III e IV, da IN 164/2021, sugere o indeferimento do pedido.
Diante do exposto, indefiro o solicitado nos termos expostos pela unidade técnica e determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para comunicação do solicitante na forma do art. 7º da Instrução de Serviço nº 115/2017[1], disponibilização de cópia do presente expediente, e, após, para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 15 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-394479/25
ENTIDADE:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES
INTERESSADO:-PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2967/25
Trata-se de requerimento externo referente ao Ofício nº 204/2025 (peça 2), por meio do qual a Promotoria de Justiça da Comarca de Capitão Leônidas Marques encaminhou cópia das Notícias de Fato nº 0028.25.000334-1 e 0186.24.000174-0, a fim de que esta Corte tomasse conhecimento e adotasse as providências que julgar necessárias.
Autos encaminhados à Coordenadoria de Atos de Pessoal, que registrou ciência quanto aos fatos relatados e indicou a possibilidade de incluir a fiscalização do tema em seu planejamento (peça 5), e à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, que declarou ciência acerca das informações encaminhadas e informou que realizará registros internos com o objetivo de orientar e subsidiar futuras fiscalizações (peça 6).
A Coordenadoria-Geral de Fiscalização, por meio do Despacho nº 822/25-CGF (peça 7), ratificou as manifestações das unidades técnicas anteriores e, considerando integralmente atendido o pleiteado, opinou pelo encerramento do processo.
Ante o exposto e considerando as manifestações das unidades técnicas, determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para comunicação à Promotoria solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia do presente expediente e, após, para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 15 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-386018/25
ENTIDADE:-1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
INTERESSADO:-1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2970/25
Retornam os autos com o Despacho nº 784/25 (peça 7) por meio do qual a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão se manifesta em atenção ao requerimento formulado pelo interessado.
Diante disso, encaminhe-se este Requerimento Externo à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao requerente.
Outrossim, em atenção ao Ofício nº 335/25, referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante observando-se, no que couber, o disposto no art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 15 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 733/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 15/2025 Processo originário: 77056-6/24 Contratada: FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA., CNPJ n.º 07.953.689/0001-18. Objeto: Aquisição dos itens 04 e 05 do Pregão Eletrônico TCE/PR n° 22/2024 – Monitores Novos e Monitores com Hub USB-C. Valor: R$ 1.353.430,40 (Um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta centavos). Vigência: de 11/07/2025 a 11/07/2026		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Gestor	Titular da Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Fiscal	Jose Ricardo Guimaraes (DTI)	52.089-6
Fiscal Substituto	Denise Tatebe	51.598-1
Comissão de Recebimento	Wellington Glass da Silva	51.601-5
	Marcio Tetsuo Takahashi	51.817-4
	Lívia Manuela Oliveira da Silva	52.648-7
	Josemar Ribas de Melo	51.419-5

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 14 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 734/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 13/2025 Processo originário: 77056-6/24 Contratada: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., CNPJ n.º 02.543.216/0011-09. Objeto: Aquisição do item 02 do Pregão Eletrônico TCE/PR n° 22/2024 – Notebook novo workstation DTI. Valor: R$ 683.000,00 (Seiscentos e oitenta e três mil reais). Vigência: de 11/07/2025 a 11/07/2026		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Gestor	Titular da Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Fiscal	Jose Ricardo Guimaraes (DTI)	52.089-6
Fiscal Substituto	Denise Tatebe	51.598-1
Comissão de Recebimento	Wellington Glass da Silva	51.601-5
	Marcio Tetsuo Takahashi	51.817-4
	Lívia Manuela Oliveira da Silva	52.648-7
	Josemar Ribas de Melo	51.419-5

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 14 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 735/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 12/2025 Processo originário: 77056-6/24 Contratada: LÍDER NOTEBOOKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ n. 12.477.490/0002-81. Objeto: Aquisição dos itens 01 e 06 do Pregão Eletrônico TCE/PR n° 22/2024 – Notebook Corporativo e Mini Desktop. Valor: R$ 6.386.310,00 (seis milhões trezentos e oitenta e seis mil trezentos e dez reais). Vigência: de 11/07/2025 a 11/07/2026		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Gestor	Titular da Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Fiscal	Jose Ricardo Guimaraes (DTI)	52.089-6
Fiscal Substituto	Denise Tatebe	51.598-1

Comissão de Recebimento	Wellington Glass da Silva	51.601-5
	Marcio Tetsuo Takahashi	51.817-4
	Lívia Manuela Oliveira da Silva	52.648-7
	Josemar Ribas de Melo	51.419-5

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 14 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA Nº 736/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, inciso XL, do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo n.º 434787/25, resolve
DESIGNAR
o servidor CELSO OTAVIANO RUTZ, Matrícula nº 50.280-4, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Controle, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para substituir NELY AMARO, Matrícula nº 50.860-8, no exercício das atribuições de Gerente de Comunicação e Cadastro, junto à Diretoria de Protocolo, conforme artigo 62 da Lei Estadual nº 19.573, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.222 de 03 de julho de 2018, durante seu impedimento (férias), no período de 28 de julho a 3 de agosto de 2025, vedada a acumulação prevista no § 1º do art. 1º da Lei Estadual 17.423/2012.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 14 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA Nº 737/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea "c", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 417726/25-TC, resolve
CONCEDER
de acordo com o artigo 83 combinado com o § 5º do artigo 84, da Lei nº 19.573/2018, de 02 de julho de 2018, ao servidor LUIZ GUSTAVO MEROLLI SORIA, Matrícula nº 50.421-1, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, CJ, Nível I, Referência 11, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, 12 (doze) dias de licença para tratamento de sua saúde, em prorrogação, no período de 12 a 23 de julho de 2025.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 14 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

TCEPR

LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2024
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: LBSX COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ – 04.252.693/0001-60.
PROCESSO N.º: 36387-5/25
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços 02/2024 (processo 44325-5/24) por mais 12 (doze) meses, de 18 de outubro de 2025 até 17 de outubro de 2026.
VALOR: R$ 40.320,00 (quarenta mil, trezentos e vinte reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 15 de julho de 2025.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2024
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: FINO SABOR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ – 00.354.138/0001- 99.
PROCESSO N.º: 36384-0/25
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços 01/2024 (processo 56709-4/24) por mais 12 (doze) meses, de 05 de setembro de 2025 até 04 de setembro de 2026.
VALOR: R$ 189.728,70 (cento e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta centavos)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal n.º 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 15 de julho de 2025.







COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Corregedor-Geral
- José Durval Mattos do Amaral

Conselheiros
- Fernando Augusto Mello Guimarães
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Procurador-Geral do MPC-PR.
- Gabriel Guy Léger

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria Augusta Camargo De Oliveira Franco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Tiago Alvarez Pedroso
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Maria das Graças Greco

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- José Durval Mattos do Amaral

Coordenadora da Corregedoria
- Flavia Cristiane Buch

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Diretor do MPC
- Barbara Krysttal Motta Almeida Reis.

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Fernando Augusto Mello Guimarães– FAMG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Cássia Peixoto Doerr

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
-

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Rodolfo Brandao de Proença Jaruga

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
- Rita De Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Márcio José Assumpção

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
-

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Cinthya Pedron Caciatori

Gabinete da Presidência – GP
- Lohaide Cristine Souza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Rafael Eisfeld Santos

Escola de Gestão Pública – EGP
- Wilmar Da Costa Martins Junior

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Anderson Regis Saladino

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Vivianeli Araujo Prestes

Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica - SEPLAN
- Ralph Nowakowski Biscouto

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Rodrigo Martins De Oliveira Silva Pinto

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Wellington Glass Da Silva

Controladoria Interna – CI
- Ana Carolina Da Rocha

Gabinete de Assessoria Militar
- **Ten.-Cel Edivan Sharles Fragoso**

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Rafael Morais Gonçalves Ayres

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Juliano Woellner Kintzel

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Marcus Vinicius Machado

Coordenadoria de Contas– CCONTAS
- Eduardo Schnorr

Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS
- Thiago Napoli Ciriaco Dias

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Roberto Alves Ribeiro

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Vinicius De Souza Oliveira

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Luiz Henrique Xavier

Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP
- Danielle Cristina Jaques Urban

Estúdio de Inovação
- Cleiton Eduardo Saturno